

Carlos Abílio Fidalgo Guincho

# **O povoamento na área da Lagoa da Pederneira**

(Da ocupação Romana até ao século XII)

**Volume I**

Dissertação de Mestrado em Estudos do Património

Orientador: Professor Doutor João Luís Cardoso

Universidade Aberta  
Departamento de Ciências Sociais e Gestão  
(2008 – 2010)

Carlos Abílio Fidalgo Guincho

O povoamento na área da Lagoa da Pederneira

(Da ocupação Romana até ao século XII)

Volume I

Dissertação de Mestrado em Estudos do Património

Orientador: Professor Doutor João Luís Cardoso

Departamento de Ciências Sociais e Gestão

Universidade Aberta, Lisboa

## Resumo

O presente trabalho tem como objectivo contribuir para a caracterização do povoamento da área da extinta lagoa da Pederneira, localizada nos Concelhos de Nazaré e Alcobaça, desde a ocupação romana até ao século XII.

A escolha deste espaço temporal justifica-se pela existência, no nosso entendimento, de uma lacuna na informação disponível sobre as ocupações romana, visigótica e muçulmana, na Estremadura litoral onde se enquadra a extinta lagoa.

Embora a informação bibliográfica, algo vasta mas redundante, nos possa ajudar a interpretar algumas questões que se encontram em aberto nesta temática e nesta zona da Estremadura Litoral, a falta de trabalhos arqueológicos contribui para a uma abordagem mais conjectural do que baseada em factos científicos.

Apesar destas dificuldades, não deveremos descurar a Estação Arqueológica de Parreitas (Bárrio – Alcobaça) e a Igreja de São Gião (Famalicão da Nazaré), locais que forneceram, após trabalhos de arqueologia, elementos que em muito nos ajudaram a perceber a tipologia do povoamento na área que nos propusemos estudar. Apesar disso, não deixam, ainda assim, de permanecer algumas questões, nomeadamente as relativas à Igreja de São Gião.

Outros locais existem ainda, como o Rossio da Pederneira, a Fortificação de Dom Framon-do e o local de Águas Belas, que aguardam uma intervenção arqueológica para que se passe das suspeitas às certezas sobre a existência das estações arqueológicas mencionadas por alguns investigadores e sustentadas por nós neste trabalho.

É neste contexto de pouca informação, em particular sobre as épocas visigóticas e muçulmanas, que decidimos abordar esta temática esperando que o nosso contributo, que agora se apresenta, possa, de certa forma, fornecer novos elementos de discussão sobre a tipologia do povoamento na área da Lagoa da Pederneira, na época referida.

## **Abstract**

This work aims to contribute to the characterization of the settlement of the extinct Pederneira lagoon area, located in the counties of Nazaré and Alcobaça, since the roman occupation until the twelfth century.

The choice of this timeline is justified by the existence, in our view, of a gap in the information available about Roman, Visigoth and Muslim occupation, in the Extremadura coastline which fits the extinct lagoon of Pederneira. Although the bibliographic information, vast but redundant, can help us understand some unsolved issues related to this theme and this coastal area of Extremadura, the lack of archaeological work contributes to a more conjectural approach than based on scientific facts.

Despite these difficulties we must not overlook the archaeological site of Parreitas (Bárrio - Alcobaça) and the Church of São Gião (Famalicão - Nazaré), which provided, after archaeological work, elements which greatly helped us to understand the typology of settlement in the area that we proposed to study, though some timeline issues still remain, including those of São Gião.

However, there are other places like the Rossio of Pederneira, the Fortification of Don Framondo (Famalicão da Nazaré) and Águas Belas (Valado dos Frades) awaiting an archaeological intervention to move from suspicion to certainty about the existence of archaeological sites, mentioned by some researchers and supported by us in this work.

It is in this context of limited information, particularly on the Visigoth and Muslim periods, that we decided to address this problem hoping that our contribution, which now presents itself, may, in some ways, provide new elements for discussion on the typology of the settlement in the area of lagoon of Pederneira, on the referred time period.

Para a minha família,  
Dina, Ricardo e Pedro

## **Agradecimentos:**

Gostaria de agradecer a todos os que directa ou indirectamente me ajudaram a fazer este trabalho.

Em especial, quero agradecer ao meu orientador, Professor Doutor João Luís Cardoso, pela disponibilidade, dedicação, compreensão e auxílio nos momentos menos bons.

Ao Eng.º Adriano Monteiro por me ter disponibilizado a sua vasta e muito importante biblioteca, por ter sido um guia pelos recantos que tivemos de percorrer, sempre disponível, sempre dedicado à causa da investigação, sempre aquele companheiro das discussões sobre as questões que se iam levantando.

À Câmara Municipal da Nazaré, Câmara Municipal de Alcobaça, Confraria de Nossa Senhora da Nazaré, Biblioteca Municipal da Nazaré, Biblioteca Municipal de Alcobaça; Museu Dr. Joaquim Manso e toda a sua equipa.

Ao Dr. João Muralha e Sr.ª Prazeres, do IGESPAR. I.P., ao Dr. Luís Fontes, Dr. José D'Encarnação, Dr. Jorge Dinis, Dr.ª Pilar Reis, Dr. Jorge Figueiredo, Dr.ª Sofia Fernandes, Dr.ª Ana Sofia Santiago, Sr.ª Margarida Pedrosa, Sr. António Varela e ao meu grande amigo de infância, Paulo Marques, sempre disponível.

À minha família pelo apoio que sempre me deu, desde o primeiro momento.

À memória de minha mãe.

## Índice

<b>Introdução</b>	7
<b>1: Enquadramento e Caracterização</b>	9
1.1 – Enquadramento geográfico	9
1.2 – A lagoa da Pederneira	16
1.2.1 – Caracterização geomorfológica	16
1.2.2 – O processo de assoreamento. Uma cronologia	29
1.3 – Caracterização topográfica actual da várzea da Nazaré	45
<b>2: A ocupação Romana</b>	50
2.1.– A relação do homem com o meio: Um percurso temporal até à ocupação Romana da área da lagoa da Pederneira	50
2.2.– A lagoa da Pederneira enquanto fronteira de duas Civitas (Collippo e Eburobrittium)	56
2.3.– Os locais e os achados arqueológicos enquanto definidores de vias e caminhos na periferia das lagoas de Alfeizerão e Pederneira	61
2.4.– A estação arqueológica de Parreitas (Bárrio – Alcobaça)	77
2.5.– A extracção e transformação do minério de ferro na área da lagoa da Pederneira	85
2.6.– O local de São Gião na época romana	93
2.7.– Uma <i>villae</i> romana no Rossio da Pederneira. Contributos para o seu conhecimento	106
<b>3: A ocupação humana na área da lagoa da Pederneira. (Século V ao século XII)</b>	112
3.1. – A igreja de São Gião e o povoamento na área da lagoa da Pederneira	112
3.2. – A torre de Dom Framondo	132
<b>Conclusão</b>	162
<b>Bibliografia</b>	166

## **Introdução**

O presente trabalho incide sobre a questão do povoamento da área da lagoa da Pederneira desde a ocupação romana até ao século XII.

Geograficamente a lagoa ocupava uma área bastante extensa (Concelhos da Nazaré e Alcobaça), divisível em três sectores: um litoral, delimitado a norte pela foz do Rio Alcobaça, a sul junto à Praia do Salgado, na Serra da Pescaria, a Oeste com Oceano Atlântico e a nascente com a Serra da Pescaria; um central, a nascente da ponte das Barcas, limitado a sul por Famação, a norte pela Serra da Pederneira a nascente pela vila de Valado dos Frades, Viaduto da A8, Serra do Bário, Cela Velha, Casais da Arieira e Mata da Torre, e a poente pela vertente nascente da serra da Pescaria; e um interior, a nascente do Viaduto da A8, limitado a norte pela zona industrial do Casal da Areia, a sul com a serra do Bário a nascente com Póvoa de Cós, Casalinho, Maiorga, Tremoçais e Fervença.

A escolha do espaço temporal que decidimos abordar, desde a ocupação romana até ao século XII, justifica-se com a existência, no nosso entendimento, de uma lacuna na informação disponível sobre as ocupações romana, visigótica e muçulmana, nesta zona. Apesar das abordagens já efectuadas por vários investigadores sobre a mesma temática, pensamos acrescentar um pouco mais de informação que possa contribuir para a evolução do conhecimento da presença humana na área referida.

Para a prossecução do nosso objectivo estruturámos o nosso estudo dos acontecimentos de forma cronológica. Inicia-se o mesmo com uma análise ao enquadramento geográfico e caracterização geomorfológica da área da lagoa da Pederneira, onde se tentou aferir dos processos dinâmicos que levaram à sua colmatação e a uma leitura da sua topografia actual.

Estes aspectos estão relacionados com a abordagem sobre a relação do homem com o meio e consequentemente com o início do nosso estudo sobre a ocupação humana nesta zona.

Nesse sentido iniciaremos a abordagem à ocupação humana na época romana numa área geográfica mais abrangente, entre as Civitas de Collippo e de Eburobritium, para assim se ter uma noção do enquadramento desta zona antes de iniciarmos a análise localizada na nossa área de estudo, nomeadamente na área envolvente à extinta lagoa.

Posteriormente iremos analisar o espaço temporal que incide desde a saída dos romanos até ao século XII. Nesse sentido investigaremos duas estruturas que nos parecem ser os únicos vestígios que podem sustentar a presença humana nesta zona. São elas a Igreja de São Gião e

a Torre de Dom Framondo. A primeira de cariz religioso e a segunda, provavelmente, com função defensiva.

A pesquisa será realizada em toda a área da extinta lagoa da Pederneira e sobre o que se considera ter uma relação directa com as questões do povoamento, mesmo que para tal tenhamos de ultrapassar o período temporal e os limites geográficos propostos neste estudo.

A metodologia de trabalho versará as seguintes acções:

- Pesquisas em bibliotecas, arquivos e outros centros documentais.
- Análise de fontes históricas, de bibliografia de carácter geral e específica.
- Consulta de legislação aplicável sempre que se torne adequado.
- Levantamentos fotográficos “*in situ*”.
- Registos fotográficos pertencentes ao espólio de particulares ou de instituições.
- Cartografia de várias épocas.
- Utilização do sistema de informação geográfica para georeferenciar os locais que se considerem importantes no âmbito do nosso trabalho.
- Elaboração de fichas de inventário, nomeadamente no que concerne aos achados arqueológicos existentes nos espólios de vários museus, assim como evidências encontradas durante o nosso trabalho de campo.
- Recolha de testemunhos orais que possam contribuir para o esclarecimento ou conhecimento de algumas questões que se considerem pertinentes.

## **1: Enquadramento e Caracterização**

### **1.1 -Enquadramento geográfico**

A zona onde até finais do século XVI princípios do século XVII existiu a lagoa<sup>1</sup> da Pederneira fica localizada no litoral centro da Estremadura, entre o Cabo Carvoeiro e o Cabo Mondego.

Toda a várzea aluvial, decorrente do assoreamento da lagoa da Pederneira, pertence, em termos administrativos, aos Concelhos de Alcobaça e Nazaré.

Estes Concelhos localizam-se, em termos de Nomenclatura das Unidades Territoriais (NUTS), na Região Centro (NUT II) e ambos compõem a Sub-Região do Oeste, NUT III.

O Concelho da Nazaré é composto por três freguesias: Nazaré, sede concelhia, Famalicão e Valado dos Frades.

A Freguesia da Nazaré é constituída pelos lugares da Pederneira, Sítio da Nazaré, Praia da Nazaré e Fanhais.

Com uma área de 82,5 Km<sup>2</sup>, este município ocupa 3,28% do território do Oeste (2.512,1 Km<sup>2</sup>) e 2,35% do distrito de Leiria, a que pertence (3.517 Km<sup>2</sup>).

Confronta a Norte, Nascente e Sul com o Concelho de Alcobaça e a Poente com o Oceano Atlântico, por tal motivo encontra-se, geográfica e administrativamente, delimitado por Alcobaça.

A entrada, barra ou barrinha, na lagoa da Pederneira, hoje Ponte da Barca, fica localizada a 2.529.40 mts a Sul da actual localidade da Pederneira.

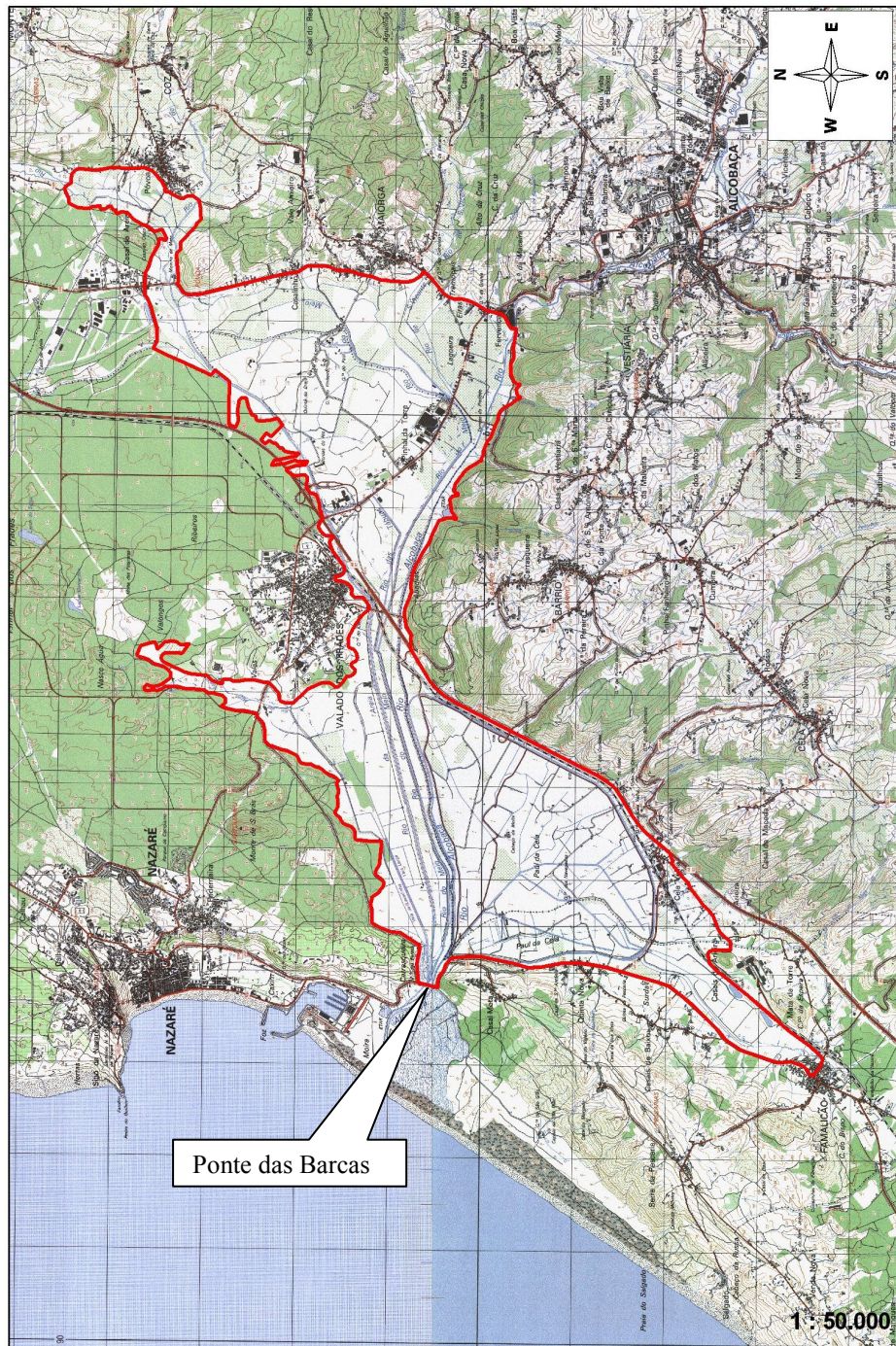
A antiga barra da lagoa da Pederneira, onde hoje existe a Ponte da Barca, possui as seguintes coordenadas geográficas: Ponta Norte da Ponte da Barca = 39°34'30'' N e 9°04'19'' W e, Ponta Sul da mesma ponte = 39°34'24''N e 9°04'24''W. (Ver Mapa 01)

A lagoa, no seu interior, possuía uma orientação NE/SW, atingindo as actuais localidades de Valado do Frades, Póvoa de Cós, Maiorga, Fervença, Abadias, Cela e Famalicão. O seu limite poente acompanhava o sopé da Serra da Pescaria até chegar novamente à Barra. (Mapa 01)

---

(1) – Sobre a questão da designação “Lagoa”, existem alguns investigadores que optaram por lhe chamar “Laguna”. Cf. Jorge Dinis, Maria Virgínia Henriques, op. cit.

A etimologia da palavra Laguna, parece-nos mais adequada ao caso da “laguna da Pederneira”, uma vez que se tratava de um braço de mar que entrava terra adentro. Contudo continuaremos a utilizar o termo “lagoa”, uma vez que a sua etimologia se aplica, também, ao caso agora em estudo. Cf. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa, (1985) – Lisboa, Edição do Círculo de Leitores, p. 1357.



Mapa: 01. Localização da Ponte da Barca e delimitação da Várzea da Nazaré. (Composição: Carlos Fidalgo)

Para sul da barra, a lagoa estender-se-ia até perto da ermida de São Gião.

São vários os relatos sobre os limites geográficos da referida lagoa, não derivando muito uns dos outros, apenas se distinguindo pelos períodos temporais, enquanto zona de expansão máxima, da dita lagoa.

Estabelecendo o período romano, enquanto momento mais antigo, no espaço temporal da questão agora em análise, Arala Pinto indica, para este período, limites um pouco diferentes dos de Natividade (1885). Segundo Arala Pinto, «No período romano era toda a área, ao poente de Alcobaça, muito diferente do que é na actualidade (1938). O mar entrando no estreito hoje chamado Pontes da Barca, estendia-se numa enorme bacia, até Alfeizerão<sup>2</sup>, prolongava-se ao longo da serra da Cela, Bárrio, Vestiaria até à Fervença, (...). Dali passava um pouco a poente da Maiorga, ocupando todo o baixo terreno até próximo de Coz, formando desde a Fervença até àquele lugar como que uma longa enseada. Ocupava todo, ou quase todo, o campo da Maiorga e Valado, e junto a este lugar formava uma curva às Águas Belas, voltava ao Monte de S. Bartolomeu prolongando-se até ao estreito por onde entrava. Ao sul desse estreito, ficava um longo promontório formado pela serra de Gião.» PINTO (1938:69).

Esta serra de Gião, que Arala Pinto refere na obra citada, é a actual serra da Pescaria, que se estende desde a Ponte das Barcas até à Serra dos Mangues que termina em São Martinho do Porto.

M. Vieira Natividade considerou que seria fácil «... limitar todo o circuito dessa baía. O mar bateria, como em cais abordável e profundo, na serra da Pederneira, e também do lado sul até à estreita barra; daí, costeando os pequenos contrafortes do monte de S. Bartolomeu, estender-se-ia pela baixa de Águas-Belas, a formar um estreito braço, rapidamente encurvado para Valado, que ficaria na pitoresca situação de promontório; alargar-se-ia rapidamente tocando os montes de Alpedriz, serra de Cós, monte da Póvoa, e, depois Casalinho, Maiorga, e Fervença (foz do rio Alcobaça); daí acompanhava toda a serra da Vestiaria e, estreitando em frente do Valado, amplamente se estenderia pelo sopé das cadeias de Bárrio, Cela Velha, Quinta do Castelo, Mata da Torre.

---

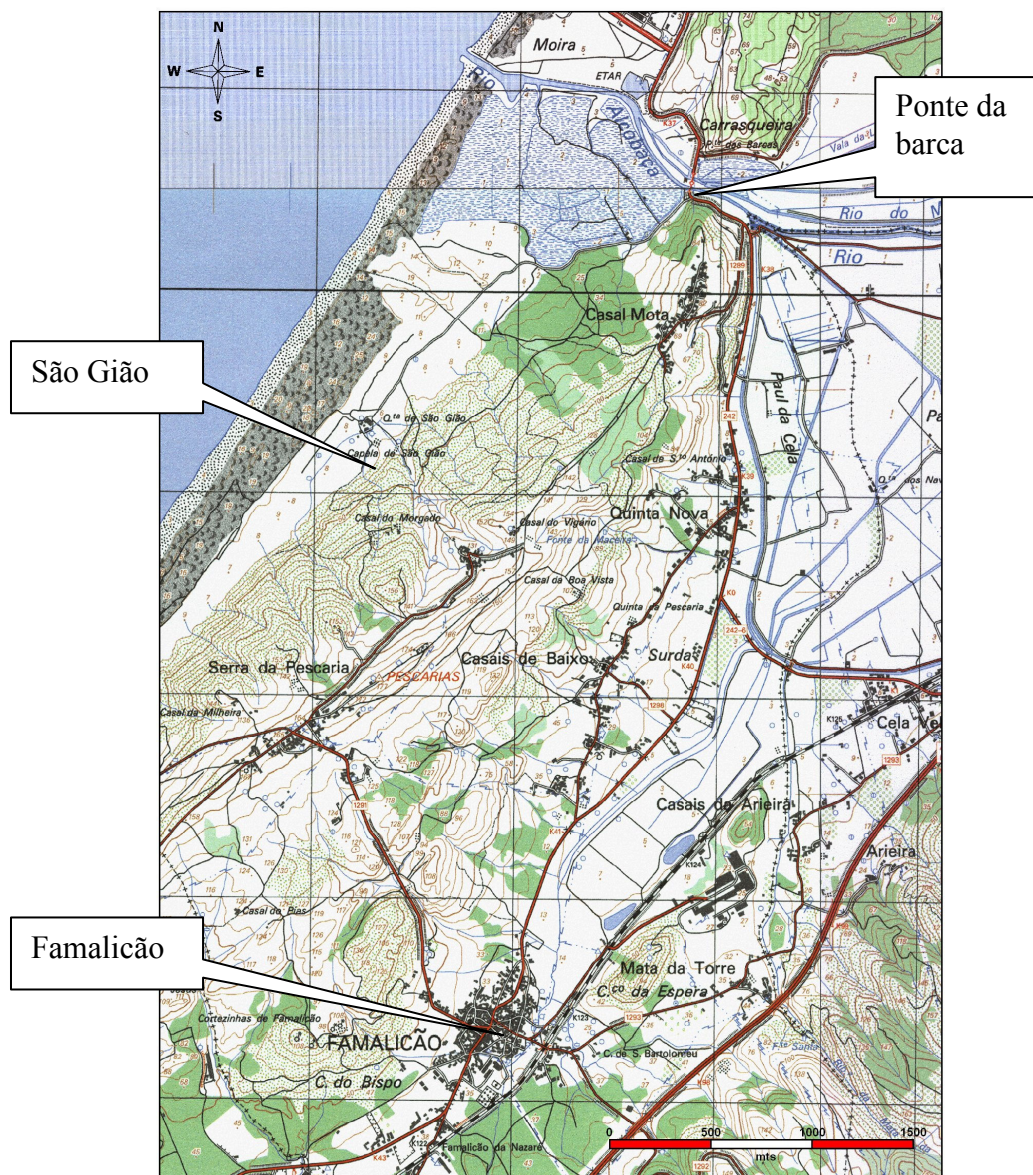
(2) – Virgínia Henriques considera esta eventual ligação «...muito fantasiada relativamente à comunicação com Alfeizerão, parece nos outros locais mais próxima da realidade, pois admite a hipótese de não estar submersa toda a área dos campos da Maiorga e Valado, a mais plausível.» HENRIQUES (1996:428)



Foto: 01 e 02 – Escavações efectuadas em Famalicão da Nazaré durante a movimentação de terras, para construção de uma habitação, trouxeram ao conhecimento a composição do subsolo, areia fina, a uma profundidade de 6 metros, idêntico ao que existe na zona da várzea da Nazaré e na foz do Rio Alcoa aquando o seu assoreamento em 2003. (Fotos: Adriano Monteiro)

Um pequeno istmo obrigá-lo-ia a encurvar-se por Famalicão, S. Gião, até à estreita barra que se situava no lugar ocupado pela actual Ponte da Barca.» NATIVIDADE (1960:100;101) (Mapa 02).

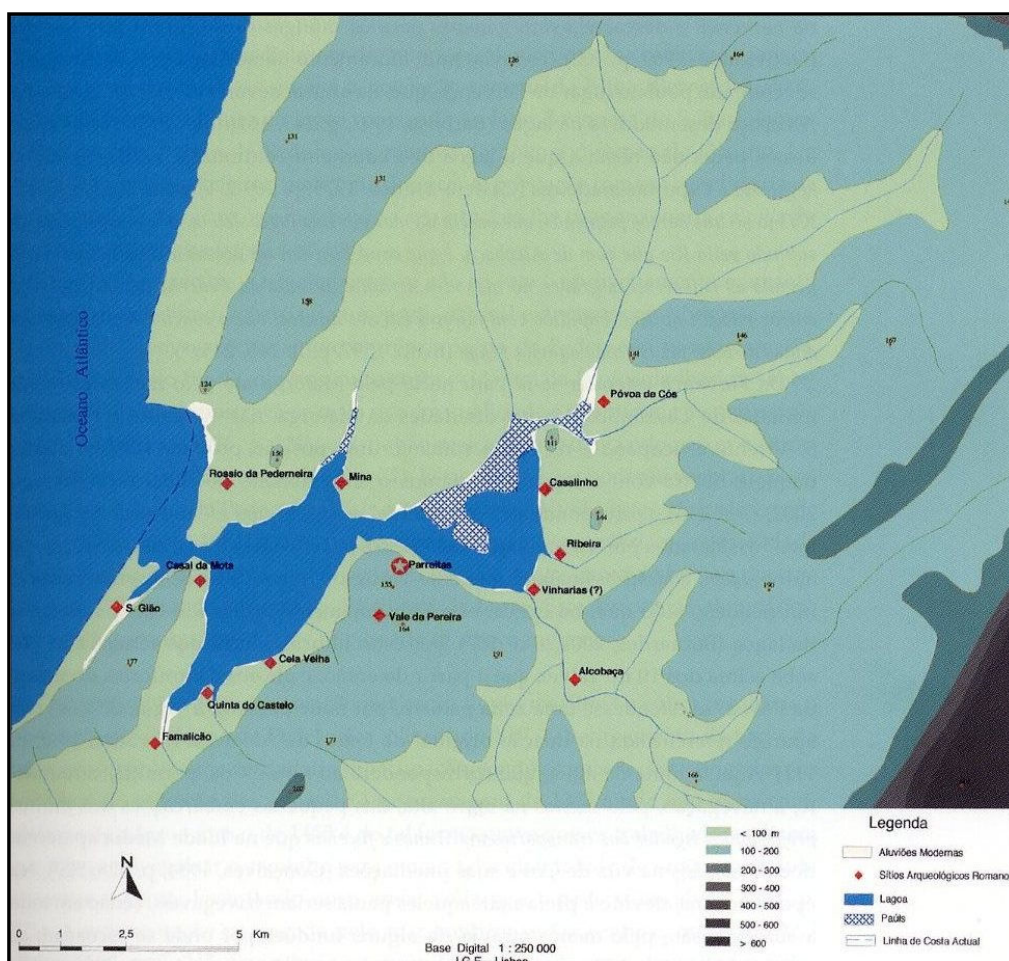
Uma outra descrição, mais recente, dos limites da lagoa é-nos fornecida por Virgínia Henriques que descreve, desta forma, a actual várzea da Nazaré: «Designamos por “várzea da Nazaré” a superfície baixa e plana, de desenho muito recortado, que margina a costa da Nazaré a S. Gião e, a montante da Ponte das Barcas, continua até às imediações de Famalicão, passa pelo estreito de Valado dos Frades e termina a oriente junto às povoações de Fervença, Maiorga e Casalinho.» HENRIQUES (1996:47).



Mapa: 02. Localização do “Pequeno Istmo”, referido por Natividade. (1960:100,101) (Composição: Carlos Fidalgo)

A descrição de Natividade parece-nos, mais ajustada a uma época, muita recuada no tempo, anterior ao neolítico, pelos limites expostos, nomeadamente a nascente, quando refere os “montes de Alpedriz”, a cerca de 4400 mts a NE de Cós. (Mapa:03)

Se considerarmos a altimetria actual da várzea da Nazaré e apesar de não existirem dados concretos sobre o nível das águas da lagoa nessas épocas mais recuadas, mesmo até ao seu desaparecimento, teremos de equacionar que alguns dos locais que Natividade indica possuem, hoje, uma altimetria acima dos 10 mts em relação ao nível médio do mar.



Mapa 03: Lagoa da Pederneira. BARBOSA. (2008:39)

Águas Belas, encontra-se acima dos 15.5 mts no seu extremo, i.e., a NE da bacia da extinta lagoa e a zona baixa da Povoia de Cós, acima dos 12 mts de altitude.

Sobre esta questão, Virgínia Henriques faz uma observação ao trabalho de Natividade, que se conjuga com a nossa opinião, quando refere: «A área coberta pelo mar é muito exagerada e corresponde, grosso modo, ao traçado da curva de nível de 25 m.» HENRIQUES (1996:427).

Uma outra questão sobre a descrição de Natividade, prende-se com o facto de um «...istmo obrigá-lo-ia (à água) a encurvar-se por Famalicão, S. Gião, até à estreita barra que se situava no lugar ocupado pela actual Ponte da Barca.» NATIVIDADE (1960:101).

Este “istmo”, que fala Natividade, é a serra da Pescaria. Na sua vertente oriental está implantada a sede de Freguesia de Famalicão, no lado oposto, lado ocidental, está implantada a Igreja de São Gião. Por tal motivo, não nos parece que a descrição esteja correcta, uma vez que o percurso das águas seria Famalicão, Ponte das Barcas e São Gião e não aquele que Natividade refere.

Talvez Natividade se referisse à actual serra da Pescaria como Serra de São Gião, o que nos parece mais evidente na descrição de Natividade.

A várzea da Nazaré encontra-se nos seus sectores, interior e litoral, bem delineada pela relação existente entre a efectiva existência de uma zona baixa, aplanada, e a sua delimitação a Norte, Nascente e Poente pelas Serras da Pederneira, Serra do Bárrio e Serra da Pescaria. A sul encontra-se delimitada pela povoação de Famalicão da Nazaré.

## 1.2 – A lagoa da Pederneira

### 1.2.1 – Caracterização geomorfológica

A extensa área aplanada onde se encontra a várzea da Nazaré, constituída pelos campos palustres da Cela, Valado dos Frades e Maiorga, ladeada a Ocidente pela Serra da Pescaria e a Oriente pela serra do Bárrio, Póvoa de Cós e Valado dos Frades, foi em tempos ocupada por uma ria que progressivamente se transformou num estuário lagunar, designada por Lagoa da Pederneira.

Virgínia Henriques defende que: «Durante a transgressão flandriana o mar penetrou nessas passagens estreitas<sup>3</sup>, anteriormente escavadas, inundou os sectores mais baixos, e transformou-os em estuários lagunares. As aluviões flúvio-marinhas que a pouco e pouco, as colmataram deram lugar ás várzeas que hoje existem.» HENRIQUES (1996:47).

Porém, antes desta fase de inundações dos “sectores mais baixos” dos terrenos, convém perceber que acontecimentos permitiram a formação da lagoa da Pederneira.

A região da Nazaré foi afectada por dois grandes acidentes geológicos, o Vale Submarino da Nazaré (canhão da Nazaré) e o Vale Tifónico de Caldas da Rainha ou Diapiro das Caldas da Rainha.

Para o caso em estudo assume particular importância o Vale Tifónico das Caldas da Rainha, uma vez que atravessa toda a várzea onde, provavelmente até ao séc. XVII, existiu a lagoa da Pederneira.

O Vale Tifónico possui uma orientação NE/SW atravessando toda a zona da referida lagoa.

Sobre o Vale Tifónico das Caldas da Rainha, Jorge Dinis, refere que: «A antiga laguna costeira denominada de Pederneira correspondia à inundaçãõ marinha de uma reentrância na costa, um vale formado durante os sucessivos abaixamentos dos níveis de mar ocorrentes à escala global durante as glaciações no período geológico denominado Quaternário.» DINIS (2005:01).

A formação da lagoa da Pederneira foi uma consequência de processos geológicos e geomorfológicos complexos, fazendo com que as denominadas “zona baixa” se comesçassem a definir a partir de um «momento de maior intensidade que se registou há aproximadamente 10Ma, no Miocénico superior.

---

(3) – Estas “passagens estreitas” caracterizam, segundo Virgínia Henriques, o tipo de costa “talhada em arribas altas”, existente entre a Nazaré e Peniche. Cf. HENRIQUES (1996:4)

Foi pois num vale marcado pelos bordos do diapiro (Vale Tifónico das Caldas da Rainha) e seus “anexos” que a inundação marinha criou a vasta laguna da Pederneira, tal como as de Alfeizerão e de  bidos, objecto de natural e inevitável enchimento sedimentar.» DINIS (2005:02).

A partir desta fase dar-se-ia o enchimento das mencionadas zonas baixas formando as lagunas mencionadas. Esse «enchimento da laguna processa-se por duas componentes: uma de decanta o de partículas finais redistribui o de areais no fundo, com crescimento essencialmente vertical, e uma de deposi o grosseira na desembocadura dos cursos de água afluentes.» DINIS (2005:02).

O mesmo autor refere ainda que todo este processo conheceu três fases distintas:

«- O nível do mar terá subido rapidamente até há cerca de 7000 anos, causando uma sucessão de materiais cada vez mais finos e de carácter marinho mais acentuado (marcado, por exemplo, pela abundância de conchas marinhas);

- Após a estabiliza o o nível do mar (aproximadamente 5000 anos antes do presente), o enchimento do vale   sobretudo subaquático, com reduzido reflexo na área da laguna, como indiciado também pelos dados arqueológicos<sup>4</sup>, desde o Neolítico até ao período Visigótico, verosimilmente incluindo a ocupa o  rabe;

- A evolu o mais recente tem grande expressão na área molhada da laguna, pois a reduzida capacidade da bacia de recep o se conjugou, provavelmente com a acelera o da erosão nas zonas que para ela drenam, causada pelas actividades antrópicas p s-reconquista – sobretudo a agricultura e o abate de florestas.» DINIS (2005:02).

O processo de colmata o, no interior da várzea, terá sido formado pela deposi o sedimentar fluvial, pluvial e pela erosão provocada pelos ventos predominantes de NW, que ao longo dos séculos foram aumentando a altimetria da várzea, deixando pontualmente algumas zonas lagunares principalmente onde a ac o fluvial não era tão constante. O assoreamento do sector litoral, nomeadamente a barra da lagoa, terá contribuido bastante para a “reclusão” das águas fluviais e para a conseqüente acumula o sedimentar da área interior da lagoa.

O assoreamento do chamado “sector litoral” foi o que mais contribuiu, segundo a nossa opinião, para a colmata o da zona interior da lagoa.

---

(4) – Sobre os vestígios arqueológicos, Arala Pinto refere que: «Em 1937 na abertura da vala de melhoramentos dos campos da Cela, Valado, etc., apareceram   profundidade de 3 a 4 metros, conchas de ostras, etc.» Cf. PINTO (1938:69)

Esse sector litoral encontra-se muito dependente das dinâmicas marítimas e eólicas. Localizado a oeste da Serra da Pescaria, da Ponte da Barca e da Serra da Pederneira, estender-se-ia desde São Gião até junto ao promontório da Nazaré. (Mapa 04)



Mapa 04: Sector Litoral da Lagoa. (De notar que, nesta delimitação, não ultrapassámos São Gião, uma vez que o imóvel encontra-se implantado a uma cota de 11.00, muito superior à restante zona delimitada.)  
(Composição: Carlos Fidalgo)

Confina, a poente, com as dunas primárias (dunas de São Gião) que fazem a transição entre a zona de praia e as zonas palustres, com água praticamente parada, onde em tempos funcionaram um conjunto de salinas. Estas pequenas superfícies aluviais embora separadas, formam um conjunto de pequenos lagos, graças ao pequeno ribeiro (Ribeiro de São Gião) que os liga à foz do rio Alcoa.

Com a construção do porto de Abrigo da Nazaré, inaugurado em 1983, a foz foi deslocada para sul e o Ribeiro de São Gião praticamente deixou de existir. Contudo ainda existe um pequeno troço desse ribeiro, que se encontra oculto, na sua grande parte, pelo caniçal existente no local. (Ortofotomapa 01)



Ortofotomapa: 01: Localização do Ribeiro de São Gião. A poente, ainda se pode observar as antigas salinas. (2004). (Composição: Carlos Fidalgo)

Virgínia Henriques sustenta que este “sector litoral” se terá formado «ao abrigo do cordão litoral interior, enraizado a sul, nas arribas dos Salgados e alimentado por uma corrente de deriva S-N. Nas imediações do Cafurno, (zona mais a norte da Igreja de São Gião), este cordão termina por uma barbeta encurvada no sentido do continente e delimita, para sul, (São Gião), uma zona de várzea mais estreita e mais alta do que a existente a norte (Algerifeira e Nazaré). (...) A passagem de uma área à outra não é gradual; faz-se por um pequeno degrau com 2-3 m de altura, o nos leva a pensar que a zona de São Gião terá emergido antes da superfície do Cafurno, ao abrigo deste cordão interior, alimentado lateralmente pelos materiais provenientes da vertente costeira e das dunas.» HENRIQUES (1996:51).

Estas dunas eólicas «ocorrem (formam-se) em áreas onde o vento, pela sua constância ou velocidade, ou pela ausência de obstáculos, constitui o principal agente de mobilização, transporte e acumulação de sedimentos.» PEREIRA e ANGELUCCI (2004:223).

A Igreja de São Gião encontra-se implantada a uma cota de 11.0 mts, acima do nível médio das águas do mar, o que nos leva a concluir que a edificação deste imóvel deverá ter acontecido já numa época mais próxima do presente, sensivelmente há 2000 anos BP.

A Igreja de São Gião será abordada num ponto mais à frente neste estudo, contudo considera-se relevante fazer esta menção para um enquadramento dos limites da lagoa, neste caso do sector litoral, e o espaço físico que a mesma foi deixando de ocupar dando lugar a zonas palustres.

A lagoa da Pederneira, assim como a de Óbidos e a de Alfeizerão, continuarão a ser estudadas para melhor se entender a sua dinâmica geológica, a sua composição geomorfológica, nomeadamente nas camadas mais baixas, da actual várzea da Nazaré, que podem conter a resposta a muitas questões ainda hoje colocadas pelos investigadores.

Para tal decorrem, actualmente, estudos geológicos na referida várzea, sinal de que tudo o que foi investigado até à actualidade e as conclusões que derivaram das várias investigações levadas a cabo podem conhecer novos elementos no futuro.

É o caso do projecto “PaleoNaz – Evolução paleoambiental da planície litoral a sul da Nazaré desde o Tardiglacial.” Este estudo está a ser elaborado pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Centro de Geologia tendo como principal objectivo, «...a reconstituição paleoambiental, integrado no espaço e no tempo, centrado na planície costeira da Nazaré que no passado recente integrou uma laguna (Lagoa da Pederneira), hoje completamente colmatada. Esta área, que possui elevada diversidade geomorfológica, beneficia de um enquadramento arqueológico e histórico muito rico e de uma superfície acessível em toda a sua extensão. A investigação proposta assenta na interpretação do registo sedimentar obtido em

testemunhos de sondagens e nas respostas inferidas deste ambiente a forçamento ambiental variável ao longo do tempo...» [1]

Dados também recentes, que remontam ao ano 2000, aquando dos trabalhos de prospecção geológica para a construção da A8, no lanço Caldas da Rainha/Marinha Grande, deram a conhecer os diversos substratos que compõem, actualmente, a zona onde a referida via atravessa a várzea da Nazaré, nomeadamente nos viadutos de Mata da Torre, Freguesia de Famalicão, Rio Alcoa, Rio das Tábuas e Rio do Meio, todos na Freguesia de Valado dos Frades.

De referir que os valores que serão apresentados não são relativos ao eixo, directriz, da A8, mas às zonas mais perto dos locais onde se encontram implantados os pilares de sustentação dos viadutos.

Assim os trabalhos de prospecção geofísica e as sondagens mecânicas, efectuadas no ano 2000 para a implantação dos pilares de sustentação dos viadutos do Rio Alcoa, Rio das Tábuas e Rio da Areia, revelam as camadas que compõem o sub-solo da várzea da Nazaré e, acima de tudo, a profundidade, variável, a que se encontra o substrato rochoso, que cremos, composto pelas “Camadas de Alcobaça” e “Camadas de Montejunto” ou seja, as camadas do jurássico que servem de base de sustentação aos pilares dos referidos viadutos.

O Viaduto da Ribeira da Mata da Torre «...localiza-se na zona de fronteira entre as freguesias de Famalicão no Concelho da Nazaré – a Sul – e a freguesia de Cela do Concelho de Alcobaça – a Norte.

As sondagens efectuadas na Ribeira da Mata da Torre revelaram «...características geomorfológicas específicas, enquadráveis em ambientes sedimentares de natureza fluvial a montante das zonas de enchimento da bacia sedimentar estuarina. As cotas do terreno na zona prospectada oscilam entre 28.4m e 29.5m. (...) A análise estratigráfica das sondagens efectuadas para a execução da obra permitem confirmar a ausência de areias médias a grosseiras.» ECOSSISTEMAS (2000:53).

A altitude a que foram executados os furos de prospecção, muito acima da zona aluvial, não permitiu recolher informações sobre a composição do subsolo, e a profundidade a que se encontra o substrato rochoso, nessa zona mais baixa.

Trata-se de uma zona de grande importância para a leitura e compreensão da geomorfologia actual e da possibilidade de aferir uma “hipotética” ligação entre a lagoa da Pederneira e a lagoa de Alfeizerão.<sup>5</sup>

---

(5) – Conferir nota de rodapé, nº2, p. 11, neste trabalho.

Contudo forneceu dados importantes nas três sondagens efectuadas a cotas altimétricas diferentes mas próximas, 30.10mts, 30.20mts e 30.30 mts. As profundidades atingidas foram, respectivamente, 1.90mts, 2.00mts e 2.60mts.

Nestas três perfurações os elementos constituintes não se diferenciaram, dando conta de uma camada superficial de Pedra Rachão, depois de uma camada de argila acastanhada de alteração do Lutitos e, por fim, à profundidade de 2.00 mts foi encontrada a camada de Luti-<sup>6</sup>

O viaduto do Rio Alcoa «...localiza-se na zona de fronteira entre as freguesias de Bárrio do concelho de Alcobaça – a Sul – e a freguesia de Valado dos Frades do concelho da Nazaré – a Norte. (...) A planície de inundação do Rio Alcoa (nesta zona) encontra-se entre as cotas 2.81m e 6.15m (média 4.4m).» ECOSSISTEMAS (2000:54).

No corte geológico interpretativo que abrange o referido Rio Alcoa, o Rio do Meio e o Rio das Tábuas, todos localizados entre a serra do Bárrio e a zona Sul de Valado dos Frades, (Fig:05) o subsolo   composto por, substrato rochoso, argila compacta, areia fina e argila, contendo ainda, no sentido da superfície, uma camada de lodo, turfa e solo de cobertura.

As sondagens geológicas efectuadas não foram além dos -30 metros, profundidade máxima onde se encontrou o referido substrato rochoso. Neste troço pode observar-se que esse substrato rochoso foi encontrado a profundidades variáveis.

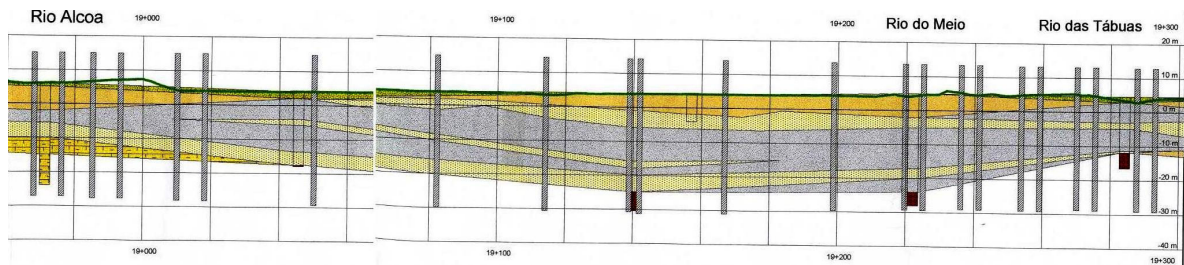


Fig.: 05: Corte transversal do terreno na zona do Viaduto 4 da A8. Conferir:

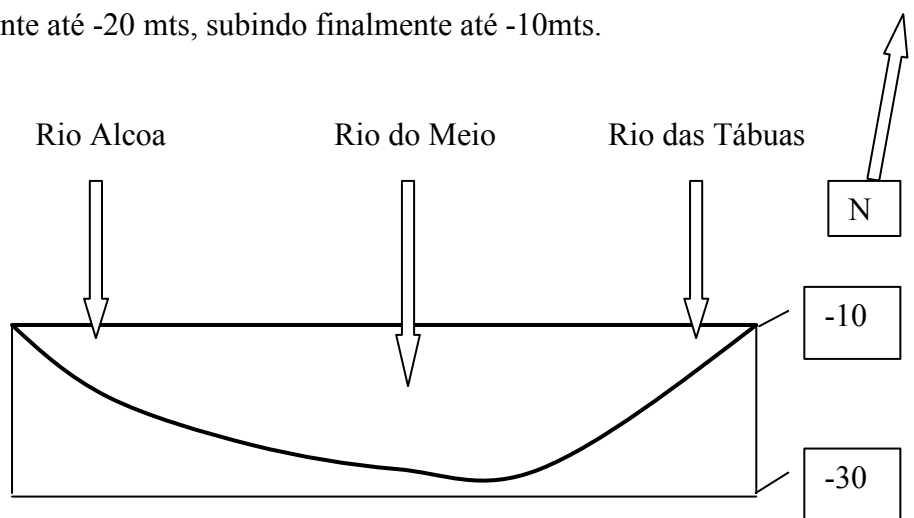


(6) – Cf. Ecosistemas. (2000) - Relatório Síntese da A8, Volume I, *Estudo de Impacte Ambiental*. (Consultar Bibliografia)

Na zona do Rio das Tábuas encontra-se entre os -10 mts e os -20 mts, na zona do Rio do Meio, encontra-se sensivelmente, entre os -25 mts e os -28 mts e, na zona do Rio Alcoa encontra-se entre os -10 mts e os -25 mts.

Estes valores permitem-nos tirar algumas conclusões sobre a geometria da camada rochosa da várzea nesta zona. O rio Alcoa é o que fica localizado mais a Sul dos três rios mencionados e o rio das Tábuas o que se encontra mais a Norte. Como se pode verificar a camada rochosa nesta zona faz uma espécie de vale, considerando a cota -10 mts na zona mais a Sul e a mesma cota para a zona mais a Norte do Rio das Tábuas.

Na zona do rio Alcoa, partimos de uma cota de -10 e o afundamento da camada rochosa vai até à cota -25. Na zona do rio do Meio existe um desnível de 3 metros, (-25 a -28), subindo depois para os -10 metros. À medida que nos vamos aproximando do rio das Tábuas, o fundo desce novamente até -20 mts, subindo finalmente até -10mts.

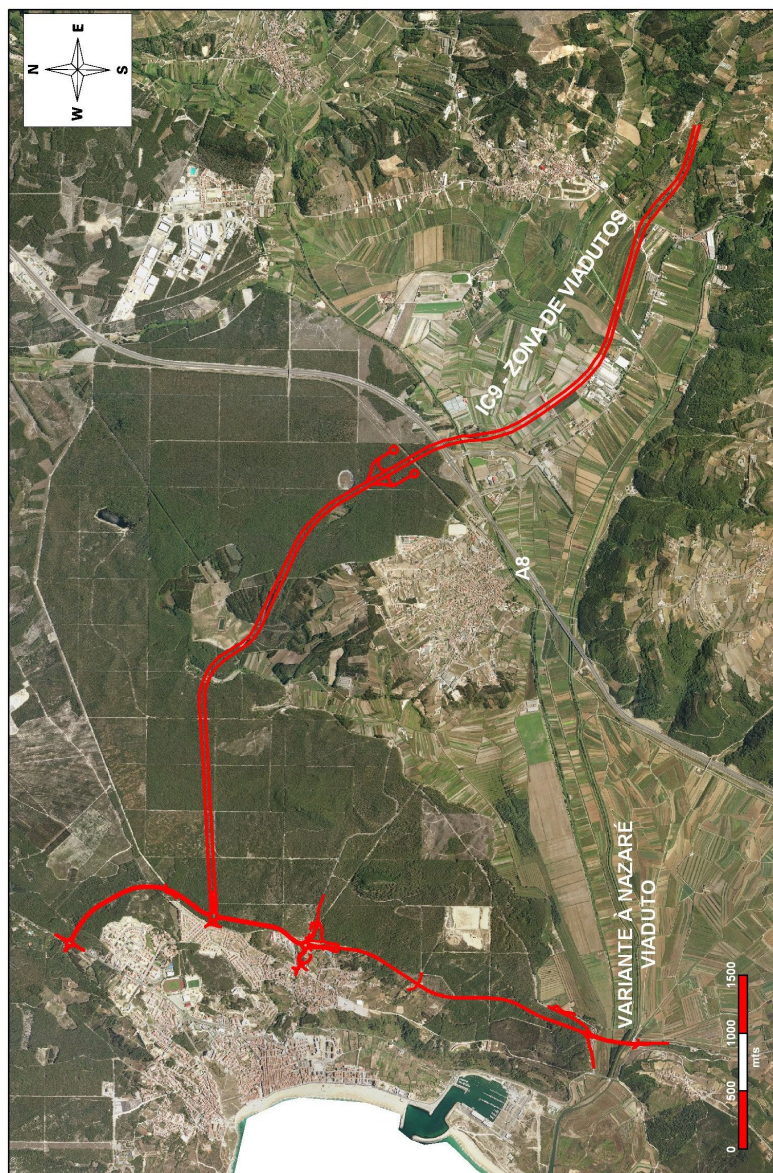


A possibilidade da continuidade deste vale para poente será objecto de apreciação quando se analisar o perfil do viaduto da Variante à Nazaré.

Uma outra infra-estrutura prevista para esta zona, várzea da Nazaré, é o IC9.

O IC9 é outra infra-estrutura viária que prevê o atravessamento da referida várzea a nascente de Valado dos Frades e que prevê a ligação da EN1, junto a Aljubarrota, à Variante à Nazaré, EN-242,

Nessa zona da várzea, que irá ser atravessada pelo IC 9, está prevista a construção de 3 viadutos. (Orto:02)



Ortofotomapa: 02: Directriz do IC9 na zona de atravessamento da várzea da Nazaré.  
(Composição: Sistemas de Informação Geográfica da Câmara Municipal da Nazaré, (2010)

O primeiro, Viaduto – 1, será implantado na zona de Nasce Água que fica pouco a norte de Águas Belas, local já aqui mencionado.

O segundo, Viaduto – 2, será construído mais a sul, para atravessamento da A8. O terceiro, Viaduto – 3, será construído na zona onde corre o Rio do Meio.

A obra prevê duas fases distintas: «Numa primeira zona compreendida entre os Km's 3+000 e 6+700, junto à povoação de Valado dos Frades, o traçado desenvolve-se em aterro com uma altura máxima de aproximadamente 10 metros, restabelecendo, através de uma série de passagens inferiores consecutivas, um caminho municipal (PI4 – km 4+330), a futura ligação entre Zonas Industriais a linha de Caminho de Ferro do Oeste (PS5-Km 4+790) e a auto-estrada do Oeste – A8 e o Rio da Areia (Viaduto 2).

Entre os kms 6+700 e 7+250 está previsto um viaduto de pequena altura (Viaduto 3), permitindo simultaneamente o restabelecimento de várias linhas de água, incluindo os Rios do Meio e de S. Vicente (kms 6+6+860 e 7+040), e as acessibilidades a toda a zona agrícola.»<sup>7</sup>

Os 3.400 mts de distância, que terá a zona de aterro, situam-se entre o Viaduto 2 que atravessa a A8 e o nó da Maiorga (Viaduto 4). Durante este percurso o terreno na zona baixa entre o Valado dos Frades e o referido Nó da Maiorga irá subir 10 metros.

Este talude, com 10 metros de altura, irá constituir uma barreira que condicionará o equilíbrio ambiental actualmente existente no local.

O cenário previsto, perante análise dos dados, é a acumulação de areias a montante e a jusante do talude de sustentação do tabuleiro do IC9.

A alteração da bacia de inundação dos rios abrangidos a Norte e a Sul do Viaduto 3 será também substancial, uma vez que irá existir uma barreira que dividirá a montante e a jusante a bacia de inundação dos rios do Meio, das Tábuas e rio da Areia.

A geomorfologia desta zona tenderá a alterar-se, com o passar dos anos, para um cenário de acumulação sedimentar muito acima da cota actual, embora não uniforme e mais estendida a montante.

De referir ainda que o perfil transversal do tabuleiro viário nos viadutos 1 e 3 possui um total de 15.00 de largura, distribuídos da seguinte forma: «... Faixa de rodagem com 7.50 mts; Bermas com 2.50 mts de largura e passeios com 1.25 metros de largura.»<sup>7</sup>

Relativamente aos perfis executados para o projecto de execução do IC9, assumem particular importância os dados constantes nas zonas dos viadutos acima referidos (Viadutos, 1, 2 e 3), assim como a zona de aterro, também já referenciada.

Analisadas as cotas de terreno e de projecto constantes dos perfis longitudinais, podemos retirar algumas ilações sobre as alterações que o terreno irá sofrer, relativamente à sua topografia/altimetria.

Quanto ao Viaduto 1, que atravessa a zona de Nasce Água, pode constatar-se que o mesmo será executado, como é seu objectivo, para atravessar um vale. Esse vale, bastante profundo, apresenta, a Norte, uma cota de 42.00 mts e a Sul uma cota de 42.71 mts. A sua zona mais baixa encontra-se a uma cota de 27.42 mts.

Existindo, assim, um diferencial de 15.29 mts, numa distância de 150 mts.

---

(7) – IEP – Estradas de Portugal. (2005) – IC9 – Nazaré/Alcobaça/EN-1 – Projecto de Execução, Memória Descritiva, pp. 3 - 4.

De referir ainda que este viaduto irá “funcionar” às cotas de 36.18 e 35.13 mts, inferiores à cota actual do terreno. Está prevista uma escavação que atingirá, em profundidade, de 5.82 e 7.58 mts, no sentido Nazaré – Alcobaça.

O Viaduto 2, como já foi referido, será construído para permitir a passagem por cima da A8. Encontra-se numa zona de transição entre o pinhal e zona mais baixa da planície aluvial.

Em 300 mts, a directriz do IC9 passa da cota 14.91 para a cota 9.69, cotas de terreno, sendo que as cotas de projecto, ou seja, a altura a que irá ser construído o referido viaduto, serão de 24.89 e 19.49. Decorrente da análise das cotas de terreno e das de projecto poder-se-á ter uma noção da alteração da topografia/altimetria do terreno e dos volumes de terra que irão ser necessários para, nesta zona do traçado, construir o tabuleiro do IC9.

Não se consideram no parágrafo anterior o comprimento do Viaduto 2, que será de 300.00 mts, mas os 200.00 mts da chamada “zona de transição” que terá zonas de aterro, nos seus extremos, Norte e Sul, que derivam da variação altimétrica entre 9.69 e 19.49 mts e 7.11 e 15.98, respectivamente. De referir que este viaduto além de passar pela A8, como foi já referido, passa também sobre a Linha do Oeste e, principalmente, pelo Rio da Areia.

Aos 7.0 kms, está prevista a construção do Viaduto 3, que passará acima do rio do Meio. Este viaduto será o segundo, contando com o já executado na A8, que abrangerá o referido Rio.

Neste troço do IC9, as cotas de terreno são, a norte do futuro viaduto, 7.88 e a sul 6.47. As cotas de projecto, prevêem respectivamente 15.82 e 12.01 mts, o que dá um diferencial, também respectivo de, 7.94 a Norte e 5.54 a Sul numa extensão de 550.00 mts.

Embora todo este conjunto de dados não nos forneça qualquer informação de cariz geomorfológico, permite-nos perspectivar, num futuro muito próximo, as eventuais alterações geomorfológicas que poderão acontecer nas zonas afectadas pelas infra-estruturas já existentes, como é o caso da A8, e a construir, como o IC9.

Uma outra sondagem efectuada na várzea da Nazaré, a que tivemos acesso, foi realizada para a implantação da Variante à Nazaré. Esta variante irá atravessar a várzea da Nazaré no sentido Sul/Norte, a uma distância de aproximadamente 320.00 mts a Nascente da actual Ponte das Barcas (Fig:06).

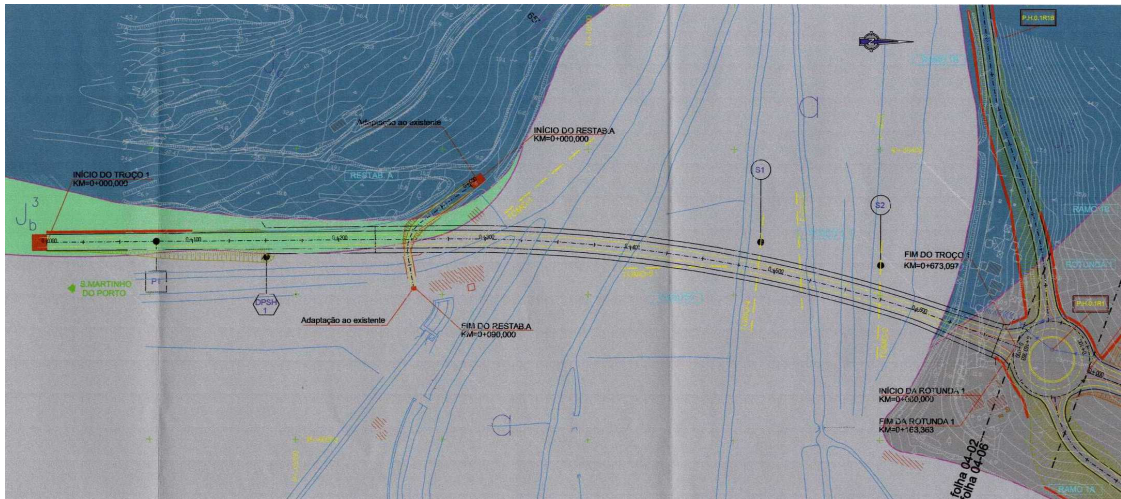


Fig.: 06: Directriz da Variante à Nazaré na zona da Ponte das Barcas. Atravessamento em viaduto. IEP – Estradas de Portugal. (2009) – EN-242 – Variante à Nazaré – Estudo Prévio, Estudo de Impacte Ambiental, Volume IV.

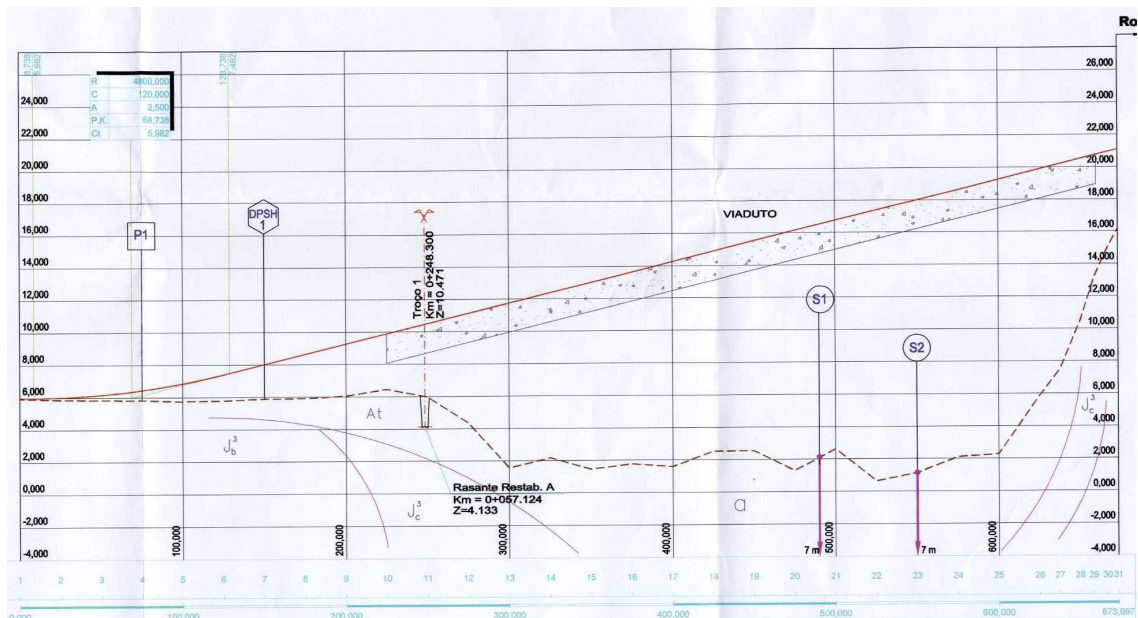


Fig.: 07: Perfil transversal do Viaduto sobre a várzea da Nazaré na zona da Ponte das Barcas. IEP – Estradas de Portugal. (2009) – EN-242 – Variante à Nazaré – Estudo Prévio, Estudo de Impacte Ambiental, Volume IV.

A leitura dos elementos constantes do perfil longitudinal do viaduto (Fig:07), permite-nos perceber que as sondagens efectuadas não foram a profundidades além dos -4 metros.

A razão desta opção técnica prendeu-se, provavelmente, com a necessidade de estudar a forma de construir um viaduto que parte com uma cota de projecto de 5.982 mts, na EN-242, Famalicão/Nazaré e atinge a serra da Pederneira à cota 21.091 mts. Portanto um diferencial positivo de 15.109 mts, que se traduz numa inclinação de 2,5%, numa extensão de 604.359 mts.

Os dados que se encontram no perfil mencionado dão-nos algumas indicações sobre a composição dos solos e a profundidade a que os mesmos se encontram, considerando o limite de

prospecção referido. Neste sentido, podemos verificar que a topografia da zona objecto da prospecção varia, no sentido Norte/Sul, entre as cotas 2.289 e 6.461 mts, acima do nível médio do mar.

As sondagens mecânicas, com perfuração a Trado Oco e com execução de SPT (Standart Penetration Test) <sup>8</sup>, trouxeram ao conhecimento a composição do solo naquela zona, assim como a profundidade a que se encontram os vários estratos sedimentares.

Neste sentido, as zonas onde foram efectuadas as sondagens (SPT) revelaram os seguintes dados: Nos pontos S1 e S2 (ver perfil) a perfuração atingiu uma profundidade máxima de -4.00 mts, encontrando depósitos aluvionares delimitados por uma espécie de “vale” mais profundo, composto por margas, grés e calcários (Camadas de Alcobaça).

A profundidade deste “vale” não se observa no mapa, porque as fundações dos pilares apenas atingem os 7 metros de profundidade. Contudo, Virgínia Henriques e Jorge Dinis defendem, através de um corte transversal desta zona, que a profundidade máxima do vale da ponte das Barcas se situa a -34 mts. <sup>9</sup> [2]

Na zona mais profunda, cerca de -34 mts, aparecem “As Camadas de Alcobaça”. Estas encontram-se mais à superfície, em relação às “Camadas de Montejunto”, numa formação de subida de cota que, cremos, será o início da serra da Pederneira a Norte e a da Serra da Pescaria a Sul.

Estas duas camadas, que parecem constituir um vale profundo na zona da antiga embocadura da lagoa da Pederneira, sobem, pelo observado no perfil em análise, até cotas positivas, cerca de 5.00 mts a Sul e 7.00 metros a Norte, muito próximas do coberto vegetal, pouco mais de 1.00 metro. (Fig:07)

Este vale, que parece acontecer nesta zona (Ponte das Barcas), poderá ter continuidade para nascente, conforme atesta a profundidade a que o substrato rochoso se encontra junto ao viaduto da A8 na zona do rio do Meio. Entre estes dois locais existe uma distância, em linha recta, de aproximadamente 3.932.00 mts. (Fig:05)

Aferir a continuidade deste vale e a constância ou não da sua profundidade é algo que importa investigar para uma melhor compreensão da geometria das camadas mais profundas da várzea, que poderão estar ligadas directamente com a forma como se processou a regressão do lençol de água que formava a lagoa da Pederneira.

---

(8) – IEP. (2009) - Relatório Síntese, Variante à Nazaré – Estudo Prévio, Volume IV, *Estudo de Impacte Ambiental*.

(9) – Cf. Maria Virgínia Henriques e Jorge Dinis, (2006: 01 a 16)

### 1.2.2 – O processo de assoreamento. Uma cronologia

Para abordar a questão do assoreamento da lagoa da Pederneira, torna-se pertinente, numa fase inicial, citar Alveirinho Dias, sobre o conceito de “nível médio do mar”.

Refere este autor que: «Por exemplo, sabe-se que, em grande parte do globo terrestre, há 18.000 anos, (Quaternário, ultimo máximo glacial) o nível médio do mar se localizava a mais de 100 metros abaixo do nível actual.» DIAS (2004:160).

Esta datação e a certeza, ou falta dela, da altitude das águas do mar nessa época e nas épocas posteriores devem ser equacionadas com alguma precaução, uma vez que não existem «...registos instrumentais de tal acontecimento, nem tão pouca observação científicas coevas sobre o assunto, nem é possível efectuar a duplicação dessa ocorrência. (...) Trata-se, apenas de uma hipótese, não obstante existirem muitos milhares de dados convergentes que nos levam a acreditar que tal é uma “certeza”. Porém, é fundamental que se tenha sempre presente que essa “certeza” mais não é do que uma hipótese e que continuará sempre a ser uma hipótese.» DIAS (2004:160).

Após o último máximo glacial, onde as águas do mar, provavelmente, estiveram a mais de 100 metros abaixo do nível actual, aconteceram importantes alterações climáticas, em particular, o lento, mas progressivo aquecimento do planeta, devido a uma maior exposição solar, fruto do final da grande glaciação e início do “Pequeno Ótimo Climático”.

Este processo de aquecimento da temperatura média do planeta deu «...início à ascensão do nível marinho a qual foi, de início, lenta. Há cerca de 16.000 anos, o nível marinho estabilizou em torno da batimétrica -100, ali permanecendo cerca de 3000 anos.» CARDOSO (2002:128).

Embora a partir desta altura a tendência tenha sido a de subida gradual das águas oceânicas, o litoral português estendia-se mais para ocidente.

Durante o período que decorreu entre o último Máximo Glaciário e o final do Ótimo Climático, os níveis de água terão atingido o seu máximo, embora não exista, «consenso, na comunidade científica sobre as taxas de subida do nível marinho neste período, sobre a altura em que essas taxas começaram a diminuir nem sobre a data em que o actual nível foi atingido.» DIAS (2004:165).

Podemos considerar, para essa época, 5000 anos BP, que o nível do mar estabilizou, conforme defendem vários autores, entre eles, João Luís Cardoso quando refere: «Cerca de 10.000 anos atrás, o contínuo aquecimento climático, responsável pelo quase desaparecimento de glaciares do território europeu, explica o prosseguimento da subida do nível marinho.

Há 8000 anos, imediatamente antes do início da fixação humana mesolítica nos vales do Tejo e do Sado, o mar encontrava-se ainda à cota -20 e a subida continuou, até 5000 anos atrás.» CARDOSO (2002:129).

Por altura da ocupação romana na área circundante à lagoa da Pederneira e, «apesar do mar avançar pelo interior dos estuários nas zonas de reentrâncias, (rios, ribeiros e enguieiros) em outras, como as arribas ou falésias, encontrar-se-ia mais recuado, sendo o aspecto geral o de uma linha de costa muito mais recortada do que aquela que temos hoje. Tal é perfeitamente compreensível, já que na época romana, pelo menos no Alto Império, o nível do médio das águas do Oceano se encontrava abaixo do de hoje...» BERNARDES (2008:35).

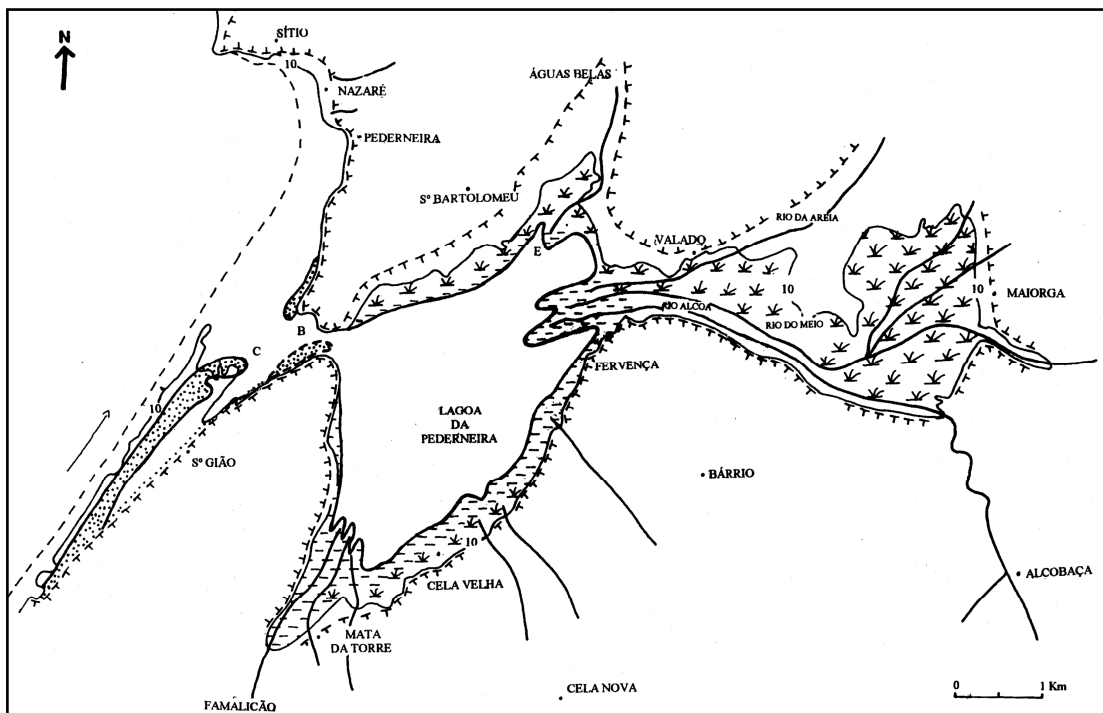
Há 2000 anos atrás, a lagoa da Pederneira estaria já num processo regressivo, criando nas zonas mais a nascente pequenos espaços palustres, que iam progredindo para poente acompanhando a diminuição de área da lagoa.

Considerando que o processo de assoreamento deriva de uma acção contínua, conjugando vários factores, não deve ter havido interrupções muito prolongadas no tempo que, de alguma forma, obviassem à interrupção do processo de colmatação da lagoa.

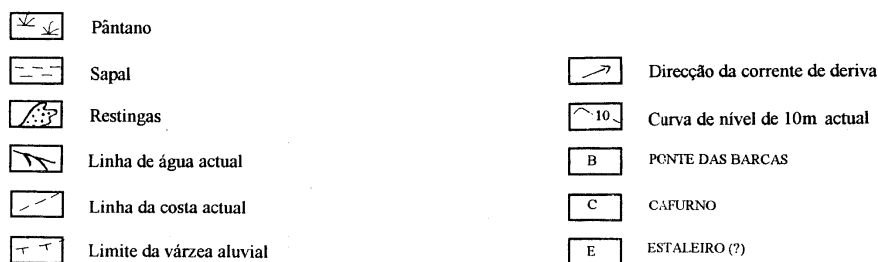
Considerando, também, as variações climáticas, muitas vezes prolongadas e adversas, que ocorreram desde esses séculos até ao século XVII, a lagoa da Pederneira poderá ter continuado a ser navegável antes da reconquista, embora com uma menor dimensão na sua extensão para nascente e, por conseguinte, com uma redução de caudal.

Este facto terá impedido a navegação de barcos de grande calado, mas poderá ter permitido a entrada e saída de embarcações de pequeno calado.

Iria Gonçalves refere que os abrigos marítimos interiores de Alfeizerão e Pederneira nos séculos XIV e XV (Mapa:08) eram: «...dois esplêndidos abrigos como eram a lagoa da Pederneira e a concha de S. Martinho, para já não falar no porto de Paredes, os coutos de Alcobaça tinham todas as condições para neles se desenvolver grande actividade ligada ao mar. (...) Estão neste caso os estaleiros da Pederneira e da foz de Alfeizerão, onde a construção naval se desenvolveu a bom ritmo nos derradeiros séculos da Idade Média.» GONÇALVES (1989:129).



Mapa: 08: Configuração Provável da lagoa da Pederneira no século XIV. HENRIQUES (1996:437)



Contudo não é pacífica a questão dos limites das águas da lagoa e a sua navegabilidade para barcos de grande calado nos séculos XII e XIII. Nessa altura, já se teriam transformado algumas das áreas mais interiores da lagoa, em zona com pouca profundidade de água, onde poderiam apenas navegar pequenas embarcações que, eventualmente, fariam a ligação com as de maior calado que rumavam a Lisboa, transportando a madeira extraída do pinhal do Rei.

Este facto é defendido por Virgínia Henriques que refere não estar «de acordo com M.V. Natividade, (op. cit. p. 102) quando, o mesmo, defende que “...no tempo de D. Sancho I (1201), barcos vindos de Lisboa, carregavam madeiras na Fervença e descarregavam géneros para os monges...”, «pois não é provável que no século XIII a baía atingisse a Fervença e possibilitasse a navegação a barcos de calado suficiente para navegar até Lisboa.» HENRIQUES (1997:435).

Contudo, Arala Pinto refere que, segundo um velho manuscrito, «...o mar entrando no estreito hoje chamado de Ponte das Barcas (referindo-se à lagoa da Pederneira) estendia-se

numa enorme bacia, (...) até à Fervença, onde ainda em 1200, barcos vindos de Lisboa descarregavam géneros para os frades.» PINTO (1938:69).

Como não se sabe qual o manuscrito a que Arala Pinto se refere, permite-nos não considerar, para o caso em estudo, esta hipótese de no início do século XIII, os barcos, de grande calado carregarem madeiras num eventual porto situado junto à localidade da Fervença.

A construção da Abadia de Alcobaça iniciou-se em 1178, vinte e dois anos antes do início do século XIII, o que deixa algumas dúvidas sobre a logística já existente nas zonas limítrofes de Alcobaça, implantadas pelos monges, ao ponto de considerar o referido no “antigo manuscrito”. Mais se refere que a construção do Mosteiro de Alcobaça, segundo Cocheril necessitou de «...recorrer à mão-de-obra secular. Os monges e conversos não estavam em número suficiente para construir a imponente igreja de Alcobaça. (...) Foi muito lenta a construção.

A escassez da mão-de-obra, a falta de recursos humanos e a necessidade de dedicar parte da comunidade ao amanho da terra, tendo em vista a alimentação dos monges e operários, explicam esta lentidão. A parte reservada aos monges foi ocupada em 1223, 70 anos após a chegada.» COCHERIL (1989:20).

O facto do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça ter sido “dedicado” em 1223 não obriga a que o mesmo estivesse concluído na sua totalidade. Estaria, por certo, parcialmente executado em relação à construção que hoje conhecemos.

Para esta problemática dos limites da lagoa em finais do século XII, princípios do século XIII, torna-se pertinente relatar o que Cocheril diz sobre a localização do, eventual, primeiro porto da Lagoa.

«Para esclarecimento do leitor, parece-nos conveniente dar algumas indicações relativas ao litoral, tal como o conheceram os cistercienses durante vários séculos. O mar chegava até à falésia onde se situa a Pederneira. O Porto do Abade encontrava-se a sudeste da actual vila da Nazaré. Pederneira, o porto mais próximo do Mosteiro, foi o primeiro a ser povoado. Parece que no século XII já estava em actividade.» COCHERIL (1989:31).

Parece-nos mais adequada esta teoria, já que a localização do porto na zona norte do limite da lagoa faria mais sentido do que a possibilidade da existência do porto da Fervença, que ficaria no extremo Sudeste da actual várzea.

Para esta teoria pode contribuir o descrito por Armando Castro quando afirma que: «Depois do século XII, particularmente desde meados do século de Duzentos, são centros duma actividade mercantil de importação e exportação Caminha, Viana, Vila do Conde, Porto, Gaia, Buarcos, Pederneira, Selir, Atouguia, Lourinhã, Santarém, Lisboa, Sesimbra, Setúbal e Alcácer, Sines, Aljezur, Lagos, Faro, Tavira e Castro Marim.» CASTRO (1975:151).

Interessante a menção nos portos de norte a sul do reino e nessa relação figurar o porto da Pederneira. Esta teoria sustenta a nossa opinião sobre o porto e toda a sua actividade nos princípios do século XIII.

A questão da Fervença ser ou não um porto de mar com uma importância vital leva-nos a fazer referência a um acontecimento que se deu em 1195 que, na nossa opinião, terá condicionado toda a organização dos Monges de Alcobaça, entre 1195 e os princípios do século XIII.

Relata Cocheril que: «Desde o início, os monges viram-se a braços com grandes dificuldades. O território doado pelo rei estava exposto às incursões dos Muçulmanos. Depois da chacina de 1195, houve que recomeçar tudo de novo.» COCHERIL (1989:27)

Parece-nos de aceitar que em finais do século XII, princípios do século XIII, a lagoa já não se estenderia para locais como Cós, Maiorga, e Fervença, estaria mais recolhida como se pode observar no mapa 08 que, embora seja uma “Configuração Provável”, vai de encontro à nossa opinião.

Iria Gonçalves reforça o exposto no parágrafo anterior quando refere que: «Nos séculos XIV e XV a lagoa sofria um processo de assoreamento que vinha já de longe e que chegava a obstruir completamente a sua barra cortando-lhe a comunicação com o mar.

A partir de «meados do século XV (o assoreamento da barra do porto da Pederneira) acontecia raramente, mas, quando se verificava, era um acontecimento deveras funesto para a economia da região. (...) O porto continuava, como é lógico, a funcionar, a servir de ponto de partida e de chegada de gentes e mercadorias, mas a penetração e escoamento de umas e outras, ficava, como é evidente, muito mais dificultado.» GONÇALVES (1989:274).

A partir do século XV o declínio da actividade do porto da Pederneira foi rápido, devido ao intenso assoreamento resultante da expansão da agricultura em toda a área dominada pelo Mosteiro de Alcobaça. A destruição de parte das florestas e matos acelerou substancialmente a possibilidade de erosão daquele espaço. Os detritos resultantes, transportados pela rede hidrográfica, depositaram-se nas baixas adjacentes, entulhando o leito e a foz dos rios, diminuindo o caudal dos mesmos e aumentando a deposição de sedimentos ao longo dos rios, ribeiros e engueiros.

Esta situação, que tinha sofrido um grande incremento com o exposto no parágrafo anterior, foi objecto de algumas acções com o objectivo de manter a entrada da lagoa aberta. Foram mobilizados os moradores daquela zona, para efectuar a «...limpeza e abertura da lagoa, sempre que as areias se acumulavam na sua foz. (...) Os maiores assoreamentos desta época, de que restam notícias concretas, foram os de 1377, ano em que no entanto, a lagoa não chegou a fechar-se por completo<sup>10</sup> e o de 1455.» GONÇALVES (1989:274).

No decurso do século XVI continua a decorrer o processo de assoreamento, hoje conhecido através de relatos coevos, como o que se encontra no Tombo da Misericórdia da Pederneira, datado, o primeiro de 1502 e o segundo de 1561, onde se acham as inscrições do Tombo do Casal de N. S. da Nazareth, datado de 1502, que descreve a seguinte propriedade: «*Outra terra, que anda com o mesmo casal, que parte do sul com terra de João Luís morador na serra da Pescaria (onde era todo o casal) e do norte parte com João Alverez e entesta do levante na lagoa e do poente com estrada que vai da Pederneira para Alfeizerão*». NATIVIDADE (1960:103).

Este casal de N. S. da Nazareth deve ser o actual Casal do Mota, que confina a sul com a antiga entrada do porto, actual Ponte das Barcas.

«*Item houtra terá que trãz Joã Braz da Cella q está hunde chamão as fontaynhas termo da vylla da Cella q parte do norte com Amador maiz morador na Cella e do ssul co Tomé Pyrz e do llevãte entesta cõ Arife de pêro: mys moleiro e do poente, da banda da pedarneira na Alagoa e junquaes.*»<sup>11</sup>

Uma outra descrição das confrontações de terrenos, neste caso dos novos limites da coutadas, ou couto, relata-nos que: «*Do lado das Águas-Belas, refere o Auto de Demarcação da coutada do ffogo da legoa, de 29 de Agosto de 1628, depois de indicar onde devem ser colocados alguns marcos que limitam essa coutada: “ e o quarto marco contando da mesma cruz para o nascente no ultimo cabeço da Agieira que fica para norte, onde chamam o posso velho e dahi abaicho por Dº por sima da agua donde se chama engenho, e dahi pela agua abaixo até se meter na Alagoa.*» C.N.S.N (s.d.).

O “*cabeço da Agieira*” poderá ser a Duna da Agueira, localizada a nascente do Monte de São Bartolomeu.

No mesmo século Brito Alão numa viagem de barco a São Gião relata o seguinte: «*...se foram descendo pela ladeira (supõe-se que seja um dos vários caminhos em areia que ligavam o Sítio da Nazaré à Ribeira da Pederneira), e daí até à lagoa, aonde estavam esperando por eles dous homens em dous barcos. (...) E metendo-se num dos barcos os três companheiros com um moço pera puxar o barco (...) e assim se foram ambos pela lagoa arriba, por encher a maré.*

---

(10) – A.N.T.T., M. alc., Ord. S. Bern., m.62, nº6., citado por: GONÇALVES, Iria. (1989) - *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV.*”, Lisboa, p. 274.

(11) – Conferir: Fundo da Santa Casa da Misericórdia da Pederneira.

*(...) E desembarcando defronte de uma ermida, pediu o sacerdote a espingarda... (...) Nesta lagoa se mata, muita quantidade de adens reais, marecas, galerões, garsas e outra variedade de caça e alguns cisnes que aqui vem parar, em forma que quando no Inverno o mar está intratável, por ser costa brava e não consentir a sua braveza pescar-se nele, esta lagoa supre essa falta e nos dá entretenimentos de pescaria e caça...» ALÃO (2001:148).*

A viagem pela lagoa em direcção a S. Gião tinha de ser feita na maré-cheia. Os vários assoareamentos da barra da Pederneira, conforme tem vindo a ser provado neste ponto, que aconteceram desde os séculos XIV e XV não permitiam a entrada na antiga lagoa, antes porém essa lagoa estava, já em pleno século XVII, fora da zona interior da lagoa, localizando-se agora a poente da antiga entrada. O chamado “sector litoral” era agora a zona por onde se espraiava, para sul até S. Gião e para norte o rio de Alcobaça.

Frei Bernardo de Brito, na sua *Monarquia Lusitana*, relata sobre a questão do assoreamento que: *«Apartada desta ermida de São Gião, quanto dous tiros de besta (cerca de 800 mts), esteve antigamente (uma) fortaleza, não muy sumptuosa (ao que se pôde julgar do sitio que occupava) a qual devia servir de faro, em que ouvesse lume de noite, pêra que as barcas, & navios de pescaria, attinassem o porto, por onde entrar, quãdo viessem de noite por aquella costa, que já no tempo dagora (final do século XVI), não admitte em si embarcações de muyta conta, senão (uns) barcos pequenos, que sobem do mar por (uma) lagoa acima, & vão algum espaço subindo pello Rio<sup>12</sup> que vem de Alcobaça, ficando as embarcações grades no mar alto defronte da villa da Pederneira, sem poderem entrar pella foz do rio, impedido com muytos baixios de area, que o contino movimento das ondas do mar, faz em toda aquella pr aya.»* B.BRITO (1597:245v).

Arala Pinto, citando Frei Bernardo de Brito (1650), refere que: *«Assi vae o tempo variando e mudando as cousas que até as povoações muda e arruína. As barras do reyno vemos ir padecendo grandes dannos com as áreas dos rios que n’elles desagoã e sendo matéria de tanta consideração, não se lhe applica o remédio, que já em outro tempo tiverão.»* PINTO (1938:83).

---

(12) – Cf. Figura 09 de Pe. Frei João Vicensio Casal, (1593), Casa do Cadaval. Embora se considere um pouco exagerada na topografia e localização dos aglomerados da Pederneira e do Sitio, considera-se que, de certa forma, permite perceber as três fases, descritas por Bernardo de Brito, na entrada na lagoa da Pederneira. A enseada (D), Foz (B) e o rio de Alcobaça (E). Na Figura 10, de 1634, pode verificar-se que a foz do Rio Alcoa já era representada junto ao promontório. Atente-se na descontinuidade do rio para sul, lado de São Gião, o que coloca algumas dúvidas sobre a viagem de Brito Alão até à Ermida, conforme descrito.

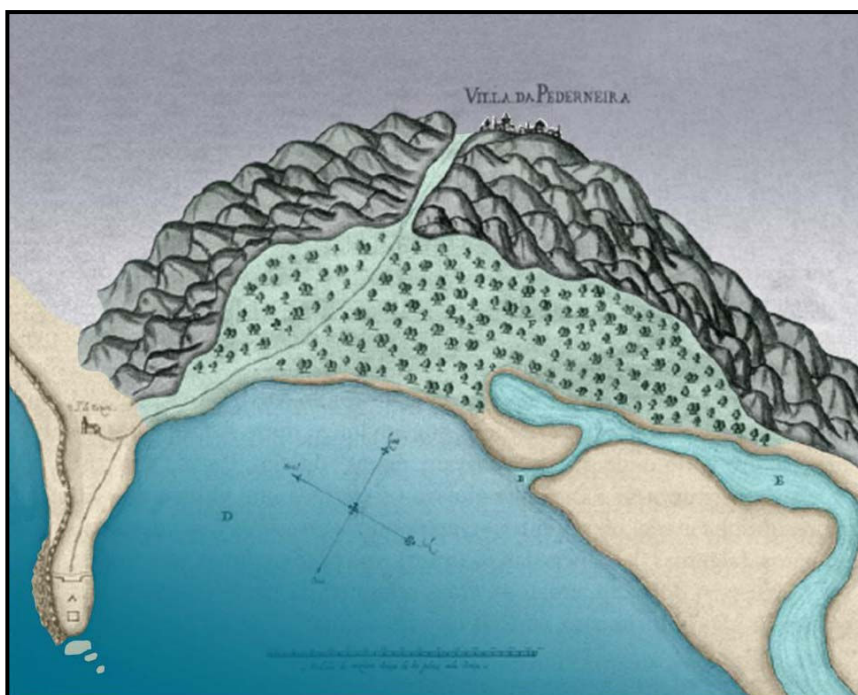


Figura: 09 – Planta do Sittio da Pederneira e do forte que nella propôs p Pe. Frei João Vicencio Casal a Dom João da Silva Conde de Portalegre e Capitão Geral do Reino de Portugal por S. Mag.<sup>des</sup> em 12 de Outubro de 1593, Casa do Cadaval.



Figura: 10 - Gravura da Enseada da Pederneira na 1ª metade do século XVII. In ALBERNAZ, Pedro Teixeira. (1634) - *El Atlas Del Rey Planeta*, Editorial Nerea, S.A., 2003, Tercera edición actualizada: San Sebastián, Impresión Cofás, Impreso en España.

Durante todo o século XVII o assoreamento da barra da lagoa da Pederneira fez com que o rio continuasse o seu desvio para norte, até chegar próximo do promontório.

O porto da Pederneira, localizado no interior da várzea da Nazaré, tinha desaparecido, a enseada era em frente à vila da Pederneira que ficava agora a nascente da mesma. O único elo de ligação entre a várzea da Nazaré e o “novo” porto da Pederneira nesta época era o rio de Alcobaça que, mais tarde, se viria a chamar Ribeira da Pederneira.

Em 1721 nas Notícias Remetidas à Academia Real, quando se refere a localização da vila de Cós, o corregedor informa que essa vila está «*situada em um vale e dista do mar duas legoas...*»<sup>13</sup>

Conforme se pode constatar desta descrição, o mar já se encontrava a poente da actual ponte das Barcas uma vez que a distância em linha recta desde a vila de Cós até à referida ponte, é de 10.307.20 mts e até à linha de água é de 11.258.80 mts.

Poder-se-á questionar se a distância era medida em linha recta, contudo todas as medições que têm sido verificadas neste trabalho são em linha recta e não por percursos pedonais e/ou outro tipo de caminhos existentes na cartografia disponível.

Em 1758, são elaboradas as “Respostas aos Quesitos” pelos vigários de todas as paróquias do Reyno. Nesses documentos pretendia-se ter conhecimento de três situações distintas, a saber: Terras, Serras e Rios.<sup>14</sup>

São muitas as referências sobre a existência de pequenos lagos, juncais, rios e respectiva foz que, neste caso, seria a zona da entrada da já extinta lagoa da Pederneira.

Nas Respostas aos Quesitos de Famalicão, datadas de 1758, é referido que: «*Achasse no interior das fazendas da Quinta chamada das Donas no arrabalde deste lugar hua nativa agoa stagnada, a qual sahe bastantemente tépida; não consta de suas virtudes, talvez por não ser experimentada, e esta retrocedeu na ocasião do impetuozo terremoto do ano de 1755; mas passados poucos dias, tornou a seu ser em que existe.*» FAMALICÃO (1758).

Sobre a Vila da Cela: «*Junto a esta Villa há varias fontes, de excelente agoa. Há no termo desta villa distante meya legoa hum campo, paul inculto, que a cultivarsse, o que não he difficil.*» CELA (1758).

Refere-se também que «*...não tem Porto de Mar...*», e que os rios que por ela (vila) passam, «*...morrem no mar junto à Villa da Pederneyra.*». CELA (1758).

A Vila da Pederneira nesta altura já estaria implantada no local onde se encontra hoje, por esse motivo não parece oferecer qualquer dúvida que, nos finais do século XVIII, o mar se encontrava em frente, i.e. a poente da vila da Pederneira.

Os campos já se encontravam há muito cultivados, maioritariamente, pelos monges de Alcobaça, e o povoamento daquela extensa várzea também já se teria iniciado, como nos comprova o relato dos Quesitos referentes à Vila da Maiorga. «*...havia junto a esta quinta outra Irmida de Nossa Senhora do Rosário sita em hua Quinta chamada de Pinheyros mesmo no campo desta villa.*» MAIORGA (1758).

(13) – Arquivo Distrital de Leiria. *Notícias Remetidas à Academia Real debaixo da Real proteção do muito alto, e poderoso Rei N. Sñr. D. João 5º*, Pederneira, (1721).

(14) – Sobre este assunto, Cf., Pe. Luiz Cardoso. (1747) - *Dicionário Geográfico ou Notícia Histórica de todas as Cidades, Villas, Lugares, e Aldeas...dos Reynos de Portugal*, Tomo I, Lisboa.

A quinta do Pinheiro, e a sua Ermida ainda hoje existem. Localiza-se a cerca de 1km para Noroeste da Maiorga, num local interior da várzea, o que sustenta a tese de que o cultivo das terras foi executado à medida que os terrenos iam ficando disponíveis para a prática da agricultura, de nascente para poente, o mesmo sentido do recuo das águas da lagoa.

Ainda sobre a Maiorga e a localização do mar, de referir esta importante passagem: «*O Campo desta villa da Mayorga esta no meyo de dous Rios, hum que vem da parte de Alcobaça e outros dous que se ajuntão onde há mais (...) da Mata, hum vem de Alpedriz e outro da parte da villa de Cós, metem muita agoa quando há cheyas deverão trazer pouca àgua*<sup>15</sup> *estes se vão a juntar com o rio chamado de Abbadia a hum sitio onde chamão a Barquinha que he junto do mar da Pederneyra no qual não podem navegar embarcações...*» MAIORGA (1758).

Ainda no século XIX continuam as descrições, coevas, sobre a questão do porto da Pederneira.

Em 1842 António Almeida Salazar refere: «*O grande campo que fica entre as ditas pontes (refere-se às pontes das barcas, que eram mais do que uma), e o mar [vulgo a Algerifeira] por ser muito baixo, e estar sujeito às inundações do rio, e mar, está quasi todo inculto.*

*Todos aquelles campos foram antigamente mar, e todos elles são rotos, porque em toda a parte que nelles se cave, em mais ou menos altura se descobre arêa, e conchas como as das praias que estam juntas ao mar: é tanta a antiguidade d'algumas dellas, especialmente das conchas d'ameijoas, e bribigões, que eu as vi, e tive em minhas mãos já podres, ou redusidas a uma espécie de cal branca.» SALAZAR (1842:580).*

O local denominado por “Algerifeira” fica localizado a norte da embocadura da antiga barra da lagoa da Pederneira. Tendo em conta a descrição de Salazar, infere-se que o “mar”, ou a foz do rio, se encontrava, em 1842, a norte do local acima referido, aproximadamente na zona onde existiu a antiga foz do Rio Alcoa e Baça antes do início das obras de construção do Porto de Abrigo da Nazaré, que foi inaugurado em 1984.

Mais recentemente, em 2003 o assoreamento da foz do rio Alcoa provocou a inundação dos terrenos agrícolas ao longo das suas margens.

Durante a maré-cheia, a corrente marítima depositava grandes quantidades de areia na foz do rio, impedindo que o mesmo terminasse, de uma forma normal, o seu curso até desaguar no mar.

---

(15) – Supõe-se que em contraposição à pouca água que trazia, conforme refere o descritor, a força da corrente traria mais areia, i.e., uma quantidade maior de material de sedimentação do que propriamente água. Estes fenómenos das correntes fortes dos rios, ribeiros e engueiros da extinta lagoa, segundo a nossa opinião, foram uma causa da deposição de sedimentos nas respectivas margens levando, com o decurso dos tempos e com a falta de limpeza dos leitos, à colmatação da zona interior da lagoa.

Na nossa opinião o assoreamento da barra da lagoa da Pederneira terá contribuído conjuntamente com o atrás exposto para o processo referido.

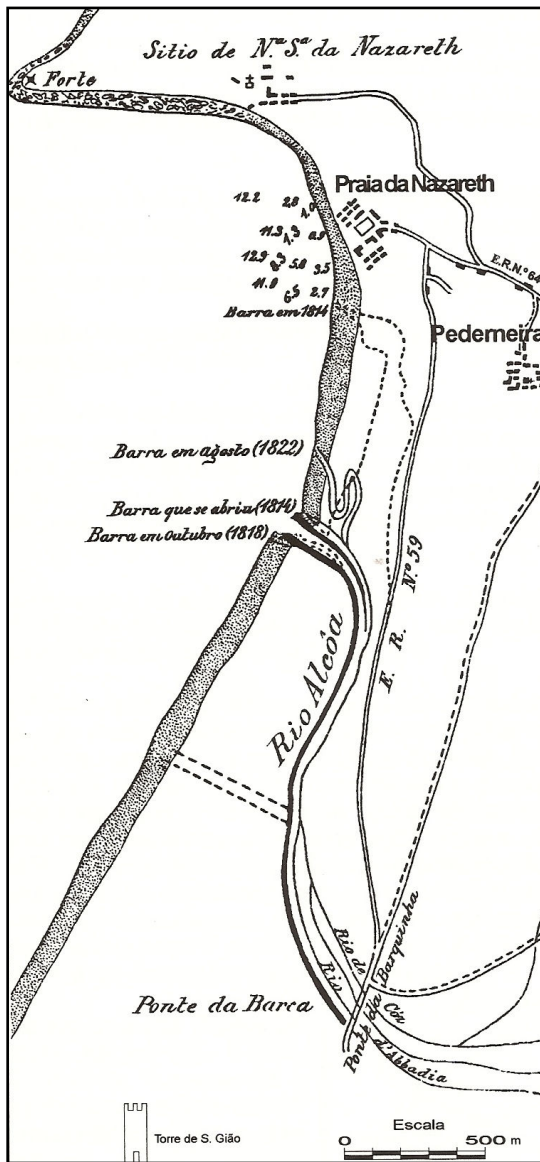


Fig: 11 – Enseada da praia da Nazaré e os consequentes desvios, artificiais, da foz do Rio Alcoa. in LOUREIRO, Adolpho. (1904) - *Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, Atlas, E. III, Imprensa Nacional, Lisboa, Volume I.  
(A localização da Torre de São Gião é da nossa responsabilidade)

A deposição sedimentar transportada pelo rio fez com que o nível do rio subisse, provocando a inundação dos campos agrícolas que o marginavam.

Esta situação aconteceu na zona interior da várzea da Nazaré e na zona litoral, junto à foz do rio.

Como se pode observar das fotos apenas, a deposição das areias marítimas encontra-se concentrada junto ao molhe norte, o que indica que esta deposição é consequência das correntes marítimas e do vento, predominantemente de norte.

Nem sempre esta deposição de areias marítimas coincide com a maré-alta, nem com marés em que as correntes marítimas sejam visíveis à superfície, como as que se apelidam de “nor-tada”, termo dado à particular situação em que o vento sopra de norte e o mar revela também o sentido Norte – Sul.



Foto: 03 – Vista do interior da várzea da Nazaré, junto à Ponte da Barca. (2003)  
(Foto: Adriano Monteiro)

Foz do Rio Alcoa.



Foto: 04 – Vista do Sector Litoral onde se observa a foz do rio Alcoa e os campos, para sul completamente inundados. (2003)  
(Foto: Adriano Monteiro.)



Foto: 05 – Assoreamento da foz do Rio Alcoa. (2003) – (Foto: Adriano Monteiro)

Foi isso que se constatou numa visita efectuada à foz do rio Alcoa em 16/08/2009 às 18:18, hora do máximo da maré baixa.

Da observação das condições existentes nesse dia, testemunhadas pelo levantamento fotográfico apresentado pode inferir-se que, neste momento, a foz do rio Alcoa se encontra numa nova fase de assoreamento bastante avançado. Permite-nos prever que, a muito breve prazo, poderá acontecer a mesma situação que aconteceu em 2003.

Para sustentação desta ideia, observem-se as fotos (6 a 8), onde se pode ver o mar a entrar directamente para a foz, fazendo com que a corrente se inverta, i.e., que o mar suba pela foz e vá criando zonas de areal que, com o passar do tempo, vão constituindo obstáculos ao escoamento das águas fluviais.

A deposição sedimentar já se encontra bastante acelerada na foz. Inclusivamente pode verificar-se que entre o mar e a foz, na maré baixa, já existe uma zona de areia a uma cota mais alta que o nível do mar e o interior da foz.



Mar. Zona de rebentação

Acumulação de areia acima da cota do mar e do rio.

Interior da foz do Rio Alcoa

Foto: 06 – Foz do Rio Alcoa em 16/09/2009.  
(Foto: Carlos Fidalgo)



Foto: 07 – Foz do Rio Alcoa (Nazaré) em 16/09/2009.  
Observe-se a acumulação de areias marítimas junto às estruturas laterais, originado, desta forma, a criação de meandros e diminuição do caudal do rio junto à foz.  
(Foto: Carlos Fidalgo)

Pouco para o interior a criação de meandros desvia o rio do seu curso normal até à zona de foz. Observam-se acumulações de areia marítimas, junto às margens, a cotas muito superiores ao nível da água do rio, levando à conseqüente diminuição do leito do rio.

Na maré-cheia, pode observar-se a pouca altura que o nível das águas possui em relação ao leito de inundação do rio, pouco mais de 20cms em algumas zonas.

Este cenário, que se observou no passado mês de Agosto, não coincidiu com nenhuma maré grande, também chamada de “maré de lua”, nem com o mar revolto. Caso acontecessem uma dessas situações ou as duas, concomitantemente, não teríamos dúvidas que se daria a inundação dos campos adjacentes ao rio, pelo menos neste sector litoral.



Foto: 08 – Rio Alcoa (Nazaré) junto à Foz.  
Com a maré-cheia pode constatar-se a pouca altura que separa o rio do leito de inundação dos campos adjacentes. (23/08/2009) – (Foto: Carlos Fidalgo)

Outra situação observada foi a destruição parcial do molhe norte, da referida foz.

Exposto à erosão dos ventos de Norte, fez com que a areia que se encontrava entre os blocos de pedra, que constituem estruturalmente o referido molhe, desaparecesse por erosão eólica, depositando-se uma parte dela no interior da foz e outra levada pelo mar.

A quebra da estrutura do molhe cria mais uma barreira no escoamento das águas fluviais. Conforme se pode observar na foto, as pedras que caíram já se encontram na zona de saída das águas fluviais. Esta posição das pedras irá constituir não só, como já foi referido, uma barreira física, mas acima de tudo irá alterar a direcção de saída e entrada de águas, o que contribuirá para um processo de assoreamento mais acelerado.



Pedras que  
caíram da  
estrutura  
inicial do  
molhe Norte.

Foto: 09 - Foz do Rio Alcoa. (16/08/2009)  
(Foto: Carlos Fidalgo)

O assoreamento de 2003 e a actual situação da foz do rio Alcoa sustenta a tese que, desde pelo menos o século XIV, a razão principal para o assoreamento e consequente colmatação da lagoa da Pederneira foi o assoreamento da antiga barra da zona interior da extinta lagoa.

Obviamente que o sector litoral contribuiu para esse facto. Não teríamos melhor exemplo que aquele que aconteceu em 2003 e o que se vislumbra actualmente (2009) na foz do rio para ilustrar aquilo que poderá ter acontecido há seis séculos atrás.

A obstrução da saída das águas fluviais devido ao assoreamento das zonas mais litorais associado ao progressivo cultivo dos campos pelos monges de Alcobaça, assim como o abate de árvores para a construção naval durante o século XV, foram factores que, em conjunto, contribuíram para o processo de assoreamento e consequente colmatação da antiga lagoa da Pederneira.

Após o abandono dos campos pelos Monges de Alcobaça, em 1834, a manutenção dos campos, limpeza dos leitos dos rios e das suas margens deixou de se fazer, o que contribuiu, também, para o aumento de sedimentação da zona interior e exterior da várzea da Nazaré.

O mesmo acontece hoje, mais para o interior, os leitos dos rios que vêm desaguar à foz do Rio Alcoa encontram-se muito sujos, com muita pedra, madeiras, caniços e outros materiais que contribuem para a diminuição do seu caudal, aumentando a deposição de sedimentos e consequente subida de nível a montante da zona de interrupção do curso das águas.

### **1.3 – Caracterização topográfica actual da várzea da Nazaré**

Para analisar a topografia actual da várzea da Nazaré utilizámos as Cartas Militares de Portugal do Instituto Geográfico do Exercito, 306-B; 307; 316; 317, edição de 2004, uma vez que se detectaram diferenças significativas nos valores altimétricos entre este documento e a Cartografia Digital à escala 1:10.000.

Para efectuar essa análise, procedemos à divisão da várzea da Nazaré em três sectores.

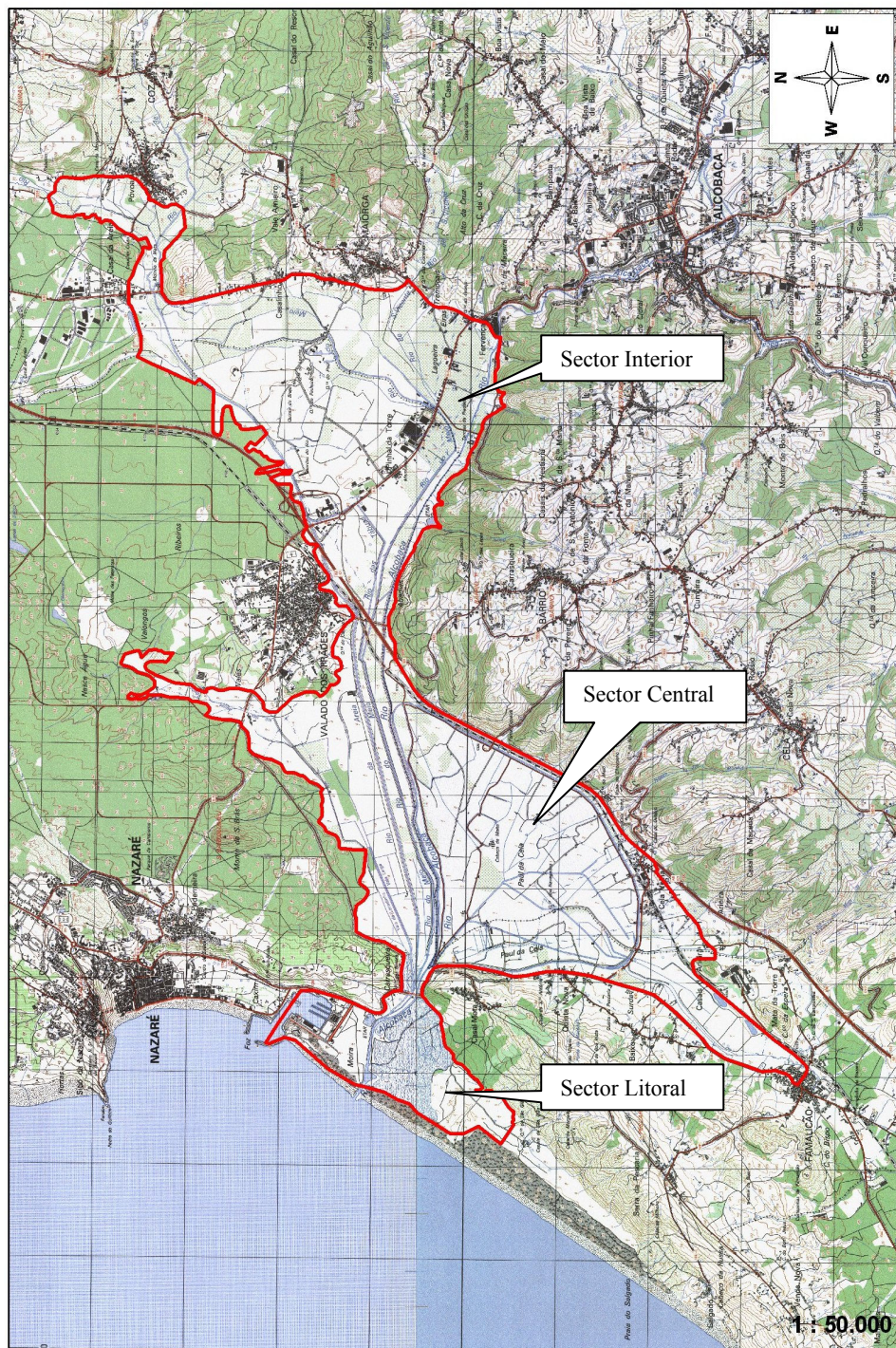
O Sector litoral, na nossa delimitação, possui uma área com 2.736.545.30m<sup>2</sup>. Está delimitado a norte pela foz do Rio Alcobaça, a sul junto à Praia do Salgado, na Serra da Pescaria, a Oeste com Oceano Atlântico e a nascente com Serra da Pescaria, Ponte das Barcas e o local chamado de “Carrasqueira”, que se localiza no início da serra da Pederneira. (Mapa:12)

O Sector Central fica a nascente da ponte das Barcas e ocupa toda a zona central da várzea possuindo uma área com 10.833.266.50m<sup>2</sup>. Está limitado a sul por Famalicão, a norte pela Serra da Pederneira a nascente pela vila de Valado dos Frades, Viaduto da A8, Serra do Bário, Cela Velha, Casais da Arieira e Mata da Torre, e a poente pela vertente nascente da serra da Pescaria.

O Sector Interior fica a nascente do Viaduto da A8, faz a transição entre a serra do Bário e a zona de Pinhal da encosta da Pederneira, ocupa uma área com 8.680.960.60m<sup>2</sup>. Encontra-se limitado a norte pela zona industrial do Casal da Areia, a sul com a serra do Bário a nascente com Póvoa de Cós, Casalinho, Maiorga, Tremoçais e Fervença.

O Sector Litoral possui uma topografia marcada pela existência de zonas palustres, sistemas dunares, e zona de praia. Como tal, é o que sofre maiores alterações altimétricas devido a uma maior exposição aos elementos erosivos, marítimos, eólicos, fluviais assim como os pluviais.

Neste sector a altimetria, principalmente na zona central, varia entre 1 e os 5.00 metros. Trata-se de uma zona constituída, maioritariamente, por terrenos incultos e pelas antigas salinas da Nazaré que eram alimentadas pelo Ribeiro de São Gião.



Mapa.: 12: Delimitação dos sectores da actual várzea da Nazaré.  
 (Composição: Carlos Fidalgo)

A sul desta zona, o terreno começa a sofrer alterações altimétricas bastante variáveis, pelo facto de começarem a existir dunas que possuem uma orientação Oeste/Leste, perpendiculares ao cordão dunar primário.

A elevação do terreno atinge cotas desde o mínimo de 1.00 aos 9.00 mts, no sentido da Igreja de São Gião.

São Gião encontra-se implantada à cota 11.00, numa zona de transição, entre as dunas e a serra da Pescaria, num pequeno vale que vem desde a zona central até perto da praia do Salgado, localizada a sul da referida igreja.

Neste vale, as cotas atingem, no extremo sul junto aos Salgados, os 8.0mts e, na zona norte, os 3.5mts criando uma pequena inclinação de subida, de norte para sul, com uma diferença de cotas de 4.50 metros numa distância de 2800.00mts.

Para poente deste vale, a altimetria é totalmente influenciada pela existência de sistemas dunares que vão até ao plano de praia e pequenas lagoas existentes naquele local a que chamamos de zona central, localizada neste Sector Litoral.

A norte da foz do rio, existe uma zona que pertence ao IPTM, chamada a “Moira”, que fica no local anteriormente chamado de “Algerifeira”.

Sobre as questões dos topónimos e sua explicação falaremos numa fase mais avançada deste trabalho quando abordarmos a questão da localização do Porto da lagoa da Pederneira.

Esta zona, a norte da foz do rio Alcoa e a sul do cais sul do porto de abrigo, possui uma altimetria variável, muito por culpa dos constantes movimento de terras efectuados para deposição e queima de material de pesca, incluindo embarcações.

As cotas neste local, ainda assim, possuem uma variação entre 4.00 e os 5.00 mts.

A Poente desta zona de cotas baixas (1.00 e 5.00) existe a continuação do sistema dunar que encontramos a sul da referida foz, onde as cotas atingem, segundo os dados da cartografia analisada, o máximo de 17.00 metros.

Naturalmente que a altimetria das dunas primárias está constantemente a ser alterada, como tal, os valores analisados podem já não ser os mesmo no presente, uma vez que a carta militar que serve de base a este estudo remete ao ano de 2004.

Em suma, o sector litoral possui uma topografia com poucas alterações, excepção feita aos casos referidos, como os sistemas dunares primários a poente, os sistemas dunares a sul e a zona a norte da foz do rio Alcoa.

O Sector Central, o maior de toda a várzea da Nazaré, inclui o Paul da Cela e o Paul do Valado dos Frades, está delimitado a norte pela Serra da Pederneira e pelo antigo pinhal do Rei, actualmente Matas Nacionais, a nascente pela vila de Valado dos Frades e Serra do Bár-

rio, a sul pela Vila de Famalicão e a poente pela Serra da Pescaria, anteriormente chamada de Serra de São Gião.

Apesar da extensa área abrangida por este sector central, a sua topografia possui, na sua grande parte, uma variação altimétrica muito pouco variável.

Em comparação com o sector litoral, este sector possui cotas mais baixas, começando com 1.0mts em vários locais da zona central e terminado nos 7.0 metros na zona do bordo, que se pode distinguir como se fosse o perímetro de um espaço central mais baixo.

Este bordo é constituído por uma vala de água que envolve em todo o seu perímetro a zona central, a zona mais baixa, constituiria talvez uma zona protegida pela vala dado seu elevado nível freático. A protecção das culturas era feita através da fronteira assegurada pela referida vala.

As cotas altimétricas só começam a ter valores mais elevados à medida que nos vamos aproximando da zona de serra, nomeadamente junto a Águas Belas, onde a transição da zona baixa para o local mencionado se faz partindo de uma cota de 5.0 mts, ainda na zona baixa, para 14.00 mts junto a Águas Belas.

Para Sul da vila de Valado dos Frades, contornando a mesma, a altimetria vai lentamente decrescendo desde os 8.0 até aos 5.0 mts, junto ao Viaduto da A8.

Estes valores continuam pelo bordo poente da serra do Bárrio até chegar à referida vala que envolve a zona mais baixa. Depois dessa vala, para sul da mesma, junto ao lugar da Cela Velha e até aos Casais da Arieira, a altimetria vai aumentando ligeiramente, passando dos 5.0mts para os 14.00, junto a Famalicão.

No lado oposto, junto à EN-242, existe uma subida natural da altimetria fruto do aterro efectuado aquando da construção da referida estrada. Porém, entre a referida estrada e a base a quinta do Castelo existe um pequeno vale cujas cotas descem aos 3.00 mts, dando continuidade à altimetria que existe a norte deste local, na zona central da várzea da Nazaré.

Esta tipologia altimétrica e a constituição dos solos nesta zona fazem com que alguns investigadores defendam a hipotética ligação entre as duas lagoas num período remoto.

Este assunto remete para uma investigação mais profunda e para uma avaliação da geomorfologia, assim como da arqueologia subaquática, na zona de transição entre as duas lagoas.

O Sector Interior, que se encontra enquadrado a nascente da A8 e a poente da Póvoa de Cós, é a zona mais interior da várzea da Nazaré.

Delimitada a norte pelas Matas Nacionais, a nascente pela Póvoa de Cós, a sul pela Serra do Bárrio e a poente pelo viaduto da A8, esta zona possui uma altimetria superior aos sectores já analisados. Desde o viaduto da A8, passando pela Fervença e, mais a norte, junto à Quinta do Pinheiro, os valores altimétricos vão sofrendo um aumento gradual, partindo dos 4.00 mts,

junto ao viaduto. A partir desta zona para norte, a alteração da altimetria é mais acentuada, progredindo para os 17.00mts, a norte da Póvoa de Cós.

Como referimos, este Sector é o que possui, exceptuando o analisado no sector litoral, na zona das dunas que se encontram a caminho de São Gião, maior inconstância na sua topografia, fruto de se encontrar numa zona de transição entre o Sector Central da Várzea e a zona de Serra do Bárrio e a elevação da Póvoa de Cós.

Trata-se de uma área com bastante actividade agrícola apenas interrompida por pequenos montes que se encontram com maior proeminência a nascente da estrada que faz a ligação desde a Maiorga a Pataias (Rua de Alcobaça).

Entre o lugar de Casalinho e o Casal da Areia, a topografia do terreno sofre uma alteração significativa na sua altimetria e topologia, nomeadamente a nascente desta estrada implantada na base inferior da elevação de Cós.

A falta de um levantamento topográfico rigoroso em toda a área da várzea da Nazaré, não nos permite aferir com exactidão a caracterização efectiva da topografia de toda esta área.

Perante tal facto e pelo exposto, na caracterização topográfica actual da várzea da Nazaré, com base na carta militar e observação no terreno, parece-nos que, embora não exista o mencionado levantamento topográfico, as derivações altimétricas não serão impeditivas de uma leitura topológica do espaço, que nos permita concluir que a várzea da Nazaré possui uma relação altimetria/área de implantação bastante equilibrada, revelando uma planície delimitada pelos pontos mais altos já referidos.

## **2: A ocupação Romana**

### **2.1 – A relação do homem com o meio: Um percurso temporal até à ocupação Romana da área da lagoa da Pederneira**

A relação do Homem com o meio ambiente faz parte integrante da história da humanidade, desde os mais remotos períodos da sua presença neste planeta.

O respeito pelas condições naturais que lhe eram “oferecidas” e o progressivo conhecimento da natureza fizeram com que o Homem, na sua evolução, fosse aprendendo a retirar das mesmas aquilo que mais necessitava para a sua sobrevivência.

Hubert Reeves refere que: «para o homem antigo os imperativos da conduta estão intimamente ligados à visão do mundo. As atitudes são marcadas pela reverência para com a natureza e o que ela representa.» REEVES (1986:177).

Essa “visão do mundo”, como refere Reeves, seria com certeza muito redutora, uma vez que o conhecimento do espaço que o rodeava era bastante limitado.

O respeito pela natureza, numa atitude de reverência, acontecia porque o Homem antigo estava completamente dependente dessa natureza com a qual se relacionava quer numa luta pela sobrevivência quer pela procura do conhecimento do espaço que o rodeava e onde se movimentava.

Esta relação de troca entre o homem e a natureza traduziu-se, ao longo dos séculos, na adopção do espaço ou no seu abandono, consoante as condições naturais fossem favoráveis ou se, por outro lado, os recursos naturais escasseassem.

«Durante centenas de milhares de anos o homem viveu da caça e da procura de alimentos, como qualquer outro animal e sobreviveu num ambiente estranho, hostil e difícil. (...) Entretanto o homem aprendeu a fazer ferramentas e armas rudimentares para se defender e atacar. Aprendeu a fazer e a usar o fogo. (...) Durante o Paleolítico, (...) o progresso e a evolução do homem foram muito lentos. PEIXOTO (1987:24).

«À medida que a última glaciação se retirava cada vez mais para o Norte, o clima da Europa meridional tornava-se muito quente para as renas, que a pouco foram migrando para as margens do Báltico. O mamute, por essa ou outras razões, acabou por se extinguir. Milhares de representantes da magnífica espécie de Cro-Magnon provavelmente pereceram. Alguns seguiram as renas para o Norte, mas é significativo que tenham deixado abandonada a sua arte. Aqueles que permaneceram no *habitat* original foram obrigados a aplicar todas as suas energias numa luta puramente física pela sobrevivência.» BURNS (1980:26).

Esta decisão, entre ficar no habitat ou seguir as espécies que eram a base da sua alimentação, fruto da actividade da caça, deverá ter sido um completo desafio e, mais uma vez, um novo recomeço para a espécie humana, uma nova adaptação às condições naturais que lhe eram impostas pelas vicissitudes do clima.

Durante o Neolítico, período temporal que terá decorrido entre os 10.000 a.C. e os 3.000 a.C., terão ocorrido grandes alterações na forma como o homem se iria relacionar com o espaço e utilizar a natureza, em tudo o que ela representava para a sua sobrevivência, de uma forma mais dominadora do que nos períodos anteriores.

O período Neolítico está «normalmente, associado à introdução das práticas agrícolas vindas do Mediterrâneo oriental, ou então a descobertas locais de alguma “horticultura” ou melhoramentos de plantas alimentares por selecção ou melhoramentos.» BARBOSA (2008:16).

A este facto não terá sido estranha a estabilização das condições climatéricas, que permitiram que o «homem do neolítico exercesse maior domínio sobre o meio ambiente do que qualquer dos seus predecessores. Tinha menos probabilidades de perecer devido a uma mudança das condições climáticas ou porque viesse a falhar uma parte dos recursos alimentares. Esta decisão resultou, sobretudo, do desenvolvimento da agricultura e da domesticação dos animais.» BURNS (1980:27).

Segundo Cameron: «O significado destes desenvolvimentos (invenção da agricultura e a domesticação de animais) para a história humana foi decisivo. Pela primeira vez, as pessoas puderam fixar-se com carácter relativamente permanente.» CAMERON (2000:42).

Estas actividades sedentárias, em que era necessário um estabelecimento prolongado das comunidades no mesmo local, obviaram à criação de laços familiares cada vez mais fortalecidos pela estabilidade social, associada ao aperfeiçoamento da actividade agrícola e à domesticação dos animais, utilizando-os para transporte, alimentação e para sua protecção.

«De angariador furtivo e inseguro de alimentos escassos, ocasionais e imprevisíveis, passou a saber produzi-los e a utilizá-los de acordo com as suas necessidades.» PEIXOTO (1987:24).

Estes estágios de desenvolvimento social do Homem não eram uniformes, dependiam dos locais que habitava e das possibilidades que a natureza lhe ia fornecendo com as alterações climáticas que lhe estavam adjacentes.

Consequências dessas alterações climáticas eram os sucessivos avanços e recuos dos oceanos.

Terá sido por volta dos 5000 BP que, no litoral português, terão atingido a sua máxima extensão os mares interiores, como são exemplos já mencionados a Lagoa da Pederneira e Alfeizerão.

Abrigadas dos ventos e das tempestades marítimas permitiam aos povos colonizadores a segurança desejada e utilização dos recursos naturais existentes.

A área da lagoa da Pederneira e da lagoa de Alfeizerão, assim como outros locais com as características mencionadas, possuíam todo um conjunto de condições necessárias e suficientes ao estabelecimento de povoados. A existência de ribeiros que desaguavam no mar interior, a possibilidade de cultivo das terras que o circundava e a riqueza piscícola das suas águas obviaram à fixação de algumas comunidades nesta zona.

Zonas altas, como a serra do Bárrio, serra dos Candeeiros, mais a nascente, serra dos Mangues, serra da Pescaria e serra da Pederneira, a poente, eram locais que, pela sua altitude e topografia bastante acentuada, conferiam alguma segurança aos eventuais ataques vindos tanto de terra como do lado do mar, assim como o já referido abrigo dos ventos e das tempestades que eram comuns nesta e nas épocas posteriores.

É neste contexto que se poderá enquadrar uma notícia do Prof. Manuel Heleno sobre o achado de algumas ossadas humanas e cerâmica encontradas em Famalicão. (Nazaré: Estremadura) (1938). HELENO (1953:293).

Sobre este achado Borges Garcia refere que: «Esta lacónica notícia refere-se a uma visita que o Prof. Manuel Heleno fez à exploração duma pedreira próximo do sítio de Casais de Baixo, no Cabeço da Fonte da Galinha. Depois desta visita a exploração da pedreira avançou, tendo-se encontrado então uma quantidade enorme de esqueletos e ossadas humanas, algumas das quais de crianças.

Foi também, depois da visita do Prof. Manuel Heleno, que os cabouqueiros encontraram uma espécie de "tumba" de pedra, ocupando uma área de 1.50m x 1.10, aproximadamente.

Este monumento funerário não foi fotografado ou desenhado, por isso procurei o testemunho dos trabalhadores e examinei cuidadosamente o local onde apareceu, a fim de, servindo-me dos únicos dados existentes à data (1959), reconstituir o achado da melhor forma possível.

A sepultura era constituída por quatro esteios fincados no solo e cobertos com pequenas lajes, sobre as quais assentava um grande seixo (30x20 cm, aproximadamente), o qual se encontra actualmente junto à porta do quintal do Sr. António Reis, nos Casais de Baixo. A base do monumento estava à profundidade de um metro da superfície do solo actual (1959).

Segundo testemunho fidedigno, os operários apenas, encontraram algumas ossadas, sem mais espólio.

Operários e outras testemunhas referem-se a uma grande quantidade de facas de pedra e machadinhos também de pedra. Por deferência do Dr. Pina Cabral, de Alcobça, possuo hoje uma ponta de cobre ali encontrada, semelhante à que o Prof. Heleno arquivou no Museu Etnológico.

Passei algumas manhãs estudando o local do Cabeço da Fonte da Galinha, onde fiz algumas sondagens mais ou menos superficiais. Cheguei à conclusão de que, tendo ali existido uma vasta necrópole neo-eneolítica, ela teria sido resolvida já há muitos anos (há 1 século?) dado que a 30 cm da superfície actual ainda se encontram, em grande profusão, pedaços de ossadas humanas numa amálgama com terra que está demasiado dura para ter sido removida nos anos mais recentes.

A área explorada da pedreira faz uma reentrância de 150 mts quadrados.

Do material encontrado superficialmente possuímos um canino humano com forte abrasão, característica indicativa de homem primitivo.

Não quero deixar de referir as 23 peças do Neolítico e Neo-eneolítico encontradas na região, sobretudo nas encostas da Serra da pescaria, Macarca e Rebolo, as quais estão de minha posse.» GARCIA (1962:235 a 237).

Apesar dos nossos esforços, não foi possível localizar as peças que Borges Garcia refere, em particular as que, segundo o arqueólogo, ficaram na sua posse.

Este relato reflecte e reforça a importância das zonas limítrofes da lagoa da Pederneira, neste caso a serra da Pescaria, no estabelecimento das populações. Obviamente que o estudo aprofundado do local de Fonte da Galinha deverá ser equacionado numa perspectiva de trazer ao conhecimento da comunidade científica e das populações locais a importância da área da lagoa da Pederneira em épocas que remontam ao período temporal que Borges Garcia indica, neo – eneolítico.

Já numa época de ocupação posterior à atrás enunciada por Borges Garcia, Beleza Moreira refere em relação à localização de Eburobritium que «o seu enquadramento geográfico é bastante favorável. Efectivamente, a Sul, Nascente e Nordeste é rodeada por montes um pouco mais elevados, que lhe proporcionaram abrigo dos ventos.» MOREIRA (2002:59).

Natividade refere, quanto às condições naturais da lagoa da Pederneira e à escolha deste local para o estabelecimento das várias civilizações que por aqui passaram, que: «...bem se compreende a particular escolha deste local: o problema da alimentação, premente em todos os tempos, achava-se ali resolvido. A grande lagoa, livre de perigo das marés e da fúria dos temporais, constituía inesgotável fonte da mais rica e variada pescaria, sem necessidade do recurso a grandes barcos ou a complicados aparelhos. Os planaltos adjacentes, compostos de extensos e férteis terrenos, forneciam, sem grande trabalho, os produtos agrícolas destinados à alimentação, desde os de mais fácil granjeio aos da mais esmerada e complicada cultura.» NATIVIDADE (1960:100).

A consolidação do domínio Romano na Península Ibérica terá acontecido durante o séc. III a.C. num contexto climático de diminuição da «temperatura do ar, ao mesmo tempo que se

verificou uma aumento da precipitação e um alargamento das áreas pantanosas.» PEIXOTO (1987:30).

A presença romana na área da lagoa da Pederneira poderá ter acontecido num período mais recente, conforme é sustentado por Pedro Barbosa, quando refere que «...o conjunto arqueológico (Parreitas) se estende por vários núcleos, tendo apenas sido escavada uma pequena porção desse conjunto. Por esse motivo, podemos classificá-lo como um *vicus*,<sup>16</sup> ou pequeno aldeamento, com uma ocupação que vai do século I (...) até ao século V.» BARBOSA (2008:14).

Nesta época, século I d.C., já a lagoa se encontrava num processo de regressão de nascente para poente,<sup>17</sup> libertando a área anteriormente inundada pelas águas e possibilitando uma maior área de exploração agrícola.

Este processo de formação de paus e pântanos não foi rápido, levou o seu tempo a formar-se. Os terrenos ainda em forma de pântano não estariam, no início da ocupação romana, nesta zona, preparados para serem cultivados. Por tal facto, depreende-se que os novos colonizadores tenham utilizado as vertentes das serras, viradas a poente, para aí cultivarem os seus produtos.

Segundo Orlando Ribeiro: «O domínio romano manifestou-se em todo o território português por uma profunda transformação das paisagens e modos de viver.» RIBEIRO (1970:299).

Sobre as condições naturais aquando da chegada dos romanos a esta zona não existem elementos suficientes para as caracterizar. Contudo, a existência das lagoas, dos rios e ribeiros, dos terrenos cultiváveis poderá ter assumido um papel importante no estabelecimento do povo romano nesta área, conforme atestam os vários achados arqueológicos dessa época que foram encontrados em quase toda a periferia da lagoa.<sup>18</sup>

Uma ideia daquilo que o povo romano poderá ter encontrado, em termos de flora, embora o autor não faça referência a esta zona em particular, é-nos fornecida por Orlando Ribeiro quando refere «...aos olhos dos primeiros viajantes da época romana as terras se mostravam cobertas de bosques e matagais primitivos, principalmente no Norte.» RIBEIRO (1970:298).

---

(16) - Sobre a classificação de “vicus” João Pedro Bernardes afirma que: «O Termo “vicus”, tal como o de “villa”, é extremamente ambíguo e confuso. Pode designar uma aglomeração urbana de traçado arquitectónico bem construído, que desempenharia determinadas funções administrativas, políticas ou religiosas, ou um simples aglomerado aldeão construído em materiais perecíveis, sem qualquer edifício ou função pública, sendo antes de mais, um lugar agrícola.» BERNARDES (2007:21)

Cf. LAUTENSACH, Hermann. (1989) - *Geografia de Portugal, O Povo Português*, Vol. III, Co-Autoria com Orlando Ribeiro, organização, comentários e actualização por Suzanne Daveau, p.634.

(17) – Cf. Mapa 03, p.09 deste trabalho.

(18) – Cf. NATIVIDADE (1960:13 a19)

A relação do homem com o meio, e, em particular, do homem romano com a zona da lagoa da Pederneira e Alfeizerão, acontece numa fase em que a estabilidade dos elementos naturais já permitia um estabelecimento das populações de uma forma prolongada num determinado local, aproveitando, talvez, estruturas de épocas anteriores.

De relevar, sobre esta matéria, o contributo de Manuel Vieira Natividade quando refere que: «A poderosa influência romana define-se, acentua-se, comprova-se largamente em toda a terra de Alcobaça. Estabeleceu-se com ela a admirável evolução que absorveu as velhas idades, cuja ética se transformou por completo, por imposição da corrente civilizadora, agrícola e industrial, do grande império. (...) A invasão e a conquista romana operaram largos progressos, e foi de extraordinária importância a permanência dos conquistadores. As necessidades criadas pela sua civilização entraram pouco a pouco no domínio dos naturais, livres ou submetidos, e o comércio e a indústria começaram a desenvolver-se. As primeiras noções de arquitectura devem ter sido trazidas por esse povo; mas, algumas moedas romanas, encontradas em várias grutas, bem deixam provar que no seu tempo os homens se serviam ainda destes abrigos naturais, pelo menos provisoriamente.» NATIVIDADE (1960:20).

Aceitamos, portanto, que se terá tratado de um processo de ocupação que, aos poucos e poucos, se foi estabelecendo, criando espaços e condições de sobrevivência com a exploração dos recursos naturais, caça, agricultura e pesca, motivando as populações, criando laços comunitários e, pensamos, que a evolução da relação homem/meio nesta zona terá feito com que a paisagem se fosse transformando, de forma a que se adequasse às suas necessidades.

Segundo Orlando Ribeiro: «O homem é um agente da fisionomia dos lugares, que a sua presença anima e as suas obras materiais carregam de nova expressão. Aos elementos naturais da paisagem: relevo, clima, vegetação espontânea, acrescenta-se uma acção humana que, através de elevadas densidades de população ou de longa permanência no decurso do tempo, introduziu nela (natureza) alterações profundas e naturezas inteiramente originais.» RIBEIRO (1970:74).

Foi este percurso influenciado por alterações climatéricas, migrações e adaptação do homem aos novos espaços naturais que o levaram a criar pequenas comunidades que, com o decorrer dos tempos, foram aumentando e dispersando-se pelos espaços continentais.

Foi assim desde a emergência da civilização e continuaria a ser até aos nossos dias. Ainda hoje o homem procura novos espaços para expandir a sua cultura, as suas comunidades e, no meio dessa necessidade genética, está a conquista do meio ambiente.

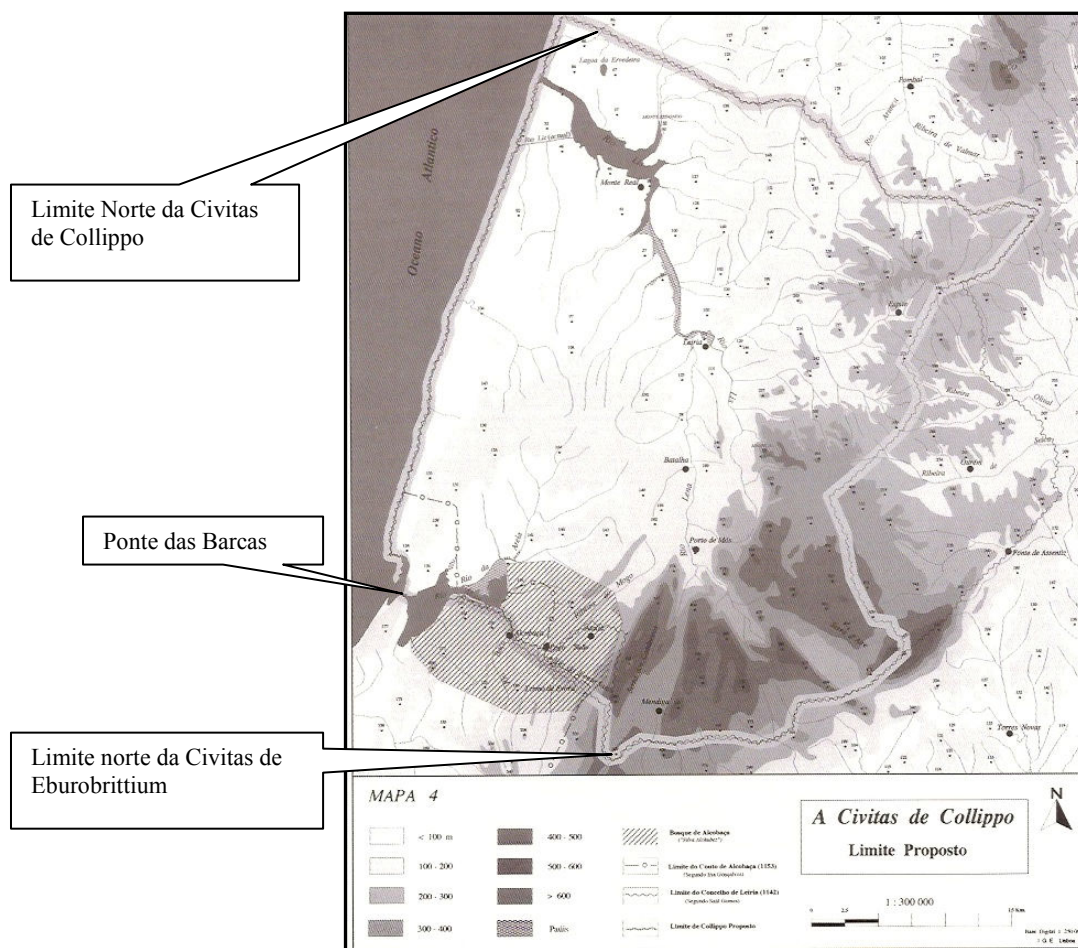
## 2.2. – A lagoa da Pederneira enquanto fronteira de duas Civitas (Collippo e Eburobrittium)

Justificar a presença romana na área da lagoa da Pederneira obriga à conjugação de dois factores: o enquadramento da ocupação romana na Estremadura centro/litoral e os vestígios arqueológicos da época romana encontrados nesta mesma zona.

A lagoa da Pederneira encontrava-se, parcialmente, dentro do limite da Civitas de Collippo, constituindo o seu limite a sul.

Encontrava-se também dentro da Civitas de Eburobrittium, limitando-a a Norte. Era, portanto, como que uma fronteira entre as duas Civitas.

«A lagoa da Pederneira separaria, a sul, Collippo de Eburobrittium. Partindo da Ponte das Barcas, na actual foz do rio Alcoa, seguiria pelo meio da lagoa (a parte meridiana *pen venam* de *Alcobacia*) direito à Fervença e, daí, aquele rio até Alcobaça.» BERNARDES (2007:27).



Mapa – 13 – Delimitação provável da Civitas de Collippo e Eburobrittium. BERNARDES (2007:43)

Quanto aos eventuais limites, Jorge Alarcão apresenta uma delimitação segundo a qual a Civitas de Eburobrittium, «...na fachada atlântica, ocupava um pequeno território entre o mar e as serras de Montejunto e dos Candeeiros, cujo festo provavelmente marcava o seu limite oriental. A sul, a ribeira de Alcabrichel servia, talvez, de fronteira com a Civitas de Olisipo. Quanto ao limite setentrional, é mais difícil de definir, mas poderá ter corrido por Évora de Alcobaça e S. Gião (Nazaré).» ALARCÃO (1990:381).

Jorge Alarcão, anos mais tarde, refere sobre os mesmos limites sul da Civitas de Collippo, que «...sem que possamos concretizar a fronteira, necessariamente artificial, pois não há acidente orográfico ou hidrográfico significativo. Talvez um prolongamento da Serra dos Candeeiros, que vem morrer no sítio da Nazaré, pudesse ter servido de limite.» ALARCÃO (1995:47).

António Figueiredo, sobre os limites e as interacções das lagoas da Pederneira e Alfeizerão com as Civitas de Collippo e Eburobrittium, defende que «a divisão entre os territórios de Collippo e Eburobrittium deveria situar-se, a nosso ver, na Lagoa da Pederneira, sendo esta maioritariamente pertencente a Collippo. De facto, as eventuais estruturas portuárias aí existentes seriam funcionalmente mais úteis a esta Civitas do que à sua vizinha a sul.» FIGUEIREDO (2007:115).

Não nos parece que as eventuais “estruturas portuárias” existentes na lagoa da Pederneira, conforme refere António Figueiredo, tivessem mais utilidade para Collippo do que para Eburobrittium, ambas distantes e servidas por planos de água marítima e fluviais, sabendo que para Collippo deveriam concorrer o rio Lis e Lena e para Eburobrittium a lagoa de Alfeizerão.

Achamos, sem prejuízo de eventuais comunicações terrestres com essas Civitas, que a lagoa da Pederneira deverá ter servido sobretudo os povoados que a marginavam, como iremos analisar mais à frente.

Ainda assim a localização geográfica da lagoa da Pederneira, entre Collippo e Eburobrittium, reforça a sua importância estratégica no âmbito da presença romana nesta zona da Estremadura.

Aceitando que a lagoa de Alfeizerão terá tido uma importância fulcral para Eburobrittium por razões de proximidade, deveremos também concordar que a lagoa da Pederneira tenha desempenhado o mesmo papel em relação a Parreitas, Cós, Pederneira e até São Gião, entre outros. Locais que, à excepção de Parreitas, ainda necessitam de ser objecto de um trabalho de prospecção arqueológica para enquadrar os vestígios da época romana que forneceram.

Interessa, nesta fase, relevar que as periferias das lagoas referidas já tinham sido, desde tempos mais remotos, locais de congregação de outros povos e que pelos mesmos motivos

estratégicos, em termos económicos e defensivos, na época romana os povoados se vão fixando nas periferias destes dois mares interiores.

João Pedro Bernardes refere mesmo que a «...lagoa da Pederneira parece, desta forma, afirmar-se como a porta de entrada privilegiada por via marítima para a região de Collippo, integrando os circuitos de comercialização da época. (...) Poderemos, assim, inferir que um dos acessos privilegiados ao *oppidum* de Collippo a partir do mar se faria entrando na extensa enseada que constituiria a lagoa da Pederneira.» BERNARDES (2007:60).

Nesta hipótese, lançada por Pedro Bernardes, teremos de levar em consideração a distância geográfica entre a lagoa da Pederneira e São Sebastião do Freixo (Collippo), cerca de 25kms em linha recta, o que nos leva a propor uma outra solução.

Parece-nos ter maior sustentação, à luz dos factos analisados, que Collippo teria no rio Lis e Lena a sua principal porta de entrada por via marítima uma vez que, à época romana, estes se deveriam estender mais para montante. (vide Mapa 14)

Por seu lado, a lagoa da Pederneira deveria concorrer mais para os povoados que a circundavam, como já foi referido. Isto não significa que a lagoa da Pederneira não tivesse qualquer ligação comercial/estratégica com Collippo e Eburobrittium mas, seguramente, deverá ter sido nas estações da Mina, Rossio da Pederneira, Póvoa de Cós, Parreitas, entre outras, que a existência da lagoa da Pederneira se terá repercutido com maior expressão.

Verificamos, assim, que se poderá equacionar para os povoados de Collippo, Parreitas e Eburobrittium, um acesso marítimo “exclusivo” que deveria ter ramificações fluviais e viárias entre os mesmos e com outras cidades ou *villae* existentes na Estremadura Central.

Este facto parece-nos ser sustentado por Pedro Bernardes, quando refere que: «As *villae* de Collippo não manifestam qualquer atracção pela cidade – capital. Entre as dezoito explorações que considerámos deste tipo, só as da Torre e Vale do Forno se situam a menos de 5 Km da sede da civitas. A primeira destas situa-se a 2,8 Km da cidade, e a segunda quase naquele limite (4,8Km), (...).

Situadas num raio entre os 5 e 10 Km temos sete *villae*, quatro entre os 10 e 15 Km e mais cinco fora do raio dos 15 Km. (...)

O maior afastamento, em relação ao principal centro de poder, de pelo menos três destas cinco *villae* poderá ser explicado pela existência de um núcleo de atracção que não a cidade - capital – trata-se da lagoa da Pederneira. Tal facto é particularmente nítido para as estações da Mina e do Rossio da Pederneira cujas distâncias à cidade são, respectivamente, de 22,3 e 24,5 Km, valores muito além dos das *villae* de Póvoa de Cós e Largo de S. João, cujo afastamento rondará os 16,5 Km. Aquelas duas *villae* (Mina e Rossio da Pederneira) constituem os casos

verdadeiramente anómalos, tal como a Quinta de São Lourenço, que já se deverá situar no território de Conímbriga.» BERNARDES (2007:86).

Vasco Gil Mantas refere que «as Villae estabelecidas na costa possuíam uma importante vantagem sobre as que se situavam no interior, a menos que estas ficassem perto de algum rio navegável, (como é o caso do rio Lis e do Lena) que era a possibilidade de transportar grandes quantidades de produtos, quer agrícolas, quer piscícolas, por um preço muito reduzido, até aos locais de consumo, cidades marítimas ou fluviais, ou centros portuários que funcionavam como centros de distribuição ou de reunião de cargas para exportação.» MANTAS (1990:148).



Mapa – 14 – Delimitação, provável, do plano de água dos rios Lis e Lena na época romana.  
Composição (Adriano Monteiro, 1998.)

A lagoa da Pederneira deveria servir como uma zona intermédia desta rota comercial marítima. Os vestígios arqueológicos encontrados e as referências bibliográficas, exceptuando a estação Arqueológica de Parreitas, ainda não nos forneceram qualquer indicação de que na periferia da Lagoa da Pederneira se tenha instalado algum povoado com a importância de Collipo e de Eburobrittium.

Contudo não são de desprezar os achados arqueológicos na periferia desta lagoa. Locais como Póvoa de Cós, Mina e Pederneira, remetem-nos para uma ocupação/romanização dos

povoados bastante importante, mas nunca tendo conseguido congrega a dimensão das duas estações referidas, Collippo e Ebuobrittium, pelo menos até ser efectuada alguma descoberta arqueológica nestes locais que possa colocar os povoados referidos na periferia da lagoa da Pederneira a um nível de importância social, económica e administrativa como a das duas capitais de Civitas.

Além deste facto, um dos factores que poderá contribuir para tal é o desconhecimento, até à data, de um via estruturante que contornasse as lagoas de Alfeizerão e Pederneira.

É essa análise que se irá fazer no ponto seguinte onde se abordará a importância dos locais e dos achados arqueológicos na definição dos caminhos inter-ligantes.

### 2.3. – Os locais e os achados arqueológicos enquanto definidores de vias e caminhos na periferia das lagoas de Alfeizerão e Pederneira

O conhecimento da estrutura viária à época romana na zona objecto do nosso estudo continua, apesar de alguns estudos de grande valia sobre o assunto, envolta numa série de dúvidas e opiniões que não têm contribuído para uma leitura e interpretação concreta sobre essas infra-estruturas.

Apesar das muitas referências à existência de algumas estações romanas localizadas nas periferias destas duas lagoas, a abordagem a eventuais vias que pudessem ter existido nesta zona tem sido feita de uma forma cautelosa, muito por culpa da ausência de vestígios inequívocos da existência de uma rede de ligação viária que contornasse as lagoas de Alfeizerão e Pederneira.

Vasco Gil Mantas reconhece essa problemática quando refere «a necessidade de abordar a teoria geral das vias romanas, e pela sua utilidade evidente quando se trata de interpretar um traçado romano é, sobretudo, de natureza literária e epigráfica.» MANTAS (1996:29).

São precisamente os mesmos instrumentos que iremos utilizar para tentar, com base na bibliografia disponível e nos achados arqueológicos, apresentar uma proposta de “rede viária”, diríamos antes, caminhos, que deveriam existir nas periferias das lagoas da Pederneira e de Alfeizerão.

Para o caso agora em estudo interessa-nos perceber qual, ou quais estruturas viárias que passariam pela zona da Estremadura Central, e que deveriam servir, directa ou indirectamente, as lagoas da Pederneira e Alfeizerão.

Parece ser consensual que a via Olisipo – Bracara terá sido o eixo principal existente ao longo do litoral, já que a diversa bibliografia consultada assim o defende e comprova.

Através da observação do mapa elaborado por Vasco Gil Mantas, (Mapa nº 15), percebe-se facilmente que essa via tinha uma directriz mais litoral que interior. Contudo é precisamente na zona em que se aproxima da nossa área de estudo que a mesma tende a afastar-se do litoral, considerando-se, pela leitura do mapa em causa, que esse afastamento poderá ter uma relação directa com a distância de terras de Espanha, em particular *Emerita*, que nesta zona do território seria francamente mais curta.

Pedro Gomes Barbosa considera que: «em apoio da nossa ideia, a estrada, verdadeira artéria vital que unia o sul ao norte do nosso território, a via Olisipo – Bracara, seguia o vale do Tejo e não o litoral. Não era, certamente, apenas por uma questão de dificuldades topográficas, mas também, se não principalmente (...) por motivações económicas. Esta estrada ligava, no seu traçado, os centros mais importantes, tanto do ponto de vista económico quanto administrativo. Estradas que poderemos chamar “secundárias”, apenas ao nível da importância económica»

ca, ligavam os centros onde a presença militar romana se deveria sentir com mais força, ou ligavam as cidades da Lusitânia à sua capital, Mérida. Nada disso encontramos na Estremadura Central. Apenas pequenas vias subsidiárias, que deveriam pôr em contacto centros populacionais de algum relevo local, ou os ligavam à grande via principal (embora se coloquem sérios problemas no que respeita às estradas que seguiriam a costa oeste). BARBOSA (1992:47).

Aceitando o mapa elaborado por Gil Mantas e a directriz da Via Olisipo – Bracara podemos começar a relacionar, numa primeira fase desta análise, o papel desta via com a lagoa da Pederneira e de Alfeizerão.

A via seguiria o vale do Tejo até *Scallabis* e, mais a norte, *Sellium* traduzindo, desta forma, uma directriz SW – NE, afastando-se do litoral até chegar a *Sellium*. A partir daqui a sua directriz mudava de direcção seguindo no sentido SE – NW, aproximando-se do litoral, mais nitidamente, a partir de Coimbra e daqui até ao Porto, terminando num último troço orientado, novamente a NE até chegar a Bracara.

Relativamente à distância entre as lagoas da Pederneira e de Alfeizerão e, por exemplo, *Sellium* (local mais perto da actual fronteira com Espanha tendo em consideração a localização de *Emerita* e *Norba Caeserina*, actuais Mérida e Cáceres), o afastamento entre os dois locais, seria de cerca de 57.00 kms, o que perfaz um total de 38.00 milhas romanas, segundo a métrica romana o que, no nosso entendimento, permite-nos não equacionar uma qualquer relação viária directa com a zona da lagoa da Pederneira e Alfeizerão e a via referida.

É a partir desta nossa opinião, em que o afastamento da via principal, Olisipo – Bracara, estaria bastante longe das duas lagoas em causa, que assumem particular relevância as questões levantadas por Pedro Barbosa: «não haveria vias romanas principais ligando as povoações e as “*villae*” do litoral?

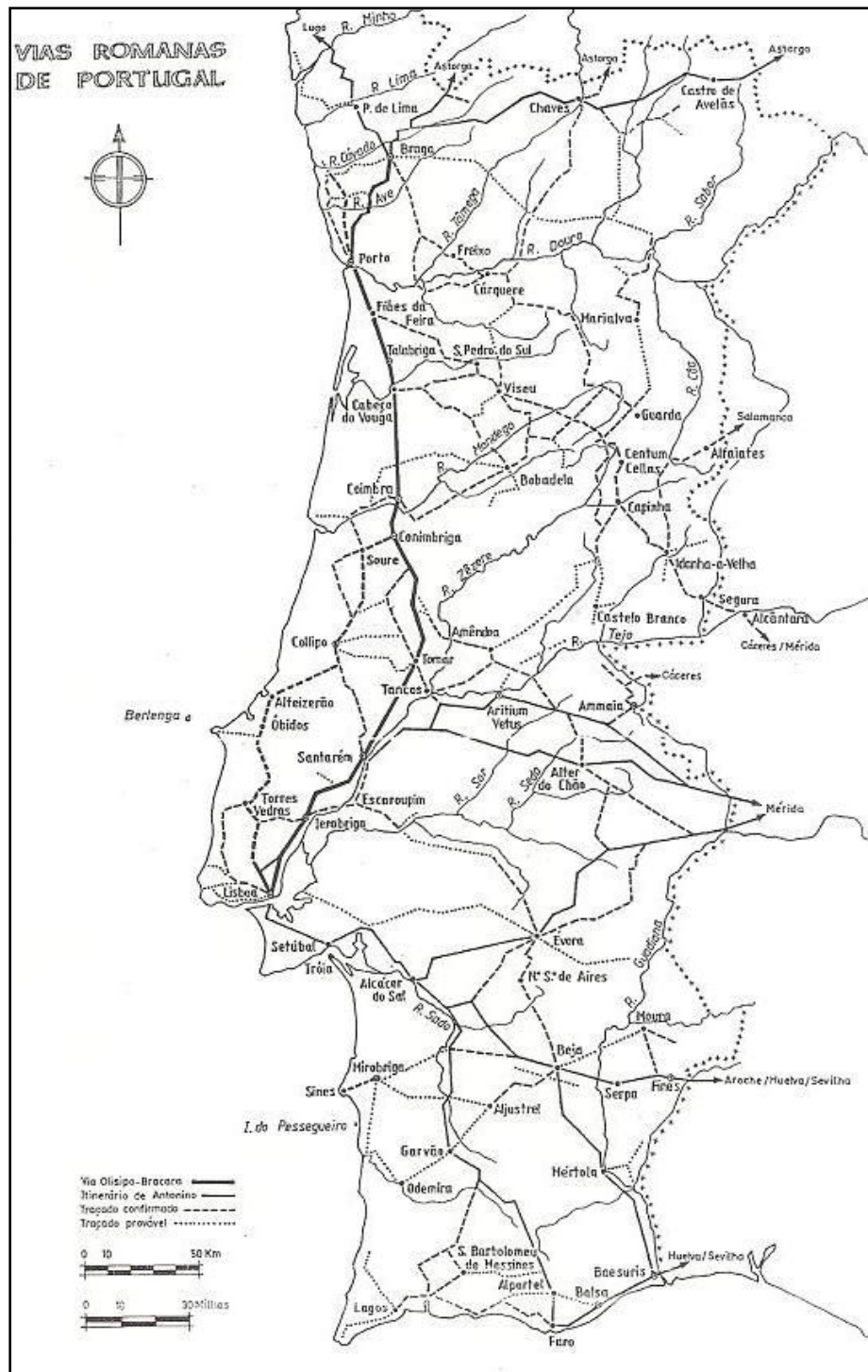
Eburobrittium não se encontrava ligada a Collipo? E Collipo não teria ligação com a artéria vital Olisipo – Bracara?» BARBOSA (1992:87: nota 9).

É isso que se infere da análise do mapa nº15; a existência de acessos viários que “aproximavam” o grande eixo viário estruturante com os centros de abastecimento como eram as lagoas, através de vias ou mesmo, aquilo que defendemos, uma rede de caminhos que contornassem estas lagoas e depois tivessem ligação com vias mais importantes que fariam a ligação aos grandes centros urbanos e económicos.

Neste sentido, Jorge Alarcão defende que: «A estrada Olisipo – Bracara não deveria servir Eburobrittium, mas dela partiria qualquer ramal servindo esta cidade.» ALARCÃO (1983:88).

Percebe-se que a ligação entre a via mais interior (Olisipo – Bracara), se deveria ramificar com outras vias, localizadas a jusante da mesma, neste caso a via Collipo – Eburobrittium.

Sobre a directriz da via entre Collipo e Eburobrittium, Alarcão defende que esta via deveria passar por: «Alcobaça, passaria por Évora de Alcobaça, Lombo Ferreiro, quinta do Val de Ventos, Salir de Matos, até Amoreira de Óbidos.» ALARCÃO (1995:106).



Mapa Nº 15: “Vias romanas em Portugal”. (MANTAS:1996)

Para uma distância tão grande parecem-nos poucas as referências, permitindo-nos não avançar com uma proposta de directriz para a hipótese defendida por Jorge Alarcão, considerando arriscado, da nossa parte, tal iniciativa.

Gil Mantas apresenta-nos uma proposta de directriz entre Olisipo e Collipo bastante completa onde, naturalmente, se encontra o troço que a nós nos interessa, Eburobrittium – Collipo.

Apesar de ser extensa a sua descrição, achamos relevante a sua transcrição nos pontos que consideramos estarem de acordo com a nossa opinião sobre este assunto.

Segundo Gil Mantas, o «traçado entre Eburobrittium e Collipo. O troço mais difícil de reconstituir situar-se-ia entre Óbidos e Alcobaça, não merecendo qualquer confiança as referências a pontes romanas, onde existiram pedras com o nome de Júlio César, nos arredores de Óbidos, nomeadamente sobre o Rio Arnóia. Muito provavelmente a estrada seguia pelo Senhor da Pedra, denominação que talvez recorde a localização de um miliário, pois se encontra a 1 milha da capela de Senhora da Memória, prosseguindo em direcção a Gaeiras, subindo de uma cota de 18 metros no Senhor da Pedra para uma cota de 50 metros junto a Casais do Pedrógão, local em que o limite entre os concelhos de Óbidos e de Caldas da Rainha corta o traçado, exactamente 2 milhas romanas depois do santuário do Senhor da Pedra. A estrada atravessava em seguida o rio Cal, entrando no que é presentemente a área urbana de Caldas da Rainha. A partir daqui abandona o traçado da EN 8, seguindo por Belver e Coto, por uma linha de cumedeada com cotas que rondam os 140 metros, descendo para Salir de Matos, pela encosta que conduz à travessia do rio da Tornada. (...) O traçado que propomos, por Salir de Matos, tem a vantagem de conduzir a estrada pelas alturas, garantindo a travessia do rio Tornada num ponto mais fácil, em cotas superiores a 20 metros, enquanto que um trajecto por Tornada levaria o caminho por cotas da ordem dos 10 metros e por uma área que na época romana teria, muito provavelmente, características lagunares. Assim, consideramos que a estrada se dirigia para Alfeizerão pelas alturas que dominavam o litoral antigo, com bruscas mudanças de direcção que lhe permitiam manter as cotas convenientes para evitar os principais acidentes do terreno, em especial os vales dos pequenos rios costeiros.

Após Salir de Matos, seguia para norte, passando a nascente do Cabeço da Mina, subindo de uma cota de 50 metros para uma superior a 140 metros no ponto em que a estrada toca um ângulo da extrema entre os concelhos de Caldas da Rainha e de Alcobaça, atingindo a seguir a povoação de Valado de Santa Quitéria, mantendo-se pela cumedeada até Casal do Aguiar, onde iniciava a descida para Vale de Maceira através de uma serie de lancetes. (...) A estrada continuava para Alfeizerão, agora pelo sopé da plataforma litoral, deixando à sua esquerda a estação arqueológica romana da Quinta de São José, atravessando a ribeira de Alfeizerão e atingindo o *vicus* portuário que julgamos poder identificar com *Araducta*. (...) O caminho conti-

nuava para norte de Alfeizerão por Macarca, passando a poente de Rebolo em direcção a Famalicão.» MANTAS (1996:862:863).

A partir deste ponto o autor descreve a possível directriz da via até Alcobaça, mas para tal retrocede e reinicia o percurso em Alfeizerão, sugerindo que o mesmo passaria pelas localidades de Ramalheira, que falaremos mais à frente, Sapeiros, Rebelo, vale do rio Baça e Valbom, terminando em Alcobaça.

O troço de Alcobaça até Collipo não é para nós particularmente importante uma vez que o caminho deriva para nordeste, afastando-se, desta forma, da nossa zona de estudo.

Apesar desta informação, extensa mas necessária, é a partir de Famalicão que as dúvidas se começam a adensar sobre o eventual traçado de caminhos que contornassem as lagoas, deixando-nos num limbo de informação, uma vez que apenas se conhece uma referência a um caminho que se aproxima de uma das lagoas, a de Alfeizerão.

Deverá ter sido a descoberta do miliário de Alfeizerão e, com ele, a possibilidade da via Eburobrittium – Collipo, neste local, se aproximar do litoral, uma vez que a Ramalheira ficava, à época, perto das margens da lagoa de Alfeizerão, que motivou a existência de um «*deverticulum* (que) poderá estar relacionado com a indicação *fecit* que ocorre no miliário de Adriano encontrado em Ramalheira, local situado a 1 milha romana do vicus de Alfeizerão, pois o ramal unia as duas lagunas existentes na época romana, a de Alfeizerão e a da Pederneira, que assim constituíam um importante complexo portuário directamente ligado à estrada Olisipo – Conímbriga.» MANTAS (1996:856).

Pedro Barbosa refere também sobre este assunto que: «É nesta zona que a estrada mais se aproxima do mar, reflectindo assim um interesse especial em melhorar a ligação entre Collipo e o vicus portuário de Alfeizerão. (...) A estrada evita, tanto quanto possível, a proximidade da costa, procurando limitar as dificuldades de transposição dos numerosos cursos de água...» BARBOSA (2008:28)

Apesar deste aparente afastamento do litoral, como refere Barbosa, a importância das lagoas de Alfeizerão e Pederneira deveria ser bastante grande na logística romana, uma vez que o desvio pela Ramalheira obrigava a uma acentuada inflexão para poente da via que ligava Olisipo a Conímbriga, seguindo depois para Bracara Augusta.<sup>19</sup>

---

(19) – Sobre este assunto, conferir: ALARCÃO, Jorge, (1995) - *O Domínio Romano em Portugal*, p. 106; MANTAS, Vasco Gil. (1996) - *A rede Viária da Faixa Atlântica entre Lisboa e Braga*, pp. 861 a 864; BERNARDES, João Pedro. (2007) - *A ocupação Romana na Região de Leiria*, p.93; SAA, Mário. (MCMLX) - *As Grandes Vias da Lusitânia, – O Itinerário de Antonino Pio*, pp. 39 a 46.

De referir que Mário Saa, contrariamente ao que afirma Vasco Gil Mantas, no trabalho *Um Miliário de Adriano em Alfeizerão*, descreve uma via entre Óbidos (São Mamede) e Leiria, apenas não referenciando o nome da via, que, como temos visto, se apelida de via Collipo – Eburobrittium. Sobre este assunto cf., *ob. cit.*, Mário Saa, pp. 39 a 46.

Independentemente das questões sobre a directriz da via entre Collipo e Eburobrittium a questão que nos importa analisar é a existência de um caminho litoral que contornasse as lagoas de Alfeizerão e Pederneira.

A esse caminho ou caminhos Mário Saa chama-lhe “a estrada do Mar Oceano” e defende, segundo a sua interpretação do itinerário de Antonino Pio que «...os antigos lançaram alguns ramais como o de Odrinhas (e Assafôra) a Óbidos – ou a Alfeizerão – era já suficientemente concorrida nos dias dos romanos, não obstante este povo assentar, de preferência, a sua colonização nas terras do interior, fora das áreas do Oceano. Ocupava, todavia, na costa alguns dos melhores rincões, em redor de portos de renome, como o Porto de Salir (São Martinho do Porto) onde existia a localidade de Alfeizerão.» SAA (1960:24 e 25).

O porto deveria estar localizado mais a nascente, provavelmente junto a Salir de Matos, uma vez que nessa época a lagoa de Alfeizerão se estenderia mais para montante ultrapassando os limites da actual localidade de Alfeizerão.

O aparecimento de uma epígrafe em Salir de Matos referida por Hubner (1871) pode fornecer indícios de ocupação romana naquela zona, que se constituem mais sustentados do que Salir do Porto que fica junto à Foz do Rio da Tornada.

É neste ambiente de dúvida que o trabalho de campo, assim como os achados arqueológicos, assumem particular importância para a caracterização da presença romana na área destas duas lagoas.

A diferenciação efectuada denota a separação entre sítios arqueológicos como os de Parreitas, Eburobrittium e Collipo e os achados arqueológicos que, embora encontrados em alguns locais, aparecem isolados de uma estrutura urbana de génese pré-romana ou romana.

João Pedro Bernardes refere que: «O itinerário de Antónino não se refere a qualquer via que cruzasse o *territorium colliponensis*. Ainda assim, é certo que Collipo deveria ligar-se às restantes cidades – capitais das *civitates* vizinhas.» BERNARDES (2007:93).

Vasco Gil Mantas afirma, no artigo sobre o miliário encontrado em Alfeizerão, que este achado se reveste de uma «...ainda maior importância, reforçada (no caso do miliário de Alfeizerão) por se referir a uma estrada não incluída no Itinerário de Antonino, como afinal sucede com tantas outras, e sobre cuja existência foram levantadas dúvidas, naturalmente fundamentadas, por um dos maiores geógrafos portugueses deste séculos (referindo-se a Orlando Ribeiro).» MANTAS (1986:216).

Contudo Mário Saa, baseando-se também no “Itinerário de Antónino Pio”, dá a conhecer a existência e directrizes de várias estradas pré-romanas e romanas, entre elas a que deveria ligar Óbidos a Alfeizerão: «O traçado romano não se aproximava da baía, na extensão em que a temos actualmente. (1960) (...) A trajectória ligava Tornada a Alfeizerão, por estes locais, Mouraria, Casal dos Morgados, Quinta de São José, Casal da Ponte.» SAA (1960:39 e 40)

Um dos eventuais traçados, como já referimos, decorre da descoberta do Miliário de Adriano em Ramalhiças, Freguesia de Alfeizerão.<sup>20</sup>

Encontrado, como se referiu, no local de Ramalheiras, ou Ramalhiças, localizada a Nascente de Alfeizerão, encontra-se actualmente na posse dos descendentes da pessoa que o encontrou.

Vasco Gil Mantas defende que: «Assim, a atribuição do marco miliário de Alfeizerão ao troço litoral da estrada *Olisipo – Eburobrittium – Collipo – Conimbriga* impõem-se naturalmente, a partir da análise do esquema da rede viária romana, da topografia regional e da repartição dos vestígios arqueológicos.» MANTAS (1986:222).

Concordamos com esta ilação, uma vez que esse troço viário deveria fazer a ligação entre as localidades acima referidas, encontrando na sua directriz caminhos de ligação, tanto para o litoral como para o interior, passando pelos locais ocupados pelos romanos.

A existência de uma terceira via (caminho) que deveria contornar as lagoas de Alfeizerão e Pederneira, partindo da localidade de Tornada até à Pederneira, torna-se numa hipótese bastante viável, porque a via que ligava Eburobrittium a Collipo passava muito a nascente da periferia das lagoas, pelas serranias até Alcobaça e depois para norte, em direcção a Collipo, excepção feita ao referido desvio para poente onde passaria pela Ramalheira.

Para sustentar a possibilidade da existência de uma terceira via, classificando-a, como “caminho”, fez-se o percurso, iniciado em Tornada, pelos locais que contornam as actuais várzeas de Alfeizerão e Nazaré, onde existem ou apareceram referências a vestígios de ocupação romana.

De reforçar que a aplicação do termo “caminho” em vez de “via” parece encontrar justificação, uma vez que não existe conhecimento de alguma via de tipologia construtiva romana na periferia das lagoas referidas mesmo aquela que, eventualmente, terá ligado as duas lagoas como sustenta Vasco Gil Mantas.

---

(20) – Sobre este assunto, conferir Volume II: Anexos I, Ficha de Inventário N°01.

Neste contexto deve referir-se que se teve em conta os eventuais limites a montante das duas lagoas na época romana.

A conseqüente regressão das lagoas ia libertando espaço para o cultivo de terras. As zonas palustres que iam, pouco a pouco, aparecendo iam moldando as necessidades de acesso a essas novas zonas, criando novos caminhos e abandonando outros. Parece ter sido um processo demasiado dinâmico para a construção de uma via como as que existiam mais a nascente, como Olisipo a Bracara, Collipo a Eburobrittium, entre outras. Traçados mais estáveis, que se encontravam perfeitamente definidos na sua função e objectivo, e que não estavam ameaçados pelas vicissitudes dos elementos naturais, como a inconstância das zonas litorais.

Entre a localidade de Tornada, Concelho de Caldas da Rainha, e a Póvoa de Cós, Concelho de Alcobaça, o traçado por nós proposto deveria sair da Tornada, onde foi encontrada uma Estela Funerária<sup>21</sup>, depositada no Museu Municipal Dr. Santos Rocha na Figueira da Foz, depois deveria seguir no sentido de Pedrógão<sup>22</sup>, local situado num pequeno morro, cerca de 700 mts a sul das ruínas do Castelo de Alfeizerão.

Entre Alfeizerão e a localidade de Rebolo, a directriz que seguiria não é fácil de identificar, uma vez que entre estas localidades não existem quaisquer indicações de vestígios da época romana, o mesmo acontecendo para o troço seguinte, Rebolo<sup>23</sup> – Cela Velha. Apesar deste facto, torna-se relevante a referência a um pequeno troço, “de uma antiga calçada”, encontrado por Pilar Reis<sup>24</sup> junto à localidade de Cela Velha, Concelho de Alcobaça.

A ligação viária mais exequível seria a que ligaria, nesta fase, Rebolo a Parreitas, contudo a directriz pode ser influenciada pelo referido caminho, induzindo a que a ligação a Parreitas se fizesse desde a Cela Velha, subindo a serra do Bárrio até ao local de Parreitas.

Antes deveria passar a nascente da Mata da Torre (Casais da Arieira), local onde se encontra a Torre de Dom Framondo, cuja data de construção ainda se encontra por definir, assunto que será dirimido no ponto seguinte deste trabalho.

(21) – Sobre este assunto, cf. Volume II em Anexos I, Ficha de Inventário N°02.

(22) – Sobre este assunto cf. *O Archeologo Português*, Volume VIII, Edição de 1903, pp. 90 a 93.

(23) – Cf. Volume II em Anexos I, Ficha de Inventário N° 03.

(24) – Sondagem Arqueológica, EIA – A8 – Sublanço Caldas da Rainha/Valado dos Frades, “*Vestígios de uma antiga calçada, em avançado estado de degradação, formada por lajes de pedra de consideráveis dimensões*”. Igespar. I.P., Lisboa, 1999.

Sobre este assunto consultámos o processo em causa e deslocamo-nos ao terreno, mais precisamente ao km. 17+400, da A8, e não se conseguiu encontrar os achados arqueológicos referenciados no Relatório em causa.

Encontraram-se lajes de pedra de dimensão generosas, mas não nos parece que, após um estudo exaustivo da tipologia das vias romanas, estas estejam de acordo com esse método de construção. Contudo a zona encontra-se bastante coberta por vegetação infestante o que dificulta a leitura do terreno. Considerando também a topografia natural do terreno e as alterações efectuadas ao mesmo, durante a execução da A8, somos da opinião que a referida “calçada antiga” possa existir mas não ter uma relação directa com a época romana, não se podendo, nesse sentido, aferir se será pré romana, romana ou pós romana.

Contudo a sua eventual localização potencia a tese da existência de caminhos que poderiam não conter uma arquitectura romana, porque já existiam antes da romanização, tendo sido, os mesmos, aproveitados para fazer a ligação entre as duas lagoas, Pederneira e Alfeizerão.

O troço desde a Cela Velha até Parreitas deveria ter, pelo menos, duas directrizes que comunicassem com a zona da várzea.

A primeira, a subida pela serra do Bárrio, passando pelo local de Cumeira, Pinhal Fanheiro e Bárrio voltando a descer depois para Parreitas.

A segunda, aquela que achamos mais exequível, deveria contornar a base da referida serra pela sua vertente Oeste, até subir para Parreitas assegurando a continuidade desse percurso, junto à base das serranias, para os locais de Fervença, Maiorga, Casalinho, Póvoa de Cós e o local da Mina, (Valado dos Frades).

Parece-nos que esta última hipótese encontra maior sustentação, uma vez que a topografia do terreno é bastante acentuada na subida desde a Cela Velha até Parreitas, defendendo a ideia que Parreitas seria acessível, por norte, através de um caminho terciário que assegurava essa ligação periférica da lagoa, passando pelos povoados acima designados assim como deveria ter uma ligação viária à via que seguia para Collipo, através de Alcobaça, conforme defende Jorge Alarcão (1995:106).

Tal facto pode sustentar a existência de um eventual caminho mais litoral que deveria ter a directriz acima mencionada.

Desde a Cela Velha, o caminho deveria contornar toda a serra do Bárrio, a sul de Valado dos Frades, até à Fervença, depois Maiorga, Casalinho, Póvoa de Cós e Cós.

A partir de Cós, local onde terá sido encontrado o Mosaico do Rei de Cós, conhecido também pelo Mosaico de Apolo, depositado no Museu Nacional de Arqueologia, o nosso interesse deriva para o acesso ao local de Mina<sup>25</sup> e Pederneira<sup>26</sup>, mais concretamente “Rossio da Pederneira”, limite norte do nosso estudo, onde, segundo vários autores, entre eles Pedro Bernardes, terá existido uma *Villa* Romana do Alto Império.

O eventual caminho entre Cós e o local de Mina, junto a Valado dos Frades, deveria contornar a vertente norte da actual várzea interior da Nazaré, localizada entre Cós e Valado dos Frades, contornando depois essa localidade e passando pelo local da Mina, a jusante de Águas Belas. Depois deveria seguir, ainda a norte da actual várzea, contornando-a pela vertente sul da encosta da Pederneira para, na zona do “Bico do Frei António”,<sup>27</sup> começar a subir para o Rossio da Pederneira.<sup>28</sup>

---

(25) – Cf. BERNARDES, João Pedro. (2007) - *A Ocupação Romana na Região de Leiria*, pp. 147 a 197.

(26) – *Idem*.

(27) – Cf. Volume II: Anexos I, Ficha de Inventário N° 04 a 07.

(28) – Cf. Volume II: Anexos I, Ficha de Inventário N° 09 a 14.

Na vertente litoral da Serra da Pescaria encontra-se São Gião, que deveria ter acesso através da localidade de Famalicão e, também, pela actual estrada que vem de São Martinho pela Serra dos Magues e Serra das Pescarias, descendo depois para a zona de São Gião.

A hipótese apresentada parece-nos sustentável, contudo aberta a novas interpretações que possam contribuir para um maior conhecimento das vias/caminhos na zona agora em estudo.

De todos os locais estudados, existe um que nos coloca algumas dúvidas na relação entre o achado arqueológico e o local onde o mesmo foi encontrado, trata-se do local da Mina, em Valado dos Frades. A cota altimétrica a que se localiza pode inviabilizar a hipótese de ali ter existido uma *Villa* romana, conforme defende João Pedro Bernardes.

O túmulo das 9 musas foi encontrado naquele local<sup>29</sup> mas seguramente fora do seu contexto original. A zona em causa possui uma cota altimétrica de 6 metros, acima do nível médio das águas do mar<sup>30</sup> pelo que se nos afigura bastante provável que a zona onde foi encontrado o referido túmulo estaria inundada com água da lagoa, ainda activa nessa época.

A hipótese que se nos afigura mais correcta, ou com maior possibilidade de sustentação, uma vez que não se fizeram, até ao presente, trabalhos de prospecção arqueológica, é que essa eventual *Villa*, conforme defende Bernardes, poderá estar implantada a norte da Estrada das Várzeas num cabeço onde a cota altimétrica é de 27 mts, acima no nível médio das águas do mar.

Após várias visitas ao local detectámos uma estrutura circular<sup>31</sup> de dimensões reduzidas mas com uma localização estratégica sobre a lagoa que nos faz pensar serem ruínas de um dos antigos fachos da lagoa da Pederneira.

Apesar desta temática nos remeter para épocas posteriores, a existência daquela estrutura assim como a sua localização e a área envolvente contribuem para a hipótese da eventual *Villa* da Mina se localizar nesse local.

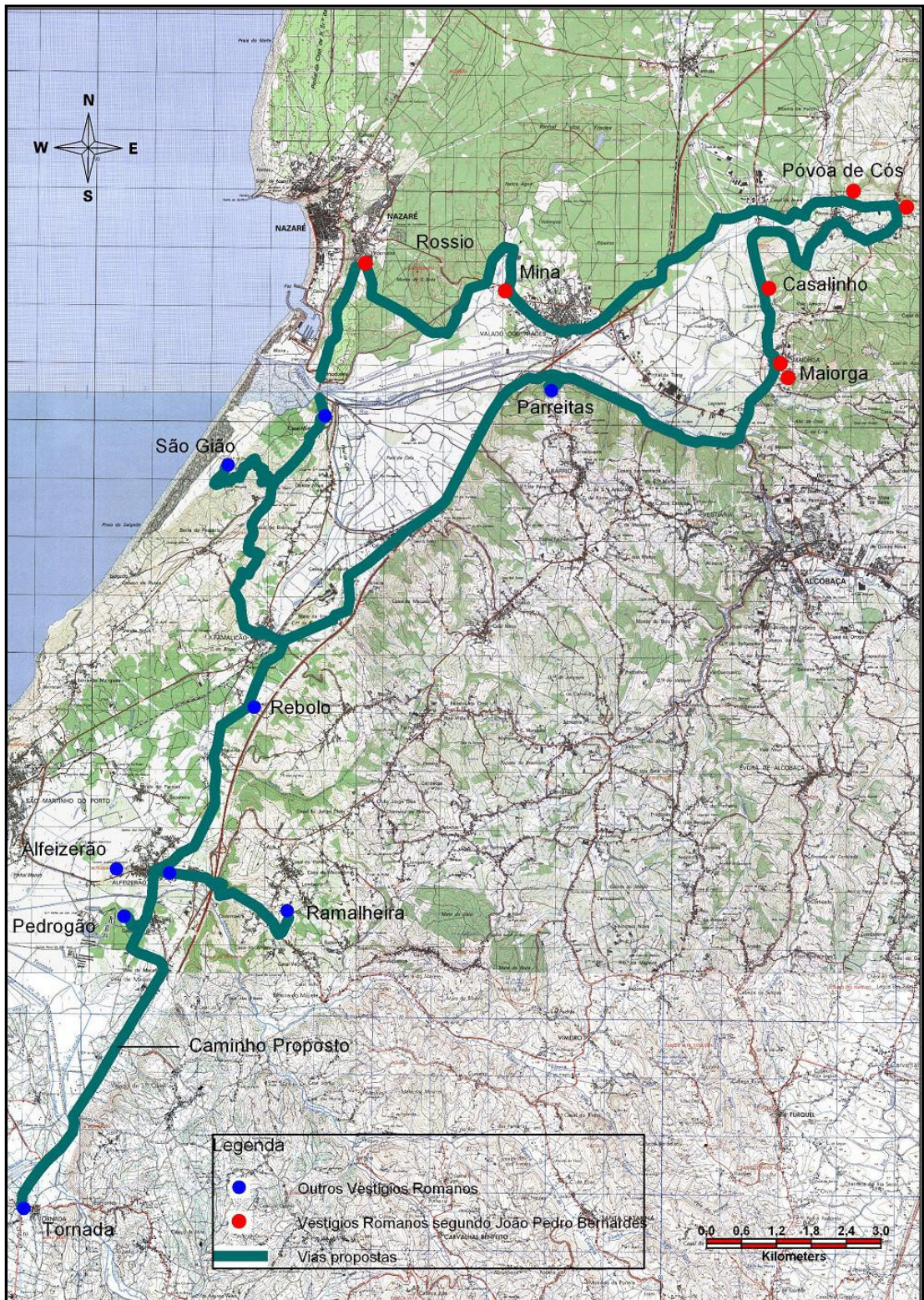
O aproveitamento de estruturas por parte dos povos colonizadores é um dado adquirido no âmbito da arqueologia e da antropologia, pelo que poderá ter sido também uma situação similar que tenha acontecido naquele local.

(29) – Cf. BERNARDES, João Pedro. (2007) - *A Ocupação Romana na Região de Leiria*, pp. 182 a 183.

(30) – Sobre o Nível Médio do Mar, cf. DIAS, Alveirinho. (2004) – *A história da evolução do litoral português nos últimos vinte milénios*, pp. 157 – 170.

(31) – O facto de se ter encontrado a referida estrutura não justifica, por si só, que a mesma tenha alguma ligação com a época romana, ou épocas posteriores no âmbito da navegação na lagoa. A sua localização a uma cota relativamente alta, o seu alinhamento com a entrada no extinto porto da Pederneira, assim como o seu posicionamento estratégico numa eventual sinalização de orientação marítima na entrada dos navios para a zona mais interior da lagoa da Pederneira, estamos a referir-nos à zona de Cós, Maiorga, Fervença, etc., leva-nos a equacionar que naquele local poderá ter existido uma das torres de que fala Borges Garcia.

A existência daquela estrutura, e as características da envolvente próxima, nomeadamente a sua proximidade com o local de Mina onde foi encontrado o túmulo das 9 musas, poderá indiciar a existência de um povoado romano. (ver Ortofotomapa 04).



Mapa: N° 16: Proposta de eventual rede de caminhos com base nos locais onde foram encontrados vestígios de ocupação Romana.  
(Composição: Carlos Fidalgo.)

Contudo a falta, como já foi referido, de uma prospeção arqueológica assim como a falta de elementos “ligantes” entre o achado do túmulo das 9 Musas e outros vestígios encontrados no local, fazem-nos acreditar que naquele sítio não é fácil de admitir a existência de um povoado romano pelas razões evocadas.

A nossa proposta de caminho litoral, baseada na existência dos locais onde foram encontrados vestígios de ocupação romana enquanto definidores de uma rede viária, neste caso, definidora de um caminho periférico às lagoas de Alfeizerão e Pederneira, teve como base as referências bibliográficas referidas, o trabalho de campo, os achados arqueológicos e a geo-referenciação através de uma sistema de informação geográfica dos dados recolhidos.

João Pedro Bernardes surge com um inventário dos sítios Arqueológicos, entre Collippo e Eburobrittium.<sup>32</sup>

O recurso à tecnologia dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), torna-se indispensável para localizar os vários locais a partir do trabalho de João Pedro Bernardes, que referencia alguns locais com base no sistema de coordenadas UTM, (Universal Transverse Mercator).

Do conjunto dos locais referenciados por Bernardes, optámos por realçar aqueles que se localizam entre o local da Tornada e o Rossio da Pederneira, precisamente os locais que contornam a periferia do extinto estuário lagunar de Alfeizerão e Pederneira.

Nesse sentido decidiu-se que, para uma actualização dos dados geográficos, seria melhor converter<sup>33</sup> esses valores para um sistema de coordenadas utilizado na maioria dos sistemas de informação geográfica, em Portugal, o Heyford Gauss – Datum 73. [03]

Com esta conversão aplicada a uma base gráfica de Ortofotomapa ou Carta Militar, pode ter-se uma localização mais exacta dos locais referenciados bibliograficamente, vestígios de ocupação romana, assim como a exacta localização da estação de Parreitas e outros locais que à frente se indicarão, não incluídos na obra de Pedro Bernardes, mas que consideramos importantes para a complementaridade do estudo agora em elaboração.

---

(32) – Cf. BERNARDES, João Pedro, (2007) - *A Ocupação Romana na Região de Leiria*, pp. 147 a 197.

(33) – O programa de conversão de coordenadas geográficas utilizado é o disponibilizado pelo IGEOE. Nesse sentido colocaram-se as coordenadas rectangulares disponibilizadas na obra de João Pedro Bernardes e converteram-se para Datum-73. Este método de conversão permite-nos saber, com uma margem de erro de menos de 10 metros, em todos os quadrantes, a eventual localização dos locais romanizados, como Parreitas, que não vem referenciada na obra de Bernardes, e dos locais onde foram encontrados vestígios romanos. Conferir link, <http://www.igeoe.pt/utilitarios/coordenadas/trans.aspx>, do IGEOE.

De referir que foi utilizado o programa de SIG, Geomedia, Versão 6.1, Professional da Intergraph, sob licença da Câmara Municipal da Nazaré, Sector de Sistemas de Informação Geográfica, Divisão de Planeamento e Urbanismo.



Nº 04: Ortofotomapa: Segundo as coordenadas geográficas indicadas por João Pedro Bernardes e convertidas por nós, foi no local assinalado que foi encontrado o sarcófago das 9 Musas. Delimitação da zona mais alta onde se encontra a ruína de uma pequena torre, referida na nota de rodapé nº 31, p.70. (Composição: Carlos Fidalgo)

Nesse sentido procedeu-se à conversão das referências geográficas dos seguintes locais:

Quadro Nº 1 – Conversão de Coordenadas UTM para Hayford Gauss – Datum 73

Local/Período a)	Coordenadas UTM a)	Coordenadas Hayford Gauss – Datum 73	DD/CC/FF
Povoa de Cós. (Casal da Morgada). Romano.	M-503008 P-4384055	8° 57' 56,965'' W 39° 36' 19,518'' N	Leiria Alcobaça Cós
Cós <i>Epigrafa (inscrição)</i> Romano – Alto Império	M-503925 P-4383800	8° 57' 18,518'' W 39° 36' 11,234'' N	Leiria Alcobaça Cós
Rossio da Pederneira <i>Villa</i> Romano – Alto Império	M-494627 P-4382743	9° 03' 48,363'' W 39° 35' 36,917'' N	Leiria Nazaré Nazaré
Casalinho <i>Indeterminado</i> Romano	M-501575 P-4382375	8° 58' 57,068'' W 39° 35' 25,038'' N	Leiria Alcobaça Maiorga
Mina, Bico do Frei António. <i>Villa</i> Romano – Baixo-império	M-497024 P-4382310	9° 02' 07,861'' W 39° 35' 22,915'' N	Leiria Nazaré Valado dos Frades
Maiorga, <i>Forno</i> Romano?	M-501781 P-4381092	8° 58' 45,343'' W 39° 34' 46,338'' N	Leiria Alcobaça Maiorga
Maiorga, <i>Quinta.</i> Romano	M-501914 P-4380844	8° 58' 39,771'' W 39° 34' 38,293'' N	Leiria Alcobaça Maiorga

Indicadores retirados do trabalho de João Pedro Bernardes. (2007) - *A Ocupação na Região de Leiria*, pp. 147 a 197. (Obra indicada na Bibliografia deste trabalho).

João Pedro Bernardes indica a existência de uma grande quantidade de locais referenciados com a época romana, mas fá-lo convergindo o seu estudo, como seria de esperar, à Civitas de Collipo. Por esse motivo o local mais a sul que Bernardes indica é Mendiga, Concelho de Porto de Mós.<sup>34</sup>

Por seu turno, Beleza Moreira indica São Gião como o local mais a norte da Civitas de Ebuobrittium.

A complementaridade dos dois trabalhos mencionados fornece um conjunto de elementos, sobre os locais que circundavam as duas lagoas, Pederneira e Alfeizerão.

Contudo, a necessidade de actualização de alguns desses dados, leva-nos a dar continuidade à referenciação geográfica dos restantes locais assim como actualizar alguma informação sobre os achados/locais respectivos.

Conforme se fez para os sítios registados por Bernardes, a delimitação dos locais a sul da lagoa da Pederneira e Alfeizerão será condicionada pela proximidade às duas lagoas.

Como se disse, Tornada será a nossa referência localizada mais a sul da lagoa de Alfeizerão, aquela que se considera como o limite sul dessa mesma delimitação da periferia da lagoa referida.

Nesse sentido, apresenta-se de seguida o segundo quadro de localização dos restantes locais não mencionados por Bernardes e apenas nomeados, em termos de topónimo, por Beleza Moreira, apesar deste autor ter inserido um excerto de uma carta militar com a indicação dos locais em apreciação.<sup>35</sup>

Neste quadro não se justifica a apresentação das coordenadas rectangulares UTM (Universal Transverse Mercator), uma vez que indicaremos as coordenadas geográficas no sistema Hayford Gauss – Datum 73, dando continuidade ao defendido aquando a justificação da elaboração do quadro com base na conversão de coordenadas, que não estando desactualizadas, são pouco utilizadas nos sistemas de informação geográfica actuais assim como nos sistemas de Global Positioning System (GPS).

---

(34) – Cf. *op. cit.*, p. 192.

A escala a que é apresentada a localização dos vários “sítios”, assim como a leitura da topografia, hidrografia e redes viárias, não nos fornece uma leitura muito clara. Por tal motivo é apresentado no mapa nº16, a localização desses “sítios”, com base em cartografia militar editada em 2004.

(35) – Cf. *op. cit.*, pp. 45 a 50. No mapa apresentado na p. 50, existe duplicação da numeração indicativa não existindo a mesma correspondência na descrição existente entre as páginas 38 a 48.

Como exemplo do atrás exposto, refira-se a indicação de três localizações, com o nº 17, e apenas uma descrição. De referir ainda que neste exemplo, uma das referencias com o nº 17 se encontra geograficamente muito distante do local real.

Quadro N°2 – Localização/georeferenciação.

Local/Achado/Período	Coordenadas Hayford Gauss – Datum 73	DD/CC/FF
Tornada. Estela Funerária. Romano.	-9° 07' 43,232'' W 39° 26' 38,897'' N	Leiria Alcobaça Alfeizerão
Pedrógão. (Quinta Velha de São José) Possível povoado. Romano.	-9° 06' 36,996'' W 39° 29' 30,842'' N	Leiria Alcobaça Alfeizerão
Ramalhiça. (Miliário de Adriano) Romano.	-9° 04' 39,607'' W 39° 29' 35,602'' N	Leiria Alcobaça Alfeizerão
Alfeizerão. (Miliário – Localização actual)	-9° 06' 04,518'' W 39° 29' 55,253'' N	Leiria Alcobaça Alfeizerão
Rebolo. (Cipo – Funerário) Romano.	-9° 05' 04,847'' W 39° 31' 28,327'' N	Leiria Nazaré Famalicão
Parreitas. Estação Arqueológica Pré-romano/Romano.	-9° 01' 33,246'' W 39° 34' 27,012'' N	Leiria Alcobaça Bárrio
São Gião. Estação Arqueológica Pré-romano/Romano.	-9° 05' 25,673'' W 39° 33' 43,471'' N	Leiria Nazaré Famalicão

Fazendo o percurso desde a Tornada até ao Rossio da Pederneira e conjugando os dois quadros caracterizadores, poderemos com maior sustentabilidade defender a nossa proposta de um caminho periférico que deveria contornar a lagoa de Alfeizerão e da Pederneira e que, a uma escala inferior mas ainda assim importante teria desempenhado um papel relevante na circulação de pessoas e bens entre o litoral e os grandes centros, como *Collipo*, *Eburobritium*, e mesmo *Scallabis*.

## 2.4. – A Estação Arqueológica de Parreitas

O local de Parreitas foi mencionado pela primeira vez por Manuel Vieira Natividade que o classifica como o «castro de Pirreitas, que dominava a entrada do porto e toda a angulosa bacia de extensão não inferior a dez quilómetros, estariam os esculcas e os calatores para prevenirem do perigo.» NATIVIDADE (1960:22).

Não deixa de ser relevante a menção aos “esculcas” que, como sabemos, eram uma espécie de sentinelas nocturnas, talvez os antepassados, se assim se podem apelidar, das torres e fachos que Borges Garcia mencionou e que, a seu tempo neste trabalho, iremos dar a importância devida.

Em 1980 iniciaram-se os trabalhos de arqueologia no local de Parreitas sob a responsabilidade do Prof. Dr. Pedro Gomes Barbosa.

No âmbito desses trabalhos, sabe-se «hoje que o conjunto arqueológico se estende por vários núcleos, tendo apenas sido escavada uma pequena porção desse conjunto. Por esse motivo, podemos classificá-lo como um *vicus*, ou pequeno aldeamento, com uma ocupação que vai do século II (com toda a certeza, mas possivelmente de período anterior), pela descoberta de uma moeda de Antonino Pio, até aos inícios do século V, como mostra uma moeda de Honório, ali encontrada.» BARBOSA (2008:14).

De realçar esta menção a uma moeda da época de Honório (393 – 423 d.C.) encontrada em Parreitas no enquadramento de uma época em que o domínio romano já se encontrava em franca decadência no Ocidente da Península Ibérica.

Segundo Jorge de Alarcão «a aparente inexistência no território actualmente português de moedas romanas posteriores a 408, e a raridade daquelas que, e muito duvidosamente, se podem atribuir a 402 – 408, leva-nos a crer que logo nos inícios do século V (era Honório o imperador romano do Ocidente) se desataram as ligações com Roma e da Lusitânia, quedando esta província entregue a ela mesmo. É, também sintomático que, por volta de 408, tendo-se desenrolado na Península um dos capítulos da guerra entre Honório e o usurpador que as tropas da Bretanha haviam aclamado (Constantino III), dois primos de Honório, que na Península organizaram resistência ao usurpador, tenham constituído uma milícia de camponeses que armaram como puderam. (...) De qualquer forma, este episódio parece-nos denunciar que alguns latifundiários iam assumindo as funções administrativas e militares que normalmente competiam às autoridades regularmente nomeadas pelo imperador.» ALARCÃO (1983:62).

É ainda Pedro Barbosa que contribui para a hipótese de enquadramento temporal da moeda do século IV/V, encontrada em Parreitas, quando chama a atenção para o facto de que quando «falamos em “presença romana” não queremos dizer, especificamente, que colonos vindos de

Itália, ou sequer da cidade de Roma, se tivessem aqui instalado. Na realidade, a maior parte dos vestígios encontrados e estudados são de um período em que a presença de Roma já se tinha manifestado havia muito tempo. Estaremos, provavelmente, e dada a periferia da zona, perante indígenas (já totalmente) romanizados.» BARBOSA (2008:17: nota:09).

Permitimo-nos aceitar a hipótese de Jorge de Alarcão bem como a de Pedro Barbosa, até porque as duas opiniões confluem, podendo o aparecimento da moeda do tempo de Honório, significar um trânsito, pós romanização, de moedas romanas utilizadas pelos povos que lhes sucederam.

Tal parece sustentar Justino Maciel, quando refere, em relação ao comportamento dos Suevos, «é preciso enquadrá-lo nos acontecimentos que caracterizaram os princípios do século V. Com efeito, em 18 de Novembro de 401, Alarico, rei dos Visigodos, cerca a importante cidade de Aquileia, no norte Adriático, obrigando a um reforço das muralhas de todas as cidades itálicas, designadamente de Roma. O Império estava, nessa altura, e desde 395, a ser governado a duas velocidades: a Ocidente, por Honório. (...) A passagem dos Suevos, Alanos e Vândalos à Península Ibérica, depois de terem permanecido nas Gálias durante os anos de 407 a 409, dá-se em 29 de Setembro ou 13 de Outubro de 409.» MACIEL (2007:211 e 212).

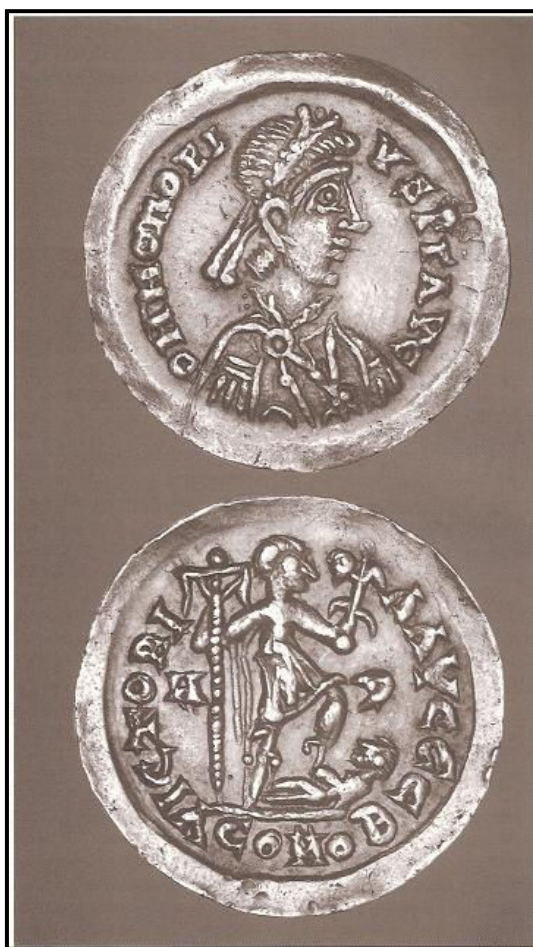


Figura: 17 – “Solidus suevo com a efigie do Imperador Honório no anverso”. MACIEL: (2007)

Aceitamos esta hipótese para Parreitas, a temporalidade dos factos históricos e a “apropriação” da moeda romana pelos Suevos, como a que se mostra na figura 17, parecem contribuir para a compreensão do aparecimento da moeda da época do reinado de Flávio Honório em Parreitas e a sua eventual ligação aos povos conquistadores.

Não serão apenas as moedas, assunto que acabámos de expor, que nos revelam o papel de Parreitas e a sua relação com a lagoa da Pederneira, mas o vasto espólio <sup>36</sup> que foi sendo recolhido nas escavações efectuadas naquele local e que se encontra depositado no Museu Monográfico do Bário, Concelho de Alcobaça.

Parece, contudo, ser comum às várias análises efectuadas <sup>37</sup> ao vasto espólio que a escavação levada a cabo no *vicus* de Parreitas relevou a estreita relação de Parreitas com a lagoa da Pederneira. Algo de diferente não seria de esperar uma vez que a «*villae* de Parreitas, enquadrada entre os estuários do Tejo e do Mondego, (...) além de apresentar uma localização estratégica para a defesa e sinalização, ou seja, localizava-se num ponto fluvial importante que ligava a *villa* <sup>38</sup> ao oceano Atlântico.» ANTUNES (2008:80).

É nesta relação entre o povoado romanizado de Parreitas, a lagoa, enquanto fonte de recursos piscícolas e de exploração da agricultura nas encostas, eventualmente em terrenos em que, fruto da regressão da lagoa, já se conseguisse exercer essa actividade, e o Oceano que deverá ser levado em conta o enquadramento deste local durante a ocupação romana na área da referida lagoa.

Contudo, não deverá ser descurado, esperando que este assunto seja fruto de investigações próximas, que para «a compreensão da evolução de Parreitas, como do *territorium* onde se integra, conhecer a ocupação das *villae* situadas em torno da Lagoa da Pederneira e perceber se ocorreu contemporaneidade no seu abandono ou se o fabrico constatado em Parreitas se trasladou para outra *villa*. Outra questão decorrente traduz-se na possibilidade de alguma dessas *villae*, dispondo dos mesmos recursos e das mesmas acessibilidades que Parreitas, ter

---

(36) – Sobre este assunto e para uma completa percepção de todo o espólio encontrado em Parreitas consulte-se: BARBOSA, Pedro Gomes. (2008) - *A estação arqueológica de Parreitas*. (Bário, Alcobaça), Edição do Município de Alcobaça e Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo Alexandre Herculano da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1ª Edição, Junho.

(37) – *Idem*.

(38) – Temos vindo, no decurso da abordagem ao local de Parreitas, a verificar que alguns autores o classificam como “*vicus*”, outros “*villae*” e outros, ainda, “*villa*”. Parece-nos, na nossa opinião, que tal facto se deve, em primeira instância, à dimensão do povoado escavado até ao presente que, conforme se infere do descrito pelo Prof. Dr. Pedro Barbosa, aparenta ter uma dimensão superior àquela que nesta altura se encontra escavada.

Outro dos factos tem, directamente, a ver com a quantidade de achados arqueológicos e a sua relação com a dinâmica, social, económica e estratégica, durante o período de ocupação romana nesta zona, objecto do nosso estudo.

Não se considera indiferente, como já foi referido, a sua localização geográfica em perfeita relação com a lagoa da Pederneira, que, como também já defendemos, se encontrava a meio caminho, via marítima, entre o Tejo e o Mondego.

Pelos considerandos acima descritos, somos da opinião de que a Estação Arqueológica de Parreitas poderá, nesta altura, classificar-se como um “*vicus*”, mas não temos grandes dúvidas que pelas razões apresentadas se poderá considerar como uma *villae*, com todas as diferenças que desse facto decorrem.

igualmente optado por uma actividade industrial, nomeadamente dedicada à produção de vidro, eventualmente especializada no fabrico de *frita* ou de determinadas formas de colorações.

Para tal, será necessário prosseguir a investigação, para que testemunhos como os que nos são deixados por Parreitas possam ser contextualizados com outros dados, que gradualmente respondam a questão de momento inultrapassável.» ANTUNES (2008:286).

Apesar deste assunto remeter para uma abordagem da autora, incluída na obra citada, sobre a produção de artigos em vidro em Parreitas, não deixa, contudo, de levantar uma questão pertinente. Qual terá sido o enquadramento social, económico e produtivo das estações referenciadas para a época romana, existentes na periferia da lagoa da Pederneira?

De referir, enquanto exemplo, que no local do Rossio da Pederneira, assunto que iremos aprofundar mais à frente neste trabalho, o aparecimento de «algumas moedas oferecidas por Tito Calixto (...) poderão ser oriundas daqui; outras poderão estar relacionadas com os sítios da Mina e de Parreitas. São doze numismas estudados por J. Ruivo com cronologias que vão de meados do século II a.C. aos inícios do reinado de Trajano (séc. II a III d. C.).» BERNARDES (2007:182).

Apesar destes factos importantes sobre o local de Parreitas convém perceber a tipologia das actividades, sociais e económicas que por ali se iam fazendo, sempre numa relação directa com a lagoa da Pederneira que lhe estava adjacente.

«Os habitantes dessa aldeia dedicavam-se certamente à agricultura, mas também à pesca, pelo menos na enseada que lhe estava próxima. São prova disso os anzóis e pesos de rede ali encontrados. Na tentativa de auto-suficiência própria da época, foram ainda detectados restos de trabalho em metal, nomeadamente em ferro e bronze, e mesmo falsificações de moedas. A existência de um forno de cerâmica está atestada por fragmentos de abóbada desse mesmo forno.» BARBOSA (2008:14).

Se aceitamos a existência de actividades ligadas à agricultura e pesca sem reservas, já a possibilidade de se executarem trabalhos em metal, nomeadamente na extracção e transformação de minério de ferro, poderá suscitar-nos algumas dúvidas que tentaremos explicar mais à frente neste trabalho.

Ainda antes de nos debruçarmos com alguma profundidade nessa temática, relevamos a importância do local de Parreitas enquanto porto natural na lagoa da Pederneira, apesar de se encontrar implantada a uma cota muito acima do nível médio do mar, para o considerarmos como um porto, de facto.

Segundo Pedro Bernardes «a lagoa da Pederneira banhava os contrafortes da colina onde se implantou o povoado de Parreitas, pelo que este lençol de água era uma constante no campo

de visão do quotidiano dos seus habitantes, marcando profundamente todo o seu modo de vida.» BERNARDES (2008:34).

Como já foi referido, a implantação do *vicus* de Parreitas não lhe deveria conceder um estatuto de porto de mar, na verdadeira acepção da expressão. O mar, neste caso a lagoa da Pederneira, seria um recurso que estando longe, devido à altitude do povoado, estava também perto, no que à sua exploração diz respeito, uma vez que «as características físicas da área envolvente de Parreitas, caracterizada por relevos mais ou menos acentuados e solos relativamente pobres, onde a *silva* antiga está ainda bem presente numa cobertura arbustiva espontânea do género *Quercus*, favoreciam um relativo isolamento e, conseqüentemente, a continuidade das tradições antigas indígenas. Esse isolamento só seria contrariado pela facilidade de acesso ao mar permitido pela lagoa da Pederneira, em torno da qual frutificou o povoamento romano.» BERNARDES (2008:35).

É essa a imagem que retiramos de Parreitas ainda hoje, um local que possui uma localização estratégica sobre a lagoa mas que se encontra escondido pela vegetação, agora circundante, existente na periferia da actual Estação Arqueológica.

Obviamente que deveremos ser cautelosos quando comparamos a paisagem actual e a tentamos transportar para épocas anteriores, como é o caso da época romana.

Vasco Gil Mantas considera «absurdo, mas ainda acontece, interpretar o litoral romano a partir da paisagem actual, o que só pode conduzir a conclusões insustentáveis. Basta ter em conta, por exemplo, o assoreamento de rios como o Arade ou o Mondego, o desaparecimento das lagoas de Alfeizerão e da Pederneira ou os numerosos sítios romanos da costa algarvia destruídos pelo mar, para facilmente se compreender como uma tal abordagem do problema se revela incorrecta.» MANTAS (1990:138).

Achamos, contudo, que a questão de Parreitas não se deve identificar com esta problemática, uma vez que, apesar das cautelas com a análise, o local fica numa zona interior da extinta lagoa, a uma cota altimétrica bastante alta, cerca de 100mts, como já referimos, algo que não se passa, mais a poente, junto a São Gião e no Rossio da Pederneira que, pela sua proximidade ao mar e exposição aos ventos acumularam, ao longo dos séculos, grandes quantidades de areias que eram trazidas pelos ventos constantes, normalmente de Norte/Noroeste o que, na nossa opinião não deverá ter acontecido com a vertente da Serra do Bárrio onde se encontra implantada a estação arqueológica de Parreitas.

Apesar desta problemática achamos que a relação de Parreitas com a lagoa da Pederneira não deveria diferir muito das restantes estações, tendo na lagoa o seu principal recurso económico, embora não exclusivo. As actividades agrícolas deveriam marcar também o dia a dia dos ocupantes desses locais.

Isso mesmo parece confirmar Pedro Barbosa, quando refere que: «certamente que esses povoadores (romanos) exploraram as capacidades agrícolas e silvícolas das terras alcobacenses, mas estas *villae* utilizaram igualmente toda a riqueza que lhes era proporcionada pelas lagoas. Estarão neste caso, pensamos, sobretudo as de Parreitas e do Valado dos Frades.» BARBOSA (2008:14).

Apesar do que já foi descrito neste ponto parece-nos oportuno, nesta fase, tentar perceber qual o enquadramento de Parreitas no âmbito do povoamento do litoral português durante a época romana, percebendo, contudo que «resta um enorme trabalho a desenvolver no sentido de identificar, estudar e integrar no seu contexto correcto os sítios romanos do litoral português, sobretudo no que se refere à cronologia, funções e enquadramento ambiental.» MANTAS (1990:138).

Apesar destas condicionantes, fruto do desconhecimento existente sobre a distribuição de povoados no litoral português, que admitimos ser ainda hoje uma realidade, confinada a algumas zonas menos estudadas dessa mesma costa (onde podemos incluir o tão falado local do Rossio da Pederneira), convém, ainda assim, verificar que «as *villae* costeiras conhecem uma maior distribuição irregular, mas encontram-se praticamente ao longo de todo o litoral português, com excepção do troço entre o Mondego e o Douro.» MANTAS (1990:144)

Assumindo como correcta esta interpretação de Vasco Mantas, teremos de colocar os locais de Parreitas, Póvoa de Cós, Mina, Águas Belas, São Gião e o Rossio da Pederneira, como prova dessa centralização das *villae* marítimas e/ou *villae costeiras*, de que fala Gil Mantas, no litoral português, em particular na costa Ocidental até ao Mondego, apesar da sua maioria não se encontrar estudada e termos em Parreitas o único local que nos pode conceder informação.

Os restantes locais não passam de sítios que forneceram vestígios de várias épocas, encontrados fortuitamente, mas que nunca foram alvo de prospecções arqueológicas algo que se considera urgente para a ligação dos locais com os achados e destes com a zona geográfica que agora estudamos.

São essas as dificuldades que se nos deparam, a falta de elementos concretos que têm a sua génese na falta de um «trabalho de investigação sistemático sobre a costa portuguesa durante o domínio romano. (...) Dado que a informação escrita que nos ficou dos tempos romanos sobre este assunto é, também, muito limitada, o recurso à arqueologia como fonte de informação principal é imprescindível.» MANTAS (1990:137).

Na relação com a lagoa da Pederneira, os achados arqueológicos, como já referimos, contribuem para atestar tal ligação. Objectos de utilização pesqueira, como os já referidos, não

deixam dúvidas sobre a importância da lagoa na sobrevivência do povoado de Parreitas, em particular e dos restantes locais em geral.

Como já verificámos com o caso da moeda de Honório, outros objectos, encontrados em Parreitas, dão-nos indicações sobre a tipologia e o espaço temporal dos povoadores deste local.

Não cabendo no presente trabalho o aprofundamento dos achados arqueológicos encontrados durante as fases de escavação desta estação, julgamos oportuno mencionar algumas conclusões a que se chegou sobre a tipologia e a economia dos habitantes de Parreitas, baseadas no estudo e datação de alguns desses achados, contribuindo, desta forma, para um enquadramento temporal, já amplamente mencionado por nós, do local de Parreitas na época de ocupação romana na zona da lagoa da Pederneira.

Nesta continuidade da caracterização da tipologia social de Parreitas em face das análises efectuadas, neste caso às lucernas encontradas, «a pobreza do espólio e a má qualidade dos materiais poderá indicar que quem habitou este local entre o séc. II e o séc. IV d.C. tinha baixo grau de exigência, no que respeita à qualidade dos produtos.» BARGÃO (2008:60).

Já numa tentativa de caracterização do tipo de comunidade que terá habitado aquele local durante a época romana, a autora refere que: «Este acervo de informação leva-nos a considerar a hipótese de estarmos perante uma comunidade rural modesta, sem um estatuto social importante ou grande poder económico.» BARGÃO (2008:60).

Também a informação sobre a existência de ânforas em Parreitas atesta, sobremaneira, a sua ligação com a lagoa da Pederneira assim como as relações com o trânsito marítimo que tinha nessa lagoa um interposto, talvez intermédio, nas rotas comerciais marítimas na costa Ocidental do actual território português.

Segundo Nélia Antunes, «o material anfórico recolhido em Parreitas abrange um período compreendido entre os finais do séc. I d.C. e a primeira metade do séc. II ao séc. V d.C. A nossa amostra é maioritariamente constituída por ânforas destinadas ao transporte de preparados piscícolas (...) O consumo de preparados de peixe é o principal determinante das importações em Parreitas, este reflectia um habito de consumo bastante arreigado no mundo romano. Parreitas, localizando-se numa região que era muito abundante em recursos, fossem agrícolas ou marinhos, oferecia excelentes condições como escala de navegação de longo curso, junto da antiga Lagoa da Pederneira, integrando-se assim na economia inter-regional.» ANTUNES (2008:85).

A possibilidade de encontrar um espaço temporal que seja aglutinador da ocupação de Parreitas e que, conseqüentemente, determine a fase em que aquele local esteve mais activo, i.e.

terá atingido o seu auge de actividade social e económica, advém do cruzamento de dados recolhidos da análise do material encontrado nas escavações efectuadas naquela estação.

Nesse sentido deve-se relevar o século IV «como sendo o mais bem representado monetariamente tal corresponde com a investigação obtidas pelo estudo das ânforas, em que o apogeu da *villa* de Parreitas ocorre nos séculos III e IV, esta datação acaba por ser colmatada pelo estudo das lucernas, que nos dá, também, uma cronologia compreendida entre o século III e IV.» ANTUNES (2008:85).

Baseados nestes elementos, que consideramos suficientes no âmbito do presente trabalho, deveremos enquadrar Parreitas como um local que terá devido a sua existência à lagoa da Pederneira e aos recursos que a mesma lhe oferecia, mais do que à agricultura.

Contudo não deveremos esquecer para uma leitura mais ampla os restantes locais, inclusive de Parreitas, na inter-relação dos mesmos com a lagoa e desta com a logística romana na Estremadura Litoral em que «seria interessante conhecermos o período de ocupação das villae em torno da Lagoa da Pederneira para comparar informação. O abandono de Parreitas pode não significar o abandono da ocupação das margens da Lagoa da Pederneira, pois poderá ter ocorrido só uma mudança de local de ocupação, não se sabendo se não se teriam instalado numa nova villae, em redor da lagoa da Pederneira. Daí a importância de conhecer as villae em redor, para compreender melhor o povoamento rural e a sua evolução no período romano.» ANTUNES (2008:86).

Acrescentaríamos, talvez, a necessidade de se efectuar um trabalho de datação das peças da época romana que se encontram expostas, e em depósito, no Museu Dr. Joaquim Manso, Nazaré, provenientes de locais que iremos abordar e que daremos conta no II Volume deste trabalho, para solidificar a intenção que se torna premente no âmbito do conhecimento temporal das eventuais estações arqueológicas que circundam a actual Várzea da Nazaré.

## 2.5. - A extracção e transformação do minério de ferro na área da lagoa da Pederneira

Conscientes da dificuldade de acrescentar algo mais a um assunto que tem merecido alguma atenção por parte de insignes estudiosos da história económica e social da área objecto do nosso estudo, não deixaremos, contudo, de contribuir com a nossa modesta opinião.

Segundo Pedro Bernardes «a existência de uma mina antiga de ferro na área do povoado romano justifica o topónimo “Mina” por que o sítio é ainda hoje conhecido localmente. Esta mina, que poderia ter sido explorada já na época romana, é aquela a que a carta de povoamento de Rio de Moinhos, (local que fica a nascente do local onde foi encontrado o Túmulo das 9 Musas e por nós identificado no Ortofotomapa nº 4) passada pelo mosteiro de Alcobaça, se refere, excluindo-a, todavia, da doação.» BERNARDES (2007:183).

Iria Gonçalves refere que sobre «a actividade mineira desenvolvida pelo Mosteiro de Alcobaça, as fontes compulsadas revelam-se pouco menos que mudas. (...) Tem-se, é certo, falado na extracção do ferro promovida pelos monges nos seus domínios, mas os autores limitam-se a repetir-se, repetindo Frei – Fortunato de Boaventura. É que, além das fontes aduzidas pelo monge historiador, pouco mais se conhece, Pelo menos para a época medieval.» GONÇALVES (1989:278).

Perante a vasta bibliografia consultada sobre este assunto, terá sido Frei Fortunato de Boaventura quem, em primeira instância, terá mencionado a existência de minas de ferro, equacionando a sua exploração desde a época romana até à presença dos monges de Alcobaça, dos quais ele fazia parte, nas imediações de Valado dos Frades.

Vejamos o relato em que Frei Bernardo de Boaventura dá conta dessa actividade: «*e descobertos felizmente em mais de hum lugar os indicios de Minas de ferro, por ventura já trabalhadas sob o dominio, dos Romanos, tiverão arte, não só para o extrahirem da terra, mas igualmente para o fabricarem, e converterem para os usos ou domesticos, ou da Lavoura. Temos disto hum claro testemunho em o Foral de Rio de Moinhos nas visinhanças da Aldêa do Vallado, em que o Mosteiro reserva para si, alem de outras cousas, Minariam ferri e os nomes de outras Povoaçoes dos Coutos assaz mostram que não era só deste Lugar, que o ferro se extrahia*» BOAVENTURA (1827:45).

Teremos de ter em consideração, na defesa dos nossos argumentos, que na época romana, segundo os dados recolhidos e já mencionados neste trabalho, as zonas em questão, Águas Belas e Mina, (Valado dos Frades) estariam ainda inundadas pelas águas da lagoa ou em forma de pântanos que, com certeza, nada facilitariam o trabalho de exploração de minério na forma apresentada por João Pedro Bernardes. BERNARDES: (2007:183)

Neste sentido, deveremos ser prudentes quanto à possibilidade da existência de uma indústria de exploração e transformação de minério de ferro durante a época romana. Porém, em épocas posteriores e embora não se refira com exactidão uma actividade “mineira” de transformação, existem referências de vários autores a defender essa mesma actividade, ainda que com algumas reservas, com as quais concordamos.

Para João Pedro Bernardes parece não haver dúvidas que «a presença de escórias de ferro na maior parte dos sítios, mesmo nos pequenos casais, demonstra que a metalurgia era uma actividade praticamente autárquica. (...) Claro que muitas escórias que se encontram nos sítios não corresponderão a actividades de redução do minério de ferro, mas serão antes resultado da actividade de uma pequena forja onde se trabalhou o ferro, previamente adquirido em estado bruto.» BERNARDES (2007:102 e 103).

João Pedro Bernardes refere-se à época romana quando aborda esta temática mas compara-a com a época medieval quanto à dificuldade em distinguir os métodos de fabrico utilizados entre a presença romana, na zona de Leiria, e o século XVIII, época em que com a «utilização da hulha como combustível, verifica-se uma alteração radical.

Os escoriais que identificámos como romanos são os de Litém, Nossa Senhora das Necessidades, Caxieira, Vale do Horto, Arneiro, Escorial, Calço da Ferraria e, talvez, Mina.» BERNARDES (2007:103).

Como se pode verificar, João Pedro Bernardes não afirma com a mesma segurança a ligação do local de “Mina” a um escorial romano, indo mesmo ao ponto de colocar em dúvida a sua temporalidade quando afirma que «é ainda junto às estruturas da *villa* da Mina (Valado dos Frades) que se localiza a jazida donde se extraía o minério, bem como o escorial. Este é, porém, muito mais pequeno do que os restantes e, sabendo que aquela jazida foi aproveitada na Idade Média pelos monges de Alcobaça, preferimos, para já, não o considerar entre os grandes escoriais romanos da área em estudo, ainda que a exploração e redução do minério, pelo menos para consumo local, é mais que provável.» BERNARDES (2007:104).

Baseados nesses pressupostos, aceitamos com maior facilidade a actividade de zonas de fornecimento de minério, Águas Belas e Mina, durante ou a partir da instalação dos Monges de Cister, relacionando o estabelecimento desta Ordem religiosa, com o facto da lagoa da Pederneira já estar num processo regressivo que eventualmente teria libertado aqueles dois locais dos pântanos que deveriam ainda existir na época romana.

A tão propalada Carta de Povoamento de Rio de Moinhos (Valado dos Frades) que terá sido lavrada em 1259 não é referida por José Oliveira e Sousa na sua obra *Coutos de Alcobaça – As cartas de Povoação*. SOUSA (1929:54).

Naturalmente que deveremos colocar a hipótese do autor não a ter mencionado, por alguma razão que nos é alheia.

Também é um facto que o mesmo autor<sup>39</sup> não refere a nova Carta de Povoamento para o mesmo local e que Iria Gonçalves refere como tendo sido passada «cinco anos mais tarde, em 1264 (...) redigida em termos muito semelhantes à anterior e nela se consignou de novo a reserva que o mosteiro tinha para si das mesmas jazidas de ferro, mas onde se refere um “engenho” – “*ingenium*” – por certo a ferraria que os monges aí teriam em laboração.»<sup>40</sup> GONÇALVES (1989:279).

Pedro Barbosa, que nos dá uma descrição interessante do tratamento do minério de ferro, também se mostra cauteloso quanto à possibilidade da existência dessa indústria durante a ocupação dos terrenos pelos monges de Alcobaça. Refere o autor que «no centro de Alcobaça, apenas vamos encontrar uma mina de ferro, a de Águas Belas (Valado dos Frades)<sup>41</sup>, uma mina a céu aberto, como ainda hoje se pode ver.» BARBOSA (1992:147).

Iria Gonçalves sintetiza, de uma forma bastante objectiva, as questões relacionadas com a extracção e transformação do minério de ferro no interior dos Coutos de Alcobaça, apesar da já referida carta de povoamento do Rio de Moinhos e da aparente abundância de jazidas de minério de ferro.

Segundo Iria Gonçalves, «no segundo quartel do século XV todo o ferro gasto no mosteiro se centralizava em Alfeizerão, onde João Afonso, alcaide da vila, o recebia e registava, enviando-o depois, quase integralmente, para Alcobaça.» GONÇALVES (1989:279).

Neste sentido, se Alfeizerão seria o porto de descarga do ferro, qual seria a sua origem e o que teria acontecido às tão faladas e documentadas jazidas de Águas Belas e Mina?

Mais uma vez Iria Gonçalves contribui para esta questão quando refere que «não é crível que tenha sido extraído das jazidas monásticas. Dificilmente se poderia aceitar que saísse do Valado, de qualquer outro lugar dos coutos ou de Rio Maior para Alfeizerão, a fim de ser daí enviado para Alcobaça. A sua concentração numa vila portuária compreende-se, sim, sendo ele transportado por mar.» GONÇALVES (1989:280).

---

(39) – A.N.T.T., *M. Alc., Ord. S. Bern.*, m. 94, doc. s.n.p.

(40) – Na nossa opinião tal facto não inviabiliza a valia deste trabalho, uma vez que o desconhecimento ou o não acesso a documentação que agora se encontra disponível poderá ter ditado as omissões no trabalho de José Oliveira e Sousa.

(41) – *OSB*, M<sup>o</sup> Alcobaça, m. 1, n<sup>o</sup>1, documento cosido no fim do caderno (carta de povoação de Rio de Moinhos, de 1259, Outubro)

Estes factos possibilitam-nos questionar se, durante o século XV, as jazidas de Valado de Frades já estariam esgotadas, se esses terrenos, pela sua grande fertilidade, foram cultivados deixando, dessa forma, de serem locais de exploração de minério ou, finalmente, se a quantidade de minério existente não era suficiente para a construção da Abadia, contrariando a hipótese de Manuel Vieira Natividade quando refere que «ferrarias eram aqueles lugares onde se faziam armas e arneses para 16 cavalos que eram obrigados a aprontar todos os anos os D. Abades de Alcobaça para o Estado. A primitiva *Ferraria* dos coutos era próximo do Valado, onde hoje chamam *Águas Bellas*. O ferro para essas armarias era ai mesmo extraído de minas pelos frades, ou sob a sua direcção.» NATIVIDADE (1885:35).

Nas Memórias Paroquiais de Alfeizerão (Alcobaça) e da Maiorga (Alcobaça), assim como as de Alcobaça, onde se inclui o local de Valado, apesar de terem sido redigidas dois séculos depois, não teríamos dúvidas em como referenciavam a existência de alguma ferraria, mesmo que estivesse em ruína, como é o caso de referências a outros locais bem mais antigos e que são referidos nos mesmos documentos.

Nas de Famalicão refere-se que: «*Não há tradição que neste rio, de suas áreas, se tirasse ouro ou algum metal.*» FAMALICÃO (1758).

Assim como nas Memórias Paroquiais da Maiorga o Vigário que as redige refere que: «*Não tenho notícia que nem no tempo pretérito, nem no presente se tenha [retirado] ouro destas areyas.*» MAIORGA (1758).

Quanto a Alcobaça não se faz qualquer referência a qualquer ferraria, a não ser o lugar de Ferraria localizada na Freguesia de Pataias.

Uma publicação sobre as colunas que sustentam a chaminé da cozinha do Mosteiro de Alcobaça da autoria da Dr.<sup>a</sup> Maria Augusta Coelho, ex-directora do Mosteiro, dá-nos a conhecer uma lista de manufactura e compra de ferro para várias aplicações no Mosteiro de Alcobaça.

«**1711** – Pagarão ao Mestre Ferreiro e ferro que se comprou para várias obras de novo e com a de pregaria e com ferramentas para os oficiais 335.598 rs.

**1714** – Despendeu-se com as linhas de ferro que se fizeram para as torres dos sinos 314.200 rs.

Despendeu-se em cento e duas dúzias de ferragem e catorze milheiros de cravos capitas e redondo 116.90 rs.

**1720** – Despendeu-se com trinta e sete quintais de ferro que se puzeram na torre e cúpula em linhas de ferro que se compraram por vários preços 116.90 rs.

**1723** – Despendeu-se com o que pagou ao Ferreiro da Casa das Obras que em todo este triénio para ele fez e para os mais que foi necessário 209.200 rs.

**1726** – Despendeu-se nas obras que fez o Ferreiro da Casa, este triénio e algumas que se mandarão fazer a outros de fora 164.890 rs.

**1729** – Ficaram seis milhares de pregos de galeota grande, 4 milhares de galeota pequena e dois de Setia que pelo preço que vêm carregados de Lisboa importa 10.450 rs. — Conserto da casa do Ferreiro e alpendre a ela contíguo 30.450 rs.

**1732** – Despendeu-se em ferro que se comprou; obra que dele se fizeram e mais coisas do género para o Mosteiro e quinta 166.220 rs.

**1735** – Despendeu-se em obras novas e consertos que fez o ferreiro da casa 58.445 rs.

**1738** – Despendeu-se com as férias dos Ferreiros, pregarias e quinze quintais de ferro em barra 178.920 rs.» FERREIRA (2004:32 - 34).

Conforme se pode aferir, a grande parte do trabalho era executado fora do mosteiro, inclusivamente os pregos que vinham de Lisboa.

Este relato, em forma de lista de despesa com material em ferro, embora seja do século XVIII, acaba por questionar a capacidade dos monges de Cister para administrar uma indústria de transformação de minério de ferro. Contudo as questões ficam em aberto, tal a necessidade de, neste âmbito, se proceder a investigações de cariz mais profundo.

Foi nesse sentido que, depois de compulsadas as fontes, encetámos uma visita a Águas Belas, na companhia do Presidente da Junta de Valado dos Frades, Sr. José Manuel Marques dos Santos, que também é agricultor, e trata daquelas terras, e de Adriano Monteiro, engenheiro de minas, e grande conhecedor desta região.

Nessa deslocação, o Sr. José Manuel Marques, no seu trabalho normal, apenas com uma enxada, começou a recolher aqui e ali pequenos pedaços que não excediam os 10 cm, que o engenheiro Monteiro não teve dificuldade de classificar como sendo «escórias vulcânicas, uma vez que se apresentavam muito porosas e com calotas esféricas vítreas.»<sup>42</sup>

Segundo informação do Sr. José Manuel Marques dos Santos, na altura do cultivo das terras aparecem, mais à superfície, pedaços mais pequenos de magnetite. Numa segunda fase aparecem, a uma profundidade de cerca de 0.50 mts, pedaços maiores.

---

(42) – Devemos esta informação ao Engenheiro de Minas, Sr. Adriano Monteiro que analisou os fragmentos e os classificou da forma que colocámos no texto.

Segundo Adriano Monteiro, é pouco provável que tenha havido alguma fundição naquela zona, ou zonas, Águas Belas e/ou Mina (Valado dos Frades) uma vez que os fragmentos encontrados não apresentam uma tipologia funditiva, mas de composição do solo com alto teor de magnetite.

Contudo, durante os anos em que o mesmo trabalha naquelas terras, nunca apareceu qualquer peça em ferro com uma geometria que desse a ideia de ter sido manufacturada o que, por si só, não invalida que possa ter havido, naquele local uma «mina a céu aberto» conforme refere Pedro Barbosa. (1992:147).

De facto, aquele lugar, Águas Belas, pode considerar-se, na mais simplista leitura do termo, uma mina a céu aberto, uma vez que o minério aparece com extrema facilidade, como se verificou.

«A hematite aparece muitas vezes em locais onde houve água ou fontes de água mineral, que é o caso de Águas Belas onde nascem vários ribeiros. Estas escórias surgem uniformemente dispersas pelo vale numa área de cerca de 3 hectares, o que lhe retira a possibilidade das classificar como um depósito duma fundição.

Teremos de ter em linha de conta que estamos na proximidade do Monte de S. Bartolomeu, um enorme afloramento de Ofite.»<sup>43</sup>

No extremo Sul de Vale das Águas Belas a montante das ribeiras, a cerca de 800 metros fica a chamada «mina». Nada encontramos que justifique o nome, que certamente advém duma caverna natural com cerca de 3 a 4 metros de diâmetro abertos no saibro sem qualquer indício de ter sido obra do homem e menos ainda da exploração de qualquer minério.

Apesar destes factos, considera-se que se torna mais sustentável a hipótese de aquele local, Águas Belas, ter sido utilizado como uma jazida de minério, tal a quantidade que, ainda hoje, existe desse material, mais do que uma “Ferraria” que, em termos funcionais, executasse todos os trabalhos necessários para a transformação do minério em objectos de ferro para utilização nas mais diferentes funções na época romana.

A exploração e transformação de minério de ferro, na zona de Rio de Moinhos, em particular, e da área envolvente à lagoa da Pederneira, será, segundo a nossa opinião, um assunto a ser discutido, no futuro, por todos aqueles que se dedicam a este tipo de estudo.<sup>44</sup>

Garantir a relação entre a bibliografia existente, as várias interpretações dadas à mesma e a necessidade de trabalho de campo será, talvez, a única forma de se ir acrescentando mais elementos que possam clarificar esta problemática.

---

(43) – *Idem.*

(44) – Sobre este assunto conferir, entre outros, MARQUES; Maria Alegria, (1998), *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Coimbra, Edições Colibri, p.188.

De referir que a maior parte dos autores consultados mencionam o facto da exploração de minério de ferro na zona de Águas Belas e Mina ter ocorrido, embora com muitas reservas, após a instalação do Monges de Cister.

Para esse facto poderá contribuir a existência de uma sala, de grandes dimensões, na Quinta do Campo, que possui na sua estrutura um conjunto de colunas de ferro que, segundo indicação do Sr. Diogo Colares Pereira, foram, também, instaladas pelos Monges de Cister. Informação que confirmámos junto do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU). Cecília Matias, Sónia Vazão. (2005)



Foto: 10 – Local onde foram encontrados os fragmentos de magnetite. Águas Belas; Valado do Frades. (Foto: Carlos Fidalgo)



Foto: 11 – Fragmentos de minério encontrados em Águas Belas – (Foto: Carlos Fidalgo)



Foto: 12 – Fragmentos de minério encontrados em Águas Belas (Valado dos Frades) – (Foto: Carlos Fidalgo)

## 2.6. – O local de São Gião na época romana

À Igreja de São Gião localizada no Concelho da Nazaré é, normalmente, atribuída a classificação de uma Igreja Visigótica única em toda a Península Ibérica.

Alvo de intensa discussão nos meios académicos, nacionais e internacionais, esta Igreja constitui, na nossa opinião, um enigma que teima em perdurar.

Contudo, no nosso entender, São Gião poderá ter uma origem anterior à época Visigótica. Para tal contribuem, acima de tudo, os vestígios encontrados nos trabalhos de arqueologia efectuados naquele local, algumas referências bibliográficas e a observação, *in loco*, de uma série de elementos estruturais e funcionais, existentes no local.

Frei Bernardo de Brito na sua obra (Monarquia Lusitana) refere ter descoberto «várias inscrições romanas no local, que evidenciavam ter existido ali um templo dedicado a Neptuno por Decio Junio Bruto<sup>45</sup>, após a vitória que as suas tropas tinham obtido contra os habitantes de Eburobricium (Eburobritium).» BRITO (1597:242 a 246).

---

(45) – Sobre Decio Junio Bruto terá sido «...um capitão romano no ano de 135 a.C...» in *Memórias Resuscitadas da Antiga Guimarães*, Padre Torcato Peixoto de Azevedo, 1692, edição *fac-simile* da edição de 1845, Edição do Centro de Estudos do Património, Casa Morais Sarmiento, Cap. 18 e 19, pp. 49 a 57.

Numa cronologia dos Generais Romanos, Adrian Goldsworthy, coloca Decio Junio Bruto, entre 137 e 133, estando o mesmo directamente ligado à conquista da Numância que terá acontecido em 133 a.C. GOLDSWORTHY, Adrian. (2007) - *Generais Romanos – Os Homens que construíram o Império Romano*, Lisboa, Edição da Esfera dos Livros, 1ª Edição, p. 490.

Vasco Gil Mantas defende que: «O domínio romano começou aqui em 137 a.C., com a expedição de Décimo Júnio Bruto, estando a região de Torres Vedras incluída no *territorium* do município de *Felicitas Iulia Olisipo*, instituído por Octaviano antes de 27 a.C., cujo limite setentrional era marcado pela ribeira de Alcabrichel em direcção à serra de Montejunto e ribeira da Ota, descendo até ao Tejo. (...) A ausência de dados arqueológicos explica o desconhecimento das consequências das invasões suévicas que marcaram o fim do Império romano na Lusitania, sujeita à decadência do mundo urbano, com naturais implicações no povoamento das *villae*. Deduzimos, porém, a sobrevivência de algumas *villae*, como a *villa* de S. Gião (junto à Fonte Grada), a avaliar pelo hagiotopónimo.» MANTAS, Vasco Gil, (2002) – A população da Região de Torres Vedras na Época Romana, In *Turres Veteras IV: Actas de Pré-História e História Antiga*. Torres Vedras, Edição da Câmara Municipal de Torres Vedras, p. 3.

Pelo menos mais uma descrição nos aparece sobre a presença de Decio Junio Bruto nesta zona, contribuindo assim, para atestar a eventual veracidade da descrição de Bernardo de Brito, sobre o já referido Templo romano em São Gião.

José Mattoso, também refere que: «Aparentemente a primeira grande campanha militar romana no actual território português só se efectuou em 138 a esteve a cargo do novo governador do Ulterior, Décio Júnio Bruto. In *História de Portugal – Antes de Portugal*, Coordenação de José Mattoso, Editorial Estampa, DL, 1993.

Na Atouguia da Baleia: «Villa, Extremadura, comarca de Torres Vedras, concelho e 3 Kilometros a E. de Peniche, 72 Kilometros a O. De Lisboa, 560 fogos. (...) Tem um convento de freiras agostinhas, que, segundo a tradição, foi templo romano, dedicado a Neptuno. Em 800 (de Jesus Cristo) já era convento dedicado a S. Julião. Segundo uma lápide que se vê (1873) na parede exterior da capella-mór, foi o cônsul Decio Junio Bruto, que consagrou a Neptuno o templo primitivo, pela victoria alcançada contra os povos d'Eburobritium». LEAL, Pinho, (1837) - *Portugal Antigo e Moderno, Diccionario*, Volume Primeiro, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, p. 254.

De referir que sobre este mosteiro, apenas restam duas paredes, fruto da destruição, por parte do proprietário, ao longo dos últimos 30 anos, segundo informação dos locais.

A existência de duas lápides com a mesma inscrição num templo dedicado ao mesmo Deus, Neptuno, por Decio Junio Bruto, mais a descrição da presença deste oficial romano, na Estremadura Central, conforme refere Gil Mantas, entre São Gião da Nazaré e Torres Vedras poderão atestar a passagem de Decio Junio Bruto pela Estremadura Central e lançar à discussão a sua passagem por São Gião da Nazaré.

Relata, o mesmo autor, que: «Apartada desta ermida de S. Gião, quase dois tiros de besta<sup>46</sup>, contra o Norte, esteve antigamente uma fortaleza.» BRITO (1597:245v e 246).

Junto a esta torre (ver Ortofotomapa 5), Bernardo de Brito diz ter encontrado uma lápide com a seguinte inscrição:

D. NEP. GOETERISQ. NVM.  
AQUAR. NAVT. NAVCL. MAR.  
OECANI. IN. SVBSIDIVM NA  
VIGANTIUM. COEPT. F. F.

[*Os Pilotos e Marinheiros do mar Oceano, fundaram em louvor do Deus Neptuno e dos mais Deuses das águas esta torre para socorro dos navegantes favoreça-lhe a ventura, os seus bons princípios*]

Estes dados viriam a ser o ponto de partida para uma série de relatos sobre a eventual presença de Decio Junio Bruto em São Gião da Nazaré, nem que fosse como testemunho da pretensa vitória em Eburobrittium, através da construção do templo referido.

Não impedindo que outros historiógrafos adoptassem as referências de Brito e aceitassem a eventual construção de um Templo dedicado a Neptuno, uma vez que esta descrição apareceu em, pelo menos, mais um local, os relatos têm-se sucedido tornando-se mais selectivos, fruto das investigações baseadas na arqueologia em vez de seguir, apenas, a consulta bibliográfica.

---

(46) – Um tiro de besta varia entre os 125 e os de 400 mts, pelo que na descrição de Bernardo de Brito, a referida Torre estaria entre os 250 mts e os 800 mts a Norte de São Gião. Sobre a existência desta torre e, apesar de alguma investigação de campo, não se conseguiu detectar qualquer vestígio. Uma das problemáticas desta zona é a constituição dos solos, de origem dunar, que, como sabemos sofrem alterações de altimetria e morfologia constantes. Por tal motivo os eventuais “vestígios” da referida Torre podem ainda existir a uma profundidade não definida sabendo porém que por baixo desse “lençol” de areias dunares existe um pequeno afloramento.

Outra dificuldade teve a ver com a definição de “Norte”, (“Contra o Norte”), poderá significar o quadrante “Sul”, o que na nossa opinião não tem muita sustentação uma vez que a entrada na lagoa se faria a Norte. A ser para sul de São Gião a Torre poderia existir, não como local de sinalização para a entrada por via marítima, mas assumir um cariz defensivo e sinalizador, mas, como se disse, de cariz militar, i.e, um estrutura de sinalização contra as eventuais ofensivas vindas de Sul. Sabemos que a Serra da Pescaria daria a cesso por sul a São Gião. Contudo a expressão “Contra o Norte” lança algumas dúvidas sobre a localização da Torre referida por Bernardo de Brito, não sendo de descartar as duas hipóteses acima mencionadas, apesar do relato de Borges Garcia quanto à Torre que a situa a norte de São Gião: «Nos tempos históricos e em certos pontos das margens, acendiam-se no alto das torres os fâcos que guiando a navegação, seriam certamente também postos de observação e vigilância. Está neste caso (...) entre a Ponte da Barca e S. Gião. (...) Na verdade, no Outono de 63, de regresso a S. Gião encontro num pequeno declive da “Torre” um pedaço de *opus signinum* (...) ali estava um indício do que escrevera Frei Bernardo de Brito!» GARCIA (1963:28)



05 – Ortofotomapa: Possível localização da Torre referida por Bernardo de Brito (B).  
(Composição: Carlos Fidalgo)

Um dos autores que escreveu sobre São Gião e que, juntamente com Bernardo de Brito, afirma ter visto as lápides com inscrições foi José de Almeida Salazar, Ermitão da Real Capela de Nossa Senhora da Nazaré, que em 1842, sobre este assunto refere o seguinte:

«A Igreja deste Convento (São Gião) é tradição (...) que foi edificada no tempo dos Romanos e de gentildade, e dedicada por Templo ao fingido deos Neptuno. Algumas incripções, e letreiros que antigamente se viam nas paredes de seu Templo confirmam o que temos dito, o qual era d'abobada, e de fabrica tão notável, que bem mostrava ser edificio Romano e antiquissimo.

O motivo que os romanos tiveram para dedicar este Templo àquella falsa deidade se refere desta forma. Pelos anos 130 antes do Nascimento de Nosso Redemptor Jesu Cristo, entrando pela Lusitânia, Decio Junio Bruto, Cônsul Romano com um poderoso exército, e cercando a cidade d'Eburobricio (Eburobrittium) [que o Padre Vasconcellos nas Anotações a Rezende diz ser a vila d'Évora termo d'Alcobaça, sem embargo que outros com melhores fundamentos afirmam ser a vila d'Alfeizerão, que fica mais perto da costa do mar Oceano, que naquele tempo, e Óbidos eram portos do mar]. Aqui resistiram os luzitanos com a sua costumada bravura, e em tal forma, que Decio se vio em tão grande aperto que esteve em termos de se perder. Recorreu este ao favor dos seus falsos deoses, e fez voto a Neptuno, que intitulavam deos do mar, [a cuja vista se achavam] de que se lhe desse victória contra os lusitanos, lhe edificaria um Templo naquele lugar, e lhe colocaria nele a sua imagem. Venceram os romanos, [sem ser por meio de Neptuno, que não podia nada] e atribuindo-lhe a victória, em gratificação dela, e saptisfação do seu voto lhe levantou aquele Templo, pondo nele a sua estátua. Aqui perseverou a adoração deste fementido deos, em quanto os luzitanos foram idólatras. E ainda que não consta em que tempo se acabou a sua adoração, perseverou sempre o seu Templo em pé...» SALAZAR (1842:552 a 554).

Continua Almeida Salazar a fornecer-nos alguns elementos “fundamentais” para a presença romana em São Gião quando se refere a «...uma pedra entre outras, (...) e que antigamente se via de traz da Capella Mór deitada no chão, tinha a inscripção seguinte, que testemunha esta dedicação:

NEPF. SAR.

H. SACEL. DDD. JUN.

BRUT. COS. O. B. BEL. F.

GESTUM. ADUEES. EBURORIS. ET. MONT. AUXILIAES.

SERUAT. L. LIL. IN ULTIMUS TERORIS.

O que traduzido no nosso idioma vem a ser = *Templo consagrado a Neptuno. / Este Templo lhe dedicou Decio Junio Bruto pela contra os moradores d'Eburobricio, e os Montanhezes*

*que os vieram socorrer, e juntamente por lhe ficarem salvos os seus soldados nestes ultimos fins de terra.» SALAZAR (1842:555 a 556).*

Almeida Salazar afirma que viu “uma pedra (...) por detrás da Capela Mor”, i.e., no lado nascente da Igreja de São Gião, contrariamente a Brito Alão que, numa visita a São Gião, explicou ao seu acompanhante, que: «...algumas pessoas me quiseram afirmar que neste sítio houve uma povoação grande, persuadindo-se a isso de algumas letras que viram e acharam em pedras grandes, que pareciam ser do tempo dos romanos.» ALÃO (2001:148).

Com certeza que Brito Alão estava a referir-se a Frei Bernardo de Brito, e ao seu testemunho sobre a existência das epígrafes de São Gião.

Brito Alão não viu as pretensas pedras no século XVII, embora José de Almeida Salazar afirme, como se referiu, que as viu e as localizou no século XIX.<sup>47</sup>

Apesar das ilações sobre a veracidade das palavras dos cronistas ligados às ordens religiosas, o facto que importa relevar é que Borges Garcia empreendeu, inicialmente, baseado nas indicações de Bernardo de Brito, trabalhos de prospecção arqueológica que viriam a dar conta de alguns vestígios de origem romana naquele local.

«Na Quinta de São Gião existem dois edifícios quase em ruínas e que à primeira vista pouca atenção despertam. No entanto, guiado mais pelos escritos antigos do que pela informação oral, pude observar, medir e fotografar um túmulo de pedra (romano?) e um capitel de coluna com folhas de acanto (medieval).» GARCIA (1962:238 a 239).

Borges Garcia empreende essa tarefa de “decifrar” aqueles edifícios a partir dos escritos antigos, fornecendo assim algum crédito às descrições de Bernardo de Brito. É através dessa fonte primária que Borges Garcia nos fornece um conjunto de elementos que irão contribuir para o conhecimento da história daqueles “dois edifícios quase em ruínas” como o próprio relata.

---

(47) – Esta questão sobre o testemunho presencial das lápides com inscrições, possivelmente de origem romana, em São Gião da Nazaré, leva-nos a concluir que existe alguma discrepância nas fontes consultadas.

Contudo, parece-nos pouco provável que Brito Alão tenha enveredado essa visita a São Gião ou, se o fez, não reparou nas pedras que, pela afirmação de Almeida Salazar, dois séculos depois, afirma ter visto. De relevar que Brito Alão não faz uma descrição da Igreja nem do local, apenas refere a Ermida não entrando em pormenores, o que nos leva a supor que Brito Alão terá feito uma descrição simples ao seu acompanhante nessa visita ao local de São Gião.

Contudo o que escrevemos na nota (45) deste trabalho, sobre o Convento em Vale Benfeito, Atouguia da Baleia, poderá sustentar a possibilidade de Almeida Salazar ter, realmente, visto as lápides que Bernardo de Brito indicou.

São Gião forneceu-nos alguns achados arqueológicos da época romana. Não são muitos, de facto, mas será que a sua “presença” em São Gião poderá indiciar uma ocupação romana, ou apenas a edificação do templo referido por Bernardo de Brito no século II a.C., conforme parece ter sido provado com os elementos descritos sobre Decio Junio Bruto?

A questão não se pode colocar de outra forma, apesar de termos já referenciado a presença de Decio Junio Bruto em localidades próximas de São Gião.

As lacunas em volta de São Gião continuam a existir, fruto da falta de uma investigação mais profunda no campo da arqueologia e da antropologia, ciências nucleares para a determinação de uma cronologia histórica daquele local.

É certo que não se encontraram, até hoje, as lápides que Bernardo de Brito referiu, mas o que nos parece de relevar é que a informação do Monge de Cister, correcta ou incorrecta, viria a dar sequência, séculos depois, a várias investigações sobre as múltiplas questões da Igreja de São Gião em Famalicão da Nazaré.

Como já referimos, Borges Garcia iniciou nos princípios da década de 60 do século XX, um estudo arqueológico da Capela e da sua área envolvente.

Iniciou esse trabalho na companhia do Dr. Fernando de Almeida e refere o autor que: «Sem deslocar uma pedra, sem remover uma só colher de terra, um de nós conseguiu acumular uma imensidade de dados que permitiram apresentar em 1964 um estudo que comprova a descoberta: A igreja visigótica de S. Gião, ali a dois passos da Nazaré, no sopé da Serra das Pescarias, a 600 metros do Mar.» GARCIA (1964:339).

Seria o início de um trabalho realizado com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, que nos forneceu alguma informação, também, sobre a época romana, apesar de Borges Garcia ter, desde o início, dado mais atenção aos vestígios visigóticos encontrados na Igreja.

Obviamente que a parte que se encontra edificada e que Borges Garcia, inicialmente, trabalhou, contém elementos que a caracterizam como tal. Contudo, o achado de várias peças de origem romana não deixa de ser relevante para uma ocupação/edificação do referido templo ou uma outra estrutura romana, que, naturalmente já não se vislumbrava, enquanto construção, na década de 60 do século XX, fruto das várias alterações e funções que aquele local teve ao longo dos séculos.

O que ficou para a história, enquanto edificado, é o que lá permanece e que é sobejamente conhecido de todos os que se têm interessado pelo estudo daquele edifício. A questão da eventual presença romana naquele local dever-se-á analisar a montante do actualmente existente, i.e., nos vestígios encontrados e na diferente tipologia construtiva que se encontra abaixo da cota de soleira da actual igreja.

Portanto, não será de estranhar que a ligação daquele local à época romana tenha vindo ao longo dos tempos e das investigações, a ganhar mais consistência.

Por tal motivo, Borges Garcia refere que durante os trabalhos de «...desobstrução, primeiro, do arco maior (altar). Surgiu aqui um curiosíssimo e bem delineado motivo: três palmas ou ciprestes cortados em bisel. O material onde aparece este motivo é de calcário muito duro, serve de arranque ao arco maior e é material de aproveitamento romano.» GARCIA (1964:339).

Segundo o autor, estes motivos, três palmas, teriam sido esculpidas sobre material de origem romana. Acresce a este facto a função que desempenha esse mesmo elemento construtivo, uma função estrutural de apoio ao arco que daria para a abside. (ver foto 13)



Foto N° 13 – Abertura em arco que deveria dar acesso à Abside. Pode verificar-se que faltam dois apoios (colunas) para sustentação das impostas. Na face interior das impostas encontram-se esculpidas as três palmas. (Foto: Carlos Fidalgo)

«Apareceu diverso material romano mas que não chega para caracterizar ou datar a estação. Teria realmente existido neste local um templo romano dedicado a Neptuno?» GARCIA (1964:344).

Esta questão parece-nos ser merecedora de um trabalho de maior profundidade que não caberá no âmbito do presente estudo. Contudo, deixaremos alguns elementos que possam contribuir para uma discussão mais alargada sobre a verdadeira fundação do local de São Gião.

Antes de se dar conta dos vestígios arqueológicos da época romana, seria pertinente abordar a questão pela estrutura que a classifica como visigótica, a Iconóstase.

Apesar deste assunto ter o seu espaço de análise no volume II, parece-nos importante relevar o seguinte:

A questão coloca-se após uma observação ao método construtivo da Iconóstase em relação às paredes laterais da Igreja, visto que a estrutura que define a referida Iconóstase não está, estruturalmente, ligada com a estrutura das paredes laterais.

Esse facto, em termos construtivos, leva-nos a supor que a Iconóstase de São Gião da Nazaré poderá não ter sido construída na mesma altura que as paredes laterais da nave central da igreja.

Se esta suspeita, fundamentada através de uma análise exaustiva à estrutura e ao aparelho construtivo, se revelar correcta, obteremos uma nova lacuna na questão da edificação de São Gião.

Se a Iconóstase não foi construída ao mesmo tempo que a restante estrutura, ainda edificada, será posterior ou anterior à nave central, ao cruzeiro e à abside (cabeceira da igreja)?

Este facto poderá remeter a edificação desta Igreja para uma época anterior à época visigótica, não querendo com isto dizer que será de origem romana. Porém os materiais encontrados, estruturais e não estruturais, na Igreja de São Gião levantam essa questão.

O que terá sido construído primeiro?

Um outro local existente no interior da casa que foi construída mais tardiamente, séculos XVII/XVIII) e que se encontra adossada à parede norte da Igreja aparecem-nos paredes construídas com pedra aparelhada e de geometria regular, composta por materiais construtivos diferentes dos da restante edificação. Com uma dimensão de 9.30 mts de comprimento e 2.85 mts de largura define uma zona estrutural bem delineada através de um lintel de fundação paralelo à parede norte da nave central. Vestígios de uma estrutura, por ventura mais primitiva, uma vez que a mesma se encontra abaixo da cota de piso da própria nave central. (Ver Foto:14 e 15)



Foto N° 14.  
(Foto: Carlos Fidalgo)

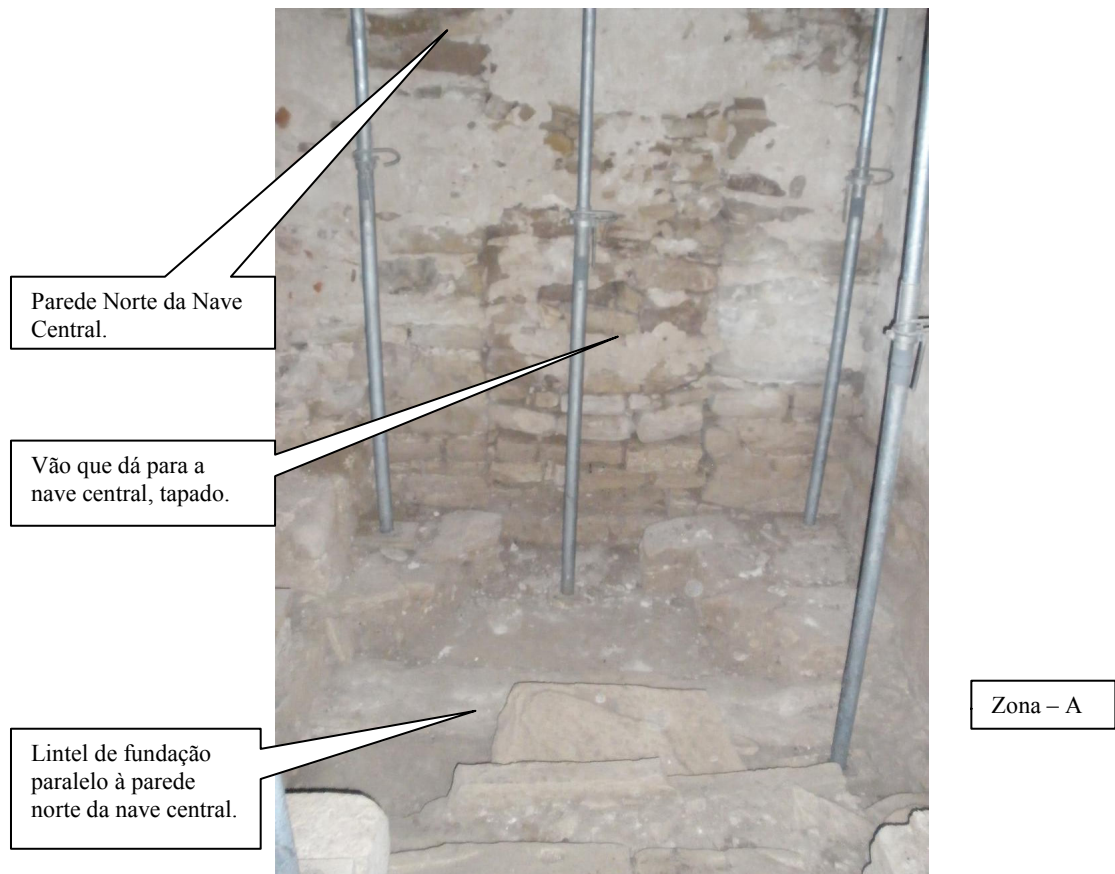


Foto Nº 15.  
(Foto: Carlos Fidalgo)

No pavimento dessa zona rectangular pode observar-se uma pequena zona (Zona: “A”) pavimentada com pedra irregular e ainda uma espécie de escadaria que desce a um nível inferior da cota média, cerca de 0.30 mts. (Ver Foto 15)

Tendo em conta o que ficou dito sobre as três palmas, o tipo de pedra onde se encontram esculpidas e a provável utilização de “material de aproveitamento romano”, conforme refere Borges Garcia, não é de descurar a possibilidade da Igreja de São Gião ter sido edificada sobre uma estrutura, habitacional ou não, mais antiga.

Sob a coordenação do Prof. Luís Fontes as campanhas de acompanhamento arqueológico que decorreram entre o ano 2000 e 2005, vieram revelar novos elementos quanto à temporalidade de São Gião.

Refere Luís Fontes no relatório da 1ª campanha que decorreu em 2000: «A limpeza permitiu libertar os espaços interiores e exteriores do monumento da vegetação e do lixo que impediam a circulação de pessoas e impossibilitavam uma leitura integral do edifício, bem como observar novamente as ruínas que haviam sido colocadas a descoberto em anteriores escavações arqueológicas. Uma leitura atenta das estruturas e estratigrafias permitiu perceber a existência de vestígios nunca antes referenciados, designadamente: variações na urbanização da

cabeceira do templo; um pavimento de *opus signinum* exterior ao templo da sua banda Este; estruturas indefinidas sob as sepulturas que se haviam já identificado na banda sul.» FONTES (2000).

De referir que o pavimento de *opus signinum*, a que se refere Luís Fontes, fica adjacente à zona do já referido arco que daria para a primitiva abside e que contém as 3 palmas esculpidas. Pensamos que a implantação da estrutura primitiva se expande para Este e para Sul.

De referir também que nas camadas estruturais mais baixas não se encontram elementos cerâmicos de enchimento estrutural, acontecendo essa utilização nas camadas superiores das paredes que definem a implantação actual da Igreja de São Gião, sinal de métodos construtivos diferentes que conduzem a uma temporalidade distinta no âmbito da construção daquele edifício.

Em 2001 na sequência da 2ª fase dos trabalhos para a Valorização da Igreja de São Gião<sup>48</sup>: «Os trabalhos permitiram confirmar a existência da estruturas pertencentes a um edifício mais antigo, que terá sido abandonado em torno dos séculos V-VI, tendo-se posteriormente edificado o templo cristão. Este foi sendo alvo de alterações construtivas...» FONTES (2001).

Parece-nos claro que as conclusões do Prof. Luís Fontes representam uma leitura correcta daquilo que está patente em alguns pavimentos e no subsolo em São Gião.

A datação avançada por Luís Fontes indica-nos, numa primeira análise, que o abandono desse “edifício mais antigo” se terá dado no final da ocupação romana nesta zona coincidindo, também com o início da retirada dos romanos da Lusitânia: «No ano de 409, a Península foi invadida por Suevos, Alanos e Vândalos.» ALARCÃO (1983:62).

«A aparente inexistência no território actualmente português de moedas romanas posteriores a 408, e a raridade daquelas que, e muito duvidosamente, se podem atribuir a 402-408, leva-nos a crer que logo nos inícios do século V (...) se desataram as ligações de Roma e da Lusitânia, quedando esta província entregue a ela mesma.» ALARCÃO (1983:62).

Sobre uma eventual presença romana em São Gião, Luís Fontes refere que: «Verificada a longa ocupação do lugar, que pode recuar-se, como testemunham os vestígios arqueológicos, pelo menos à época romana» FONTES (2003).

---

(48) – Sobre esta assunto Conferir: *São Gião da Nazaré – Trabalhos Arqueológicos*, Relatórios: Fases I, II, III e III(a): Direcção do Prof. Luís Fernando de Oliveira Fontes, Arquivo do Igespar.

Todos estes relatórios são baseados nos trabalhos de acompanhamento arqueológico para a abertura de fundações dos maciços de apoio à estrutura de escoramento e cobertura que desde 2006 se encontra a proteger a Igreja de São Gião.

Apesar de nunca se terem encontrado as lápides referidas por Bernardo de Brito, os achados arqueológicos da época romana<sup>49</sup>, os indícios de outras estruturas no subsolo e a diferente tipologia construtiva de que falámos atempadamente, leva-nos a acreditar que São Gião deverá ter sido habitado por povos anteriores aos Visigóticos.

O local de São Gião da Nazaré, pode ainda, após a execução de estudos específicos, contribuir para um melhor conhecimento no âmbito do «povoamento romano regional, tendo especialmente em consideração a sua localização de charneira entre os territórios das civitas de Collipo e Eburobrittium.» BERNARDES (1996)

Trata-se de um local que carece de uma investigação com “sondagens cirúrgicas” conforme refere Luís Fontes, o mais urgente possível, uma vez que o edifício encontra-se num elevado estado de degradação apesar da estrutura de escoramento que o protege das enormes pontes térmicas a que está sujeito.

Os elementos de erosão naturais como o vento a chuva e a maresia contribuem também para a aceleração do processo de degradação, uma vez que este imóvel se encontra a cerca de 600 mts do mar.

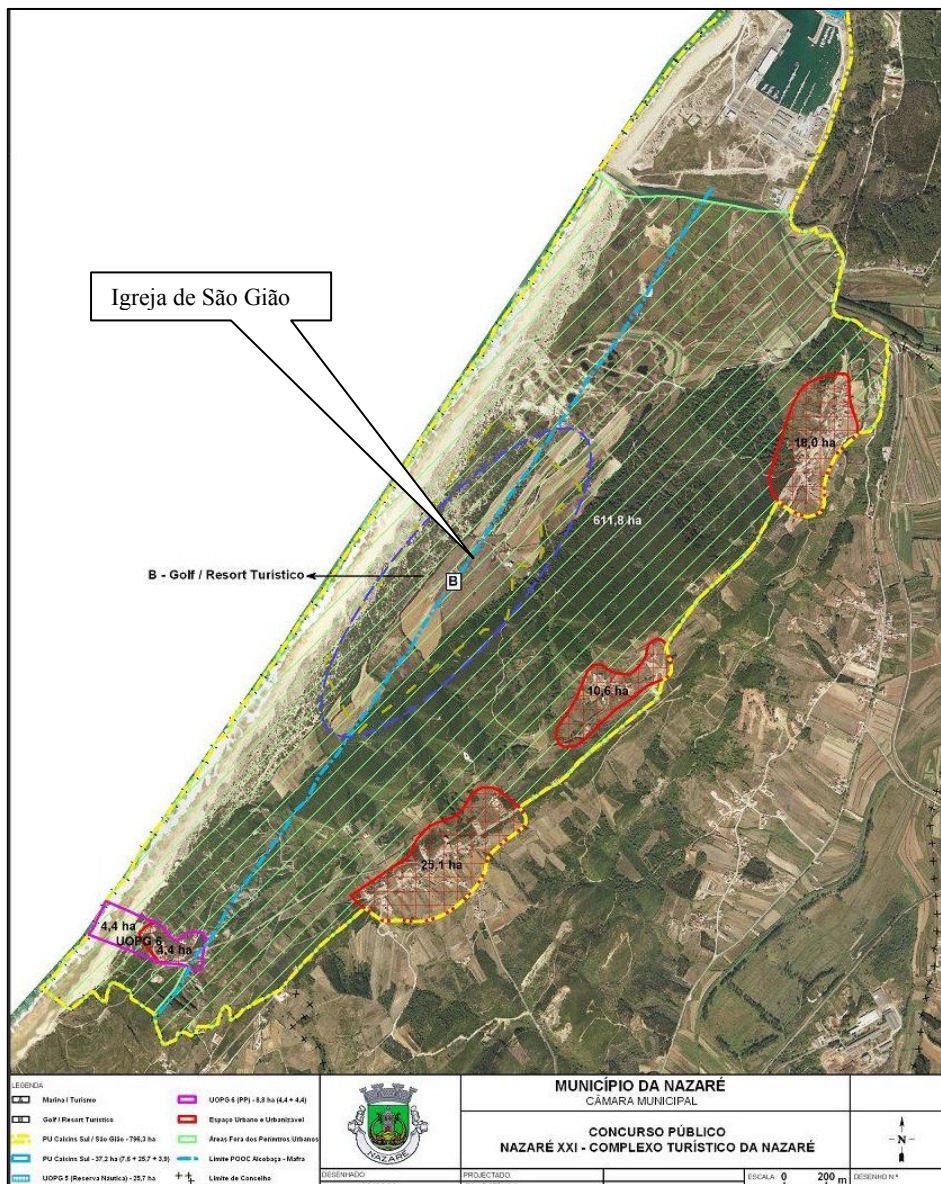
Nas palavras do Prof. Luís Fontes, «Com a actuação da equipa de arqueologia assegurou-se o registo de dados de interesse arqueológico e garantiu-se a ausência de impactes negativos sobre os vestígios encontrados. Dos vestígios encontrados, revelam os que se interpretam como enterramentos na zona da fachada ocidental da Igreja, confirmando-se assim a riqueza e complexidade arqueológica do sub-solo de São Gião. Os resultados apresentados confirmam, mais uma vez, o acertado da decisão de estabelecer condicionantes arqueológicas à execução de projectos de intervenção em São Gião da Nazaré, garantindo-se pela participação da especialidade da arqueologia, a salvaguarda da integridade, autenticidade e riqueza patrimonial do monumento.» FONTES (2005)

Os novos Planos Municipais de Ordenamento do Território do Concelhos da Nazaré, ainda em fase de projecto, prevêm para a zona de São Gião a execução de um Plano de Urbanização, com campos de golfe e uma ou mais unidades hoteleiras.

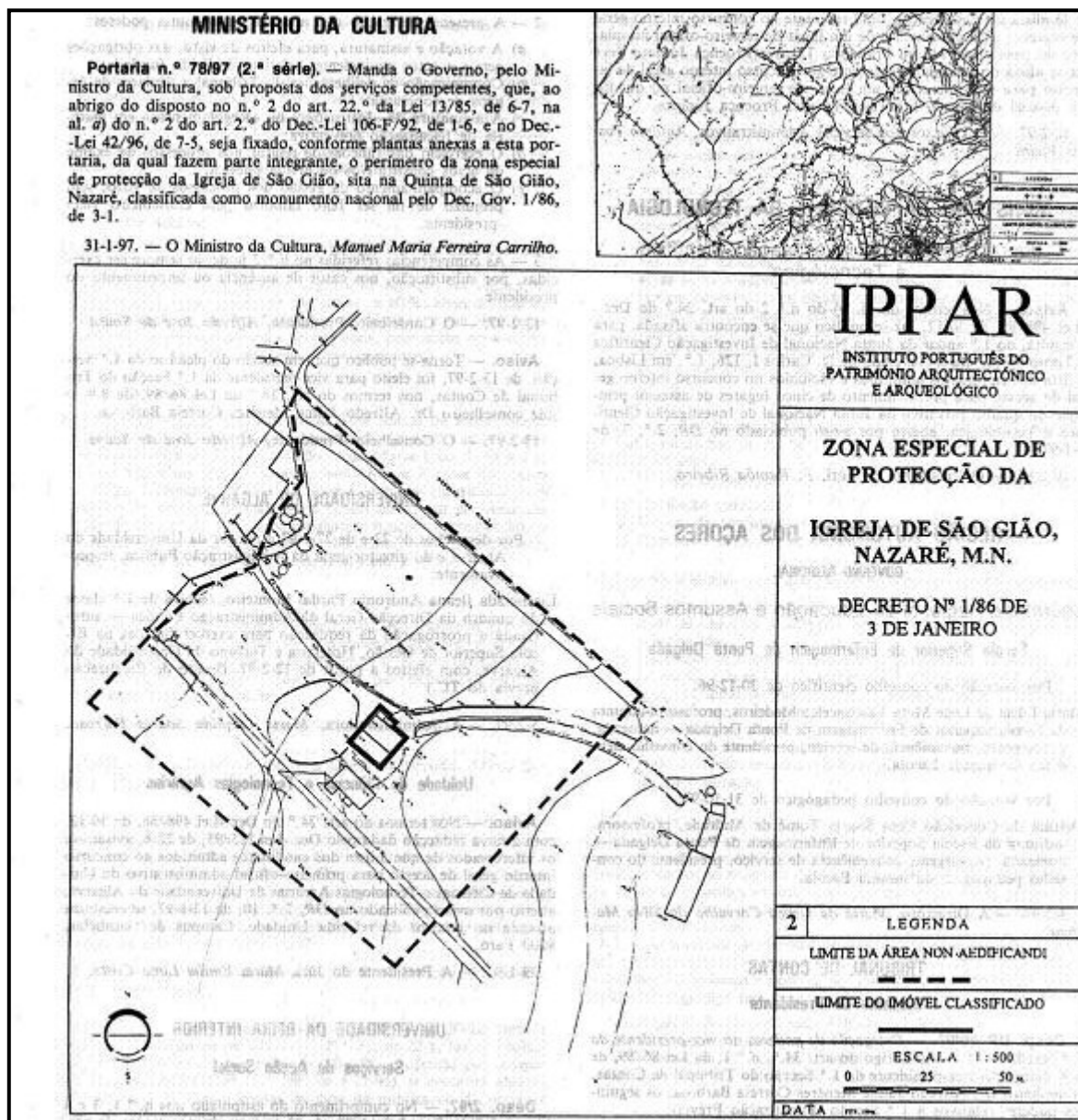
São Gião encontra-se dentro da área prevista para a implantação do campo de golfe/Resort Turístico. (Ver Planta 06). Na elaboração do presente plano já deveria estar indicada a Zona Especial de Protecção (ZEP), determinada pelo Decreto N° 1/86, DR 02 de 03 Janeiro 1986, ZEP, Portaria N° 78/97 (2ª série) e DR 48 de 26 Fevereiro 1997. (ver planta da ZEP)

---

(49): - Conferir em Volume II: Anexos I, Fichas de Inventário sobre São Gião: N° (s) 8 e15 a 24.



06 – Ortofotomapa: Área de Intervenção do Plano de Urbanização de Caixins Sul/São Gião.



Planta da ZEP (zona Especial de Protecção) da Igreja de São Gião

Para que as nossas suspeitas sobre a presença romana em São Gião se convertam um dia numa certeza, é necessário acautelar as intervenções previstas para aquela zona no âmbito do Plano de Urbanização referido.

Só assim se poderá continuar a estudar São Gião e a retirar ilações que, certamente, os primeiros investigadores deste local, com os escassos meios técnicos que possuíam naquela época, não conseguiram dar ao conhecimento da população em geral e da comunidade científica em particular.

Hoje, São Gião já não é analisada apenas pelo seu “cunho” visigótico, mas por aquilo que se encontra no seu subsolo. É precisamente nesse espaço, subsolo, que a história cronológica de São Gião virá um dia a revelar-se de uma forma mais objectiva contribuindo para o conhecimento das ocupações humanas que teve, incluindo a da época romana.

## 2.7. – Uma *villae* romana no Rossio da Pederneira

### (Contributos para o seu conhecimento)

Ficando São Gião num estado latente de investigação, mais objectiva e profunda, parece-nos oportuno abordar um outro local que, apesar das referências bibliográficas e dos achados arqueológicos encontrados, permanece, como muitos outros, incógnito no sub-solo.

O Rossio da Pederneira.

Localizado a sudeste da localidade da Pederneira, Freguesia e concelho da Nazaré, é mencionado por vários investigadores como tendo sido uma *villae* romana.

Manuel Vieira Natividade refere que: «Ordenando os lugares onde descobrimos vestígios romanos, e os que nos foram indicados por bibliografia estranha, verificamos a sua valiosa quantidade. E é assim que registamos: na Pederneira, mosaicos, moedas, vasos de barro e de mármore...» NATIVIDADE (1960:100).

João Pedro Bernardes refere também sobre o local acima mencionado que: «Na verdade, se as *villae*, como S. Gião, já fora do nosso território,<sup>50</sup> ou do Rossio da Pederneira (...) ambas nas margens da antiga lagoa da Pederneira, estão implantadas em solos sem qualquer capacidade agrícola, só poderão radicar as suas actividades económicas na exploração dos recursos marinhos.<sup>51</sup> A *villa* do Rossio da Pederneira, pelo rico espólio que apresenta, poderá ter tido funções de *villeggiatura*. Porém, pouco se sabe desta estação e nem mesmo lográmos identificar a sua exacta localização.» BERNARDES (2007:83).

Para aquilatar da sua localização recorreremos ao contacto com a população mais idosa, que ainda hoje trabalha na agricultura e da variada bibliografia que menciona o local do Rossio da Pederneira.

Sabíamos que esse local se deveria situar a sudeste da actual localidade, mas pouco distante da Igreja da Misericórdia, uma vez que a já desaparecida Igreja de Santo André estaria implantada naquele espaço, Rossio da Pederneira, até ser demolida em 1837.

---

(50) - Se considerarmos o exposto sobre a Lagoa da Pederneira ser o limite sul da Civitas de Collippo e o limite Norte da Civitas de Ebuobrittium, o Rossio da Pederneira estará, naturalmente incluído na Civitas de Collippo, uma vez que este local, como poderemos verificar através da localização por nós avançada, está cerca de 2 quilómetros a Norte da antiga barra do porto da Pederneira, actual ponte das barcas. Ver Ortofotomapa 07.

(51) – Em relação a esta opinião de Bernardes, podemos concordar, com algumas reservas, em relação ao exposto sobre São Gião. Embora se possa prever uma actividade económica de origem marítima, considera-se também que a agricultura poderá ter existido enquanto actividade económica nos campos a sul de São Gião, entre as dunas e a encosta, ou mesmo na encosta da Serra da Pescaria. Com as devidas diferenças temporais o local de São Gião actualmente é constituído por uma grande área de terrenos agrícolas com as mesmas capacidades, em termos de fertilidade do solo, que a zona interior, os campos do Valado dos Frades e da Cela.

O Rossio da Pederneira encontra-se localizado no alto da Serra da Pederneira, junto à actual localidade da Pederneira. A sua vertente piscatória, na época romana, não deveria ser muito activa, permitindo-nos colocar em causa tal actividade, pela distância que existe do local, por nós proposto, até à extinta lagoa da Pederneira, considerando-se para o Rossio da Pederneira, a confirmar-se a existência de uma *villae* romana, um papel mais defensivo do que económico. Contudo, considera-se que a actividade agrícola deveria existir nos terrenos localizados a Nascente, Norte e Sul. A ponte existiria, assim como existe, a arriba que dá para a actual praia da Nazaré que permitia a visualização de toda a costa desde o promontório da Nazaré até São Martinho do Porto, antiga entrada da lagoa de Alfeizerão.

«A villa primitivamente estendia-se muito para o sul, e a igreja de então dedicada a Santo André, ficava retirada do circuito das actuaes habitações no local chamado modernamente Rocio...» COSTA (1943:1213).

Para sustentar mais esta ideia de localização socorremo-nos das Respostas aos Quesitos da Vila da Pederneira de 1759 onde no seu ponto 12 se refere a igreja de Santo André e a sua localização, «...e outra de Santo André pouco fora da villa para a parte de sul...» SÁ (1759:02).

As dúvidas sobre a localização parecem dissipar-se, substancialmente, à medida que vamos juntando as informações das fontes bibliográficas, as indicações orais e as visitas ao campo.

Sobre a localização do antigo Rossio da Pederneira, Bernardes refere que o mesmo fica num: «Planalto e vertente virada a nascente formado por dunas e areias de dunas. (...) Solos arenosos, de fraca aptidão agrícola, ocupados por casas e hortas.» BERNARDES (2007:181).

Nas várias visitas ao local pode verificar-se que o terreno possui uma suave inclinação para nascente e uma zona com uma cota mais constante a poente. Trata-se de um terreno onde existe ou persiste uma actividade agrícola de pouca relevância para o tecido económico da Pederneira, contudo proliferam os pequenos talhões onde em regime familiar, e para a família, se pratica a agricultura. (Ver Ortofotomapa 07)



Foto Nº 16 – Vista de uma parte do terreno que é conhecido como “Rossio da Pederneira”. A Norte as habitações delimitam o perímetro urbano da Pederneira. A actividade agrícola permanece como uma actividade económica de cariz familiar. (Foto: Carlos Fidalgo)

Embora a descrição do espaço por parte de João Pedro Bernardes se encontre de acordo com o existente no espaço físico hoje conhecido por Rossio da Pederneira, deixa de coincidir com o mesmo quando o autor refere que: «As villae de Martim Gil e Nossa Senhora das Necessidades, (...) estariam em relação directa com o Lis, ao passo que as do Rossio da Pederneira, Mina e Póvoa de Cós se situariam nas margens da antiga lagoa da Pederneira.» BERNARDES (2007:84).

Não nos parece que o Rossio da Pederneira alguma vez tenha estado junto às margens da extinta lagoa, uma vez que o mesmo se encontra à cota 85 acima do nível médio do mar e a mais de 2 kms a Norte da antiga entrada na lagoa.

Defendemos a existência de um povoado junto à lagoa mas numa época mais tardia que a romana, embora a data da fundação desse povoado esteja ainda na obscuridade. «Esta villa é uma das mais antigas da Extremadura, como nos afirmam, sem receio de contestação fundada, notáveis escriptores: d'entre estes o illustre antistite D. Frei Fortunato de S. Boaventura, cujo espírito investigador e minucioso nos assegura com razões sobejas a sua antiguidade, a ponto de não estar ainda averiguada a data da sua fundação, com quanto alguns auctores a remontem ao século IX.» COSTA (1906:194).

Contribui também para a tentativa de localização do local do Rossio da Pederneira a menção a uma igreja dedicada a São Pedro da Pederneira.

«Entre as velhas povoações da nossa costa a Pederneira é uma das que se gaba de ter mais remota antiguidade, pois afirmam alguns antiquários que já em 1195 ela tinha igreja paroquial e já em 1224 funcionava, com beneficiados, todos pertencentes, até 1834, ao padroado do rico Mosteiro de Alcobaça. (...) “Um dos mais antigos documentos que encontramos relativos a esta vila é uma doação feita na era de 1259, ano de Cristo de 1221, pela qual um certo padre Gonçalo, prior de São Pedro da Pederneira ...» COELHO (1924:09).

Como sabemos, a lagoa situava-se a sul da Pederneira, na base sul da encosta do mesmo nome. As únicas casas que encontrámos nesse percurso entre a várzea e o local do Rossio da Pederneira foram quatro pequenas casas em ruínas que, no nosso entender, possuem uma localização que deverá estar ligada à migração que a população da Pederneira encetou após o assoreamento da lagoa, séculos XVI a XVII.

Nesse mesmo percurso não se vislumbram quaisquer terrenos com actividade agrícola, apenas sistemas dunares peçados de pinheiro, eucalipto e variado tipo de vegetação infestante.

Nesse sentido defende-se a localização do Rossio da Pederneira, pelas razões evocadas no início deste ponto no local, apresentado no Ortofotomapa 07.

Os achados arqueológicos encontrados naquele local levam a supor a existência de um espaço de ocupação romana, contudo a aferição da sua real existência apenas poderá/deverá acontecer no âmbito de alguma operação urbanística prevista para aquela zona.

Nessa situação deverá ser feito o acompanhamento arqueológico na fase de movimentação de terras. A dimensão do terreno, (52.242.00 m<sup>2</sup>) torna difícil localizar os vestígios que eventualmente se encontrem no subsolo através de uma prospecção arqueológica de raiz.

Apesar da suspeita da existência de uma estação romana naquele local, cremos que o topónimo “Rossio da Pederneira”, mais recente, deverá ter aparecido após a ocupação daquele espaço numa fase de transição entre o primitivo aglomerado urbano que deveria situar-se junto à lagoa e o actual.

Também não é de descurar que esse mesmo espaço tenha sido erigido, total ou parcialmente, sobre as eventuais estruturas pré-existentes, neste caso romanas.

A informação sobre este local é muito escassa tanto para a época romana como para as épocas posteriores.

Não caberá neste estudo fazer qualquer tipo de conjectura, mas analisar os factos que se nos deparam e sustentar as nossas opiniões com factos concretos.

Os factos concretos são os achados arqueológicos provenientes do Rossio da Pederneira que se encontram depositados no Museu Dr. Joaquim Manso.

Bastou acompanhar o trabalho do agricultor e pedir para aprofundar mais o corte no terreno, para começarem a aparecer fragmentos cerâmicos como os que se mostram na foto abaixo.



Foto Nº 17 – Vestígios de cerâmica que aparecem à superfície do terreno cultivado.  
(Rossio da Pederneira – Nazaré)  
(Foto: Carlos Fidalgo)

O aparecimento de material cerâmico poderá não indiciar uma ocupação romana mas com certeza que, no contexto e na quantidade em que os mesmos aparecem, é muito provável que tenha existido naquele local, alguma actividade humana permanente.

O tempo que terá durado essa ocupação e a sua cronologia nos tempos históricos são factores a investigar.

O Rossio da Pederneira a confirmar-se a sua ocupação romana poderá ter concorrido com Parreitas, devido à altitude a que se encontravam, para uma função estratégica de controlo.

A Pederneira controlaria todo o movimento ao largo da costa e Parreitas controlaria o movimento no interior da lagoa assim como toda a área terrestre a Norte, Nascente e Sul da sua implantação.

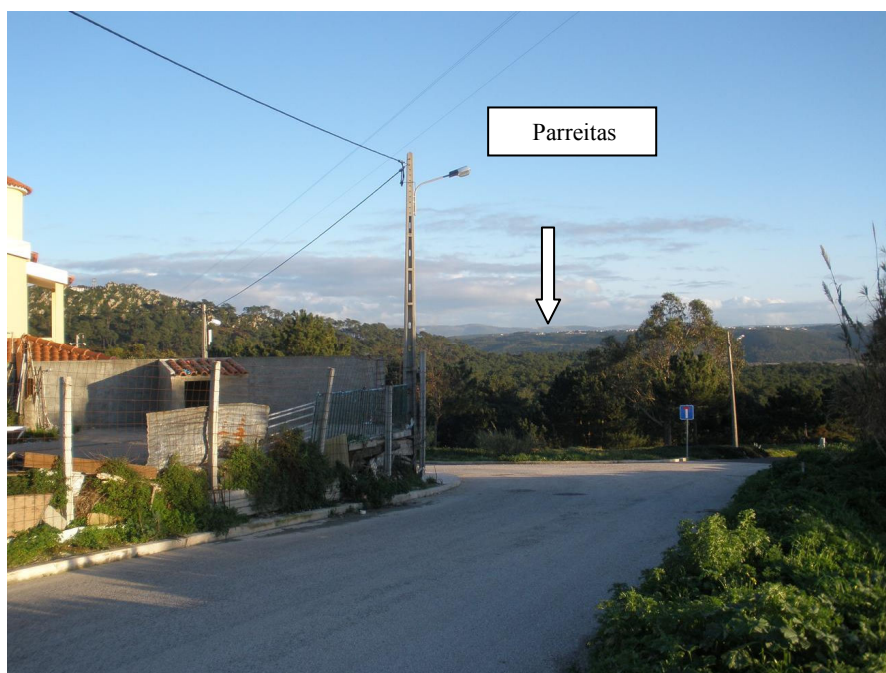


Foto Nº 18 – Vista de Parreitas desde o Rossio da Pederneira.  
(Sobre a possibilidade destes dois lugares poderem ter exercido funções defensivas e de vigilância, na lagoa da Pederneira, segundo a nossa opinião, dever-se-á à sua altitude e localização.  
(Foto: Carlos Fidalgo)

O facto é que este local contribuiu com uma quantidade superior de achados arqueológicos do período romano do que São Gião, conforme se pode observar no Museu Dr. Joaquim Manso.

Contudo, e apesar do que ficou exposto, a ocupação romana na Pederneira continuará vinculada a relatos e alguns vestígios da época romana até se dar a conhecer através de alguma estrutura que se encontre no subsolo dos terrenos que compõem, actualmente, o lugar do Rossio da Pederneira.



07 – Ortofotomapa: Possível limite do local conhecido como “Rossio da Pedreira”.

(A) – Zona onde, segundo palavras do agricultor, já foi encontrada muita cerâmica antiga, entretanto desaparecida.

### **3: A ocupação humana na área da lagoa da Pederneira (Século V ao século XII)**

#### **3.1. – A igreja de São Gião e o povoamento na área da lagoa da Pederneira**

Parece ser unânime que «um grande vazio continua a pairar sobre o conhecimento da Região de Leiria entre o fim do domínio Romano e o período da Reconquista Cristã. (...) Com efeito, a incipiência e atraso da investigação arqueológica do período medieval do país e concretamente da Estremadura portuguesa não permitiram contar até agora com o contributo dos dados arqueológicos para a discussão de um tema onde se revelam essenciais no entendimento e esclarecimento do processo histórico.» BERNARDES (2005:563).

É este, ainda hoje, o problema com que nos deparamos ao tentar abordar o povoamento da área da lagoa da Pederneira entre os séculos V e XII.

Apesar dos condicionamentos apontados por Bernardes que se estendem à área da lagoa da Pederneira, a existência da igreja de São Gião da Nazaré e a Torre de Dom Framondo, ambas localizadas na Freguesia de Famalicão, Concelho da Nazaré, podem fornecer-nos alguns elementos sobre uma eventual ocupação humana durante o período temporal agora em estudo.

Por outro lado a suspeita da existência de locais, que ainda não se encontram estudados mas que foram alvo de uma primeira observação por cientistas de reconhecido mérito, pode também contribuir para a solidificação da ideia de que esta zona da Estremadura poderá ter sofrido um processo “contínuo” de ocupação, pelo menos desde a ocupação romana, que deverá ter ocorrido desde o século II a.C. até à actualidade.

Como exemplo desta ocupação, saliente-se a referência a uma eventual necrópole visigótica na Serra da Pescaria que, segundo testemunho oral, terá sido descoberta pelo proprietário do terreno e analisada pelo Dr. Saavedra Machado e pelo Dr. O. da Veiga Ferreira.

No sentido de obtermos mais alguns indicadores sobre essa possível necrópole e a sua localização, informámo-nos junto das populações mais idosas e junto do Museu da Nazaré. Foram infrutíferas as nossas tentativas pelo que, até agora, esses dados, que poderiam, com toda a certeza, contribuir para o conhecimento de mais uma eventual estação arqueológica na área da lagoa da Pederneira, irão continuar no desconhecimento até ao dia em que, natural ou ocasionalmente, se revele a sua existência.

Esperando que o tempo nos conceda a oportunidade de conhecer o local e o eventual espólio que essa necrópole poderá conter, resta-nos analisar a variada bibliografia, os vestígios existentes e os achados arqueológicos que possam comprovar a presença humana na área em estudo.

Na abordagem a este período a Igreja de São Gião torna-se bastante relevante, assim como também o foi na nossa abordagem à ocupação romana. (Ver ponto 2.4 deste trabalho)

Neste sentido, considera-se que, embora não cabendo no âmbito do nosso estudo uma análise profunda aos aspectos artísticos encontrados em São Gião, é através deles e da comparação com outros locais que se poderá ter uma percepção da ocupação ou ocupações humanas durante o período agora em estudo (séc. V a XII). Justifica-se, assim, a referência a alguns “pormenores” desta igreja que mereceram a nossa atenção, quer através da investigação bibliográfica quer ao longo das várias visitas efectuadas ao local em causa.

Assumindo que as “marcas” deixadas pelo homem são sinais evidentes da sua “passagem”, mais ou menos prolongada, pelos vários locais onde se estabeleceu, São Gião não foge a essa regra. É nesse âmbito que se pretende abordar as “marcas” existentes em São Gião na esperança de poder contribuir com novos dados para o conhecimento deste local no âmbito do povoamento da área da lagoa onde esta igreja se encontra implantada.

A informação consultada sobre a presença Sueva, (409 – 584 d.C.), em particular o contributo de Almeida Fernandes,<sup>52</sup> não faz referência à ocupação sueva e visigótica nesta zona.

Carlos Fabião refere que: «No restante território do reino suevo, só no Castro de Fiães da Feira, foi identificada uma ocupação seguramente desta época. Outras construções habitualmente datadas dos séculos VI e VII, como a suposta basílica de S. Pedro de Balsemão, Lamego ou a Igreja monástica de S. Gião da Nazaré poderão ser construções mais recentes.» FABIÃO (1994:24).

Borges Garcia e Fernando de Almeida contribuem também para a problemática da eventual presença Sueva em São Gião, quando noticiam o achado de um «túmulo com um só esqueleto, sem espólio. É muito provável que o túmulo tenha sido violado, mas como o esqueleto tem aspecto de não ter sido mexido, aventamos a hipótese de se tratar de inumação suévica, pois que aos suevos, católicos, lhes era proibido o enterramento com adornos ou armas.» GARCIA e ALMEIDA (1966:342). Neste sentido, a possibilidade do túmulo descoberto por Borges Garcia em S. Gião poder conter elementos que o possam ligar à época em que os suevos se tinham convertido ao Cristianismo poderá justificar uma ocupação humana durante a segunda metade do século V, naquele local.<sup>53</sup>

---

(52) – Sobre este assunto, cf.: FERNANDES, A. de Almeida, (1997) – *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*, Arouca, Edição da Associação para a Defesa da Cultura Arouquense, pp. 67 e 124 e ALMEIDA, D. Fernando de, (1962) - Arte Visigótica em Portugal, *O Arqueólogo Português*, Nova Série, Vol. IV, Lisboa, pp. 25 a 32.

(53) – Esta comunicação foi feita pelos autores em 1965, um ano após o início dos trabalhos de escavação arqueológica. Não sabemos se este túmulo terá sido, após estudos mais aprofundados por parte dos mesmo autores, classificado como o túmulo visigótico encontrado em São Gião conforme vem referenciado na Comunicação apresentada ao IV Colóquio Portuense de Arqueologia, 1965, sob o título *Novos Elementos sobre a Igreja Visigótica de São Gião*, p.6, uma vez que existem apenas duas referências a túmulos encontrados junto à Igreja de São Gião, um da época romana e outro da época visigótica.

Apesar de se considerar uma eventual presença Sueva nesta zona do território português, a informação disponível não nos permite sustentar qualquer tese sobre este facto, deixando para futuros trabalhos o esclarecimento desta questão.<sup>54</sup>

Sobre a eventual ocupação visigótica neste local, seria Borges Garcia quem viria a contribuir, em primeira instância, para o conhecimento de uma igreja (São Gião) despojada de grande parte da sua decoração artística, mas contendo ainda alguns elementos arquitectónicos, artísticos e arqueológicos que o levaram a classificá-la, desde logo, como sendo Visigótica.



Foto: 19 – Vista Sudoeste da Igreja de São Gião e do anexo. (Foto: Nº 502528, IPA, 1973.)

«No meio da Quinta de S. Gião surge um casarão que em parte nos parece construção do séc. XVII ou mais tardia. Esta parte do edifício é contudo a mais recente e está adocada a um corpo prismático, vestuto, meio arruinado, coberto por um telhado de duas águas, com armação de madeira. É a nave central duma igreja Visigótica...» GARCIA (1978).

Sobre a importância desta Igreja no âmbito da presença visigótica em Portugal, Borges Garcia refere que se conheciam «já muitas pedras dispersas por todo o território português, sobretudo no Sul (Alentejo e Algarve), mas edifícios de pé, com a evidência de visigóticos, muito poucos ainda hoje se conhecem. Daí a redobrada importância e significado do pequeno templo de S. Gião.» GARCIA (1966:340).

As várias comunicações do Dr. Borges Garcia,<sup>55</sup> juntamente com o Dr. Fernando de Almeida, dariam início a um longo processo de “teorização”, principalmente sobre a datação da igreja de São Gião.

---

(54) – Após a análise da obra referenciada, parece-nos de equacionar que São Gião estaria inserida na Paróquia sueva de Lisboa. Contudo o facto de não se mencionar o seu nome na obra consultada é suficiente para que continuem as dúvidas sobre essa eventual ocupação.

(55) – Conferir na bibliografia apresentada.

Entre os autores dessas “teorias”, destaca-se Theodor Hauschild que classifica a igreja de São Gião como sendo «uma igreja pequena que provavelmente deve ser interpretada como igreja conventual e que, de acordo com o estilo do capitel<sup>56</sup> conservado no interior, em frente da abside rectangular, pertence ao século VII.» HAUSCHILD (1986:149).

Saavedra Machado refere que «esta igreja monástica é um raro exemplar da arquitectura visigótica peninsular do séc. VII (656-665 d.C.). A sua construção arquitectónica tem a particularidade de dar indicações quanto à liturgia da época. (...) Se nalgumas igrejas da Península Ibérica dos sécs. VII a X se podem observar as “cancelas” ou “anteparos”, quase todos baixos, necessários à separação entre o clero e o povo, na igreja de S. Gião o “anteparo” ou “Iconóstase” é impar na arquitectura paleocristã, pois a parede que separa a nave do cruzeiro ergue-se até à armação do telhado; é bastante reduzida a comunicação entre a nave e o cruzeiro.» MACHADO (1989:10).

Borges Garcia, em 1964, aquando do início dos trabalhos em São Gião, ao manifestar-se sobre o aparecimento de dois novos vãos de arco que definiram uma Iconóstase, releva que «a Iconóstase é de origem bizantina e aparece com frequência nas igrejas Paleocristãs do Egipto Copta. Não conhecemos, porém, nenhuma igreja paleocristã ou visigótica da Península que apresente Iconóstase<sup>57</sup>.» GARCIA (1966:341).

Segundo D. Fernando de Almeida: «A Arquitectura copta introduziu a cúpula nas suas basílicas. Estes templos tinham três absides, cada uma coberta com cúpula: nelas se abriam pequenas janelas para iluminação do templo. Nas absides eram colocados altares.

Por vezes um “*iconostasis*” separava o Santuário do corpo da igreja, que por não ter iluminação própria ficava assim mais escuro e propício à meditação.» ALMEIDA (1962:57).

A leitura de vária bibliografia e a análise de vários mapas, conjecturais, sobre as diversas fases de ocupação da Península não indicam que os Bizantinos tenham, alguma vez, chegado à Estremadura.

Sobre este assunto, D. Fernando de Almeida refere que: «não se conhece com exactidão até onde chegaram os Imperiais na sua ânsia de conquista; (...) tem-se como certo, ou quase certo, que a fronteira mais setentrional teria ido de Dianium (a actual Denia) perto do Promontório do mesmo nome, nos contrafortes da Serra Morena, até um pouco ao Norte de Córdova de onde seguiria o Guadalquivir para depois inflectir para Ocidente e atingir o Atlântico.

---

(56) – Sobre os capitéis de São Gião, conferir: Volume II: Anexo II, “*A Igreja de São Gião*” – (Do século V ao século XII).

(57) – Sobre a iconóstase de São Gião, conferir: Volume II: Anexo II, “*A Igreja de São Gião*” – (Do século V ao século XII).

É duvidosa esta última parte do trajecto, pois se alguns autores afirmam terem os Imperiais chegado aos muros de Évora, parece provado não terem ido muito além da fronteira Norte do Algarve.» ALMEIDA (1962:35).

Parece-nos de aceitar a teoria de D. Fernando de Almeida quando afirma que, no século VII, a arte visigótica foi influenciada primeiramente pela «instabilidade em que então se vivia, a insegurança, uma religião (o Cristianismo) nova a crescer minuto a minuto, a espalhar-se das cidades para os campos, a riqueza pública a diminuir diariamente, tudo isto produziu um mundo novo que não podia deixar de ter influído poderosamente na Arte do seu tempo: a sua base é de tradição hispano – romana, mas sofreu influências inegáveis da Síria, de Bizâncio, do Norte de África, da Sicília e de Ravena.» ALMEIDA (1962:72).

Na opinião de D. Fernando de Almeida a arte visigótica terá tido um «carácter político e não étnico, pois o período em que essa forma de Arte se manifestou corresponde, sensivelmente, ao da existência do reino visigodo e não à produção artística do povo visigodo.» ALMEIDA (1962:07).

Neste contexto, o legado dos visigodos é mais um produto da sua ocupação espacial do que propriamente da sua capacidade criativa.

Certamente que terão sido as “influências” que o D. Fernando de Almeida explica que poderão ter contribuído para a existência da Iconóstase na igreja de São Gião.

Essas influências ainda se tornam mais evidentes e mais plurais se atentarmos na descrição que D. Fernando de Almeida faz da tipologia funcional das igrejas Bizantinas e de algumas semelhanças existentes no interior da igreja de São Gião. «Na igreja de tipo bizantino, o santuário é vedado aos olhos dos fieis por uma como que parede transversal, o “Iconóstase”; a sua função é escondê-lo da vista de quem estiver em qualquer parte dos outros três braços da igreja. É à frente do “Iconóstase” que se passam algumas cerimónias, e então o sacerdote entra em contacto íntimo com os fiéis; por isso os braços laterais da igreja são do mesmo comprimento e largura dos centrais...» ALMEIDA (1962:64).

Da descrição do D. Fernando de Almeida deve-se sublinhar que, em São Gião, os braços do transepto não são da mesma dimensão da nave central. Esta situação, entre outras, poderá ter a ver com o facto de não se considerar esta igreja como sendo de construção tipicamente Bizantina, mas contendo alguns elementos dessa corrente artística e arquitectónica, assim como de outras correntes artísticas que, durante o período das invasões da Península até ao fim da Reconquista Cristã, se fizeram sentir, em particular, nos edificios de culto.

São Gião apresenta-se como um valioso testemunho de todas estas influências culturais, resultantes das várias ocupações humanas e da aculturação dos que por cá iam ficando, uma vez que, como refere João Pedro Bernardes, «consideramos difícil aceitar que não tivessem

subsistido no território algumas populações descendentes de romanos e de populações germânicas e islâmicas que entretanto pisaram estas terras, apesar das constantes algaras muçulmanas e fossados cristãos.» BERNARDES (2005:565).

Para a continuidade de ocupação do local de São Gião, terá sido importante o enquadramento rural e a capacidade de retirar desse meio os produtos para a subsistência dos que por lá se fixaram.

Neste sentido, João Pedro Bernardes aborda a questão da ruralidade de São Gião, relacionando-a com a continuidade do povoamento da região de Leiria após o domínio romano quando refere que: «Sem dúvida que essa continuidade de ocupação de algumas *villae* romanas está melhor testemunhada em S. Gião da Nazaré, onde a um conjunto significativo de ruínas romanas se sobrepôs um templo cristão. (...) Os recursos dos antigos assentamentos romanos são, de facto, um forte atractivo, quer pela sua localização em vertentes e vales aprazíveis e de bom potencial agrícola.» BERNARDES (2005:567).

Apesar destas questões, pensamos que o conhecimento actual da igreja de São Gião, no âmbito das questões do povoamento, aparece-nos mais como consequência dos estudos efectuados no âmbito da história da arte do que propriamente de testemunhos coevos sobre a sua ocupação.

É de facto no seu interior que se revelam as tendências que, desde o século V até ao seu abandono, no século XVIII, contribuíram para o aparecimento no território de «novas formas construtivas que reflectem as múltiplas influências culturais que entretanto por aqui se iam cruzando: tardo – romanas, suevas, visigóticas, árabes, bizantina. O pouco que resta desse período de invasões, guerras e instabilidade é formado, principalmente, por construções religiosas. São pequenas igrejas e mausoléus. Estes são em planta de cruz grega, reproduzindo o de Gallia Placidia, em Ravena. Em Portugal, destaca-se o mausoléu de S. Frutuoso de Montélios, em Braga, cuja construção se iniciou no século VII, para albergar os restos mortais do bispo com o mesmo nome, posteriormente santificado.

Quanto às igrejas, conhece-se hoje a de São Torcato, em Guimarães, a Igreja de São Pedro de Balsemão, em Lamego; a Igreja de São Pedro de Lourosa da Serra, em Oliveira do Hospital; a Igreja de São Gião, na Nazaré, a Igreja de Vera Cruz de Marmelar, na Vidigueira, e a Catedral da Egitânia, em Idanha – a – Velha. (...) Encontram-se todas em muito mau estado de conservação, mas apresentam características comuns; planta basilical de cruz latina, com três naves; coberturas de madeira; capela – mor rectangular de formas largas e curtas; vãos em arcos de ferradura; muros em silharia; rusticidade técnica; e pobreza decorativa, onde, apesar de tudo, se salientam alguns frescos, hoje desaparecidos. (...) A arte destes tempos balançou entre diferentes pólos dinamizadores: a influência do renascimento carolíngio, a rusticidade

dos Visigodos, o colorido dos bizantinos e o ecletismo da arte muçulmana do Emirado de Córdova – fazendo com que estes monumentos, símbolos do pensamento e da actuação das populações anteriores ao Ano Mil, espelhem enigmaticamente todas essas vertentes.» PINTO et al (2006:38 e 39).

Oliveira Marques, entre outros, contribui, também, para a tentativa de explicação desta instabilidade quando refere que «a partir do séc. VIII, Árabes mas, sobretudo, Berberes do Norte de África, foram-se, a pouco e pouco, instalando como colonos. Tanto nas cidades como no campo, muçulmanos sedentarizados de há muito civilizados, ao lado de tribos de costumes primitivos, vieram radicar-se na Península. Deixaram profundos vestígios na toponímia e na onomástica, muitos deles ainda hoje perceptíveis, conquanto pouco estudados. Em certos casos, torna-se mesmo possível dizer que colonizaram de novo, concorrendo com os Romanos no desbravamento dos futuros Estados Ibéricos. Todo o sul e centro de Portugal de hoje, até à região do Mondego ou porventura do Douro, com ocasionais estabelecimentos para norte deste, conheceu a presença do colono muçulmano. Esta presença, todavia, nunca se revelou homogénea. Clima, condições do solo, povoamento pré-existente, diferenciações étnicas ou tribais, questões de conjuntura e ainda outros factores fizeram concentrar os novos povoadores em certas áreas e excluí-los de outras. Por isso, um mapa da fixação islâmica revelará provavelmente “manchas” de colonos sobre um fundo romanizado mais coerente. Contudo, o contraste Norte – Sul foi, uma vez mais, acentuado.» MARQUES (1985:20 e 21).

A zona objecto do nosso estudo, nomeadamente a Estremadura Litoral, sofreu um processo de grande instabilidade que viria a ter consequências na estabilização das populações e consecutivamente na edificação de estruturas que atestassem, inequivocamente, a presença dos povos visigóticos e muçulmanos.

Pedro Barbosa contribui para a discussão deste período conturbado e pouco produtivo em termos artísticos, arquitectónicos e arqueológicos quando refere que «a Estremadura litoral, entre o termo de Sintra e o de Coimbra, era pouco povoada, e não representava um peso importante no sistema económico muçulmano. Mas, do ponto de vista estratégico, era importante, pois barrava aos Cristãos (instalados a Norte de Coimbra) uma das principais vias de acesso ao sul e à rica cidade de Lisboa.» BARBOSA (1992:55).

O Mondego, a Norte, e o Tejo a Sul, funcionavam como que barreiras, tendo a Estremadura central o papel de zona intermédia entre os Cristãos estabilizados a Norte e os muçulmanos, a sul do Tejo.

Apesar da conquista de Lisboa em 1147, a situação não ficou resolvida, em particular, nesta zona da Estremadura, como iremos tentar provar. Muito ainda haveria de acontecer até essa estabilização se tornar um facto consumado e o povoamento desta área se proceder de uma forma normalizada e progressiva.

A ocupação muçulmana na Península Ibérica, em geral, e na Estremadura litoral, em particular, abrange um período de tempo bastante significativo, cerca de quatrocentos anos, se considerarmos a conquista de Lisboa, que se deu em 1147.

Contudo a notícia de incursões muçulmanas nos anos de 1184 e 1195 nesta zona da Estremadura leva-nos a considerar que o processo de estabilização do povoamento da área da lagoa da Pederneira apenas terá ocorrido já no decurso do século XIII.

É neste sentido que se releva a notícia de que «os monges (Cistercienses) viram-se a braços com grandes dificuldades. O território doado pelo rei estava exposto às incursões dos Muçulmanos. Depois da chacina de 1195, houve que recomeçar tudo de novo.» COCHERIL (1989:27).

Embora Cocheril se refira apenas ao ano de 1195, temos conhecimento que onze anos antes, 1184, terá havido uma outra incursão dos muçulmanos na tentativa de recuperar os território que, segundo a nossa opinião, se encontrava como que num estado de “terra de ninguém”. Não seria apenas pela doação que Dom Afonso Henriques fez à Ordem dos Monges de Cister que os Muçulmanos, sabendo do “fraco” ou inexistente poder defensivo destes, deixariam de tentar recuperar essa zona de importância estratégica que era a lagoa da Pederneira e toda a sua área circundante, onde se incluía o mosteiro em construção.

Assim, se considerarmos uma informação mais completa sobre essas incursões muçulmanas ficamos a saber que em «1184 e 1195 as obras até aí empreendidas e a comunidade do mosteiro foram duramente afectadas. Com a vinda de uma nova vaga de religiosos de Clara-val, a construção do mosteiro foi retomada e em 1222 o edifício já era habitável» SOUSA et. al. (2006:102).

Tal deverá ter sido a devastação que foi necessária a vinda monges recrutados de outros locais, pertencentes à Ordem de Cister, para terminarem, desta vez sem mais incursões muçulmanas, a obra do Mosteiro de Alcobaça.

Não querendo, nem devendo, fugir da questão de São Gião e o povoamento da zona agora em estudo, não deveremos passar ao lado de outro “eventual” facto que nos merece toda a atenção, uma vez que nos suscita algumas dúvidas e, com certeza, merecerá um estudo mais aprofundado.

Laranjo Coelho, baseado nos escritos do monges de Cister<sup>58</sup>, relata que: «entre as velhas povoações da nossa costa a Pederneira é uma das que se gaba de ter mais remota antiguidade, pois afirmam alguns antiquários que já em 1195 ela tinha igreja paroquial e já em 1224 funcionava com beneficiados, todos pertencentes, até 1834, ao padroado do rico Mosteiro de Alcobaça pela sua primacial doação régia. Um dos mais antigos documentos que encontramos relativos a esta vila é uma doação feita na era de Cristo de 1221, pela qual um certo padre Gonçalo, prior de S. Pedro da Pederneira doa ao mosteiro de Alcobaça, por sua morte, uma herdade que se compunha de vinha, casas, pomares e outras terras.» COELHO (1924:09).

Frei Manoel dos Santos, por seu turno, refere que «a primeira Capela que os monges erigiram foi na villa da Pederneira.» SANTOS (1710:437).

Se em 1195 se deu a referida incursão muçulmana, os registos que possuímos nada referem sobre São Gião nem sobre a suposta igreja de São Pedro da Pederneira, apenas se referindo aos monges de Alcobaça e às obras do mosteiro. Talvez possamos justificar esta lacuna, na informação, no carácter tendencioso que, por vezes, os escritores cistercienses revelam quando “permitem” a omissão de certos acontecimentos contemporâneos, como o que se relata sobre as duas igrejas referidas, em favor da vasta informação sobre Alcobaça e a sua abadia.

Neste âmbito, torna-se legítimo questionar como é que em 1195, perante um processo de invasão muçulmana, e com a devastação a que já fizemos referência os monges de Cister, segundo o relato de Manoel dos Santos, tiveram tempo e disponibilidade para erigirem a capela de São Pedro da Pederneira, num período temporal entre 1190 e 1224, se pelo menos dois factos se colocam: o período conturbado em que esta zona se encontrava e as condicionantes humanas para a construção do próprio mosteiro.

Cocheril sustenta a nossa dúvida quando relata que «os monges e conversos não estavam em número suficiente para construir a imponente igreja de Alcobaça e os edifícios anexos. (...) Durante 70 ou 80 anos, operários e serventes trabalharam com afã no vale solitário. A parte reservada aos monges foi ocupada em 1223, 70 anos após a sua chegada.» COCHERIL (1989:20).

Talvez nos identifiquemos mais com o descrito pelo Dr. Saavedra Machado, quando sustenta que «o velho burgo da Pederneira era a paróquia mais antiga dos Coutos de Alcobaça. (...) Foram os seus moradores que ergueram o primeiro templo: a Igreja de São Pedro, que foi o primeiro orago do burgo primitivo desenvolvido em seu redor, já ao culto em 1221 e provavelmente construída “antes dos primórdios da monarquia”.» MACHADO (1989:12).

---

(58) – Entre outros: Fr. Fortunato de Boa Ventura; Fr. Manoel de Figueiredo e Fr. Manoel dos Santos.

De referir ainda a eventual antiguidade do burgo da Pederneira, como lhe chama Saavedra Machado que, segundo o autor, «ao tempo dos reinados de D. Afonso Henriques (1143-1185), de D. Sancho I (1185 – 1211) e de D. Sancho II (1223 – 1245), já na Pederneira vivia gente abastada.» MACHADO (1989:12).

Sobre esta possibilidade avançada pelo Dr. Saavedra Machado, deveremos levar em linha de conta o que ficou descrito sobre o local do Rossio da Pederneira na época romana, o mesmo se aplicando a São Gião que, a levar em linha de conta, permitem defender a continuidade de comunidades que terão permanecido naqueles locais muito antes da chegada dos monges de Cister.

Parece-nos, após esta breve derivação na abordagem a São Gião, no nosso entender necessária, que se sustenta mais facilmente aquilo que Bernardes refere sobre a permanência, ao longo dos tempos, de populações que por aqui foram ficando não se considerando que após a saída dos romanos este território tenha ficado despovoado na sua plenitude.

Mais do que os relatos não coevos sobre a questão do povoamento na área da lagoa da Pederneira em geral e do local de São Gião em particular, contribuem aqueles que, sendo escritos à época, nos fornecem indicações mais precisas sobre alguns acontecimento ocorridos nesta zona.

Se até aqui as questões sobre a datação da edificação da igreja de São Gião têm sido baseadas em analogias entre as diversas correntes arquitectónicas e artísticas, baseadas na observação “in situ” e na muita bibliografia publicada para o esclarecimento do povoamento desta zona, relevamos que a falta de documentação coeva sobre essas épocas mais remotas contribui para a continuidade desta discussão.

Pedro Barbosa dá a conhecer essa dificuldade quando refere que os «documentos alcobacenses que lhe dizem respeito são inexistentes até 1375 (e, logicamente, para o período em que a referida “peste” se faz sentir). Não colocamos de lado a hipótese de algum (ou vários) documentos referentes à quinta de São Gião ter desaparecido. Mas o mais verosímil é que nunca tenham existido no cartório de Alcobaça. E isto porque a quinta se situa (...) no termo da Pederneira, sobre qual Alcobaça tinha direitos senhoriais outorgados, pelos reis, mas cuja posse da terra lhe escapava.» BARBOSA (1992:52).

Apesar de não termos conhecimento desses documentos pós 1375, uma vez que o autor não lhes faz referência, apenas podemos apresentar aqueles que, fruto da nossa investigação, nos chegaram às mãos e que nos proporcionam o conhecimento de alguns factos interessantes na problemática que estamos a abordar.

Neste sentido, constatamos que apenas a partir do século XVI começam a aparecer relatos coevos relacionados com São Gião, o que no fundo nos coloca num vazio de informação

sobre o que terá acontecido entre o século V e o século XVI, considerando as menções de Frei Bernardo de Brito, as de Brito Alão<sup>59</sup> e, finalmente, as que agora iremos apresentar, baseadas em relatos do século XVIII e XIX.

Se Bernardo de Brito assim como Brito Alão nos forneceram indicações quanto à eventual ocupação romana de São Gião, relevamos, apesar dessas informações serem conjecturais, o facto de Borges Garcia, como já foi referido, se ter “guiado” pelas palavras de Bernardo de Brito para encontrar e iniciar o estudo da Igreja de São Gião que tanto conhecimento nos forneceu, nomeadamente na área da arqueologia.

Interessa, contudo, relevar que tanto Bernardo de Brito como Brito Alão, segundo a bibliografia consultada, século XVI e XVII, nos transmitem factos anteriores ao abandono da igreja de São Gião, que viria a acontecer, como veremos, nos princípios do século XVIII.

De facto, a ordem emanada em 1702 pelo visitador da Igreja de Nossa Senhora das Areias é bastante elucidativa do estado em que se encontrava a igreja de São Gião.

*«A irmida de Sam Gião mando que logo se tape por se me fazer queixa serve de curral de gado e o feitor que assiste na quinta donde está a dita hermda satisfará dentro em 15 dias com pena de excomunhão e tenha fechada de pedra e cal não a concertando para o que uzava o reverendo vigário da provisão que tem o Senhor Cardeal que Deos tem».* PEDERNEIRA (1702: 171 e 171v).

Uma outra referência relacionada com a ruralidade do local de São Gião e ao estado em que, à época, se encontrava a igreja é-nos relatada nas Memórias Paroquiais de Famalicão, datadas de 1758, onde consta o seguinte:

*«Tem a dita Serra (Pescaria) em si vários Casais e ao longo della, nas margens do mar, tem o Exmo. Marquez de Abrantes hua quinta que produz em abundância trigo, milho, cevada, e outros legumes.*

*Junto ás cazas da dita Quinta esta fundada hua irmida consagrada em louvor de São Gião, e como esta totalmente se acha demolida e arroinada por sua immemoravel antiguidade, mandou um [d...] visitador em [capitulo] de vizita se transladasse o dito Santo para a Igreja Parochial desta Freguesia por achar indecente a existência do dito Santo em lugar tão impróprio com tão pouco veneração, e culto.»* Famalicão (1758).

---

(59) – Sobre os factos mencionados neste trabalho que se prendem com a igreja de São Gião e a sua área envolvente, conferir. BRITO, Frei Bernardo de, (1597) – *Monarquia Lusitana*, I Parte, Livro Terceiro, Capítulo XI, pp.242 a 246. Sobre Brito Alão, conferir: ALÃO, Manuel de Brito, (2001) - *Antiguidade da Sagrada Imagem de Nossa Senhora de Nazaré*, Lisboa, Edições Colibri/Confraria de Nossa Senhora da Nazaré, p.148.

O facto de se encontrar devoluta durante tantos séculos poderia levar-nos a pensar que essa terá sido a principal razão para a confirmação do estado ruinoso em que hoje se encontra, apesar de, até á década de 80 do século passado, ter sido novamente utilizada como celeiro.

Luís Fontes sustenta, baseado nas mesmas Memórias Paroquiais que consultámos, que o «colapso do edifício, se situa criticamente em meados do século XVIII, tudo convergindo para que, na sua origem, tenha estado o forte terramoto de 1755, que destruiu parte significativa de Lisboa e de muitas cidades e vilas no Algarve. Na Nazaré, de acordo com os estudos conhecidos, o terramoto terá atingido uma magnitude de grau VII/VIII (veja-se o site [http://einstein.fisica.ist.utl.pt/~sismo/Portugues/Tagusnet/sismo\\_1755.htm](http://einstein.fisica.ist.utl.pt/~sismo/Portugues/Tagusnet/sismo_1755.htm)), que se traduz na queda de coroamentos, rupturas de paredes e mesmo rotação e queda de paramentos de alvenaria.» FONTES (2010: snp).

Embora os relatos das Memórias Paroquiais não refiram qualquer dano durante o terramoto de 1755 na igreja de São Gião, outros acontecimentos houve, antes de 1755, dos quais não existe qualquer referência sobre as consequências que poderão ter tido na referida igreja.<sup>60</sup>

Nas Respostas aos Quesitos, existe uma pergunta assinalada com o N° 26, que diz o seguinte: “Se padeceu alguma ruína no terramoto de 1755, e em quê, e se está já reparada?”

Nas Memórias de Famalicão a resposta do vigário de Famalicão nada refere quanto a alguma demolição de casa ou igreja ocasionada pelo terramoto em causa.

Contrariamente, nas Respostas aos Quesitos da Pederneira o Vigário refere, no mesmo ponto 26°, que «*Não houve nestes Templos ruína alguma no Terramoto de 1755. Só nesta villa foi aterra a Torre do Relógio dos Passos do Concelho.*» PEDERNEIRA (1759).

Como os Vigários das Paróquias do Reino estavam obrigados a nada omitir nas respostas aos quesitos sobre as consequências do terramoto de 1755, pensamos que quando se refere que a igreja de São Gião se encontra arruinada e demolida, é pela “*sua immemoravel antiguidade*”, conforme refere o Vigário de Famalicão, e não pela acção do terramoto, porque se assim acontecesse teria de vir descrito nos documentos mencionados.

Estas questões, pertinentes, sobre a cronologia de ocupação e abandono da igreja de São Gião contribuem também para o conhecimento dos processos de ocupação humana por que passou e para a análise da sua tipologia construtiva, facto que ainda iremos analisar, mais para a frente neste ponto.

---

(60) – Sobre este assunto, conferir, TAVARES, Maria José Ferro, (2004) - Os Sinais dos Tempos., Anexo: Clima, Fomes, Pestes, Guerras e outros Cataclismos, in *Actas do Colóquio Evolução Geohistórica do Litoral Português e Fenómenos Correlativos*, Lisboa, Universidade Aberta, pp. 493 a 515.

Uma notícia de 1842 relatada por José D’Almeida Salazar dá-nos a indicação que no século XII esta igreja ainda era ocupada por monges.

Apesar do registo, deveremos ter algumas cautelas na interpretação deste relato, uma vez que, como iremos verificar, existe alguma discrepância nas datações apresentadas.

*«Aqui perseveraram os Religiosos por muitos anos retirados do furor dos bárbaros, e quasi escondidos à sua notícia, pela muita solidão, e aspereza daquele Sítio. A provisão ordinária de que se sustentavam era, ou o que o mar lhes oferecia, ou o que a sua cerca lhes ministrava à força do seu trabalho, e indústria. Com esta suma pobreza perseveraram até ao ano de 1153, em que o misericordioso Senhor lhes abriu um caminho mais suave para o seu sustento. E foi que fazendo nesse tempo El Rei D. Afonso Henriques doação aos Monges de S. Bernardo, e ao seu Convento d’Alcobaça das terras que possuiram, e a que chamavam os Coutos d’Alcobaça, e correndo aqueles Religiosos as suas terras para as demarcarem, acharam este Convento d’Eremitas nos limites dos mesmos Coutos, e alcançando da sua conversação a grande santidade de sua vida, e a estreita pobreza em que viviam, tomaram por sua conta o favorecê-los d’ali por diante, e provê-los de todo o necessário, como com efeito fizeram com grande amor, e piedade em todo o tempo que ali moraram; dando-se por bem pagos deste grande benefício com o retorno de suas orações e exemplo da santa vida em que resplandeciam no meio daquela montanha, ou profundo vale.*

*Não lhe durou muito aquela felicidade, e grande bem como desejavam os veneráveis monges daquele Real Convento: por que pelos anos de 1133<sup>61</sup>, reinando em Portugal o Senhor D. Sancho 1º, sobreveio a este Reino uma tão cruel, e grande peste, que morreram dela quasi todos os Eremitas, que naquela Casa viviam.*

*Era neste tempo tida em grande veneração naquela mesma Casa uma devotíssima, e milagrosa Imagem da Mãe de Deus, que obrava grandes milagres, e maravilhas em todos os que buscavam o seu favor, e amparo. Temendo os Religiosos, que haviam escapado do contágio, que vindo a morrer todos se perdesse memória dela, determinaram de levar ao Convento d’Alcobaça; porque havia nele um grande número de Religiosos, e ainda que já do mesmo contágio eram muitos mortos, julgaram que alguns escapariam que tivessem cuidado do culto, e veneração que se devia àquela Senhora.*

*Com este intento se partiram do Mosteiro dous Religiosos, dos quaes um deles se chamava Fr. Lourenço, e o outro Fr. Gozendo, e com o parecer dos mais levaram a Santa Imagem, e*

---

(61) – Existe engano na data apresentada, uma vez que D. Sancho I seria aclamado três dias depois da morte de seu pai, Dom Afonso Henriques que faleceu em 1185. A data que deverá corresponder será o ano de 1185 e não 1133.

*como iam inficionados da peste, antes de chegar ao Convento d'Alcobaça pararam em um lugar alto, meia légoa do mesmo Convento; para que descalçando ali alguns dias entrassem com mais saúde, e melhorados em Alcobaça. Sabendo esta demora os que ainda ficavam no Mosteiro de S. Gião, se foram incorporar com eles parecendo-lhes teriam lá mais saúde no alto do monte, do que aquela que experimentaram em baixo do seu sítio, em que todos iam acabando. Assim ficou o Convento de S. Gião de todo desamparado, e até hoje se não povoou mais.» SALAZAR (1842:556 a 559).*

Se tomarmos por certa esta descrição de Almeida Salazar verificamos que a igreja de São Gião terá sido abandonada após o episódio relatado, portanto, no século XII.<sup>62</sup>

Apesar de sabermos que a fundação da abadia cisterciense teve como «propósito povoar uma região pouco habitada, mas fértil, da Estremadura e proceder à sua organização,» CAPELO et. al. (1994:28) julgamos que o facto de se considerar, “pouco povoada” contraria uma das regras de instauração de mosteiros dessa Ordem.

Essa regra determinava, segundo Coucheril, citando Orderic Vital na sua “*Histoire Ecclésiastique*”, que «todos os mosteiros dos cistercienses são construídos em lugares ermos e no meio das matas...» COCHERIL (1989:19).

Uma outra situação, diferente e mais sustentável, tem a ver com o relatado por Almeida Salazar quando nos dá a conhecer que, repetindo a citação, «*com esta suma pobreza perseveraram até ao ano de 1153, em que o misericordioso Senhor lhes abriu um caminho mais suave para o seu sustento. E foi que fazendo nesse tempo El Rei D. Afonso Henriques doação aos Monges de S. Bernardo, e ao seu Convento d'Alcobaça das terras que possuíram, e a que chamavam os Coutos d'Alcobaça, e correndo aqueles Religiosos as suas terras para as demarcarem, acharam este Convento d'Eremitas nos limites dos mesmos Coutos, e alcançando das sua conversação a grande santidade de sua vida, e a estreita pobreza em que viviam, tomaram por sua conta o favorecê-los d'ali por diante,...*» SALAZAR (1842:557).

Segundo Almeida Salazar, os monges no ano de 1153, aquando do reconhecimento do terreno que tinha doado à Ordem a que pertenciam, encontraram a Ermida de São Gião e os religiosos que viviam naquele local.

«Sabemos que, no fim desse século (XII), os cistercienses só tinham desbravado o seu domínio dentro de um raio de dois quilómetros ao redor da Abadia, cujas paredes mal surgiam do solo.» COCHERIL (1989:19).

---

(62) – Como verificámos, a igreja estava ocupada no século XVIII. Se terá existido um interregno entre este período, século XII a século XVIII, não conseguimos obter informação que sustentasse essa tese.

Se localizarmos a Abadia de Alcobaça e a igreja de São Gião, ficamos a saber que a sua distância, em linha recta, é de 9.64 kms, muito longe dos dois quilómetros referido por Cocheril.

Coloca-se obrigatoriamente a questão, se terão sido os monges de Cister a encontrar a ermida de São Gião, ou se foram os Monges de São Gião que, fazendo fé no relato da doença, seguiram o caminho de nascente e encontraram uma comunidade de monges de Cister que estava, à época, empenhada no estabelecimento das premissas pelas quais a sua Ordem se regia.

Talvez a primeira descrição presencial que nos aparece sobre os espaços funcionais do interior da Igreja de São seja a fornecida por Almeida Salazar.

*«A mencionada Ermida de S. Gião, e as suas respectivas oficinas, que eu novamente observei, examinei com escrupulosa atenção no dito dia 28 de Maio, ocupava todo ou quasi todo o terreno que hoje ocupa o seu grande celeiro. Tinha aos seus dous lados duas naves, para as quaes se passava do altar-maior por dous arcos de muito boa cantaria de marmore, os quaes ainda hoje existem inteiros: e o dito altar- mor tinha em frente do corpo da Igreja três pequenos arcos, que hoje estão tapados, cuja parede faz parte do celeiro.*

*Houve ali em outro tempo mais antiguidades, e inscrições, e por mais que me cancei não as pude descobrir, por serem já desbaratadas, e levadas as pedras, em que estavam, para varios edefícios, e estragadas pelos francezes, e assim nos será forçado contentar-mo-nos com as que tenho expendido: porém as ruinas das que ainda hoje existem, espantam a quem atentamente as vê, e observa.» SALAZAR (1842:573 e 574).*

Nesta descrição de relevante interesse, uma vez que é relatada na primeira pessoa, aparecem-nos alguns pormenores que nos suscitam algumas dificuldades de interpretação dos dados fornecidos.

Temos dúvidas se o autor quando refere a existência das “duas naves”, se está a referir às ábsides laterais do transepto, ou, como defendem vários autores, aos compartimentos laterais que eventualmente se encontrariam adossados às paredes laterais da nave central.

Por outro lado, não parece haver dúvidas que “os três pequenos arcos” a que o autor faz referência deverão fazer parte da Iconóstase.

Como sabemos esta “parede” separadora entre a nave central, a que o autor chama de “corpo da igreja”, e o cruzeiro foi mandada tapar no ano de 1702, conforme já fizemos referência anteriormente.

Por tal motivo a passagem entre o cruzeiro e a nave central deveria estar impedida, esse facto é relatado por Borges Garcia, quando em 1964 inicia os trabalhos de escavação/desobstrução do interior da igreja.

Refere o arqueólogo que «em primeiro lugar, procedeu-se à limpeza dos rebocos das paredes internas, do que pensamos seja a nave central. (...) Depois, e como já tinha sido previsto por nós (Dr. Borges Garcia e Dr. Fernando de Almeida), surgiram dois novos vãos de arco que, com o já existente, definiram uma Iconóstase.» GARCIA (1966:341).

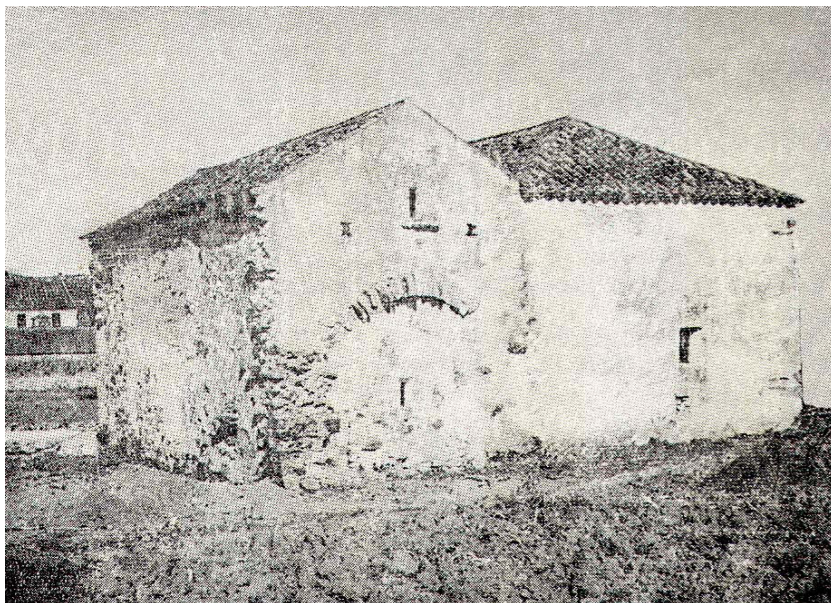


Foto: 20 – Vista Sudeste da Igreja de São Gião antes da intervenção do Dr. Eduíno Borges Garcia. (Foto retirada da apresentação feita pelo Dr. Borges Garcia nas Iª (s) Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1970)

Após os trabalhos de desobstrução de vãos e trabalhos de arqueologia, Borges Garcia descreveu os espaços interiores de São Gião atribuindo-lhe, também, um carácter explicativo que em muito contribuiu para a discussão, não só da sua funcionalidade interna mas, acima de tudo, das questões levantadas pelo arqueólogo e que, muitas delas ainda hoje persistem, apesar dos vários estudos que, desde o início da década de 60 do século passado até ao presente, têm sido elaborados e dados à estampa.

Inicia Borges Garcia a sua “descrição sumária” da igreja da seguinte forma: «Entra-se nesta nave através duma porta de lintel, sobre a qual se levanta um arco em descarga.

As paredes têm 6.60 mts de comprimento (até à Iconóstase) por 3.90 mts de largura. A altura máxima das paredes é de 6.75. As paredes não possuem janelas, a não ser por cima da porta de entrada, uma pequena abertura por onde entraria a luz o dia.

Ao fundo desta nave estende-se-lhe, transversalmente, uma outra que se separa dela por uma parede ou anteparo. Estabelece-se a comunicação entre estas duas naves por meio de uma abertura central em forma de porta e duas laterais com aspecto de janelas, a 80 cms do chão. Qualquer destas aberturas é rematada por um arco peraltado.

O chão destas duas naves é coberto por um revestimento de “*opus signinum*”, ainda existente numa grande parte da sua superfície.

O chão desta nave transversal abre para cada um dos lados por duas portas<sup>54</sup> em arco, cada um deles apoiado em coluna monolítica.



Foto: 21 – Iconóstase de São Gião. Foto tirada da porta de entrada da Nave Central. (Foto: Carlos Fidalgo)

Ao fundo, a partir do cruzeiro, em sentido oposto ao da porta de entrada do templo, abre-se uma ábside rectangular, com abóbada de canhão, de que existe ainda, bem visível, a dentação [denticulão] do arranque, por cima e do lado de fora do arco ultrapassado pelo qual comunica com a dita nave transversal.

Paralelamente à nave principal, estendem-se duas alas, uma de cada lado. Trata-se portanto dum edificio de três alas. Nas alas laterais existiam salas ou quartos, (...). Logo à entrada desta nave principal, à esquerda, há uma porta pela qual se passaria a uma escada que conduziria a uma tribuna (ou coro alto) que se abria em varanda, para dentro da nave principal.» GARCIA (1978).

Mais recentemente Luís Fontes vem revelar mais elementos que concorrem para o esclarecimento de algumas questões sobre São Gião, aquando dos trabalhos de arqueologia efectuados entre Abril e Setembro de 2002 para a implantação da nova cobertura que actualmente se encontra instalada sobre a Igreja e o anexo agrícola de São Gião.

Contribuindo para uma eventual datação inicial da igreja de São Gião, Luís Fontes<sup>63</sup> sustenta que a «construção do edifício original, em zona desaterrada que rompeu edificações pré existentes, que tinham aliás, orientação ligeiramente diferentes.

O corpo principal do edifício apresenta uma forma aproximadamente quadrada, com 11,05 metros no eixo NO-SE e 10,65 metros no eixo NE-SO, a que se acrescenta, no lado SE, axialmente centrada, uma ábside de formato rectangular, mas com eixo maior orientado NE-SO, com 5,05 metros e 2,75 metros no eixo menor, orientado a NO-SE. (...) A ocupação correspondente a estas construções deverá balizar-se entre os séculos VII e XII, tendo como fundamentação para o primeiro limite as cerâmicas calcíticas recolhidas na base da vala de fundação da parede da ábside e, para o segundo limite, as moedas da 1ª dinastia associadas aos enterramentos com orientação NO-SE. Deve notar-se, porém, que a orientação espacial de São Gião da Nazaré se aproxima bastante da das edificações pré existentes, o que coloca a necessidade de saber se na definição dessa orientação terá prevalecido, de algum modo, a relação com o pré existente (...) ou se, por ventura, essa orientação, que hoje nos aparece como desviada do actual eixo E-O, corresponderia à data da construção, ao eixo E-O de então, como determinam os preceitos litúrgicos, explicando-se o desvio pela variação histórica da inclinação do eixo de rotação da terra e da inclinação magnética.

(...) Assim, por analogia se valorizarmos esta questão da orientação do eixo principal, haverá que aproximar a edificação original do templo de São Gião da Nazaré do primeiro limite cronológico balizado pelas cerâmicas calcíticas, o que corresponderá aos inícios do século VII.» FONTES (2010:s.n.p.).

Durante as várias análises que fizemos ao edifício, concluímos que a existência de algumas discrepâncias nos elementos estruturais, a colocação de elementos decorativos e funcionais como; impostas, peanhas e cachorros em locais fora do contexto, vãos fechados e as alterações na sua dinâmica funcional reforçam a ideia de um edifício muito alterado, mais do que aperfeiçoado, fruto de intervenções humanas sucessivas e, como se referiu, eventualmente da acção de fenómenos naturais.

Na nossa opinião, a igreja de São Gião, deveria ser primitivamente delimitada por aquilo que é hoje a nave central, transepto e ábside central.

---

(63) – Não apresentaremos todo o conteúdo do relatório por ser demasiado extenso, apenas faremos menção aos aspectos que consideramos de maior relevância no âmbito das questões levantadas pelo Prof. Luís Fontes, numa tentativa de datação da igreja a partir de achados arqueológicos e da orientação geográfica.

Após várias visitas ao local, pudemos constatar que apenas restam vestígios dessa edificação primitiva<sup>64</sup>, tudo o resto poderá ser resultado de várias intervenções que se foram sucedendo ao longo dos tempos, fruto das ocupações/modificações a que aquele local esteve sujeito.

São Gião desempenhou um papel aglutinador de comunidades monásticas e não monásticas, não só pela sua função de culto mas, pensamos, acima de tudo, por ter as condições naturais para a sobrevivência dos que se instalaram naquele local. Ainda hoje essa actividade agrícola existe, servindo de sustento a algumas famílias, transportando-nos no tempo e pensando que, embora hoje a igreja de São Gião não passe de uma ruína, o local de São Gião continuará a ser um espaço onde o culto e a exploração agrícola convivem lado a lado numa rememoração da história daquele espaço.

Neste sentido, considera-se que a investigação de São Gião constitui uma acção progressiva no tempo e que, apesar da grande quantidade de contributos fornecidos pelos mais variados especialistas, ainda necessita de um grande investimento na pesquisa para a obtenção de um conhecimento mais profundo daquele local.

Não avançaremos, como produto da nossa investigação, com uma datação para a sua edificação, porque consideramos que a sua existência abrange todos esse momentos históricos a que temos vindo a fazer referência, desde a ocupação romana, ou anterior, até ao seu encerramento no século XVIII.

A arqueologia terá, nesse sentido, um papel importante, senão nuclear, para desvendar aquilo que temos defendido até aqui. As evidências da ocupação humana que, com certeza, se encontram no interior de São Gião<sup>65</sup> como na sua envolvente próxima.

É neste contexto de enquadramento do local de São Gião na questão do povoamento da área da lagoa da Pederneira que se releva a opinião de Justino Maciel como a mais previdente: «Enquanto não for possível atingir uma maior evidência documental, artística e arqueológica sobre monumentos atribuídos originariamente por alguns autores ainda à época visigótica, como é o caso de S. Frutuoso de Montélios e mesmo São Gião, devemos olhar para estes monumentos de modo dinâmico e não estático, como organismos vivos que foram crescendo e se transformando de acordo com gostos e as possibilidades das épocas às quais sobreviveram, mas mantendo sempre uma certa identidade com as suas origens, mesmo considerando estas num sentido lato (...) É que, de facto, nesta metodologia não podemos esquecer a ideologia que marcou as diferentes etapas da Reconquista, época em que monumentos como S. Gião da Nazaré e S. Frutuoso de Montélios atingiram a sua maturidade arquitectónica e decorativa.» MACIEL (1995:p.144).

---

(64) – Já nos referimos a esta questão da tipologia construtiva da zona da nave central quando abordámos “O local de São Gião na época romana”.

(65) – Conferir: Volume II: Anexo II, “A Igreja de São Gião” – (Do século V ao século XII).

### 3.2. – A Torre de Dom Framondo

A Torre de Dom Framondo é uma das raras estruturas, conhecidas, a par com São Gião, existentes na periferia da lagoa da Pederneira, que tem sido conectada com a época visigótica e/ou muçulmana, inserindo-se, desta forma, no espaço temporal que agora estamos a abordar.

Como já referimos, não são muitas as evidências da presença humana desde o século V ao século XII, na área da lagoa da Pederneira, por isso, julgamos oportuno incluir neste nosso estudo esta estrutura.

A torre de Dom Framondo está localizada no Cabeço da Guarita, na Quinta do Castelo, Freguesia de Famalicão e Concelho da Nazaré. Está implantada a uma altitude de 54 mts, acima do nível médio das águas do mar, com as coordenadas geográficas: (39° 32' 44''N) e (09° 04' 6.4'' W).

As ruínas estão orientadas, no sentido longitudinal, de SO/NE e, no sentido transversal, de NW/SE.



07 – Ortofotomapa: Indicação da localização do cabeço da Guarita onde se encontram, no seu cimo, as Ruínas de Dom Framondo.

O acesso é feito por um caminho localizado a NE que depois inflecte para SW, onde encontramos as estruturas ainda visíveis da referida torre.

Possui um enquadramento rural, embora a sul esteja implantada uma unidade fabril de aglomerados de madeira, Valbopan, proprietários do imóvel agora em estudo.

Deve referir-se que esta torre se encontra localizada no extremo sul da extinta lagoa da Pederneira, numa zona de transição geológica entre a várzea da Nazaré e a várzea de Alfeizerão.

A torre de D. Framondo não possui qualquer classificação no âmbito da Lei 107/2001 de 8 de Setembro, encontrando-se inserida no regulamento do PDM da Nazaré em “Espaços Culturais”.<sup>66</sup>

Sobre as referências bibliográficas a esta torre, uma das primeiras que temos conhecimento é-nos fornecida pelo ouvidor dos Coutos de Alcobaça quando refere que *«ainda no ano de 1315 o mar fazia um lago que chegava à Torre de D. Framondo, hoje Macarca, e Valado, e se faziam embarcações ao nordeste do lago, da parte do Monte de São Bartolomeu.»* MARTINS (1519:49).

Um outro relato sobre a existência desta torre é fornecido pelo Vigário de Famalicão nas Respostas aos Quesitos em 1758: *«Entre esta Quinta<sup>67</sup>, e campo, medea hum antiqúissimo castello, a que o vulgo intitula ser de mouros; Mas como tão antigo, se acha totalmente demolido, e arroinado, em forma que já se não avista, mais que as suas bazes, e fundamentos; e destes se infere ter sido magnifico, e as pedras do seu material, são quasi todas de cor preta.»* FAMALICÃO (1758).

Nestas respostas aos quesitos nada é relatado sobre as consequências do terramoto nesta paróquia.<sup>68</sup>

Neste sentido, assumimos que a degradação da Torre de Dom Framondo se deveu em grande parte à sua antiguidade e abandono e, posteriormente, devido a uma acção que nos é relatada por Natividade, citando Frei Manuel de Figueiredo, quando nos dá a conhecer que *«ainda conhecemos esta torre ou Castelo com mais vestígios que hoje tem pela arruinar muito o padre Fr. Manoel Coutinho, em 1760, tirando pedra para fazer várias obras. Na parte do nascente, do poente e do sul se conservam as muralhas na superfície do terreno com onze*

---

(66) – Regulamento do Plano Director Municipal do Concelho da Nazaré, Resolução do Conselho de Ministros nº 7/97 de 16 de Janeiro de 1997, Alínea 2.2, Artigo 30º, Capítulo I. O facto de estar incluída nos “Espaços Culturais” não lhe confere qualquer tipo de protecção.

(67) – A Quinta a que se refere o Vigário é a Quinta da Carvalhança, topónimo utilizado á época, depois conheceu o nome de Quinta da Cavalariça e Quinta do Castelo como referimos no início desta abordagem á Torre de D. Framondo.

(68) – Conferir o que escrevemos sobre as consequências do terramoto de 1755 na Paróquia de Famalicão.

*palmas de largura, fabricada a pedra preta que abunda muito neste sitio e cal, guarnecida a muralha com seus bastiões ou cubos. Conjecturamos que esta torre foi fabricada para a defesa contra as embarcações inimigas se o mar cobria todos estes campos, como já tocamos falando do Valado.» NATIVIDADE (1960:101).*

Esta informação assume importância por três factos: aquilo que encontramos no local onde estão as referidas ruínas é o descrito por Frei Manuel de Figueiredo; a delimitação das muralhas corresponde ao observado por nós; e, por último, a medida da espessura das paredes, onze palmos, corresponde às medidas por nós tiradas, 2.10 mts.

A menção à eventual função de “defesa contra as embarcações inimigas” é também um assunto de relevo no âmbito do sistema defensivo da lagoa da Pederneira pré e pós século XII. Debruçar-nos-emos sobre essa interessante temática mais à frente neste ponto.

Após estas três referências bibliográficas, sobre o estado de conservação da Torre de D. Framondo, considera-se que o estado em que a mesma se encontra hoje deverá ser, salvo alguns desmoronamentos ocasionais, o estado em que terá ficado após o acontecimento de 1760.

Para este facto contribuem os limites de implantação da torre que por não serem sobranceiros a nenhuma das vertentes, nos transmite com alguma segurança que não deverão ter existido desmoronamentos que possam ter contribuído para o seu desaparecimento, em particular da muralha virada a Este.



Foto: 22 – Vista interior da Cisterna, onde se podem ver duas pedras, estruturais, no interior da mesma.  
(Foto: Carlos Fidalgo)

Por seu turno, a densa vegetação existente também garante a manutenção das estruturas, algo que nos é relatado por Borges Garcia, como veremos, e foi verificado por nós quando visitámos aquela estrutura.

Manuel Vieira Natividade, relacionando as torres da lagoa da Pederneira com o período de ocupação árabe, refere que «durante este período, diminuta alteração poderia ter sofrido.

Rejeitando problemáticas justificações etimológicas, por dispensáveis, é de crer que os novos conquistadores se aproveitassem de tão raros e favoráveis lugares. Atestam-no documentos de incontestável valor, embora no todo ou em parte desaparecidos, como sejam: o castelo de Alcobaça, a torre mourisca, fronteira à Piedade, e que deu origem a designações ainda hoje mantidas (Torre, Pinhal da torre, e que no século XIV se chamava a Torre das Colmeias) e, por fim, a Quinta do Castelo e, próximo dela, a Torre de D. Framondo.» NATIVIDADE (1960:101).

Conforme se pode inferir, a extinta lagoa da Pederneira como qualquer outra das que existiram na costa portuguesa, deveria ter pontos estratégicos que poderiam funcionar como fortalezas defensivas e/ou como sinalização para a navegação dentro da lagoa, assunto que abordaremos mais à frente neste ponto.

Neste contexto, de pouca informação disponível cremos que, no âmbito da caracterização do povoamento da lagoa, não é pacífica a questão de que a Torre de D. Framondo seja de origem árabe, assim como também não é pacífico o facto de ser visigótica, ou até mesmo anterior.

Sobre esta questão da edificação da torre de Dom Framondo, surge-nos o relato de José d'Almeida Salazar, quando refere que «*em um pequeno monte em que ela está fundada, e sobre parte dos seus alicerces e paredes, existio antigamente um castelo feito pelos mouros, que habitavam em Alcobaça, o qual dizem que lhe servia como de guarda avançada, ou a talaya contra os cristãos, quando estes os acometiam por aquele lado, e lhes servia também para naquelas ocasiões, e conflictos recolherem, e salvarem os seus gados.*» SALAZAR (1842:587).

No âmbito de uma intervenção arqueológica levada a efeito de 2002 a 2004 no Castelo de Alcobaça, refere-se que «as fontes históricas, no que concerne principalmente, à fundação do castelo, são confusas e, até mesmo, contraditórias. Maximiano de Lemos e Pinheiro Chagas colocam a hipótese de o castelo ter, na sua origem, uma edificação visigoda dos séculos VI ou VIII, reedificada e ampliada pelos árabes em 716, e conquistada posteriormente por D. Afonso Henriques, em 1147.

Segundo os autores, terá sido parcialmente destruído pelos árabes em 1195,(facto a que já nos referimos no ponto anterior) após a incursão de “Miramolim.”(...) Já Frei António

Brandão e Vieira Natividade defendem que terá uma fundação islâmica, enquanto que Frei Manoel dos Santos e Saúl António Gomes apoiam a tese de que o castelo foi mandado construir por D. Sancho I para defesa dos Monges, contra futuras incursões árabes.»ANTÓNIO (2006: 23 e 24).

Como se pode verificar pelo exemplo do castelo de Alcobaça, esta região encontra-se, no que diz respeito à datação de várias estruturas/vestigios arqueológicos, numa espécie de “limbo”, muito por falta de investigação que, no nosso entender, leva a que todas as conjecturas sejam de considerar, no âmbito da história social e da arqueologia da arquitectura dos edifícios anteriores à fundação do Mosteiro de Alcobaça.

É nesta situação que se encontra, também, a torre de D. Framondo.

Muito poucos autores têm escrito sobre esta estrutura, pensamos que pelas causas apontadas para o Castelo de Alcobaça e para os restantes edifícios que ainda restam, mesmo que em ruína.

Entre esses autores estão Vieira Natividade e Borges Garcia que nos apresentam versões diferentes dos eventuais “construtores” da referida torre.

Natividade, seguindo o raciocínio de Frei Manuel de Figueiredo, crê que a «Torre de D. Framondo, fronteira a Famalicão, e registada em muitos livros de história local, sabe-se ter pertencido a “um mouro rico e potentado”» NATIVIDADE (1960:101).

Já Borges Garcia defende, numa primeira abordagem, e após investigação no local que: «Framondo não é um antropónimo árabe, mas muito provavelmente visigodo, o que quer dizer que se pertenceu a um mouro, tem muitas probabilidades de ter sido edificado por um cristão, visigodo – D. Framondo<sup>69</sup>.» GARCIA (1962:241).

(69) – Na tentativa de entendermos a origem do nome “Framondo”, fizemos algumas pesquisas e descobrimos duas associações que, embora não nos pareçam justificativas da explicação do topónimo em causa, consideramos que devem ser mencionadas enquanto contributo para a tentativa da associação toponímica em causa.

Pedro Gomes Barbosa refere que o topónimo Framondo «pode levantar algumas interrogações, Framondo, Framundo ou Faramundo. Não sabemos quando se começou a dar nome à torre (...) mas pode bem ser que tenha nascido de tradição popular, já que se conservam, na região, certas lendas ligadas ao período pré-muçulmano.» BARBOSA (1992:50)

«Faramundo, ou “Pharamond”, (c. 370 - c. 426) é considerado como sendo o primeiro rei dos francos salianos, pertencente à Dinastia Merovíngia, embora ele seja possivelmente uma figura mais lendária que histórica. (...) Apenas os historiadores Próspero da Aquitânia e Martin Bouquet escreveram sobre seu reinado em datas bastante posteriores. Em 420, ele supostamente conduziu seu povo na travessia do Reno na direcção oeste. Esse movimento efectivamente separou a sua tribo da tribo maioritária dos francos ripurianos que haviam se fixado próximo a Colónia. Faramundo foi finalmente sucedido por seu filho Clódio. Sua esposa foi Argotta.» [04]

A referência ao termo In-framundo enquanto crença social: «Aunque hay una valoración especial de los sacrificados, los guerreros y las parturientas muertas, los diversos destinos de los muertos no responden a una discriminación valorativa entre “buenos” y “Malos”. Al In-Framundo descien den la mayoría de los hombres sin distinción de sus cualidades. La casualidad indica quiénes van al Tlalocan y también, en buena medida, quien van en cortejo del sol...» REYS, Luis Alberto, (2008) - El pensamiento Indígena en América. Los Antigos Andinos, Mayas y Nahuas, *Biblos*, Buenos Aires, p. 260.

Luiz Oosterbeek contribui para esta tentativa de identificação do topónimo “Framondo”, quando alerta que: «A entrada para o infra-mundo, entre os Maias, não carecia de uma estrada “material”, já que só se atingia pela morte. Por outro lado, Chichen Itzá não é um bom exemplo da tradição Maia, pois é de facto um produto de aculturação Azteca-Zapoteca (uma espécie de Helenismo, embora neste caso após uma etapa de decadência das cidades-estado Maias - aliás, muitos centros Maias de relevo, como Copán ou Cobah, já haviam sido abandonados quando as cidades citadas são reocupadas).

A informação sobre os cenotes é, também, incompleta. É fundamental destacar que no Yucatán a água doce quase só se encontra em cursos subterrâneos, que estão “polvilhados” de algares (os “hoyos” referidos no texto).

Importa ressaltar que, apesar destas questões sobre a toponímia, constituírem mais um enigma, se torna pertinente abordar a sua função e aquilo que resta da torre em relação à vária bibliografia que consultámos, embora parca em quantidade e em conteúdo, fornece-nos, ainda assim, alguns elementos de interesse para a caracterização do povoamento da área da lagoa da Pederneira no espaço temporal agora em estudo.

Ao que sabemos, aquele local nunca terá sido escavado, apenas foi observado por Borges Garcia, que nos forneceu valiosos elementos sobre a área de implantação da torre e dos seus limites visíveis.

Borges Garcia refere que, numa visita à torre de D. Framondo, teve a oportunidade de «observar, medir e fotografar o que resta da vetusta Torre de D. Framondo.» GARCIA (1962:242).

Após essa visita, descreve-nos aquilo que observou no Cabeço da Guarita: «As ruínas das muralhas estão, o que pode dizer-se, abafadas pela vegetação que as cobre (mato). No extremo norte, perde-se a sua pista; a leste está talvez em melhor estado, mas de mais difícil acesso, devido à vegetação alta e cerrada. Creio que este pano de muralha a leste, com cubelos redondos, bem desenhados, é simétrico ao lado oeste, embora não tivesse tido a oportunidade de o examinar com detalhe. A área ocupada por esta fortificação anda à roda dos mil metros quadrados.» GARCIA (1962:242 e 243).

Na visita que efectuámos, para a elaboração deste trabalho, pudemos constatar que a densa vegetação existente impede uma leitura completa das ruínas da Torre de D. Framondo.

Confirmámos a descrição do Dr. Borges Garcia, no que diz respeito à existência, porque visível, da muralha virada a Oeste e podemos confirmar, também, as dificuldades em constatar a completa existência da muralha a Este pelos mesmos motivos.

---

Pensa a maioria dos nossos colegas mexicanos, também com base nos registos do Popol-Vuh e das descrições dos primeiros espanhóis que aí chegaram, (especialmente o Pe. Landa), que os cenotem serviam, também, como espaços de "viagem" dos shamans da comunidade. O acesso era normalmente por cordas, sendo que a profundidade normal dos cenotes é de 14 metros (podendo de facto atingir os 40).

A existência de construção subterrâneas é algo de "normal". Por exemplo, em Copán (Honduras), sob a actual praça principal (onde estão o observatório e o templo "da guerra" - com cerca de 40 metros!) há mais cerca de 30 metros de monumentos enterrados. Isto deve-se ao princípio dos Maias de reconstruir os monumentos a cada ciclo de 52 anos, o que lhe permitiu desenvolver um conhecimento de engenharia e arquitectura impressionante. Construções a 40 metros, neste contexto, não são uma surpresa, e duvido que se possam interpretar como "porta para o infra-mundo". <http://ml.ci.uc.pt/mhonarchive/archport/msg04155.html> (acedido em 29/04/2010)

As considerações apresentadas representam, como se disse, uma tentativa de identificação da origem do topónimo "Framondo" e uma eventual ligação à Torre de D. Framondo. Contudo as conclusões a que chegamos, são bastante dúbias, pelo que deverá ficar esta temática à consideração de uma investigação mais profunda. A relação com o eventual rei Merovíngio ou a ligação a situações com origem em crenças, mesmo transcendentais, levam-nos a deixar incompleta, por falta de elementos comparativos e sustentados, esta tentativa de identificação.

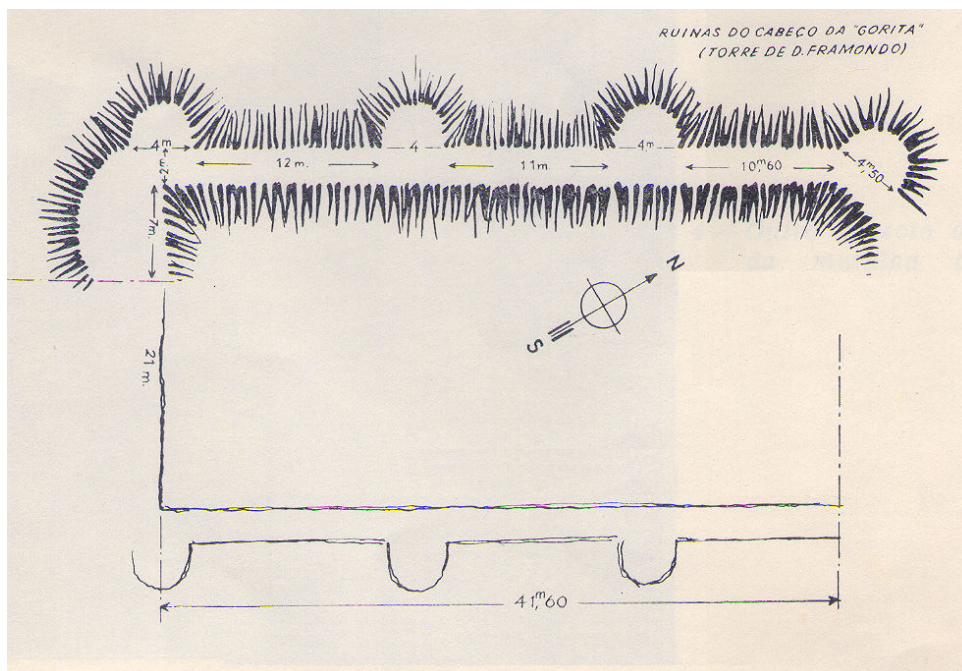


Figura nº 18 – Planta elaborada por Eduíno Borges Garcia das ruínas da Torre de Dom Framondo. Nesta planta poderá observar-se a NO os restos da muralha com os cubelos de forma circular. GARCIA (1962:242)

A densa vegetação não nos permitiu, assim como não permitiu a Borges Garcia, ter uma ideia mais fundamentada sobre os limites e tipologia da Torre.

Contudo, pudemos observar algumas estruturas a que Borges Garcia não fez referência por motivos a que somos alheios.

A existência, no interior dos limites da torre, de paredes estruturais de uma “cisterna” de secção rectangular e um conjunto de fundações existentes, a norte da cisterna, faz-nos prever a existência de uma estrutura mais complexa, mas que apenas a arqueologia poderá desvendar fornecendo, dessa forma, novos e importantes elementos para o conhecimento e enquadramento desta fortificação.<sup>70</sup>

A cisterna é delimitada por duas paredes com a largura de 2.10mts, o que nos faz pensar que sejam as ruínas de duas paredes exteriores da extinta fortificação.

A existência daquela estrutura, a que chamámos “cisterna”, poderá ter tido outra função, uma vez que as suas paredes exteriores parecem ter tido continuidade no sentido vertical, apesar de na parte Este da mesma, não existir parede acima do nível do solo exterior, o que nos faz inferir que deveria ter havido algum acesso ao seu interior e que o mesmo se faria por esse lado.

(70) – A arquitectura rectangular da chamada “Torre de D. Framondo” e as suas dimensões que, segundo Borges Garcia, possui 41.60 mts de comprimento e 21.00 mts de largura, medidas a confirmar na eventualidade de se proceder à desmatização da vegetação existente, leva-nos a sugerir que se tratava de uma Fortificação e não de uma simples torre de sinalização.

A possibilidade daquela estrutura poder ser uma “cisterna” prende-se com o facto de, no seu interior, existir, virada para Oeste, uma pequena conduta que se encontra obstruída pela muita vegetação que, ao longo dos tempos se foi acumulando, dificultando desta forma a nossa percepção sobre a sua real função.

A “cisterna” possui um comprimento de 6.10 mts, uma largura de 2.70 mts e a sua profundidade média é de 2.10 mts. As suas paredes interiores encontram-se revestidas com uma camada de argamassa.

A densa vegetação, existente também no interior da “cisterna”, não nos permitiu fazer uma leitura completa das inscrições que se encontram na parede sul da mesma, além de outras indicações sobre as quais gostaríamos de obter maior informação, nomeadamente da já mencionada conduta.

As inscrições a que nos referimos podem assumir alguma importância uma vez que aquele local fica localizado, como já referimos, numa propriedade privada devidamente vedada. Tendo também em conta o difícil acesso, consideramos que não é um local normalmente visitável.<sup>71</sup>

Quanto aos vestígios dos três compartimentos encontrados a Norte da “cisterna”, pensamos que devem fazer parte de uma organização funcional da fortificação de Dom Framondo.

Trata-se de três compartimentos paralelos entre si, separados por restos de fundação com cerca de 0.15 mts de altura e cerca de 0.60 mts de largura, perfeitamente identificáveis na sua inter-ligação mas, como já referimos, a vegetação não nos permitiu perceber qual a sua ligação com a restante estrutura.

Parece-nos que esta estrutura deveria ter continuidade para Sul, no sentido da “cisterna”, e para Oeste, no sentido da muralha mais bem preservada, mas não podemos avançar muito mais nestas considerações, uma vez que nos cabe relatar aquilo que se apresentou perante a nossa visita e que se encontra visível a qualquer pessoa que visite aquele local e não aquilo que, apesar de ser lógico acontecer/existir, não conseguimos visualizar.

Ainda assim, e apesar das dificuldades já enunciadas, tentámos recriar a estrutura existente no Cabeço da Guarita, local onde se encontra, como já identificámos, a Fortificação de D. Framondo.

Nesta composição gráfica<sup>72</sup> não se deve relevar a topografia do terreno exterior à fortificação, apesar de termos tentado aproximar os declives o mais próximo da realidade.

(71) – Segundo informações da Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> Alexandra Gouveia, responsável de produção da empresa mencionada, já há anos que ninguém subia àquele monte antes da nossa visita.

No âmbito da nossa visita teve de se abrir por entre a vegetação um pequeno carreiro, trabalho efectuado pelos funcionários da empresa, o qual agradecemos. Só assim conseguimos chegar às ruínas da Fortificação de Dom Framondo.

(72) – Ver Composições gráficas em 3D da Fortificação de Dom Framondo, elaboradas por Ricardo Batalha Guincho, pp.136 a 138.

O facto de não se encontrar representada a restante estrutura virada a Este justifica-se pelo facto de não a conseguirmos visualizar, pelas razões largamente apontadas.

Resta-nos a esperança de que os restantes cubelos e o que resta da muralha ainda lá permaneçam, uma vez que o sítio onde se encontra implantada a fortificação é de difícil acesso, devido à robusta vegetação, e por não se terem observado indícios de derrocada da plataforma onde a fortificação se encontra implantada.

A visita ao local e a análise substanciada pelas imagens abaixo apresentadas permite-nos avançar com a ideia, sustentada, que a entrada na fortificação se faria por NE, no sentido da zona mais ampla da extinta lagoa da Pederneira.

Este facto parece-nos ser bastante sustentável na medida em que a fortificação encontra-se, como já foi referido, no cimo de uma pequena elevação. Essa elevação possui uma vertente bastante inclinada que se encontra virada a SE. A SO o acesso é impraticável, assumimos mesmo a possibilidade de nunca ter tido algum tipo de acesso, dada a verticalidade da vertente. A Oeste a inclinação é menos acentuada, mas a sua ligação à zona da muralha da fortificação é suficiente para que consideremos inviável esse acesso.

Em nossa opinião, e por exclusão de partes, o acesso virado a NE parece-nos bastante aceitável uma vez que reúne uma série de requisitos. A menor inclinação prolonga, naturalmente, a distância, mas torna-a mais suave e, conseqüentemente de melhor acesso.

Por outro lado, a inclinação do terreno, no interior da fortificação, possui um suave declive no sentido SO/NE.

Na falta de uma melhor sustentação, pelos motivos já apontados relacionados com a grande quantidade de vegetação, parece-nos de aceitar que a entrada para a Fortificação se faria a partir de NE, vindo da zona da lagoa da Pederneira.

É precisamente nessa zona que não parece existir qualquer vestígio da muralha que deveria estar virada a NE. Talvez, pela maior facilidade de acesso, possa ter sido dessa zona que o referido Padre Fr. Manoel Coutinho, em 1760, tenha retirado a maior parte da pedra que, segundo o relato apresentado anteriormente, terá destruído uma grande quantidade da estrutura.

Conforme fizemos com São Gião, não avançaremos com nenhuma datação específica sobre a época em que terá sido construída, considerando que as informações, tanto bibliográficas como as que advieram da nossa análise do local, são escassas para tal efeito.

A única comparação que poderemos estabelecer, mas apenas a título da tipologia construtiva, é com o Castelo de Alfeizerão que apresenta a mesma arquitectura nas suas muralhas.

É bastante semelhante à Fortificação de Dom Framondo, nos *cubelos* e na implantação rectangular que demonstra.

Contudo, também este castelo é fruto das mais variadas discussões sobre a sua temporalidade, colocando-nos na mesma posição em que partimos para a abordagem deste capítulo.

Segundo Mário Barroca «estes castelos roqueiros desconheciam a Torre de menagem, uma inovação que apenas seria introduzida com o castelo românico a partir do século XII, e deviam ignorar, igualmente os cubelos, fruto de uma engenharia militar mais desenvolvida e especializada.» BARROCA (1990/91:91).

Esta referência de Mário Barroca aos “cubelos” poderá alterar por completo a nossa percepção sobre a época de construção da Fortificação de Dom Framondo, uma vez que Borges Garcia, como já referimos, faz menção à existência desses elementos arquitectónicos na referida fortificação. No entanto, somos da opinião que a reconstrução daquela estrutura poderá colocá-la, assim como avançámos para São Gião, em vários espaços temporais, enquadrando períodos anteriores aos propostos, genericamente, por Mário Barroca.

É nesta confluência de ideias e necessidade de as aprofundar e sustentar que se considera que o local onde estão implantadas as ruínas da Fortificação de D. Framondo carece de um trabalho de arqueologia profundo, uma vez que os vestígios visíveis são em tal quantidade e continuidade que a execução desse trabalho viria a revelar não só a organização funcional da fortificação, como as elevadas probabilidades de encontrar alguns achados arqueológicos que possam identificar temporalmente a ocupação daquele espaço, o que em muito viria a enriquecer o conhecimento das questões do povoamento da área da lagoa da Pederneira e, consequentemente, perceber o papel da Fortificação de Dom Framondo no âmbito do sistema defensivo da lagoa da Pederneira até finais do século XII.

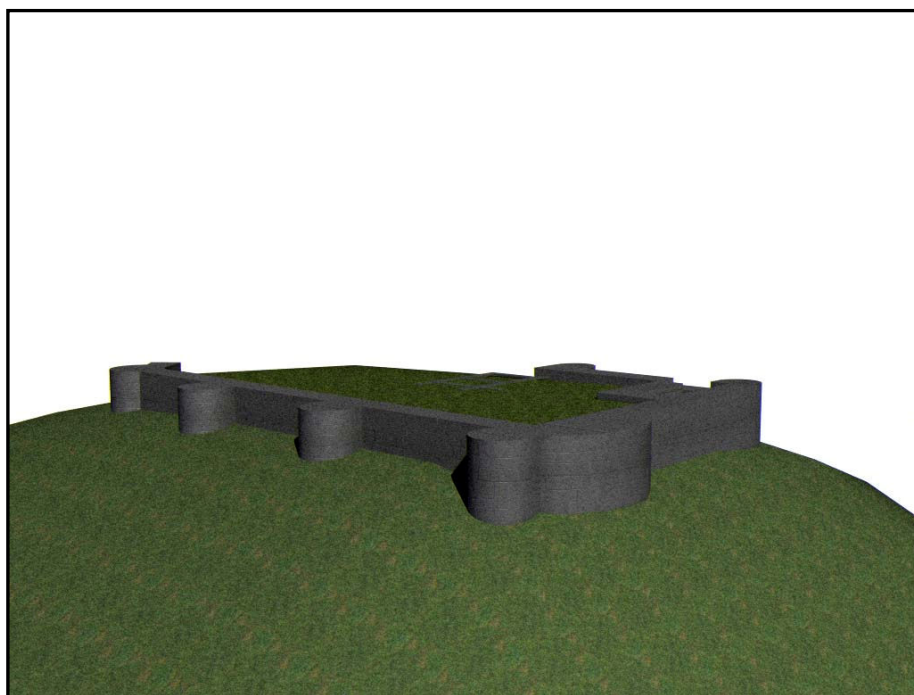


Figura Nº19 – Vista SO das Ruínas de Framondo.  
(Composição de Ricardo Batalha Guincho)

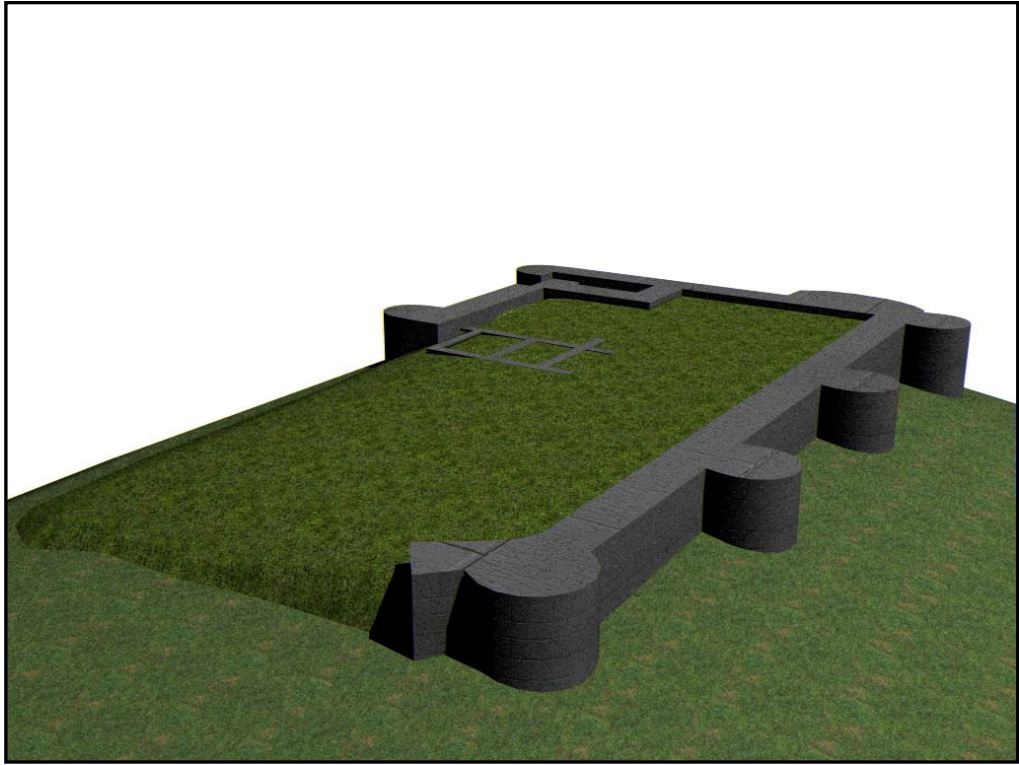


Figura Nº 20 – Vista Sul das Ruínas de Framondo.  
(Composição de Ricardo Batalha Guincho)

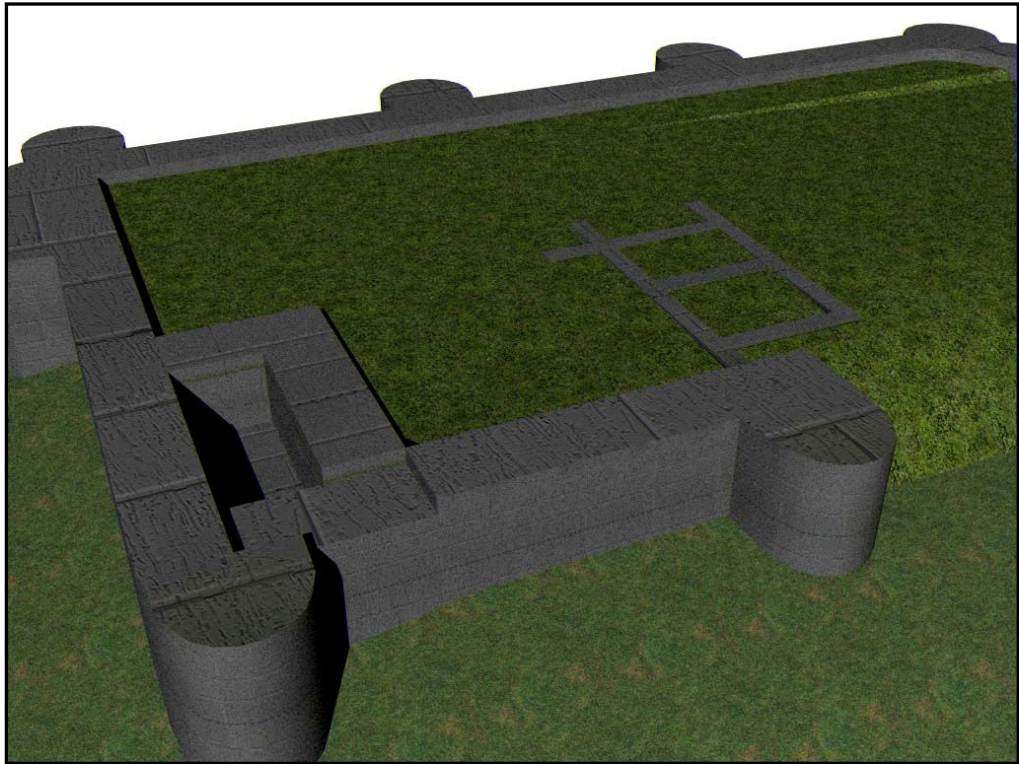


Figura Nº 21 – Pormenor da zona da Cisterna e dos compartimentos encontrados.  
(Composição de Ricardo Batalha Guincho)

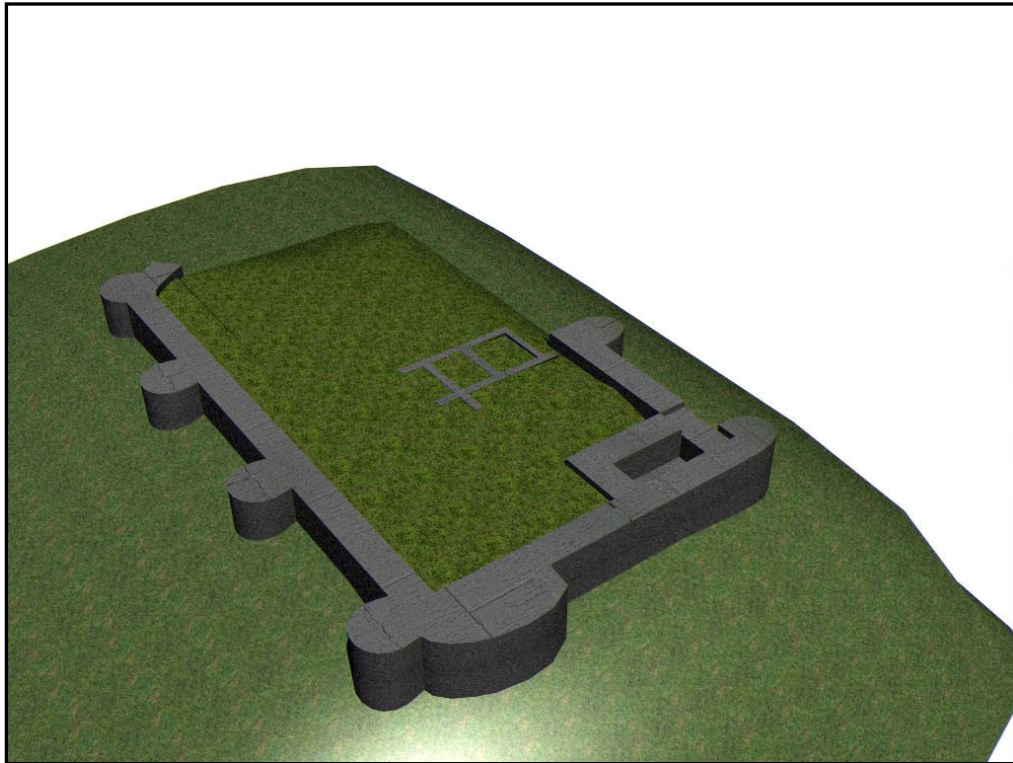


Figura Nº 22 – Vista geral de SO da implantação da Fortificação de Dom Framondo.  
(Composição de Ricardo Batalha Guincho)



Foto: 23 – Vista de SE do Cabeço da Guarita onde se encontra implantada a Fortificação de Dom. Framondo.  
Pode verificar-se a grande inclinação desta vertente (Foto: Carlos Fidalgo)

A Reconquista Cristã tem sido um assunto abordado por muitos historiadores, mas que continua a levantar muita discussão, uma vez que, na sua maioria, as fontes são muitas vezes contraditórias e tendenciosas, além da falta de trabalhos de arqueologia que podem conceder elementos mais concretos sobre datações, tipologias de ocupação e, por conseguinte, enquadramento de um determinado local na relação com a sua envolvente.

Pedro Gomes Barbosa resume de uma forma bastante clara esta problemática quando refere que sobre esta temática «a documentação não abunda, sobretudo no que diz respeito à formação islâmica, onde apenas podemos aproveitar algumas crónicas e relatos de geógrafos muçulmanos, e que as fontes literárias que têm servido para a análise da Reconquista devem ser vistas com alguma cautela, quando não com grande espírito crítico, já que estamos a lidar com um caso clássico de história escrita pelo lado vencedor.

A este facto junta-se o atraso da Arqueologia medieval no nosso País, que só agora começa a dar os primeiros passos.» BARBOSA (2008:19).

Segundo a nossa opinião, é essa a grande lacuna que existe e parece querer persistir na área que estamos a estudar e na temática que agora estamos a tentar explicar.

Enquadrando, em primeira instância, a lagoa da Pederneira no processo de Reconquista na Estremadura Litoral a partir do século IX deveremos perceber quais os acontecimentos que viriam a caracterizar esta zona como «uma zona de transição, como virá a funcionar no período medieval pós -Reconquista.» BARBOSA (1992:46).

Em finais do século XI «Coimbra era então o lugar mais importante da região a que já se começava a chamar Portugal.

O resultado da invasão muçulmana foi a ocupação da metade sul do actual Portugal, pouco mais ao menos até ao Mondego. Só esta parte do território ficou na posse duradoira dos mouros.

O resto, a parte norte, não conseguiram os reis asturianos, os quais só no século VIII começaram a reconquista, conquistá-lo definitivamente; sujeito a correrias do exército cristão, tinha sido completamente devastado e constituía uma zona fronteiriça deshabitada, uma “*terra nullius domini*”, que separava dois povos inimigos.

Na segunda metade do século IX inicia-se no norte uma colonização intensa que perdura durante quási todo o século X.

No fim do século X deu-se uma reacção: os árabes avançam até ao Douro, mais ou menos, devastando em várias incursões também o extremo norte de Portugal que ainda se conservava cristão. (...) Só depois dos meados do século XI Fernando Magno de Leão consegue recuperar o território perdido. O acontecimento primordial foi a tomada de Coimbra, que se costuma datar de 1064. Toda a metade norte de Portugal até ao Mondego tornou assim à posse defini-

tiva dos cristãos, enquanto a sul (onde se encontrava a lagoa da Pederneira) depois de uma incursão passageira por parte dos cristãos, permaneceu na posse dos mouros.

É esta situação militar que se conserva até ao primeiro terço do século XII.» ERDMANN (1939:6 e 7).

O período de tempo que decorreu entre a tomada definitiva da cidade de Coimbra e a conquista de Lisboa, (1064 – 1147) deixou esta zona onde se encontrava a lagoa da Pederneira num estado de terra de ninguém, ou, como refere Saul António Gomes: «Criara-se desta forma uma área de fronteira que ficava à mercê dos fluxos militares muçulmanos, como dos cristãos, e que constituía naquela fase um palco pouco propício para colonização, qualquer que fosse o grupo humano, dada a instabilidade provocada pelas constantes confrontações entre sectores inimigos.» GOMES (1995:27).

Isso mesmo parece defender Natividade quando aborda a presença árabe nas imediações de Alcobaça, zona que nos interessa em particular por questões óbvias.

Segundo Natividade «a diminuição das gentes nas terras de Alcobaça estende-se desde a queda do domínio romano até, pelo menos, à vinda dos monges de Claraval...» NATIVIDADE (1960:24).

Não parece haver grandes dúvidas, perante os relatos históricos, que a transição entre o domínio muçulmano e os finais do século XII terão sido tempos conturbados, onde a estabilização dos povos não se fazia devido à instabilidade militar, social, económica e religiosa vivida nesta zona, não querendo com isto dizer que não se fossem criando ou mantendo alguns núcleos populacionais que oscilariam consoante a alternância das investidas cristãs e muçulmanas, contrariando, desta forma, as várias teorias sobre o ermamento em particular desta zona que agora estudamos.

Esta questão do eventual ermamento é assunto já bastante debatido por vários historiadores. Ainda assim, releva-se o contributo de Pedro Barbosa sobre a tipologia da ocupação humana entre o Mondego e o Tejo, quando o autor refere que «o problema do ermamento de toda uma região até Lisboa (depreendemos que o autor se esteja a referir à zona entre o Mondego e o Tejo) não se pode reduzir à análise de uma pequena faixa, mais ou menos estável durante algum tempo. Aliás, é mesmo uma instabilidade temporária que nos leva a pensar que, não só esse território estava ocupado por alguns povoadores isolados mas, possivelmente, possuía uma linha de defesas que protegiam pequenas comunidades mais a sul, não apenas na serra, mas igualmente nas planícies costeiras e nas colinas argilosas da Estremadura Central.» BARBOSA (1992:73).

Concordamos, após consulta de várias fontes que abordam esta questão, que a zona da Estremadura Litoral não terá sido um local ermo, mas com uma tipologia de povoamento dispersa, implantada nas periferias da lagoa da Pederneira e Alfeizerão.

Entre outros locais, Natividade defende que «se dermos crédito à existência de um eremitério cristão nas terras de Alcobaça em pleno domínio mourisco (S. Gião), torna-se possível a permanência de povos cristãos ao tempo da conquista. Neste caso, e bem pouco numerosos deveriam ser, atendendo à vizinhança do castelo de Alfeizerão e da Torre de D. Framondo, é provável que se conservassem obedientes à facção vencedora, fossem quais fossem a sua origem e a sua religião.» NATIVIDADE (1960:26 e 27).

Por esta reflexão de Natividade, percebe-se que o Castelo de Alfeizerão e a Fortificação de Dom Framondo juntamente com outras estruturas vigilantes teriam um papel importante na fixação dos alternados conquistadores, Cristãos e Muçulmanos, que se debatiam pela posse das terras nesta zona da Estremadura.

Esta situação deveria acontecer não só nas imediações destes dois mares interiores mas também na actual lagoa de Óbidos e em todas as reentrâncias marítimas que existiam ao longo da costa Portuguesa, em particular da foz do Mondego para sul.

É nesse sentido que consideramos que a Fortificação de Dom Framondo deveria fazer parte de um sistema defensivo na lagoa da Pederneira onde se integrava a Norte, o Castelo de Leiria, a Este, o Castelo de Alcobaça a SE, a Sul, o Castelo de Alfeizerão e a fechar a cintura defensiva, o castelo de Óbidos.

Leiria, Alcobaça e Óbidos deveriam representar a cintura que assegurava a defesa litoral interior, embora não sendo a primeira linha defensiva a partir do litoral. Nesse caso estariam a Fortificação de Dom Framondo e o Castelo de Alfeizerão.

Sem prejuízo do que tem sido escrito ao longo dos tempos sobre as datações de edificação dos Castelos de Leiria e de Óbidos, interessa-nos em particular a abordagem às Fortificação de Dom Framondo, Castelo de Alfeizerão e o Castelo de Alcobaça uma vez que, segundo a nossa opinião, eram estas três estruturas que, salvo melhor opinião, serviam de defesa às duas lagoas, Pederneira e Alfeizerão.

O castelo de Alcobaça, na opinião de Jorge Larcher, terá sido «uma grande e forte fortaleza que servia não só de abrigo seguro aos moradores dos lugares circunvizinhos, como também de protecção aos frades do convento de Alcobaça, e com os castelos de Leiria, Pombal e Óbidos formavam uma linha avançada da defesa de Lisboa.» LARCHER (1933:18).

Naturalmente que se considera esta abordagem um pouco simplista, pelo que recorreremos aos trabalhos arqueológicos efectuados naquela estrutura para podermos sustentar a ideia de que o processo de reconquista viria a encontrar muitas estruturas, já edificadas, que terão sido

objecto de trabalhos de recuperação e remodelação pelos 1º (s) Reis Portugueses, Dom Afonso Henriques e Dom Sancho I.

Na Intervenção Arqueológica no Castelo de Alcobaça foi encontrado diverso material que contribuiu para perceber as várias ocupações humanas que o mesmo local teve ao longo dos tempos. Desde o Calcolítico até à 1ª metade do século XX, foram encontrados vestígios que, conforme refere o autor e arqueólogo, se revelam de «inegável valor histórico – arqueológico desta cultura material (...) reveste-se assim de uma enorme importância, na medida em que poderá vir a dar um contributo para a história de Alcobaça, nomeadamente para a história da região antes da instalação dos monges de Cister.» ANTÓNIO (2006:31).

Parece não haver dúvidas que terá sido erigido em época anterior à reconquista o que o coloca em igualdade temporal com o de Leiria e, como veremos, com os restantes que fariam parte da cintura defensiva da lagoa da Pederneira e Alfeizerão.

Quanto ao Castelo de Óbidos, parece ser também pacífica a sua tomada em 1148 por Dom Afonso Henriques, conforme nos transmite Larcher: «Entre os exemplares das fortalezas medievais tem lugar de relevo, apesar do seu estado de ruína, este velho castelo, que D. Afonso Henriques tomou aos sarracenos em 1148.» LARCHER (1933:147).

Contudo, encontramos mais versões de outros tantos autores sobre a edificação deste castelo.

São exemplo, entre outros, Vilhena Barbosa que refere que «a sua origem é inteiramente desconhecida, excepto se quiser pôr fé nas palavras do autor da Corografia Portuguesa (Padre António Carvalho da Costa), que atribui a sua fundação aos túrdulos e celtas 308 antes do N. C. A notícia mais antiga que se encontra desta povoação é a que diz respeito à sua conquista por el-rei D. Afonso Henriques.

Este monarca, depois de se ter assenhoreado de Santarém, Lisboa e muitas outras terras acasteladas da Estremadura, cercou e tomou de assalto aos mouros o castelo de Óbidos, em 1148. Como era uma posição forte pela natureza e pela arte, cuidou imediatamente o vencedor de assegurar a conquista, fazendo reparar a fortaleza, e povoar de novo a vila, que os sarracenos tinham abandonado.» BARBOSA (1860:97).

O castelo da Póvoa de Cós é o que nos levanta mais dúvidas sobre a sua temporalidade e função, uma vez que desapareceu por completo dando lugar a uma moradia de dois andares e um conjunto anexos, situação que observamos “*in loco*”.

Já Borges Garcia parece ter a mesma percepção dos acontecimentos embora com um intervalo temporal, entre o seu trabalho e o nosso, que poderá, na observação dos vestígios remanescentes, fazer toda a diferença.

O Castelo da Póvoa de Cós desapareceu por completo, tendo Borges Garcia relatado esse facto em 1967, quando afirma que no seguimento da sua pesquisa sobre o estudo «da presença do homem na área da Lagoa da Pederneira desde épocas mais remotas leva-me, sempre que posso a calcurrear [calcorrear] todos os caminhos velhos à procura de vestígios arqueológicos, documentos preciosos para a reconstituição das nossas mais remotas origens.

Por isso não foi obra do acaso o encontro do Castelo da Póvoa de Cós. (...) Visitei o local do Castelo onde o Sr. António de Sousa Neto construiu em 1957 um lagar e uma eira.

Disse-me este Sr. Neto que, quando construiu o edifício, havia no local uma grossa parede – a muralha do Castelo – segundo nos afirmou, dentro da qual encontrou uma medalha ou moeda muito antiga. (...) Disse-me ter aproveitado o paredão antigo para fundamento de parte da obra, efectuada em 1957, e levou-me a ver algumas pedras empilhadas e que pertenciam a essas primitivas paredes.» GARCIA (1967:153 a 159).

Parece-nos que a menção ao aproveitamento de parte da estrutura do antigo castelo da Póvoa de Cós supõe que ainda exista possibilidade de, através de um trabalho de prospecção arqueológica, aferir das restantes estruturas dessa fortificação que nos é graficamente representada por Borges Garcia na figura seguinte.

O seu posicionamento geográfico permitia dominar as movimentações na zona a que chamámos no nosso 1º ponto, “Sector Interior da Lagoa.” Por seu turno a Fortificação de Dom Framondo tinha uma posição privilegiada sobre a zona norte da extinta lagoa da Pederneira.

Mais complexa parece-nos a função da Fortificação de Dom Framondo e do Castelo de Alfeizerão, ainda que em termos de áreas sejam semelhantes e maiores que o de Alcobaça que tem 700 m<sup>2</sup> contra os cerca de 800m<sup>2</sup> de Dom Framondo e do Castelo de Alfeizerão, facto que poderá ser pertinente na importância estratégica destas estruturas defensivas na defesa das duas lagoas em causa.

Se em relação ao Castelo de Alfeizerão as fontes consultadas parecem também deambular entre 1147 e 1148 para a tomada deste castelo aos mouros, já sobre a Fortificação de Dom Framondo, as fontes não nos indicam mais do que o que expusemos no ponto 2.4.1.

Relevamos, em relação ao Castelo de Alfeizerão, a informação sobre o seu estado após o terramoto de 1755: «*No terremoto do primeiro de Novembro de mil setesentoz e sincoenta e sinco teve o dito castello muita ruína, chahio muita parte, mas sempre lhe ficaram bastantes torrez illezas...*» ALFEIZERÃO (1758:469).

Sobre o que terá acontecido após este relato, as fontes revelam-se omissas, pelo que não tecemos qualquer opinião sobre os acontecimentos que levaram à queda das torres que ainda perduraram após o terramoto de 1755.

Este castelo encontra-se, na sua história, ligado a uma lenda que acaba por determinar o elevado grau de cautela que deveremos ter na tentativa de um enquadramento temporal do mesmo.

Larcher refere, baseado em fontes mais antigas, que a «antiga vila de Alfeizerão, no couto do convento de Alcobaça, diz-se que foi fundada em 714 pelos árabes.» LARCHER (1933:37).

Mais do que esta informação, que poderemos aceitar embora com muitas reservas dada a falta de informação documental e arqueológica que possam atestar tal facto, temos a referência por parte de vários autores a uma lenda que não iremos incluir neste nosso trabalho por a considerarmos despropositada e em nada contribuir para o desenvolvimento desta temática.

Parece-nos, apesar de algumas questões duvidosas, que os castelos de Alcobaça, Alfeizerão e, permitindo-nos conjecturar, o Castelo da Póvoa de Cós terão desempenhado uma função de vigilância e defesa da lagoa da Pederneira e Alfeizerão, naturalmente incluindo os terrenos localizados a Nascente, Sul e Norte desses mares interiores.

Natividade defende que «conquistados os dois redutos de Alcobaça e Alfeizerão, por parte de Dom Afonso Henriques, e levados os mouros de vencida, nada mais ficava do que os escombros de reduzidas e arrasadas povoações, ao abandono, terrenos que pacientemente tinham sido desbravados e cultivados em tempos anteriores.» NATIVIDADE (1960:26).

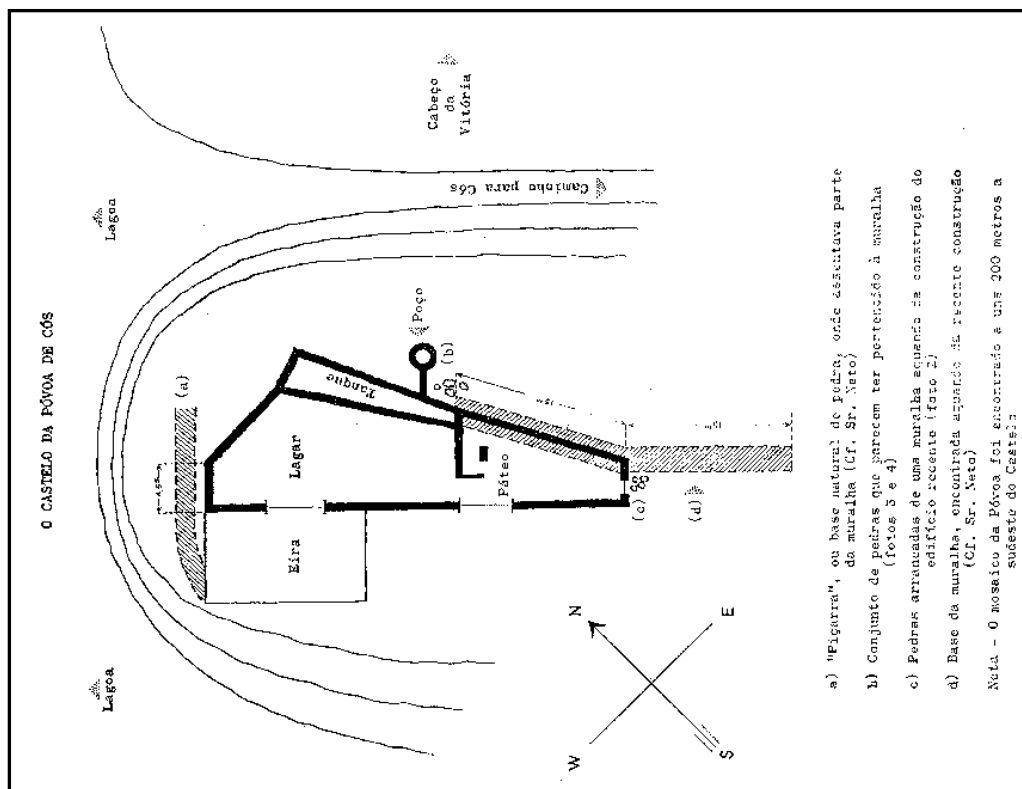


Figura Nº 23 – Levantamento das muralhas do que resta do antigo Castelo da Póvoa de Cós já com as construções, a que Borges Garcia se refere terem sido, executadas sobre parte da estrutura do referido Castelo. (levantamento de Borges Garcia)

Os factos parecem apontar para a existência destas estruturas defensivas antes da chegada, vinda de sul, das forças cristãs, o que poderá contribuir para um enquadramento, em termos de ocupação da área da lagoa da Pederneira e Alfeizerão, pelo menos até ao ano de 1148 pelos mouros.

Nesse sentido as estruturas defensivas de que falámos, os castelos e a fortificação de Dom Framondo, podem, conjecturalmente e à luz dos relatos, serem consideradas anteriores à Reconquista nesta zona da Estremadura Litoral, o que nos remete para um período muçulmano e/ou visigótico, ganhando desta forma alguma credibilidade as datações, apriorísticas e divergentes, de Natividade e Borges Garcia sobre a origem da Fortificação de Dom Framondo.

Pedro Barbosa refere que «o facto de não termos encontrado vestígios materiais da ocupação “visigótica”, em muitas das regiões, não é prova que estivessem desertas à chegada dos muçulmanos ou, o que é pior, à espera que a Reconquista chegasse para serem ocupadas pela primeira vez desde o período imperial.» BARBOSA (1992:74).

Contudo não deveremos esquecer o que escrevemos sobre a opinião de Mário Barroca e a inclusão dos cubelos e Torres de Menagem, apesar de se conjecturar sobre a reedificação e adaptação dessas estruturas aos novos povoadores que as ocuparam.

No entanto, não se fica por aqui a tipologia estrutural defensiva da lagoa da Pederneira e de Alfeizerão.

A referência à existência de torres e fachos nestas duas lagoas abre, mais uma vez, a discussão e a problemática entre as fontes literárias e os vestígios no terreno.

Os trabalhos de Vieira Natividade e Borges Garcia fazem referência à existência dessas torres e fachos, Fig. 24, que deveriam servir de sinalização não só para a navegação marítima mas possuindo também essa função de “alertar” as populações das incursões que poderiam vir por via marítima e por via terrestre.

É também com alguma cautela que abordamos esta temática. Conforme já fizemos referência aos esculcas, quando abordámos a época romana, assumimos que poderiam ser os antepassados dessas torres e/ou fachos.

A abordagem a este tema deverá passar, em primeiro lugar, pela diferenciação entre a etimologia da palavra “Torre” e a palavra “Facho”. “Torre” significa: “Construção alta e sólida que antigamente servia para a defesa; fortaleza”, enquanto que Facho significa “Archote; luzeiro; lanterna e numa aplicação marítima significa farol.”

A diferenciação no significado parece traduzir tipologias diferentes de construção e ou de facilidade de utilização.



De facto a menção à existência de um grande número de torres e/ou fachos de sinalização na lagoa da Pederneira, (ver Fig. 24), fez-nos percorrer todos os locais referidos por Natividade e Borges Garcia. Naturalmente que as dificuldades são bastantes: a localização exacta do local, a vegetação que, por vezes, não nos deixa progredir no terreno, a grande probabilidade de não existir qualquer vestígio físico da torre e/ou facho e, por fim, o desaparecimento ou alteração dos topónimos associados.

Como já referimos, visitámos todos os locais mencionados, perguntámos aos habitantes se conheciam alguns lugares que já não fazem parte da toponímia local, como é exemplo “Colmeias”, revelando-se infrutífera a nossa busca por vestígios de alguma dessas torres e/ou fachos.

Apenas detectámos, por indicação de um habitante de Valado dos Frades, uma estrutura que, pela sua localização e tipologia construtiva, nos permite conjecturar sobre a possibilidade de aquela ruína eventualmente poder ter sido uma dessas estruturas. Obviamente que a necessidade de uma prospecção arqueológica se torna indispensável para aquilatar dessa possibilidade.

O local encontra-se a uma altitude de 27 mts entre o terreno da “Mina” e a zona de entrada para Águas Belas. Trata-se de uma estrutura circular com cerca de 3.00 mts de diâmetro e com a pedra aposta a 45° sem vestígios de argamassa inter-ligante.

Não nos permitimos avançar mais nesta conjectura, apenas a sua localização e geometria construtiva nos levam, como já referenciámos, a colocar esta hipótese.



Foto Nº 24 – Pormenor da tipologia construtiva da ruína da estrutura circular encontrada em Valado dos Frades. De notar a colocação da pedra a 45°. (Foto: Carlos Fidalgo)



Foto Nº 25 – Vista lateral da ruína em Valado dos Frades. Alçado Poente.  
(Foto: Carlos Fidalgo)



Foto Nº 26 – Vista a partir da ruína para poente. Ao fundo a antiga entrada na lagoa, actual Ponte da Barca.  
A altitude de 27 mts, a que se encontra esta ruína, permite-nos ter uma visão bastante favorável dos campos do Valado.  
(Foto: Carlos Fidalgo)

Apesar desta eventualidade, para a qual se aguarda uma intervenção arqueológica, teremos, até pelas dificuldades a que já fizemos referência, de nos basear nas referências bibliográficas coevas que mencionam a existência dessas torres.

Brito Alão refere, em mais uma viagem que efectuou em inícios do século XVII com um peregrino, pelos campos a caminho de Valado dos Frades, que «*Ali naquele alto aonde parecem uma casas chamam o Velado, aonde assiste um religioso leigo com a fábrica destes campos. Disse o Peregrino: Mais ao diante parece que vejo um vulto grande, mas parece torre. Respondeu o Capitão: Foi do tempo dos mouros, quando estavam de posse destas terras, e junto a ela, por detrás daquela irmida que aparece, que é da invocação de Nossa Senhora da Piedade, vi debaixo da terra feitas casas com repartimentos e portois, que deviam ser desse tempo, e pera a parte direita daquela torre, está a vila de Alcobaça.*» ALÃO (2001:149).

Parece-nos que esta Ermida de Nossa Senhora da Piedade deveria situar-se nos terrenos onde hoje se encontram as Termas da Piedade a cerca de 500 mts para poente da EN 8-5 (Valado dos Frades – Alcobaça), entre os locais de Marmeleira e Lagoeira, local também conhecido por Pinhal da Torre.

O Padre António Carvalho da Costa, na descrição que nos dá da Vila da Maiorga, refere que: «*Tem esta Villa as seguintes quintas; a do Paul com sua herdade grande, que fica para o Norte: a quinta dos Pinheyros, que fica para o Poente, com huma Ermida de N. Senhora do Rosário (já desaparecida): a quinta da Esperança, que tem huma Ermida de S. Payo: a quinta da Torre, que fica para Poente, a qual he dos religiosos de Alcobaça, & tem hua Ermida de N. Senhora da Piedade...*» COSTA (1712:134).

Parecem-nos de crédito as descrições apresentadas, sendo que no local existe ainda hoje a Quinta da Torre, local que tivemos oportunidade de visitar, mas onde não conseguimos encontrar qualquer vestígio de algo que se assemelhasse a qualquer ruína de uma torre, nem mesmo as ruínas da Ermida descrita pelos dois autores citados.

A Quinta da Torre fica no cimo de um afloramento rochoso, no local onde se pensa ser o indicado pelos autores referenciados. O local possui uma altitude (cerca de 14 mts) acima do nível médio das águas do mar que, conjugado com a sua localização, poderia, no nosso entendimento, ser o local onde se encontrava a desaparecida Torre das Colmeias conforme também defende Vieira Natividade. NATIVIDADE (1960:102).

Uma outra referência é-nos dada também por Bernardo de Brito, à qual já fizemos referência neste trabalho, mas que consideramos importante repetir, uma vez que o diferente enquadramento assim o justifica.

Frei Bernardo de Brito, na sua Monarquia Lusitana, relata sobre a questão do assoreamento que: «*Apartada desta ermida de São Gião, quanto dous tiros de besta (cerca de 800 mts), esteve antigamente (uma) fortaleza, não muy sumptuosa (ao que se pôde julgar do sitio que occupava) a qual devia servir de faro, em que ouvesse lume de noite, pêra que as barcas, & navios de pescaria, attinassem o porto, por onde entrar, quando viessem de noite por aquella costa, que já no tempo dagora (final do século XVI), não admite em si embarcações de muyta conta, senão (uns) barcos pequenos, que sobem do mar por (uma) lagoa acima, & vão algum espaço subindo pello Rio que vem de Alcobaça, ficando as embarcações grades no mar alto defronte da villa da Pederneira, sem poderem entrar pella foz do rio, impedido com muytos baixios de area, que o contino movimento das ondas do mar, faz em toda aquella praya.*» BRITO (1597:245v).

Borges Garcia, sobre esta eventual torre e as restantes, refere que: «Nos tempos históricos e em certos pontos das margens, acendiam-se no alto das torres os fachos que, guiando a navegação, seriam certamente também postos de observação e vigilância. Está neste caso a Torre das Colmeias na Fervença e a *Torre* entre a Ponte da Barca e S. Gião.

Outras torres situavam-se nos altos, como a Torre de D. Framondo, no topo do Cabeço da Guarita na Quinta do Castelo e uma outra que existe certamente perto de Valado dos Frades e que guardaria a passagem da navegação na garganta Valado – Parreitas.» GARCIA (1963-1964:27).

Pedro Barbosa contribui também para esta problemática, embora num trabalho não coevo, mas mais recente e que, na nossa opinião, merece toda a nossa atenção na abordagem deste tema das torres e/ou fachos que terão existido na lagoa da Pederneira.

Segundo o autor: «Estas torres são as D. Framondo (de que restam poucos mais que fundações), de Alfeizerão (com planta e tamanho idênticos à anterior), da Póvoa de Cós (restam apenas escassos vestígios), do Bárrio (cuja localização foi por nós detectada no âmbito do levantamento da carta Arqueológica de Alcobaça, que estamos a executar (1992) em colaboração com a edilidade, da Pederneira (desaparecida), do Casal do Mota (na serra da Pescaria, c. da Nazaré, também desaparecida) das Colmeias (junto à Fervença, c. de Alcobaça, que julgamos ter detectado, no âmbito do levantamento acima referido, mas que só uma sondagem no local nos poderá dar uma resposta definitiva).» BARBOSA (1992:48:nota 22).

Sobre a torre do Bárrio consultámos os serviços técnicos da Câmara Municipal de Alcobaça e analisada a Carta Arqueológica do Concelho de Alcobaça não se encontrou qualquer referência/localização relativamente à torre referida, pelo que aguardamos pela publicitação desses elementos para um conhecimento que, com toda a certeza, irá valorizar bastante o estudo

deste assunto tão pertinente no âmbito do sistema defensivo da lagoa da Pederneira na época agora em estudo.

Contudo e apesar de serem locais óbvios para a localização de torres de vigilância, a sua não referência coeva coloca-nos algumas questões na legitimidade na abordagem a algo que apenas pode ser interpretado conjecturalmente.

Talvez a menção à destruição desse conjunto de torres, juntamente com outros imóveis que existiam à época, para o aproveitamento das «suas pedras (para) lastro aos navios» BRITO (1597:245:246) seja uma probabilidade a considerar no âmbito do seu desaparecimento.

Como já referimos, caminhámos por esses locais, inclusivamente subimos à zona da Serra da Pederneira e Casal do Mota, onde verificámos a existência de afloramentos, na zona da Serra da Pederneira, mas nada que nos indicasse os vestígios ruinosos de alguma torre ou outra qualquer edificação. No Casal do Mota sucedeu o mesmo, assim como na Serra do Bário e os restantes locais onde a menção à existência de torres e/ou fachos tem sido levada em conta.

Não queremos com isto dizer que não possam estar no meio da densa vegetação, mas até esses vestígios aparecerem, teremos de levar em conta apenas as descrições coevas que, na nossa opinião, são as que devem contribuir para uma indicação objectiva numa futura pesquisa no terreno de vestígios das Torres e/ou Fachos que os autores referem.

A Torre das Colmeias (Vestiaria), a Torre de São Gião, assim como uma referência a uma torre na Cela que nos é fornecida por Vieira Natividade, em que, segundo o foral daquela localidade, «os colonos da Cela eram obrigados a manter os fachos da Cela e Vestiaria, para indicarem, por meio de sinais, a entrada do antigo porto, e, em caso de perigo, vigiarem a chegada ou entrada de inimigos» NATIVIDADE (1960:66) são informações objectivas com as quais devemos contar e enveredar por um caminho de prospecção no futuro, no sentido de perceber a sua localização, através de vestígios inequívocos.

Apesar de todas estas questões sobre o numero de torres e/ou fachos existentes na lagoa da Pederneira não temos dúvidas que estas estruturas, em conjunto com os castelos e a fortificação de Dom Framondo, deveriam constituir um “apertado” sistema defensivo para quem pretendesse usar as águas da lagoa.

É ainda no contexto da Reconquista e da aceitação da lagoa da Pederneira, Alfeizerão e Óbidos, enquanto pontos altamente fortificados, que nos permitimos tecer algumas considerações sobre o relato de Osberno aquando a viagem para Sul da armada que viria a tomar Lisboa aos Mouros em 1147.

Perguntamo-nos porque terá aportado a Peniche e não na lagoa da Pederneira, que, com certeza, possuía mais condições para pernoitar. Talvez possamos levantar a hipótese de que

fosse pelo facto de a lagoa da Pederneira ainda viver um período de insegurança, com a presença muçulmana.

O facto é que Osberno, testemunha presencial, nem sequer fala deste mar interior, relatando a sua viagem desde o Porto da seguinte forma: «*No dia seguinte aportamos com felicidade à ilha de Peniche, distante do continente cerca de oitocentos passos.*<sup>73</sup> (...) *Ao longo do continente há, desde o Pôrto até esta ilha, rios e castelos. Há o castelo chamado de santa Maria (Feira), entre o rio Douro e um bosque, que dizem ser medicinal no inverno, e em cujo território repousa S. Donato, discípulo do Apostolo S. Tiago; depois do bosque encontra-se o rio Vouga, e mais adiante, sobre o Mondego, a cidade de Coimbra, além da qual fica o castelo de Soure; a seguir o de Montemor, depois o de Leiria, à margem dum rio que separa o bispado lisbonense do conimbricense, e adiante acha-se um bosque, que na linguagem deles se chama de Alcobaça, e em volta do qual se estende um vasto ermo que vem até ao Castelo de Sintra...*» OLIVEIRA (1935:38 e 39).

Não percebemos porque terá Osberno omitido, na sua descrição, portos de extrema importância à época como o porto das Paredes, o porto da Pederneira e o de Alfeizerão.

Segundo Saul António Gomes: «O povoamento de algumas zonas do futuro couto de Alcobaça iniciou-se, de facto, antes de 1153<sup>74</sup>, mas depois de 1135, como referimos. Uma inquirição datável criticamente de cerca de 1193, pois que se refere aos dízimos e mortuárias colhidas por Alcobaça desde a sua fundação e até aos últimos quarenta anos, e que St<sup>a</sup> Cruz de Coimbra reclamava como direito seu. (...) O processo refere-se à Granja da Pescaria (na serra do mesmo nome, a sul da Pederneira) e ainda ao lugar da Concha (de S. Martinho do Porto).

Argumentava-se que, antes de Alcobaça ter sido fundada e o seu couto estabelecido, a Granja da Pescaria era de St<sup>a</sup> Cruz de Coimbra tendo-lhe sido retirada por D. Teresa, por autoridade de seu pai D. Afonso Henriques (...) a fim de ser coutada ao Mosteiro de Alcobaça.» GOMES (1995:38:39).

Talvez não fosse mais seguro para a armada que rumava a Lisboa aportar numa destas lagoas, preferindo a estadia numa ilha, Peniche.

Se tomarmos como correctas as datas avançadas para a Reconquista de Óbidos e Alcobaça, 1148, verificamos que em 1147 esta zona ainda estaria sob o domínio muçulmano, o que justifica a estadia em Peniche, segundo a nossa opinião.

---

(73) – De notar que, segundo Osberno, Peniche era uma ilha que estava ligada ao continente por um extenso areal com 800 passos, cerca de 1200 metros.

(74) – Ano de fundação de Alcobaça, segundo vários historiadores.

O relato de Osberno transmite-nos que muita coisa foi omitida, por exemplo, o facto da armada ter deixado a zona litoral de Alcobaça e recomeçar o seu relato dos acontecimentos precisamente em Sintra, muito a sul, deixando muita informação da costa portuguesa no esquecimento.

Exemplo paradigmático desse “esquecimento” é o próprio Castelo de Óbidos que, como já mencionámos, terá sido tomado aos mouros em 1148.

Se tal facto aconteceu, a tomada, como refere Jorge Larcher, entre outros, era porque ele já existia e, na nossa opinião, a altitude a que o mesmo se encontra implantado assim como a distância ao Oceano contribuem para a não compreensão da omissão daquele castelo por parte de Osberno.

Podemos, a título de mais um exemplo, mencionar o próprio castelo de Alcobaça. Não foi mencionado por Osberno. Se tomarmos, como achamos que sim, em consideração os resultados dos trabalhos de arqueologia já referidos neste castelo, por que é que Osberno descreve o actual local de Alcobaça como “*um bosque, que na linguagem deles se chama de Alcobaça...*”?

Osberno, enquanto testemunha presencial de um acontecimento que viria a marcar a história de Portugal, parece-nos ser pouco “criterioso” no relato, levando-nos a considerar o seu discurso algo “fantasista” e tendencioso, não contribuindo dessa forma para a total credibilidade do mesmo.

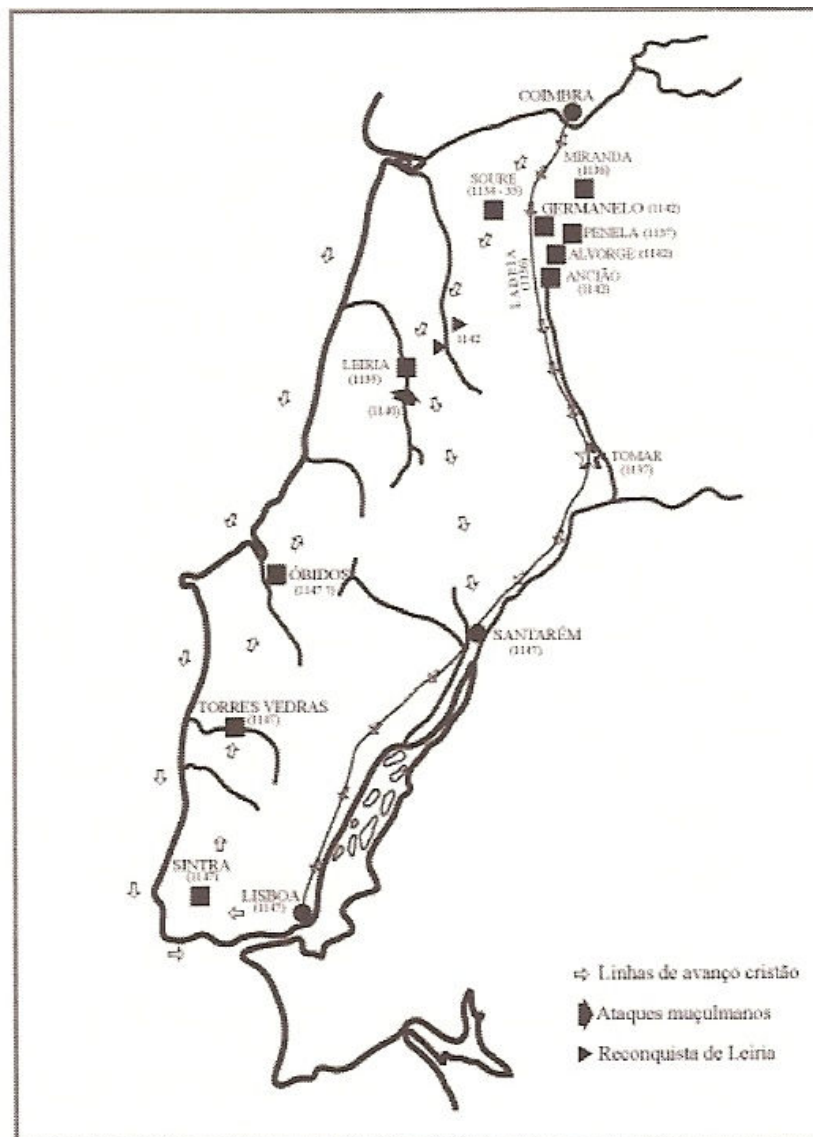
Será que Osberno omitiu propositadamente os locais que estavam sob alçada dos Muçulmanos, majorando apenas aqueles em cujo território El Rei Dom Afonso Henriques tinha sob a sua alçada?

Parece-nos muito provável esta nossa conjectura que encontra sustentação na opinião do próprio tradutor, quando coloca algumas dúvidas durante o relato de Osberno: «Não creio que o autor (Osberno) desta carta tomasse nota apenas do que via ao correr ao longo da costa portuguesa. (...) Veja-se como ele dá o rio Liz como limite dos bispados de Lisboa e Coimbra. Veja-se o cuidado que ele tem em ocultar as queixas do cruzado Guilherme Vítulo contra D. Afonso Henriques.» OLIVEIRA (1935:39 e 40).

Parecem pertinentes as dúvidas colocadas ao relato de Osberno.

Parece-nos, contudo, que a Torre de Dom Framondo, a que chamámos Fortificação, ao longo deste ponto, juntamente com as estruturas mencionadas, poderá ter tido um papel retardador no processo de Reconquista de Norte para Sul, obrigando desta forma, e como parece ter acontecido, a que a investida de Dom Afonso Henriques a Lisboa fosse feita por via marítima e via terrestre parecendo evitar as zonas lagunares da Estremadura Litoral.

Isso mesmo parece demonstrar o mapa que Pedro Barbosa nos apresenta sobre as “campanhas de Afonso Henriques na Estremadura.”



Mapa N° 25 – «Campanhas de Afonso Henriques na Estremadura» BARBOSA (2008:136)

Nota-se o afastamento do percurso terrestre para sul das três zonas lagunares existentes, Pederneira, Alfeizerão e Óbidos e, posteriormente, já junto ao Tejo, a confluência das duas forças, a terrestre e a marítima.

Note-se que Pedro Barbosa refere que «no início, antes da ocupação da fortaleza de Leiria em 1135, os perigos viriam do sul, dos povoadores muçulmanos da região estremenha, sobretudo daqueles que se encontrariam à sombra das fortificações da região alcobacense e da fortaleza de Abdegas (Ourém).» BARBOSA (2008:134).

Após a tomada de Lisboa o circuito dos conquistadores cristãos é inverso e aproxima-se, por terra, mais junto ao litoral, onde em 1148 se conquistam os redutos de Óbidos e Alcobaça, conforme já foi referido.

Parece-nos, contudo, que esta zona, mesmo após 1148, ficaria numa situação de pouca estabilidade social, não conquistada definitivamente.

Os Monges de Cister, quando chegam, (1153) «ou encontram praticamente desertas as terras de Alcobaça, ou apenas povoadas com raros moçárabes.

A convenção, a necessidade, o próprio interesse teriam levado a uma pequena tolerância da parte dos cristãos que absolutamente careciam de braços e, sendo assim, vemos os monges iniciarem os seus trabalhos com recurso a escravos gratuitos.» NATIVIDADE (1960:27).

Também Pedro Barbosa parece concordar com esta hipótese quando refere que «a região entre Leiria e Óbidos, nomeadamente a que vai ser ocupada pelo futuro couto de Alcobaça, tinha já povoações ou povoadores, antes do estabelecimento dos monges.» BARBOSA (1992:109).

Os povoadores muçulmanos, ao que tudo indica, convertidos ao cristianismo, que permaneceram nesta zona deveriam ser os habitantes desta zona antes e nos princípios da instalação do monges de Alcobaça.

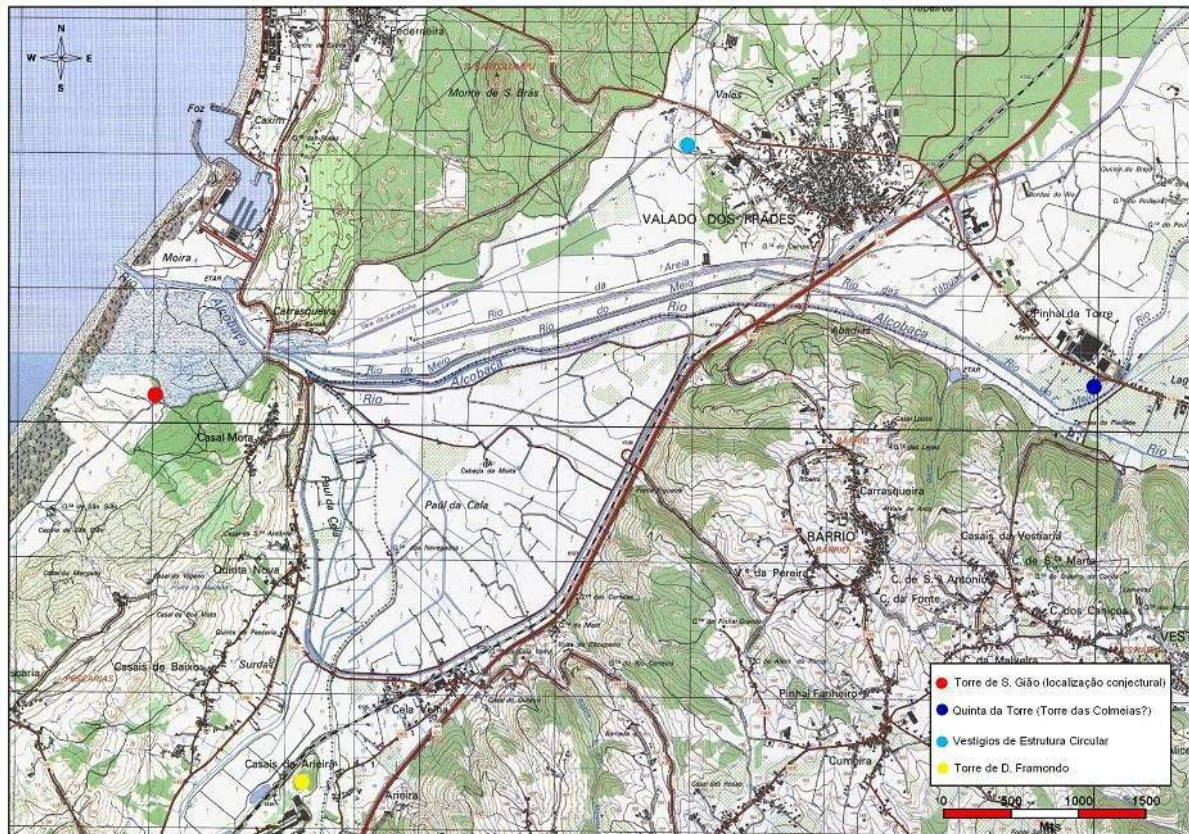
Talvez a permanência desses núcleos cristianizados possam ter sido os promotores, por questões de insatisfação, das investidas a Alcobaça em 1184 e 1195, como já fizemos referência neste trabalho.

Os castelos de Alfeizerão, Alcobaça, a Fortificação de Dom Framondo além das torres e/ou fachos terão sido estruturas que impediram esse avanço junto ao litoral mas, como refere Pedro Gomes Barbosa, após a reconquista desta zona a «propriedade régia vai estender-se sobre uma vasta área, com o centro em Alcobaça, o único com um castelo (o de Alfeizerão, com os seus quarenta metros, tantos quantos tem a Torre de D. Framundo, pode ser considerado dentro de um grupo das torres), e que por isso mesmo poderia ter feito o Rei reservar para si essa porção.»BARBOSA (1992:109).

Neste sentido e pelo acima exposto considera-se que no âmbito da Reconquista Cristã levada a cabo por D. Afonso Henriques, a área onde existiu a lagoa da Pederneira teve, na nossa opinião, esse papel retardador no avanço para sul das forças militares cristãs impedido, quem sabe, uma outra tática por ventura mais junto ao litoral no caminho para a conquista de Lisboa.

Como também verificámos, a existência de estruturas, pré século XII, dão-nos a possibilidade de conjecturar sobre a existência de um povoamento na área da lagoa da Pederneira que poderá ter sofrido diminuição e aumentos de povoadores, mas que, na nossa opinião e pelos dados apresentados, terá sido uma zona que não terá sofrido o tão discutido eramento entre o Baixo Mondego e o Tejo.

Parece-nos, desta forma, ser de aceitar o povoamento da área da lagoa da Pederneira entre o século V, até anterior, como tentámos provar, até ao século XII como um facto sustentável à luz dos dados apresentados.



Mapa N° 26 – Planta de Localização da torres e/ou fachos mencionados na bibliografia coeva e local onde se encontram as ruínas de uma base circular que consideramos ser de interesse estudar para aferir da possibilidade de estarmos perante uma das torres e/ou fachos da extinta lagoa da Pederneira.  
(Composição: Carlos Fidalgo)

## **Conclusão**

No estudo agora apresentado obteve-se uma série de informação que, pensamos, poderá vir a enriquecer o conhecimento sobre o povoamento da lagoa da Pederneira no período temporal analisado, séculos V a XII.

Em primeiro lugar foram abordadas as questões relacionadas com os processos geológicos que deram origem àquele local. Foram complementadas, de seguida, com informação recente e, cremos, que inédita, uma vez que não obtivemos conhecimento de que alguma vez se tenham feito prospecções geofísicas tão elaboradas que nos fornecessem indicações sobre a composição do subsolo da actual várzea da Nazaré.

Os relatórios dos estudos de impacte ambiental e das prospecções arqueológicas relativos às obras de construção das redes viárias que a atravessam em três locais, a A8, o IC-9 e a Variante à Nazaré, contribuíram para um enriquecimento, ou seja, para um maior e melhor conhecimento da composição geológica da lagoa da Pederneira.

Através da análise dessa documentação, ficamos a saber da existência de um vale que corre de Nascente para Poente com uma profundidade média de cerca de 30 metros, profundidade a que se encontra o substrato rochoso. Este vale deveria ter desempenhado um papel importante na entrada das águas marítimas na lagoa, que depois se distribuíam pela grande quantidade de outros vales e enguieiros que, neste momento, se encontram colmatados pelas areias, que durante o processo de assoreamento foram sendo depositadas, obviando assim à colmatação da lagoa da Pederneira.

Pudemos também verificar a existência de vestígios de ocupação humana no período temporal que nos propusemos abordar.

As vias e caminhos foram objecto da nossa análise, não deixando de percorrer os locais identificados na vária bibliografia consultada. A partir desses locais e dos achados arqueológicos que sabemos terem sido encontrados nesses espaços, avançámos com uma proposta de uma via/caminho periférico à lagoa da Pederneira, uma vez que consideramos justificável a relação entre os achados arqueológicos da época romana encontrados nesta zona e os locais que estavam, na sua maioria, identificados por vários autores. A nossa proposta de um caminho litoral que circundasse a lagoa fundamenta-se numa lógica seguida pelos mesmos autores. Os caminhos eram os meios que existiam para as comunidades se deslocarem e atingirem os locais onde pretendiam estabelecer-se e onde verificavam existirem condições de permanência. Nesse sentido, no nosso entendimento, não havia justificação para a existência de locais

conectados com a época romana na zona litoral da lagoa da Pederneira não se referindo, na bibliografia consultada, as vias ou caminhos que lhes permitiam o acesso.

Ainda durante o período romano, a nossa investigação levou-nos a um espaço temporal muito antes daquele que determinámos para este estudo, século II a.C. Podemos verificar que, apesar das dúvidas sobre esses relatos, relativamente a algumas fontes bibliográficas, estes são idênticos para outras zonas geograficamente distantes de São Gião. Foi o caso do lugar de Vale Bem-feito onde as semelhanças nos relatos bibliográficos nos fizeram crer que poderá ter existido uma ocupação romana na zona de São Gião. Não poderemos esquecer que os achados arqueológicos da época encontrados nesse local de São Gião reflectem isso mesmo. Apesar de existir a estação arqueológica de Parreitas, que como verificámos é a única escavada e estudada na área da lagoa da Pederneira, outros locais nos surgem como potenciais estações arqueológicas romanas. O local de Mina, de Águas Belas em Valado dos Frades e do Rossio da Pederneira, na Pederneira, são locais que deverão ser objecto de escavações arqueológicas, uma vez que qualquer um desses locais já forneceu vestígios da época romana, embora nunca tenham sido escavados. Alguns desses testemunhos encontram-se presentes no Museu Dr. Joaquim Manso na Nazaré e outros em Museu Nacionais, como o Museu do Carmo, onde se encontra exposto o túmulo da 9 Musas, atribuído à época romana e o Museu Nacional de Arqueologia, onde se encontra o Mosaico (romano) do Rei de Cós.

Tivemos o cuidado de identificar cartograficamente todos os locais que achámos pertinentes, onde se incluem os mencionados, uma vez que pensamos que se torna importante dar a conhecer à comunidade científica a localização desses espaços para que o conhecimento, fruto do que agora apresentamos, possa ser também uma mais valia na localização e informação desses locais, para que outros os estudem e possam dar seguimento ao nosso trabalho, assim como nós tentámos acrescentar algo aos anteriores.

Posteriormente, abordámos aquele que consideramos ser o período temporal mais difícil de analisar, do século V ao século XII. Os vestígios arqueológicos da época pós romana, nomeadamente a época sueva, visigótica e muçulmana, não abundam na área do nosso estudo, remetendo a nossa investigação para apenas duas estruturas que considerámos importantes: a igreja de São Gião e a Torre de Dom Framondo, que como dissemos, se localizam na freguesia de Famalicão, Concelho da Nazaré.

A igreja de São Gião tem sido objecto de variados estudos, no âmbito da história da arte, pelas evidências que ainda apresenta na sua parte artística, entre as quais, as impostas os capitéis e sobretudo, por causa de um elemento estrutural e funcional que é a Iconóstase.

Tentámos fazer uma abordagem do ponto de vista do povoamento daquele local no período que se mencionou através de documentação com origem em trabalhos de historiadores dessas épocas e dos trabalhos de arqueologia levados a efeito pelo Dr. Borges Garcia e, mais recentemente, pelo Dr. Luís Fontes. Apesar de termos feito uma pesquisa exaustiva na bibliografia mais antiga, séculos XVI, XVII e XVIII, as incongruências dos relatos não possibilitaram uma maior clarividência em relação ao seu povoamento durante o século X e o século XII.

Se em relação à época visigótica parece ser unânime que a Igreja de São Gião possui, no seu interior, elementos construtivos e decorativos que a remetem para essa época, já em relação à época muçulmana as evidências reduzem-se a referências bibliográficas baseadas, quase na sua totalidade, nas questões dos topónimos de algumas localidades.

Baseados no trabalho de Borges Garcia, visitámos essas ruínas e pudemos verificar a existência de estruturas que não eram conhecidas. Relevamos esse facto no nosso estudo, acreditando que é uma mais valia para o conhecimento daquele local e um incentivo para um estudo arqueológico que nunca foi feito naquele lugar, referimo-nos à torre de Dom Framondo a que apelidámos Fortificação de Dom Framondo pelas razões evocadas.

Sobre estes espaços temporais apresentámos, sempre que nos foi possível, um conjunto de informação que se encontra estruturada em fichas de inventário, onde constam objectos da época romana, que se encontram no Museu Dr. Joaquim Manso e no Museu Santos Rocha na Figueira da Foz, e alguns fragmentos cerâmicos encontrados em São Gião que estão na posse de um particular, além de uma peça inédita, fragmento de uma imposta, recolhida em São Gião por um particular.

Na tentativa de fazer o mesmo para a época visigótica, vimo-nos impossibilitados pela falta de achados arqueológicos dessa época que pudéssemos incluir nessas fichas de inventário. Por tal motivo, compilou-se uma quantidade de informação sobre São Gião e fez-se uma apresentação das peças escultórias e das estruturas funcionais, como a já mencionada Iconóstase.

As dúvidas com que iniciámos este trabalho acabam, salvo raras excepções, por persistir, perante a falta de uniformidade da bibliografia consultada e das várias visitas que efectuámos ao local. Consideramos que esse estudo seria um grande contributo, também, para o conhecimento das fases de ocupação humana que passaram por aquele local.

A sua antiguidade reflecte todas as influências dos povos que a utilizaram, desde pelo menos a época romana, até ao século XVIII, altura em que temos conhecimento de que foi encerrada.

Apesar destas dificuldades consultámos registos bibliográficos que atestam a presença humana a partir do século V até ao século XVIII, cumprindo desta forma com o objectivo do nosso trabalho, provar o povoamento na área já amplamente referida.

A área da lagoa da Pederneira possui um grande potencial arqueológico ainda por descobrir. Locais como os que abordámos devem ser objecto de prospecções arqueológicas para que o património arqueológico que possa existir, hoje “escondido” pelas areias que ao longo dos tempos se foram acumulando, possa vir a ser descoberto, estudado e divulgado, aumentando desta forma o Património Arqueológico do país, em geral e do Concelho da Nazaré e/ou Alcobaça, em particular.

A lagoa da Pederneira, apesar do seu grande historial, encontra-se numa espécie de limbo no conhecimento dos locais e dos que visitam a Nazaré. Deveriam ser equacionados percursos explicativos, centros de interpretação, com visitas aos locais que mais marcaram a actividade daquele “mar interior”, para se dar a conhecer essa sua história. Este projecto, que apresentamos, é sustentável no âmbito de um protocolo entre a Câmara Municipal da Nazaré e Câmara Municipal de Alcobaça, entre outras entidades.

O local de São Gião encontra-se completamente abandonado. Após a intervenção que sofreu para a colocação da nova cobertura de protecção, nada mais aconteceu, devendo ser equacionada a sua recuperação assim como a instalação de um centro interpretativo que conjugue o Património Edificado que é São Gião, o Património Natural, que se nos apresenta nos sistemas dunares e na Serra da Pescaria e, por fim, a abertura ao conhecimento geral das antigas salina de São Gião, junto à actual foz dos rios Alcoa e Baça.

O património não tem dimensão, como tal a Igreja de São Gião é mais antiga, por exemplo que o Mosteiro dos Jerónimos, que o Mosteiro de Alcobaça e/ou Batalha. Sendo assim, não deverá ser esquecida por quem detém a responsabilidade/titularidade da preservação da mesma.

Este trabalho tem, também, esse objectivo, o de dar a conhecer a história da área da lagoa da Pederneira, complementando os estudos já elaborados, para que os responsáveis possam utilizar esse património cultural em favor das populações residentes e de quem nos visita.

A responsabilidade que temos na preservação do património, devemos-la não tanto a nós próprios, mas acima de tudo, às gerações futuras.

## Bibliografia

---

ALÃO, Manuel de Brito, (2001) – *Antiguidade da Sagrada Imagem de Nossa Senhora de Nazaré*, Lisboa, Edições Colibri/Confraria de Nossa Senhora da Nazaré.

ALARCÃO, Jorge de, (1983) – *Portugal Romano*, Editorial Verbo.

ALARCÃO, Jorge de, (1990) – O Domínio Romano. Portugal das Origens à Romanização. *Nova História de Portugal*, Vol. I., Lisboa.

ALMEIDA, D. Fernando, (1962) – Arte Visigótica em Portugal, *O Arqueólogo Português*, Lisboa, Nova Série IV, pp. 07 a 278.

ANTÓNIO, Jorge, (2006) – Intervenção Arqueológica no Castelo de Alcobaça. Campanhas de 2002-2004, *Al-Madam*, IIª Série. 14, pp. 23 a 32.

ANTUNES, Ana Sofia Tamissa, (2008) – A Oficina Vítrea de Parreitas: Contributo para o conhecimento da produção de vidro na Lusitânia durante a Antiguidade Tardia. *A região de Alcobaça na época Romana. A estação arqueológica de Parreitas (Bárrio)*, Alcobaça, pp. 156 a 287.

BARBOSA, Inácio de Vilhena, (1860) – *As Cidades e Vilas da Monarquia Portuguesa que tem brasão de armas*, Vol II, Lisboa.

BARBOSA, Pedro Gomes, (1990) – O Medievalista e a Arqueologia (Reflexões sobre o caso português), *Revista ICALP*, vol. 19, pp.109 a 121.

BARBOSA, Pedro Gomes, (1992) – *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.

BARBOSA, Pedro Gomes, (2008) – A estação arqueológica de Parreitas (Bárrio, Alcobaça). *A região de Alcobaça na época Romana. A estação arqueológica de Parreitas (Bárrio)*, Alcobaça, pp. 14 a 19.

BARBOSA, Pedro Gomes, (2008) – *Reconquista Cristã. Nas origens de Portugal (Séculos IX – XII)*, Lisboa, 1ª Edição, Êsquilo Edições e Multimédia, Lda.

BARGÃO, Patrícia, (2008) – As Lucernas Romanas do Sítio Arqueológico de Parreitas. *A região de Alcobaça na época Romana. A estação arqueológica de Parreitas*, Alcobaça, pp. 52 a 60.

BARROCA, Mário Jorge, (1990/91) – *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico – (séc. IX a XII)*, *Revista Portugália*, Vol XI – XII, pp. 89 a 136.

BERNARDES, João Pedro, (1996) – *A Civitas de Collippo*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Universidade dos Açores, Ponta Delgada.

BERNARDES, João Pedro, (2005) – Entre Romanos e Medievos. O problema do povoamento da região de Leiria durante a Alta Idade Média, *Revista Arquipélago*, 2ª serie, IX, pp. 563-576.

BERNARDES, João Pedro, (2007) – *A Ocupação Romana na Região de Leiria*, Faro, Centro de Estudos de Património, Departamento de história, Arqueologia e Património, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.

BERNARDES, João Pedro, (2008) – A Lagoa da Pederneira. Porto Natural de Parreitas. *A região de Alcobaça na época Romana. A estação arqueológica de Parreitas*, Alcobaça, pp. 34 a 45.

BLOT, Maria Luísa, (2003) – Os Portos na Origem dos Centros Urbanos. Contributo para a Arqueologia das Cidades Marítimas e Flúvio-marítimas em Portugal. *Trabalhos de Arqueologia*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp.42 a 43.

BOAVENTURA, Frei Fortunato de S., (1827) – *Historia Chronologica, e Critica da Real Abadia de Alcobaça da Congregação Cisterciense de Portugal*, Chronista Geral da Ordem de S. Bernardo, Lisboa, Impressão Regia.

BRITO, Frei Bernardo de, (1597) – *Monarquia Lusitana*, Mosteiro de Alcobaça, I Parte, Livro Terceiro, Capítulo XI.

BURNS, Edward Mcnall, (1980) – *História da Civilização Ocidental*, Volumes, 1 e 2, Lisboa (Tradução de Alexandre Costa), Editora Globo, S.A.

CAMERON, Rondo, (2000) – *História Económica do Mundo. De uma Forma Concisa de há 30.000 anos até ao presente*, Mem – Martins, Publicações Europa – América.

CAPELO, Rui Grilo; MONTEIRO, José Augusto; NUNES, João Paulo Avelãs; RODRIGUES, António Simões; TORRALBA, Luís Filipe; VITORINO, Francisco Manuel, (1994) – *História de Portugal em Datas*, Lisboa, Edição do Círculo de Leitores.

CARDOSO, João Luís, (2002) – *Pré-História de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo.

CARVALHAES, José, (1903) – Antiquidades Romanas de Alfeizerão, *O Archeologo Português*, Vol: VIII, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 90 a 93.

CASTRO, Armando, (1975) – *A Evolução Económica de Portugal dos Séculos XII a XV*, 10º Volume, Porto, Editora Limiar – Actividades Gráficas, Lda.

CEBRIAN, Juan Antonio, (2002) - *La Aventura de Los Godos*, Madrid, La Esferia de los Libros.

COCHERIL, Dom Maur, (1989) *Alcobaça, Abadia Cisterciense de Portugal*, Lisboa (Tradução de Andréa Mansuy Diniz Silva e Colaboração de José Manuel Natividade Sanches Coelho), Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

COELHO, Laranjo, (1924) – *A Pederneira. Apontamentos para a História dos seus mearantes, pescadores, calafates e das suas construções navais no séc. XV a XVII*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa.

COSTA, Américo, (1943) – *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*, Volume VIII, Azurara, Vila do Conde, Typographia Privativa do Diccionario Chorographico.

- COSTA, Padre António Carvalho da, (1712) – *Corografia Portuguesa, e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal*, Tomo III, Lisboa, Officina Desladesiana.
- COSTA, Lino J. F. da, (1906) – Villa da Pederneira, *Revista Ocidente - Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 29º Anno, XXIX Volume, Nº997, 10 de Setembro pp. 194 a 195
- DIAS, J.M. Alveirinho, (2004) – A história da evolução do litoral português nos últimos vinte milénios, *Actas do Colóquio Evolução Geohistórica do Litoral Português e Fenómenos Correlativos*, Lisboa, Universidade Aberta, pp.157 a 170.
- DINIS, Jorge Leitão, (2005) – O Vale da Lagoa da Pederneira: Condicionantes Geológicas e Evolução do Diapiro das Caldas da Rainha, Comunicação apresentada durante o colóquio, *A Lagoa da Pederneira*, Nazaré, pp. 1a 2.
- ECOSSISTEMAS, Consultores em Engenharia do Ambiente, Lda. e UNAVE, Associação para a Formação Profissional e Investigação da Universidade de Aveiro. (2000) – *A8 – Lanço Caldas da Rainha/Marinha Grande, Relatório Final – Execução de Trabalhos de Prospeção Geofísica e sondagens Geomecânicas*.
- ENCARNAÇÃO, José D', (1993 – 1994) – Monumentos Epigráficos Romanos no Museu Dr. Santos Rocha (Figueira da Foz), *Conímbriga*, 32 – 33, pp.295 a 302.
- ERDMANN, Carl, (1935) – *O Papado e Portugal no Primeiro Século da História Portuguesa*, Coimbra, Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra.
- FABIÃO, Carlos, (1992) – O discurso da decadência e o epílogo da Romanidade Peninsular, in *História de Portugal*, Volume I, Coordenação de José Mattoso, Edição do Círculo de Leitores, Lda.
- FABIÃO, Carlos, (1994) – A Antiguidade tardia e a desagregação do Império, in *História de Portugal*, Amadora, Edição de Ediclube.
- FARIA, Padre Manoel Rodrigues, (1859) – *Descrição Topográfica, Histórica, Ecclesiastica do Bispado de Leiria*, dedicada ao Senhor Bispo d'esta Diocese, D. Joaquim Pereira Ferraz, pelo Padre Manoel Rodrigues Faria, Cura na Freguezia da Vieira Leiria, Typographia Leirien-se.
- FERREIRA, Maria Augusta L. Pablo Trindade, (2004) – *As Colunas de Ferro da Cozinha do Mosteiro de Alcobaça: Hipóteses para a solução de um enigma ainda por desvendar*, Edição ACD Editores.
- FIGUEIREDO, António, (2007) – Da Idade do ferro à romanização na Alta Estremadura – Primeira abordagem, *Barlia – Revista Científica sobre Ambiente e Desenvolvimento*, Nº3/4, Leiria, Edição Agência Portuguesa do Ambiente, pp. 109 a 126.
- FONTES, Luís Fernando de Oliveira, (2000) – PNTA/2000 – *Estudo Arqueológico de São Gião da Nazaré*, Trabalhos de Escavação, 14/02/2000 a 03/03/2000, IPA, Processo – S-00179, Relatório Aprovado.
- FONTES, Luís Fernando de Oliveira, (2001) – PNTA/2000 – *Estudo Arqueológico de São Gião da Nazaré*, Trabalhos de Valorização, 01/11/2001 a 30/12/2001, IPA, Processo: S-00179, Relatório Aprovado.

FONTES, Luís; MACHADO, André, (2010) – *São Gião da Nazaré: trabalhos arqueológicos: fase III – sondagens nos alçados e no solo: relatório final*, Braga, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

FONTES, Luís Fernando de Oliveira, (2005) – *PNTA/2000 – Estudo Arqueológico de São Gião da Nazaré*, Trabalhos de Sondagem, 08/08/2005 a 12/08/2005, IPA, Processo: S-00179, Relatório Aprovado.

GARCIA, Eduíno Borges, (1962) – Achados Arqueológicos em Famalicão da Nazaré. Do paleolítico ao Período Árabe. *Publicações do XXVI Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, Porto, pp. 235 a 253.

GARCIA, Eduíno Borges, (1963 - 1964) – As Torres e os Fachos na Lagoa da Pederneira (A Torre de Dom Framondo). *Arquivo de Beja, Volumes XX-XXI*, Beja, pp. 27 a 33.

GARCIA, Eduíno Borges ALMEIDA, Fernando de, (1966) – S. Gião: Descoberta e Estudo Arqueológico de um Templo Cristão -Visigótico na Região da Nazaré, Lisboa, Separata da revista *Arqueologia e História*, 8ª Serie, Vol. XII, pp. 339 a 350.

GARCIA, Eduíno Borges, (1967) As Torres e Fachos na lagoa da Pederneira – O Castelo da Póvoa de Cós, *Arquivo de Beja*, Beja, *Volumes XXIII-XXIV*, pp.151a 158.

GARCIA, Eduíno Borges, (1978) – São Gião uma Igreja Visigótica nos Coutos de Alcobaça, *Conferência proferida na ADEPA*, s.n.p.

GOMES, Saul António, (1995) – *Introdução à História do Castelo de Leiria*, Leiria, Edição da Câmara Municipal de Leiria.

GONÇALVES, Iria, (1989) – *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa.

HAUSCHILD, Theodor, (1986) – Arte Visigótica, *História da Arte em Portugal, I, Do Paleolítico à Arte Visigótica*, Lisboa, Publicações Alfa, p.149.

HELENO, Manuel, (1938) – Notícia de algumas ossadas humanas e cerâmica encontradas em Famalicão, (Nazaré: Estremadura), (1938), *O Arqueólogo Português, Vol II, 2ª Serie*, 1953, p.293.

HENRIQUES, Maria Virgínia, (1996) - *A faixa litoral entre a Nazaré e Peniche, Unidades geomorfológicas e Dinâmica actual dos Sistemas Litorais*, Évora, Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de doutor em Geografia na especialidade de Geografia Física.

HENRIQUES, Maria Virgínia e Jorge Dinis, (2006) – Avaliação do Enchimento Sedimentar Holocénico na Planície Aluvial da Nazaré – Estremadura Portuguesa, Évora, *Colóquio Ibérico de Geografia*, pp.1 – 16.

HUBNER, Emílio, (1871) – *Noticias Archeológicas de Portugal*, Lisboa, Editado pela Academia Real das Sciencias de Lisboa.

- LARCHER, Jorge das Neves, (1933) – *Castelos de Portugal – Distrito de Leiria*, Lisboa, Imprensa Casa da Moeda.
- MACHADO, Saavedra, (1989) – Nazaré: Marcas do Passado, *Catálogo de João Saavedra*, Nazaré, Edição do Museu da Nazaré.
- MACIEL, M. Justino, (1995) – In História da Arte Portuguesa: A Arte da Antiguidade Tardia (séculos III-VIII, ano de 711), Direcção de Paulo Pereira, I Volume, *Da Pré-História ao “Modo” Gótico*, Edição Círculo de Leitores.
- MACIEL, M. Justino, (2007) – Os Suevos na Galécia e na Lusitânia, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, vol. 15, Oeiras. Edição da Câmara Municipal de Oeiras, pp. 209 – 232.
- MANTAS, Vasco Gil, (1986) – Um Miliário de Adriano em Alfeizerão, *Revista Conímbriga*, XXV, Coimbra, pp.213-225.
- MANTAS, Vasco Gil, (1990) – As villae marítimas e o problema do povoamento do litoral português na época romana, in *Économie et territoire en Lusitanie romaine – Actes et travaux reunis et presentes par Jean – Gerard Gorges et Fº Germán Rodriguez Martín*, Collection de la Casa de Velázquez, Volume nº 65, pp. 135 – 156.
- MANTAS, Vasco Gil, (1996) *A Rede Viária Romana da faixa Atlântica entre Lisboa e Braga*, Dissertação de Doutoramento, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- MANTAS, Vasco Gil, (2007). As relações europeias do território português na época romana, in *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, vol. 15, Oeiras, Edição da Câmara Municipal de Oeiras, pp. 183 – 208.
- MARQUES, Oliveira, A. H, (1985) – *História de Portugal – Das Origens ao Renascimento*, Vol. 1, Lisboa, Pala Editores.
- MARTINS, Álvaro, Torre do Tombo, B-53-91, p. 49, in Viera Natividade. (1960) - *Mosteiro e Coutos de Alcobaça*, Alcobaça, Tipografia Alcobacense, Lda, p.102.
- MOREIRA, José Beleza, (2002) – *Cidade Romana de Eburobritium – Óbidos*, Porto, Coleção Ciência, Edição Nimesis.
- NATIVIDADE, Manuel Vieira, (1885) – *O Mosteiro de Alcobaça (Notas Históricas)*, Coimbra, Impresso na Imprensa Progresso.
- NATIVIDADE, Manuel Vieira, (1960) – *Mosteiro e Coutos de Alcobaça*, Alcobaça, Tipografia Alcobacense, Lda.
- OLIVEIRA, Dr. José Augusto de, (1935) – *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147)*, Narrada pelo Cruzado Osberno, testemunha presencial, Texto latino e sua tradução para português, Lisboa, Edição da S. Industriais da C.M.L.
- PEIXOTO, José Pinto, (1987) – *O Homem, O Clima e o Ambiente – I – O Sistema Climático e as Bases Físicas do Clima*, Lisboa, Edição do Gabinete de estudos e Planeamento da Administração do Território.

- DIAS, J.M. Alveirinho (2004) – A história da evolução do litoral português nos últimos vinte milénios, *Actas do Colóquio Evolução Geohistórica do Litoral Português e Fenómenos Correlativos*, Lisboa, Universidade Aberta, pp.157 – 170.
- PEREIRA, Ana Ramos, ANGELUCCI, Diego E., (2004) – Formações dunares no litoral português”, *Actas do Colóquio Evolução Geohistórica do Litoral Português e Fenómenos Correlativos*, Lisboa, Universidade Aberta, pp.221 a 256.
- PEREIRA, Paulo, (2009) – *Lugares Mágicos de Portugal – Arquitecturas Sagradas*, Edição do Círculo de Leitores e Temas e Debates.
- PINTO, Ana; MEIRELES, Fernanda e CAMBOTAS, Manuela Cernadas, (2006) – *Arte Portuguesa*, Porto, Edição da Porto Editora.
- PINTO, Arala, (1938) – *O Pinhal do Rei – Subsídios*, Vol.1, Alcobça, Edição do Autor.
- REEVES, Hubert, (1986) – *A hora do deslumbramento – Terá o universo um sentido*, Lisboa, Gráfica Barbosa & Santos, Lda, Edições Gradiva.
- REIS, Maria Pilar Miguel dos, (1999) – EIA – A8 – Sublanço Caldas da Rainha/Valado dos Frades, *Relatório aprovado dos trabalhos de acompanhamento arqueológico da A8*, Lisboa, IGESPAR. I.P.
- RIBEIRO, Orlando, (1970) – *Ensaio de Geografia Humana e Regional*, Lisboa, Livraria Sá da Costa.
- SANTOS, Frei Manoel dos, (1710) – *Alcobça Illustrada*, Coimbra, Na Officina de Bento Seco Ferreyra.
- SAA, Mário, (1960) – *As Grandes Vias da Lusitânia – O Itinerário de Antonino Pio*, Lisboa, Tomo III.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; PINA, Isabel Castro; ANDRADE, Maria Filomena; SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva, (2006) *Ordens Religiosas em Portugal – Das Origens a Trento – Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte.
- SOUSA, José Pedro de Saldanha Oliveira e, (1929) – *Coutos de Alcobça As Cartas de Povoação*, Lisboa, Composto e impresso na Tipografia Inglesa, Ltd.
- TAVARES, Maria José Ferro, (2004) – Os sinais dos tempos: Para o estudo do clima e do litoral português (séculos XII a XVI), *Actas do Colóquio Evolução Geohistórica do Litoral Português e Fenómenos Correlativos*, Lisboa, Universidade Aberta, pp. 451 a 515.

### **Fontes Manuscritas:**

---

C.N.S.N. – Real Casa de Nossa Senhora da Nazaré, Pasta 37, Maço 2, Documentos referentes ao Pinhal, Documento 23.

PEDERNEIRA. (1721) - *Noticias Remetidas Academia Real debaixo da Real protecção do muito alto, e muito poderoso Rei N<sup>o</sup> Sñr D. João 5<sup>o</sup>*, Leiria. Arquivo Distrital de Leiria.

CÓS. (1721) – *Noticias Remetidas Academia Real debaixo da Real protecção do muito alto, e muito poderoso Rei N<sup>o</sup> Sñr D. João 5<sup>o</sup>*, Leiria. Arquivo Distrital de Leiria.

PEDERNEIRA. [1702], O Visitador, Ant<sup>o</sup> Ribeiro de Figueiredo. In *Livro das Vizitas Desta Igreja de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> das Areyas da Villa da Pederneira*, Anno, 1591, pp.171 e 171v.

SALAZAR, António Almeida. (1842), *Memórias da Real Casa de N. Senhora da Nazareth – Offerecidas a N. Senhora e a todos os seus devotos, Tomo II*, Nazareth, pp.552 e 554.

### **Memórias Paroquiais:**

ALFEIZERÃO. Ano de 1758, O Prior e Vigário, Doutor, Manoel Thome, Arquivo Distrital de Leiria, pp. 465 – 472.

CELA. Ano de 1758, Vigário, Manoel Jozé da Silva, Arquivo Distrital de Leiria, (s.n.p.).

FAMALICÃO. Ano de 1758, Vigário, Manuel de (Mora?), Arquivo Distrital de Leiria (s.n.p.).

MAIORGA. Ano de 1758, Vigário, Manoel de Sousa Lima. (s.n.p.), Arquivo Distrital de Leiria.

PEDERNEIRA. Ano de 1758, Vigário, Ignácio Barboza de Sá. Arquivo Distrital de Leiria, pp.625 – 628.

PEDERNEIRA, Fundo da Santa Casa da Misericórdia da Pederneira, Serie “*Tombos de Propriedades*”, Arquivo Histórico da Confraria de Nossa Senhora da Nazaré, cx.12, Livro 43, Pasta 134, p.10.

### **Páginas electrónicas:**

---

[01] - [http://centro-geologia.fc.ul.pt/artigo.php?id\\_artigo=170](http://centro-geologia.fc.ul.pt/artigo.php?id_artigo=170) – (acedido em 29/06/2009)

[02] - [http://www.apgeo.pt/files/docs/CD\\_X\\_Colóquio\\_Ibérico\\_Geografia/pdfs/079.pdf](http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Colóquio_Ibérico_Geografia/pdfs/079.pdf) (acedido em 02/08/2009)

[03] - <http://www.igeoe.pt/utilitarios/coordenadas/trans.aspx> (acedido em 28/10/2009)

[04] - <http://pt.wikipedia.org/wiki/Faramundo> (acedido em 29/04/2010)

## Mapas e Figuras:

---

01: Carta Militar de Portugal. Instituto Geográfico do Exercito, Série M888, Escala: 1.25.000, Folhas; 306-B; 307; 316; 317, Lisboa, 2004.

02: Carta Militar de Portugal. Instituto Geográfico do Exercito, Série M888, Escala: 1.25.000, Folhas; 306-B; 307; 316; 317, Lisboa, 2004.

03: Gravura da Lagoa da Pederneira na Época Romana. In “*A Região de Alcobaça na época romana*”, Pedro Gomes Barbosa, p.39, Reprodução do original de Manuel Vieira Natividade, in “*Mosteiro e Coutos de Alcobaça*”, Impresso em Alcobaça na Tipografia Alcobacense, Lda., Alcobaça, 1960.

04: Carta Militar de Portugal. Instituto Geográfico do Exercito, Série M888, Escala: 1.25.000, Folhas; 306-B; 307; 316; 317, Lisboa, 2004.

05: Auto Estradas do Atlântico – A8 – Lanço Caldas da Rainha/Marinha Grande, Sublanço Caldas da Rainha/Valado dos Frades – km 0+000 a 19+600, Desenhos nº (s) 08CM/EES/407.01K/007;08CM/EES/407.01K/008;08CM/EES/407.01K/009;08CM/EES/407.01K/010, Agosto 2000.

06: IEP – Estradas de Portugal – EN-242 – Variante à Nazaré – Estudo Prévio, Estudo de Impacte Ambiental, Volume IV, Desenho Nº EN242.B.011.40.001, Folha ¼, Nº de Ordem 5/18Abril, 2009.

07: IEP – Estradas de Portugal – EN-242 – Variante à Nazaré – Estudo Prévio, Estudo de Impacte Ambiental, Volume IV, Desenho Nº EN242.B.011.40.001, Folha ¼, Nº de Ordem 5/18 Abril, 2009.

08: HENRIQUES, Maria Virgínia, (1996) – *A faixa litoral entre a Nazaré e Peniche, Unidades geomorfológicas e Dinâmica actual dos Sistemas Litorais*, Évora, Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de doutor em Geografia na especialidade de Geografia Física, Figura II-153.

09: CASAL, Padre. Frei João Vicensio, (1593) – *Planta do Sittio da Pederneira e do forte que nella propôs p Pe. Frei João Vicencio Casal a Dom João da Silva Conde de Portalegre e Capitaõ Geral do Reino de Portugal por S. Mag.<sup>des</sup> em 12 de Outubro de 1593*, Casa do Cadaval.

10: ALBERNAZ, Pedro Teixeira, (1634) - *El Atlas Del Rey Planeta*, Editorial Nerea, S.A., 2003, Tercera edición actualizada, San Sebastián, Impresió Cofás, Impreso en España.

11: LOUREIRO, Adolpho, (1904) – *Portos Marítimos de Portugale e Ilhas Adjacentes*, Atlas, E. III, Volume I, Lisboa, Imprensa Nacional.

12: Carta Militar de Portugal. Instituto Geográfico do Exercito, Série M888, Escala: 1.25.000, Folhas; 306-B; 307; 316; 317, Lisboa, 2004.

13: BERNARDES, João Pedro, (2007) – *A Ocupação Romana na Região de Leiria*, Centro de Estudos de Património, Departamento de História, Arqueologia e Património, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.

- 14: MONTEIRO, Eng.º Adriano, (1998) – Lagoas da Pederneira, Óbidos e Coutos, *II Jornadas de Cultura Marítima*, Nazaré, Não publicadas.
- 15: MANTAS, Vasco Gil da Cruz Soares, (1996) – *A Rede Viária Romana da Faixa Atlântica entre Lisboa e Braga* – Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- 16: Carta Militar de Portugal. Instituto Geográfico do Exército, Série M888, Escala: 1.25.000, Folhas; 306-B; 307; 316; 317, 326, 338 Lisboa, 2004.
- 17: MACIEL, M. Justino, (2007) – Os Suevos na Galécia e na Lusitânia, in *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, vol. 15, Oeiras, p.211.
- 18: Planta elaborada por Eduíno Borges Garcia das ruínas da Torre de Dom Framondo. GARCIA (1962:242).
- 19: Vista SO das ruínas de Dom. Framondo. Composição gráfica elaborada por Ricardo Batalha Guincho, 2010.
- 20: Vista Sul das Ruínas de Framondo. Composição gráfica elaborada por Ricardo Batalha Guincho, 2010.
- 21: Pormenor da zona da Cisterna e dos compartimentos encontrados. Composição gráfica da elaborada por Ricardo Batalha Guincho, 2010.
- 22: Vista geral de SO da implantação da Fortificação de Dom Framondo. Composição gráfica elaborada por Ricardo Batalha Guincho, 2010.
- 23: Levantamento das muralhas do que resta do antigo Castelo da Póvoa de Cós já com as construções a que Borges Garcia se refere terem sido executadas sobre parte da estrutura do referido Castelo. In GARCIA, Eduíno Borges, (1967) – *As Torres e Fachos na lagoa da Pederneira – O Castelo da Póvoa de Cós*, Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia.
- 24: Implantação das torres que marginavam a lagoa da Pederneira no período Neolítico. Adaptação do Eng.º Adriano Monteiro a partir do original de Manuel Vieira Natividade e dos contributos de Borges Garcia.
- 25 – Campanhas de Afonso Henriques na Estremadura in BARBOSA, Pedro Gomes. (2008) – “*Reconquista Cristã – Nas origens de Portugal (Séculos IX – XII)*”, Lisboa, 1ª Edição, Ésquilo, Edições e Multimédia Lda.
- 26: Carta Militar de Portugal. Instituto Geográfico do Exército, Série M888, Escala: 1.25.000, Folhas; 306-B; 307; 316; 317, 326, 338 Lisboa, 2004.

### **Ortofotomapas:**

01 – Foto aérea da zona da Foz do Rio Alcoa, onde se pode observar a referida foz e, sul da foz, a zona das antigas salinas. Gabinete S.I.G., Câmara Municipal da Nazaré, 2004.

02 – Foto aérea da directriz do IC-9, na zona de atravessamento da Várzea da Nazaré. Gabinete S.I.G., Câmara Municipal da Nazaré, 2004.

03 – Foto aérea da directriz do IC-9, na zona de atravessamento da Várzea da Nazaré. Gabinete S.I.G., Câmara Municipal da Nazaré, 2004.

04: Local de Mina, junto a Valado dos Frades. Possível local onde foi encontrado o sarcófago das 9 Musas. Gabinete S.I.G., Câmara Municipal da Nazaré, 2004.

05: Possível localização do afloramento onde poderão existir vestígios da Torre mencionada por Bernardo de Brito. Gabinete S.I.G., Câmara Municipal da Nazaré, 2004.

06: Área de Intervenção do Plano de Urbanização de Caixins Sul/São Gião. Divisão de Planeamento e Urbanismo da Câmara Municipal da Nazaré, Planta parcial, s/data. Gabinete S.I.G., Câmara Municipal da Nazaré, 2004.

07: Possível limite do local conhecido como “Rossio da Pederneira”. Divisão de Planeamento e Urbanismo da Câmara Municipal da Nazaré, Planta parcial, s/data. Gabinete S.I.G., Câmara Municipal da Nazaré, 2004.

### **Registos Fotográficos:**

01 a 02 – Levantamento fotográfico efectuado em Janeiro de 2008, pelo Eng.º Adriano Monteiro, em Famalicão, durante as escavações para a implantação de um edifício de habitação. (Foto: Eng.º Adriano Monteiro)

03 a 04 – Vista do interior e do sector litoral da várzea da Nazaré em 2003. (Foto: Eng.º Adriano Monteiro)

05: - Panorâmica do assoreamento da foz do Rio Alcoa em 2003. (Foto cedida pela Divisão de Infra-estruturas e Obras Públicas da Câmara Municipal da Nazaré)

06 a 09 – Levantamento fotográfico da zona da foz do Rio Alcoa efectuado nos dias 16/08/2009 e 23/08/2009. (Fotos: Carlos Fidalgo)

10 – Local onde foram encontrados os fragmentos de magnetite. Águas Belas; Valado do Frades. (Foto: Carlos Fidalgo)

11 – Fragmentos de minério encontrados em Águas Belas – (Foto: Carlos Fidalgo)

12 – Fragmentos de minério encontrados em Águas Belas – (Foto: Carlos Fidalgo)

13 – Fotografia da zona onde, Borges Garcia afirma estarem esculpidas as 3 palmas sobre pedra de calcário de tipologia romana. (Foto: Eng.º Adriano Monteiro)

- 14 – Pormenor das características construtivas da parede exterior norte da Nave Central da Igreja de São Gião. (Foto: Carlos Fidalgo)
- 15 – Pormenor da zona mais baixa da área adjacente à parede exterior norte da Nave Central da Igreja de São Gião. Zona não escavada. (Foto: Carlos Fidalgo)
- 16 – Vista de uma parte do terreno que é conhecido como “Rossio da Pederneira”. (Foto: Carlos Fidalgo).
- 17 – Vestígios de cerâmica que aparecem após uma escavação normal do terreno agrícola efectuada pelo agricultor. (Foto: Carlos Fidalgo)
- 18 – Vista de Parreitas desde o Rossio da Pederneira. (Foto: Carlos Fidalgo)
- 19 – Foto do Alçado NW e SW da igreja de São Gião. IPA\_ PT031011010010, Foto Nº 502528, Ano: 1973. (acedido em 24 de Abril de 2010)
- 20 – Vista Sudeste da Igreja de São Gião antes da intervenção do Dr. Eduíno Borges Garcia. (Foto retirada da apresentação feita pelo Dr. Borges Garcia nas Iª (s) Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1970)
- 21 – Iconóstase de São Gião. Foto tirada da porta de entrada da Nave Central. (Foto: Carlos Fidalgo)
- 22 – Vista interior da Cisterna, onde se podem ver duas pedras, estruturais, no interior da mesma. (Foto: Carlos Fidalgo)
- 23 – Vista de SE do Cabeço da Guarita onde se encontra implantada a Fortificação de Dom. Framondo. (Foto: Carlos Fidalgo)
- 24 a 26 – Fotos da Ruína de uma base circular em Valados dos Frades junto ao local da Mina. (Foto: Carlos Fidalgo)